

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA**

**ENTRE DOIS IMPÉRIOS:  
Formação do Rio Grande na Crise do Antigo  
Sistema Colonial (1777-1822)**

**MAXIMILIANO M. MENZ**

**São Paulo  
2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

**ENTRE DOIS IMPÉRIOS  
Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial  
(1777-1822)**

**Maximiliano M. Menz**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Jorge Grespan**

**Pesquisa realizada com o apoio da Capes**

**São Paulo  
2006**

*Para Nina*

## RECONHECIMENTO

Ao finalizar um trabalho que tomou mais de quatro anos e meio da minha vida, é indispensável enumerar aqui as pessoas que de um ou outro jeito ajudaram a dar forma a esta tese. As dívidas que se foram acumulando são extensas, a memória é fraca e parece impossível não fazer algumas injustiças. Só resta rogar pela compreensão dos eventuais ausentes.

Mas comecemos pelo início: antes de mais nada tenho de agradecer ao prof. e *maestro* Werner Altmann. Antes dele lecionar na Unisinos – isto já deve fazer mais de dez anos – a USP era uma realidade muito distante para mim. Já ao prof. Jorge Grespan agradeço por ter aceitado uma orientação em uma área que não é exatamente a sua especialidade; seguro, porém, que sem a sua referência, a tese não ultrapassaria as discussões paroquiais.

Enquanto estive no Rio Grande do Sul, as profas. Heloísa Reichel, Helga Piccolo e Sílvia Petersen tiveram a bondade de ler alguns textos meus e fazer comentários. Tenho de destacar ainda a amizade dos profs. Luiz A. Farinatti e Fábio Khun que apesar de possuírem perspectivas historiográficas muito distintas da minha, sempre se dispuseram a dialogar em alto nível e a trocar informações a respeito das fontes. Espero, sinceramente, que este trabalho sirva para estimular ainda mais os nossos debates.

Aqui na USP começo por agradecer a dois jovens professores, Lincoln Secco e Ana Paula Meggiani. Com o Lincoln, um admirador de Fernand Braudel, tive excelentes conversas a respeito da História de Portugal, ainda que vez ou outra elas acabassem na União Soviética. A Ana Paula me orientou durante minha monitoria da disciplina de História Ibérica, me introduzindo um pouco mais na vida acadêmica uspiana.

Queria lembrar ainda o nome de dois amigos: com o Danilo Ferreti – o agora prof. Danilo – fiquei incontáveis horas no café conversando sobre História e historiografia. Já o pernambucano Gustavo eu conheci melhor em Portugal e desde então temos travado uma boa amizade.

Com relação ao pessoal da Cátedra Jaime Cortesão, então, minhas dívidas são quase inumeráveis. Para começar com a profa. Vera Ferlini que além de ter participado da minha banca de qualificação, deu dicas, fez críticas e sempre me ajudou a sobreviver na selva da burocracia acadêmica. O prof. Pedro Puntoni também esteve na minha qualificação e sempre mostrou interesse pelo meu trabalho. Com o “time” de pesquisadores, funcionários e bolsistas da Cátedra tive uma ótima relação e algumas das idéias apresentadas aqui surgiram nas conversas que travadas com eles. Registro assim um agradecimento especial à Ana Lúcia, colega de ótimos bate-papos, ao Lucas, amigo desde os tempos do PET, ao Zé Evando, companheiro de futebol e à Rosângela, que sempre teve a paciência de ler os meus textos. Mas também quero lembrar os nomes do Paulo, do Antônio, do Rodrigo, do Luizinho, do Augusto, do Pablo, da Lu, da Lea, do Rafael e da Sonia. Por último, tenho de agradecer à própria instituição que me forneceu uma ajuda de custo para pesquisar em Portugal, onde uma parte expressiva da documentação utilizada aqui foi levantada.

De Lisboa tenho de recordar os nomes dos profs. Jorge Pedreira e Nuno Monteiro que deram o apoio institucional necessário para eu desenvolver minha pesquisa.

Ainda “dos estrangeiros” recordo a ajuda dos profs. John Fisher e Fábian Harari que me enviaram textos que não pude obter nas bibliotecas daqui. O prof. Javier Cuenca Esteban, além de ter ministrado um excelente curso aqui na USP, também teve a bondade de me remeter a fotocópia de um livro.

Começo agora com as referências mais “domésticas”. Com o Mario e com o Daniél eu dividi um apartamento aqui em São Paulo por mais de um ano e meio. Por mais inusitadas que tenham sido algumas situações neste período, tenho certeza que a experiência foi enriquecedora para todos.

Minha família lá no Rio Grande do Sul fez o possível para me apoiar nesta jornada. Meu irmão, Rafael, me agüentou durante um ano e meio em seu apartamento em Porto Alegre; meu pai, Walter, e minha irmã, Guta, me deram uma bem-vinda ajuda financeira para poder sobreviver aos dias de desemprego; minha mãe, Iara, gastou centena de horas com rezas para com este ateu. Já nos últimos meses Roberto, Martha, Felipe, Marisa e Dona Linda me aceitaram como agregado em sua família. Só não consegui convencer o seu fiel cão de guarda, o Rudi.

Finalmente, uma lembrança muito especial para a Nina. Quando a conheci, há uns 9 meses atrás, só tinha uns esboços de dois capítulos escritos. Ela não apenas aceitou um compromisso com um doutorando à beira de um ataque de nervos e prestes a partir para Portugal, como ajudou muito na conclusão desta tese. Dediquei-lhe este trabalho não apenas em agradecimento pelos últimos nove meses, mas principalmente pelos muitos anos em haver.

## RESUMO

O trabalho estuda a formação do Rio Grande no contexto de crise do Antigo Sistema Colonial. A hipótese é que a incorporação econômica do extremo-sul no final do século XVIII - num contexto de crise - unificou os mercados coloniais, constituindo-se numa divisão imperial do trabalho, que encaminharia a descolonização. Neste sentido, a tese se desenvolve em torno de quatro capítulos.

O 1º capítulo discute a geopolítica do extremo-sul da América Portuguesa no século XVIII, apontando para os principais problemas na expansão territorial. Afinal, era pela onipresença da concorrência intermetropolitana que o Estado português dimensionava o processo de colonização no extremo-sul e a sua relação com as populações das regiões fronteiriças do Império. A exposição destes problemas inicia pela geopolítica colonial, ainda nos quadros do Antigo Sistema Colonial, e se completa com a geopolítica do Império americano, pois com a vinda da família Real em 1808 se alterou profundamente o contexto político e a visão de Império que se possuía na Corte.

O 2º capítulo analisa as formas pelas quais o extremo-sul foi sendo integrado economicamente ao Império português, iniciando por um estudo do comércio colonial no final do século XVIII, para, em seguida, discutir a própria “formação econômica” do Rio Grande

Sul no interior de uma divisão imperial do trabalho; no final, introduz-se a questão do contrabando que necessariamente problematiza a relação entre sistema colonial e Império.

O 3º capítulo passa a caracterizar o Rio Grande economicamente, de maneira que se pretende entender os modos como a economia regional respondia à conjuntura do final do século XVIII e às flutuações mais curtas do mercado atlântico. Além disto, o capítulo desdobra algumas questões levantadas no capítulo 2: a relação com os ritmos da agroexportação, o papel que o contrabando espanhol exercia no comércio local e a dinâmica das exportações rio-grandenses.

Finalmente, o 4º capítulo discute as políticas oficiais e os projetos de integração do Rio Grande Sul.

## **ABSTRACT**

This thesis studies the formation of Rio Grande in a context of crisis in the colonial system. We want to prove the economic integration of Rio Grande in Brazil, on a context of crisis, consolidate an imperial work's division in the colony and introduced the Independence's process. Our work is organized in four chapters.

The first chapter discusses the geopolitics about extreme south of America, pointing the problems in the Portuguese territorial expansion. By the risks of metropolitan concurrency the Portuguese State started the colonization and established your relationship with the Rio Grande's colonial elite. The explanation begins with the colonial geopolitics, in the terms of the colonial system, and is concluded by the imperial geopolitics, because, after transference of Real Family (1808), the projects and visions of Empire were deeply modified.

The second chapter analyzes the ways of Rio Grande economic integration in the Portuguese Empire. We study the colonial commerce patterns in the late XVIII century to introduce the idea of Rio Grande economic formation in an imperial work's division within Brazil. On the third part of the chapter, the contraband is discussed because it embarrasses the relations between Empire and colonial system.

The third chapter explains the “economics” of Rio Grande and its connections with the conjuncture and fluctuations of the Atlantic market in the late XVIII century. Moreover, we develop some questions produced in chapter 2: the links with the plantation economy, the role of Spanish contraband and the dynamics of Rio Grande’s exportations.

Finally, the fourth chapter examines the government policy and the integration’s projects of Rio Grande in the colonial Empire.

*(...) las ciencias humanas no progresan a través de crisis, sino gracias a la sedimentación de capas superpuestas de conocimiento. De cualquier manera, los nuevos paradigmas historiográficos – cuando se trata de válidas construcciones y no de veleidosas fantasías – no pretenden anular por completos los paradigmas precedentes: los integran, los enriquecen, pero no los destruyen. (Ruggiero Romano, 2004).*

*(...) por ser próprio em Príncipes Soberanos dilatar seus domínios, como pela utilidade que deles se segue a Sua Real Fazenda e aumento de seus vassallos (...): do que resulta achar-se o Reino abundante de prata, mais consumo às fazendas, mais crescidos os direitos das alfândegas, como no lusimento dos moradores e povoadores que sendo os mais deles sumamente pobres e vivendo na última miséria, se vêem hoje fartos e abundantes de todo o necessário, senhores de escravos que os servem e ajudam (...)* (Cristóvão Pereira de Abreu, Colônia de Sacramento, 1731).

*O aumento do preço (...) das carnes é um sintoma dos progressos da civilização (...).* (Rodrigues de Brito, Bahia, 1807).

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u> .....	1
<u>1. PROBLEMAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO EXTREMO-SUL: POLÍTICA E GEOPOLÍTICA</u> .....	28
<u>1.1. A GEOPOLÍTICA COLONIAL</u> .....	29
<u>1.2. A GEOPOLÍTICA NO EXTREMO SUL À ÉPOCA DA METRÓPOLE TROPICAL</u> .....	63
<u>2. FORMAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO EXTREMO-SUL: IMPÉRIO E SISTEMA COLONIAL</u> .....	86
<u>2.1. PADRÕES DO COMÉRCIO COLONIAL</u> .....	86
<u>2.2. O COMÉRCIO COM O EXTREMO-SUL: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES</u> .....	93
<u>2.3. CONTRABANDO: O IMPÉRIO CONTRA O SISTEMA</u> .....	120
<u>3. O RIO GRANDE E A CONJUNTURA (1777-1822)</u> .....	133
<u>3.1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CONJUNTURA</u> .....	133
<u>3.2. AS EXPORTAÇÕES RIO-GRANDENSES</u> .....	161

<b><u>4. PROJETOS DE INTEGRAÇÃO E POLÍTICA COLONIAL</u></b> .....	<b>193</b>
<u>4.1. A PERSPECTIVA MERCANTILISTA</u> .....	193
<u>4.2. UMA PERSPECTIVA AMERICANA</u> .....	228
<u>4.3. O COMÉRCIO DIRETO COM O REINO: RESULTADOS PRÁTICOS</u> .....	240
<b><u>CONCLUSÃO</u></b> .....	<b>251</b>
<b><u>APÊNDICE</u></b> .....	<b>260</b>
<u>BALANÇA DE COMÉRCIO</u> .....	260
<u>PREÇOS E EMISSÕES MONETÁRIAS</u> .....	267
<u>POPULAÇÃO</u> .....	272
<u>REBANHOS</u> .....	273
<u>SECRETÁRIOS DE MARINHA E ULTRAMAR, VICE-REIS E GOVERNADORES</u> .....	274
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b> .....	<b>276</b>
<b><u>FONTES DOCUMENTAIS</u></b> .....	<b>291</b>
<u>TEXTOS DE ÉPOCA</u> .....	291
<u>COLEÇÕES DE DOCUMENTOS E CARTOGRAFIA</u> .....	293
<b><u>ABREVIATURAS</u></b> .....	<b>295</b>

## INTRODUÇÃO

São poucos os historiadores que ainda acreditam na possibilidade de produzir uma História totalmente objetiva e sem qualquer tipo de valorização. Afinal, além das óbvias e já conhecidas proposições, “o historiador é filho de seu tempo”, “a compreensão do passado necessariamente passa por questões do presente”, a escolha, a definição e a interpretação dos fatos seguem uma lógica específica, determinada, em última instância, pelos quadros teóricos e pela tradição historiográfica aos quais o autor, conscientemente ou não, se filia.

O tema mais geral desta tese, as relações entre o Império Luso-brasileiro e o extremo-sul americano, e o seu problema específico, a formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial, têm origem na confluência de duas tradições historiográficas muito distintas que, bem ou mal, formaram este autor. Sendo assim, é necessário apresentar sucintamente as duas tradições para delimitar a relação tema/problema e encaminhar as questões teórico-metodológicas que nos dizem respeito.

\*\*\*

O tema do trabalho teve origem na tradição historiográfica rio-grandense que desde o século XIX procurou explicar as relações do Rio Grande do Sul com o Brasil. Neste caso, os discursos historiográficos variaram no tempo, ao sabor das disputas políticas de frações da

classe dominante local com os grupos que comandavam a política nacional. Assim, na passagem do século XIX para o século XX o discurso dominante realçou os vínculos do estado com a Região Platina, enfatizando a singularidade do Rio Grande frente ao Brasil. Mais tarde, na década de 1920, inverteu-se o modelo, caracterizando o Rio Grande do Sul como o mais brasileiro de todos os estados.

Estas duas visões ou, para usar o termo consagrado por Ieda Gutfreind, *matrizes* historiográficas delimitaram o campo interpretativo sobre o qual se desenvolveu toda a produção local de conhecimento histórico, ao menos até meados da década de 70. Vejamos com um pouco mais de cuidado o que caracterizava cada uma destas matrizes<sup>1</sup>.

Em primeiro lugar teve-se a *matriz platina*, relacionada com as agitações republicanas e com a própria Revolução Federalista (1893). Devem ser destacadas as figuras de Alfredo Varela, Alcides Lima, Assis Brasil, que estiveram engajados nos movimentos republicano e/ou federalista, e de Carlos Teschauer, jesuíta. Esta matriz defendia que a Revolução Farroupilha tivera um caráter separatista e que o Rio Grande sofrera em sua formação política, cultural e econômica uma grande influência da região platina. Por último, via grande semelhança entre o gaúcho rio-grandense e os habitantes do pampa uruguaio e argentino<sup>2</sup>.

Na década de 1920 a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, num contexto de reorganização das elites políticas regionais e de fortalecimento da ideologia nacionalista, ensejou a formação de um discurso historiográfico que se opunha

---

<sup>1</sup> Seguimos aqui a obra de Ieda Gutfreind (GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992).

<sup>2</sup> A idéia da influência platina fica muito clara nas palavras de Alfredo Varela: “*Politicamente o Império a centenas de quilômetros adiante, socialmente todo resto da Província [do Rio Grande] gravita para as Repúblicas platinas.*” (apud: GUTFREIND, Ieda. **A Construção de uma Identidade: A historiografia sul-rio-grandense de 1925-1975**. São Paulo: FFLCH/USP, [tese de doutorado], 1989, p. 59).

violentamente à matriz então dominante. Aurélio Porto, Souza Docca, Arthur Ferreira Filho e Moyses Vellinho foram os principais expoentes da *matriz lusa*<sup>3</sup>. No imaginário destes autores o Rio Grande do Sul tornou-se uma região destinada a pertencer ao Império português; legitimavam o seu discurso nas primeiras expedições portuguesas de caça de escravos no extremo-sul, desqualificando assim a ocupação espanhola de parte do território através das Missões jesuíticas<sup>4</sup>. Ao contrário da matriz platina, não reconheciam nenhuma influência dos países vizinhos; a fronteira seria o marco excludente na formação de duas identidades antagônicas: o gaúcho castelhano era ladrão, contrabandista e *caudilhista*, enquanto que o gaúcho rio-grandense era ordeiro e trabalhador. Por último, negavam o caráter separatista da Revolução Farroupilha, afirmando que o seu objetivo era principalmente republicano.

Além de todos os impropérios que com muita justiça se poderiam colar às duas matrizes – racista, sexista, etnocêntrica -, elas foram solidárias em dois “pecados”. Em primeiro lugar a obsessão pela origem, sobre a qual Marc Bloch uma vez escreveu, que consiste em buscar um princípio no passado para justificar ou condenar uma situação no presente<sup>5</sup>. Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro “pecado”, vinha o anacronismo geográfico, a tentativa de construir uma história para um corpo político definido *a posteriori*. Assim se entende a razão dessa historiografia tradicional concentrar seus estudos no período

---

<sup>3</sup> ID. *passim*

<sup>4</sup> Moyses Vellinho, por exemplo, atacou Serafim Leite - que afirmara que as Bandeiras Paulistas haviam despovoado o território – pois estas expedições justificavam o destino luso-brasileiro do Rio Grande do Sul. Ao final concluía: “*Mas, admitida essa hipótese, que tipo de civilização teria vingado aqui se não fosse a ação dos negregados mamelucos? (...) está claro que outra seria, e para mal nosso, a composição étnica de nossa população básica (...) A catequese (...) operou milagres (...), mas no plano das elaborações históricas só poderia oferecer como resultado, segundo o implacável prognóstico de Oliveira Martins, ‘um Brasil índio-cretino.’* (VELLINHO, Moyses. **Capitania d’El-Rei: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970, p. 58-59).

<sup>5</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Introducción a la Historia**. 2ª ed. México: FCE, 1957, pp. 27-29.

colonial e as constantes tentativas de remeter a história do Rio Grande do Sul ao Tratado de Tordesilhas.

No mesmo período, os historiadores do centro do país chegaram a sugerir outros modos de interpretar a relação entre o Rio Grande e o Brasil colônia. Nelson Werneck Sodré identificou no fenômeno mineiro a força que atraiu economicamente a região do Rio Grande do Sul ao Império português pelo fornecimento de gado em pé. Já Caio Prado Jr. estabeleceu para a segunda metade do século XVIII a incorporação econômica do Rio Grande, primeiramente pela exportação de couros e, em seguida, pela produção do charque. Tivemos ainda F. H. Cardoso que, em sua obra sobre a escravidão no “Brasil Meridional”, desenvolveu interessantes reflexões a respeito das relações entre a economia rio-grandense, os mercados brasileiros e a concorrência platina no século XIX<sup>6</sup>.

De modo geral, a influência destes autores sobre a historiografia rio-grandense foi muito restrita na época. Só no final da década de 70 e início dos anos 80 houve uma renovação na historiografia local, permitida pela abertura política e pelo surgimento de cursos de pós-graduação no estado, que assumiu as sugestões de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso. No entanto, não houve uma problematização maior de suas idéias; é que a renovação historiográfica foi principalmente de caráter temático, daí um grande número de teses a respeito do processo de industrialização regional, do movimento operário, da formação do Estado burguês e outros assuntos caros ao marxismo, em detrimento do debate sobre o período colonial.

---

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 143. PRADO Jr., Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (a 1ª edição é de 1945), pp. 94-100. CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1ª edição é de 1962).

A exceção a este quase deserto na historiografia colonial dos anos 80 foi Corcino Santos que, numa pesquisa empírica exaustiva, escreveu o livro *Economia e Sociedade no Rio Grande do Sul* para o qual reuniu uma enorme documentação<sup>7</sup>. No entanto, seu trabalho deixou a desejar no aspecto interpretativo e suas conclusões não avançaram muito em relação aos modelos dos autores referidos.

Contudo, já nos anos 90, o livro de Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind<sup>8</sup> retomou a discussão tradicional entre as matrizes lusa e platina e sugeriu que o Rio Grande e o Rio da Prata, durante o período colonial, faziam parte da mesma região sócio-econômica; a zona da campanha é considerada como um *continuum* geográfico e o conceito de fronteira perde o caráter excludente que possuía na matriz lusa. Com a influência do marxismo inglês e da historiografia rio-platense, as autoras demonstram que as semelhantes práticas agropecuárias e o contrabando fundamentaram uma cultura popular em comum; seu trabalho abre todo um novo campo para pesquisas em história social do Rio Grande do Sul.

No entanto, Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind apóiam algumas das conclusões da matriz platina e, neste sentido, atualizam a obsessão pelas origens, presente na historiografia tradicional. Não é à toa que o seu livro se chama *As Raízes Históricas do Mercosul*, remetendo ao novo quadro político e econômico dos anos de 1990.

Por último, há que se chamar a atenção para a importante tese de Helen Osório, desenvolvida no âmbito acadêmico carioca<sup>9</sup>. Com a utilização massiva de fontes primárias

---

<sup>7</sup> SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1984.

<sup>8</sup> REICHEL, Heloísa, GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul**. A Região Platina Colonial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

<sup>9</sup> OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Extremadura Portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: Tese de doutorado, UFF, 1999.

dos mais diversos arquivos e com o trato quantitativo dos dados, a autora ilumina diversos aspectos da economia sul-rio-grandense, ultrapassando as interpretações tradicionais sobre a vida material na região e permitindo repor a discussão historiográfica em outro nível. No que diz respeito à relação de sua tese com as duas matrizes da historiografia rio-grandense é possível deduzir uma espécie de solução de compromisso: na análise da estrutura agrária regional a comparação é com a região platina; ao mesmo tempo, na sua interpretação dos laços entre o Rio Grande e o Brasil realça a conexão da Capitania com o “mercado interno colonial” brasileiro, de acordo basicamente com a interpretação de João Fragoso. Aliás, é neste nível que ficarão mais claras nossas eventuais discordâncias de interpretação, como se verá logo adiante.

Como já adiantamos, o tema desta tese vem diretamente dos debates historiográficos gaúchos, porém fica a pergunta: como escapar da obsessão pelas origens e do anacronismo geográfico?

A sugestão está dada por Fernando Novais que, em uma entrevista recente, afirma que para evitar o anacronismo na elaboração de sua tese teve de partir não do Brasil, mas do processo de colonização em geral<sup>10</sup>. O primeiro “segredo de Polichinelo” de nossa tese é, portanto, inverter o tema da historiografia tradicional: das relações entre o Rio Grande e o Brasil, passou-se a perguntar sobre as relações entre o Império colonial português e o extremo-sul americano; bem entendido que o extremo-sul é aqui um objeto indefinido que só vai tomando contornos claros com o próprio processo de colonização. Deste modo “cronológico”, por assim dizer, que devem ser contextualizados os modelos de integração

---

<sup>10</sup> Cf. A Descolonização da História. Entrevista com Fernando Novais por Sylvia Colombo. *In: Mais! Folha de São Paulo*. 20/11/2005, p. 6.

econômica identificados pelos autores dos anos 60 (Werneck Sodré, Caio Prado e F. H. Cardoso). Com efeito, a inversão do tema está fundada numa outra tradição historiográfica que deverá ser mais bem discutida.

Estamos falando da tradição historiográfica paulista, mais precisamente da escola do “sentido da colonização” que teve em Caio Prado Jr. o seu precursor. Na análise deste autor, a colonização era um desdobramento da expansão mercantil européia e o Brasil um dos seus resultados históricos. Daí o caráter extrovertido da economia colonial, “(...) *uma vasta empresa comercial (...) no proveito do comércio europeu*”.<sup>11</sup>.

Fernando Novais desenvolveu o modelo de Caio Prado, ao sentido mercantil agregou a compulsão do trabalho e a acumulação externa, definindo por aí o Antigo Sistema Colonial. A acumulação externa é o elemento mais importante, já que é por ela que se define o fato colonial<sup>12</sup>.

O modelo foi frutífero e diversos autores escreveram trabalhos que problematizaram e aprofundaram as teses de Caio Prado e Fernando Novais. Destaquem-se aqui o livro de Jobson Arruda, sobre o Brasil e o comércio colonial, e o de Vera Ferlini, sobre as relações sociais na colônia, mais precisamente no nordeste<sup>13</sup>. A contraposição entre estes dois

---

<sup>11</sup> PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, (1ª edição é de 1942), 1986, p. 31.

<sup>12</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, (a 1ª edição é de 1979), 1995, *passim*. Ver também a entrevista de Fernando Novais em MORAES, José G. V. e REGO, José M. **Conversa com Historiadores Brasileiros**. (119-144). São Paulo: editora 34, 2002, p. 136.

<sup>13</sup> ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980 e FERLINI, Vera L. A. **Terra, Trabalho e Poder**. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.

trabalhos e a presente tese já indica um primeiro problema, enquanto que no comércio colonial e na região açucareira as relações com o sistema colonial são imediatas e até um pouco óbvias, ao centrarmos a análise no extremo-sul uma porção de dificuldades conceituais se interpõe.

A resposta automática ao problema seria contorná-lo. De fato, já no início deste texto falou-se em Império colonial; seria este o “nexo central”<sup>14</sup> de nosso tema? Aparentemente trata-se de um conceito muito apropriado, afinal a idéia de Império remete a uma unidade política que envolve porção de territórios e povos sob a autoridade de um soberano e às noções de domínio e autoridade. Dado que o extremo-sul quase não participava das rotas atlânticas que ordinariamente carregavam a Portugal o excedente da colônia, que o Rio Grande só fazia comércio com as praças brasileiras e isto só bem no finalzinho do século XVIII, não seriam as noções simples de autoridade e de domínio político as que mais bem caracterizariam a relação da metrópole com esta região extrema em seus domínios americanos? E, enfim, não seria o sentido de diversidade – ao contrário do desejo necessariamente uniformizador do conceito *sistema* - que implícito na palavra Império melhor expressaria a idéia de colonização, especialmente no extremo-sul?

Uma tradição historiográfica alternativa vem se constituindo em torno da idéia de Império e de outros conceitos (mercado interno, Antigo Regime) que servem para rejeitar o modelo de Novais, representando, enfim, um esforço de *singularizar* as explicações para a

---

<sup>14</sup> “A história das sociedades exige que apliquemos, se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelos menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese sobre o que constitui o nexo central ou complexo de conexões de nosso tema (...)” (HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. *In: Sobre a História*. (83-105), São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 93).

história colonial<sup>15</sup>. Trata-se da assim chamada Escola do Rio, que define o Império como uma rede de hierarquias políticas, econômicas e sociais que ultrapassa o pacto colonial e as outras determinantes do estatuto das colônias<sup>16</sup>.

Ao trabalharmos com o conceito de Império já se estão incorporando algumas das idéias desta escola. Em todo o caso, nosso esforço vai num sentido oposto: hierarquizar os conceitos, estabelecer as mediações e buscar os nexos entre o geral e o singular<sup>17</sup>; para além disto, as diferenças com a referida escola se explicitarão durante a tese. Mas mais do que simplesmente fazer referências “escolásticas”, vejamos o que a documentação tem a dizer a respeito dos dois conceitos, sistema colonial e Império colonial:

Sistema colonial pode ser definido por um manual de comércio da década de 1790; aí estão expressas as opiniões que os mais letrados homens de negócios de Lisboa deveriam ter a respeito das colônias portuguesas. A 9ª lição, que é exatamente sobre o tema, inicia identificando três espécies de colônias, a primeira, para aliviar a população de um país, a segunda, que era estabelecida para o domínio sobre os povos conquistados e a terceira para o comércio:

A terceira finalmente são as colônias de comércio; porque o objeto do seu estabelecimento é o negócio. (...) Estas são as colônias que os portugueses, os castelhanos, os ingleses, os franceses etc., têm estabelecido três séculos a

---

<sup>15</sup> Como já dizia Manolo Florentino, em seu clássico "Em costas negas", "*É possível que o esforço de que é resultado o trabalho que se encerra caiba num único verbo: singularizar*". (FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negas**: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 209).

<sup>16</sup> Cf. FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de F., BICALHO, Maria F. Introdução. In: **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). (21-25) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>17</sup> "*Não se passa, entretanto, da análise dos mecanismos estruturais à dos eventos (...) direta e imediatamente; isto importaria numa necessária deformação da realidade reconstruída. Torna-se imprescindível identificar e escalonar as múltiplas e variáveis mediações através dos quais os movimentos de estrutura emergem na superfície dos acontecimentos.*" (NOVAIS, Portugal e Brasil na crise..., op. cit. p. 12).

esta parte e continuam a aumentar na Ásia, e na África e na América, ou seja, para comerciar com os habitantes daqueles países, ou para cultivar as terras e plantar nelas cana de açúcar, anil, tabaco, arroz e outras produções estimadas e necessárias na Europa. Esta espécie de colônias do comércio se subdividem em outras duas: uma cujo objeto é somente o tráfico, outra o mesmo tráfico e a cultura. O efeito comum delas é enriquecer a terra ou o país que estabeleceu as tais colônias<sup>18</sup>.

Seria impossível ser mais claro, as colônias estabelecidas pelos europeus na época moderna eram “*colônias de comércio*” que poderiam se limitar ao negócio com os naturais do país ou cultivar “*produções estimadas e necessárias na Europa*”. Finalmente, o sentido de tais estabelecimentos era “*enriquecer o país que estabeleceu as tais colônias*”. O autor Anônimo precede Caio Prado e Fernando Novais na definição de sistema colonial: seu caráter era mercantil e a acumulação era externa.

O fim da Metrópole informar e sustentar estabelecimentos tão custosos e em privar-se de uma porção tão considerável de seus próprios moradores é de procurar-lhes um trabalho mais rendoso e mais cômodo, sem, contudo, perder neles o seu domínio, de sorte que a felicidade e as riquezas destas colônias devem criar nele um reconhecimento terno para com a Metrópole. Esta gratidão e a continuação do domínio que se conserva neles lhe impõem a obrigação de uma dependência imediata e de um interesse sempre subordinado aos seus próprios<sup>19</sup>.

A metrópole criava colônias para que seus próprios moradores encontrassem um lugar em que seu trabalho fosse “*mais rendoso e mais cômodo*”; naturalmente que a vantagem obtida deveria ser em prol da metrópole. Inseria-se ainda o problema da reposição do “*domínio*” metropolitano que passava pela manutenção de uma relação de “*dependência imediata*” dos colonos para com a metrópole. Por aí, a metrópole deveria obter:

(...) 1º um maior consumo das suas produções. 2º a ocupação para maior nº de fabricantes, artífices e marinheiros. 3º uma maior abundância das cousas

---

<sup>18</sup> ANÔNIMO, *Notícia Geral do Comércio*. (prov. 1793). Lição 9 (BNL, Cód. 11.260).

<sup>19</sup> ID.

necessárias à Metrópole; 4º e, finalmente, uma maior abundância de gêneros supérfluos para prover as Nações Estrangeiras<sup>20</sup>.

A dependência da colônia significava maior consumo das mercadorias metropolitanas, o incentivo aos fabricantes, artífices e marinheiros, o fornecimento de bens necessários à metrópole e, numa clara referência ao papel que as reexportações de produtos coloniais ocupavam na economia portuguesa, produção de gêneros supérfluos para “*prover Nações Estrangeiras*”. Esta relação de dependência era, em última instância, garantida por duas espécies de proibições:

1ª É lei originada da própria natureza destas colônias que elas não devem ter cultura ou artes algumas que possam entrar em concurso com a cultura e as artes da Metrópole: porquanto uma colônia em que se houvesse de criar as mesmas produções e lavrar os mesmos gêneros que a Metrópole seria mais perigosa do que útil pela sua falta de dependência na terra. 2ª As colônias não podem gastar gêneros estrangeiros, enquanto a Metrópole os pode procurar, ou outros equivalentes, tampouco podem as colônias vender e levar diretamente aos Estrangeiros as suas produções que se devem transportar diretamente, e, em primeiro lugar, aos Portos da Metrópole (...) Segue-se destes princípios que as colônias estão principalmente calculadas para a cultura e que a navegação que resulta desta cultura e do sustento das colônias pertence à Marinha mercantil da Metrópole<sup>21</sup>.

Eram proibidas as produções que concorressem com a metrópole, do contrário a nova fundação seria “*mais perigosa do que útil*”. Tampouco era permitido consumir produtos estrangeiros similares aos produzidos pela mãe-pátria e, por último, o comércio colonial deveria ser, “*diretamente e em primeiro lugar*”, com as praças metropolitanas. Por conseguinte, as colônias deveriam se limitar à agricultura e o seu “*sustento*” pertencia à marinha da metrópole. O fragmento sugere uma divisão colonial do trabalho, pela qual as colônias se limitariam à produção agrícola enquanto se incentivavam a produção das artes e a

---

<sup>20</sup> ID.

marinha metropolitanas<sup>22</sup>; para a manutenção da dependência colonial um mecanismo político: as proibições e o monopólio colonial.

O autor anônimo termina a sua 9ª lição discutindo a melhor maneira de aumentar a população e, por consequência, a agricultura das colônias:

(...) o melhor destes meios consiste na contínua extração dos negros da África para as colônias, a qual extração se deve pelo conseguinte proteger e animar, como a base recíproca da cultura e da povoação. Daí a de resultar uma maior abundância das produções das colônias para a Metrópole, e daí o concurso e a superioridade desta Metrópole sobre as outras Nações na venda das produções das suas colônias<sup>23</sup>.

A escravidão era o melhor meio para aumentar a população e a cultura nas colônias, resultando em uma “*maior abundância*” de produtos coloniais para a sua metrópole, desta forma caberia “*proteger e animar*” a extração “*dos negros*”.

Seguindo os critérios do autor Anônimo o sistema colonial pode ser definido pelo seu caráter mercantil em proveito da economia metropolitana, pela acumulação externa, portanto. À externalidade da acumulação correspondia uma divisão colonial do trabalho, em que as colônias deveriam produzir exclusivamente gêneros agrícolas, enquanto que a metrópole se especializaria em produtos manufaturados. Duas instituições políticas completavam esta relação de dependência, o monopólio e a escravidão.

---

<sup>21</sup> ID.

<sup>22</sup> A divisão colonial do trabalho remete ao conceito de economia mundo em “O Mediterrâneo” de Fernand Braudel cuja definição, é uma espécie de divisão geográfica do trabalho, com um centro “(...) *que actúa como estímulo de los demás y establece, por sí misma, la unidad necesaria.*” (BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II.** (vol. I) 4ª reimpr. Mexico: FCE, 1997, p. 514).

<sup>23</sup> ANÔNIMO, *Notícia Geral...*, *op. cit.*

Adam Smith acreditava que o “sistema mercantil” – o mercantilismo - havia sido arquitetado pelos mercadores e fabricantes. Para afastar a opinião de comerciantes monopolistas, a definição de Império deve ser procurada em outros textos. A este respeito D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de marinha e Ultramar do príncipe regente D. João, escreveu uma memória que talvez possua a mais “liberal” das definições de Império. Trata-se da já bem conhecida “Memória sobre o melhoramento dos domínios da América”<sup>24</sup>.

Contextualizemos: é um texto de 1798 já sob as influências da Independência Norte-americana, da Revolução Francesa e da geração reformista de 1790 (da qual se falará um pouco mais nesta tese), e por aí são compreendidas as suas liberalidades. A preocupação de D. Rodrigo era melhorar a arrecadação da Fazenda Real no Brasil ao mesmo tempo em que formulava um “(...) *sistema político que mais convém que a nossa coroa abrace para a conservação dos seus tão vastos domínios, particularmente dos da América (...)*”<sup>25</sup>.

O fundamento da relação entre metrópole e colônia residia na posição geográfica de Portugal:

A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comércio do norte e meio-dia do mesmo continente e do melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo, faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão natural, quão pouco o era o de outras colônias que se separaram da mãe-pátria (...)”<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Esta memória já foi analisada por diferentes autores: cabe aqui destacar NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, *op. cit.*, pp. 233-235, *passim* e ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 84-88.

<sup>25</sup> COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios da América. (1798) *in*: MENDONÇA, Marcos C. **O Intendente Câmara**. Manuel Ferreira da Câmara Bethencurt e Sá, intendente geral das Minas e dos diamantes (277-299). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958, p. 278.

<sup>26</sup> ID. *ibd.*

Ao contrário de outras colônias que se separaram da mãe-pátria (refere-se aqui às Treze Colônias), o “*enlace*” entre Portugal e seus domínios ultramarinos estava fundado na geografia, “*melhor entreposto do comércio da Europa com as outras três partes do mundo*”. Esta relação “*natural*” sustentava o sistema político:

(...) incomparável sistema dos primeiros reis desta monarquia que fizeram descobertas, todas elas foram organizadas como províncias da monarquia, condecoradas com as mesmas honras e privilégios que se concederam aos seus habitantes e povoadores, todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuir à mútua e recíproca defesa da monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos e costumes, é este inviolável e sacrossante princípio da unidade, primeira base da monarquia que se deve conservar com o maior ciúme a fim de que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português (...)<sup>27</sup>

Na visão de D. Rodrigo, o Império português se caracterizava pela relação política de cada “*província*” com a monarquia. As descobertas ultramarinas foram organizadas como “*províncias*” em igualdade de direitos ao centro europeu, “*com as mesmas honras e privilégios*”, com os mesmos “*usos e costumes*”, para que todo o habitante do Império só se sentisse “*português*”.

Por sua vez, o lado americano do Império era garantido pela “*(...) feliz posição do Brasil (...)*” que lhe permitia se defender com sucesso dos concorrentes metropolitanos<sup>28</sup>. Por isto as províncias deveriam ajudar na sua defesa mútua em torno de dois centros políticos coloniais, o Pará e o Rio de Janeiro, “*(...) centro de reunião e de forças (...)*”<sup>29</sup> que articulariam a guarda dos domínios.

Mas em seguida o futuro conde de Linhares acaba por revelar o sentido do Império:

---

<sup>27</sup> ID., pp. 278-279.

<sup>28</sup> ID., p. 279.

<sup>29</sup> ID., p. 280.

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande objeto de legislador político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo na Europa, por meio da Metrópole, e nas partes do mundo, por meio dos outros domínios que a nossa real coroa possui. Não seria contrário ao sistema de Províncias com que luminosamente se consideram os Domínios ultramarinos o permitir que neles se estabelecessem manufaturas; mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes que devem animar-se na Metrópole para segurar e estreitar o comum nexa (...) <sup>30</sup>

Via de regra, o sistema de províncias reconhecia ao Brasil o direito de negociar com os “*outros domínios*” da Coroa e também de possuir manufaturas. Contudo, o sistema colonial intervém: o comércio com a Europa deveria ser feito “*por meio da Metrópole*” e as manufaturas eram exclusivas a Portugal para “*estreitar o comum nexa*”, restando aos domínios ultramarinos a “*mais proveitosa*” agricultura.

Terminava dizendo que assim “*(...) se combinam os interesses do Império (...)*” - e curiosamente é aqui que a palavra Império aparece – e o que parecia “*(...) sacrifício (...)*” das colônias, era, na verdade, uma “*(...) recíproca vantagem (...)*”<sup>31</sup>. Independente do seu caráter ideológico – no mau sentido –, o que transparece aqui é a já referida divisão colonial do trabalho.

A relação entre Portugal e as suas colônias não excluía ligações alternativas entre as próprias províncias, como declarava D. Rodrigo quando se referia ao esforço de defesa mútua, centralizado no Pará e no Rio de Janeiro, e também quando reconhecia que o consumo da produção agrícola do Brasil se poderia dar por meio dos outros domínios portugueses. Não obstante, todas as “*províncias*” deveriam estar politicamente ligadas, e sem outras mediações,

---

<sup>30</sup> ID., p. 284.

<sup>31</sup> ID., p. 285.

ao centro da monarquia; e mais importante ainda: a sua definição de Império era substanciada pela divisão colonial do trabalho.

Portanto, o conceito de Império colonial definido como o conjunto dos domínios ultramarinos portugueses ou, alternativamente, pelo domínio político da monarquia sobre a “província” – nesta tese se utilizará o conceito com este significado duplo - não substitui o sistema colonial. Finalmente, a ordem entre os dois conceitos pode ser mais bem entendida recorrendo a uma paráfrase a Fernando Novais, o sistema colonial não está presente em todas as manifestações do Império, mas é imanente em todo o processo<sup>32</sup>.

Se do ponto de vista lógico o sistema colonial precede o Império, do ponto de vista histórico as posições se invertem. Era preciso conquistar o território - de preferência expulsando a população autóctone como nos lembra o nosso autor Anônimo<sup>33</sup> -, estabelecer o domínio político, para depois submeter os conquistadores ao pacto colonial. Em suma, a conquista política e a organização administrativa do território sempre precederam a exploração colonial - a passagem do excedente da colônia para a metrópole<sup>34</sup>. E esta só ocorria com o desenvolvimento do comércio, daí que o aprendizado da colonização deva “(...) *coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado*

---

<sup>32</sup> NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, op. cit. p. 92 O texto de Novais diz exatamente o seguinte: “(...) *acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo.*”

<sup>33</sup> “*Para que os Europeus se pudessem facilmente aplicar à cultura é necessário conquistar as terras e expulsar delas os antigos moradores para lhe substituir por novos (...)*” (ANÔNIMO, *Notícia Geral do Comércio...*, op. cit.).

<sup>34</sup> Isto, aliás, já dizia Francis Bacon: “*Fundar uma colônia é como plantar um bosque. Não se deve esperar algum resultado antes que transcorra uma década e grandes rendimentos antes de um transcurso de tempo ainda bem maior.*” (BACON, Francis. **Ensaio sobre Moral e Política**. (3ª ed. no original de 1623). Bauru: Edipro, 2001, p. 115). Para o conceito de excedente cf. BARAN, Paul. O conceito de excedente econômico. In: **A Economia Política do Desenvolvimento**. 3ª ed. (79-99). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

*reinol. Só assim podem se coordenar e completar a dominação colonial e exploração colonial*”<sup>35</sup>.

Conquistar o extremo-sul e fazer comércio - incorporar ao Império e ao sistema colonial - eram os problemas mais elementares da metrópole com relação à região. E esta parece ser a maneira correta de responder ao debate entre as matrizes historiográficas rio-grandenses, afinal é só depois da conquista do território, de sua organização política e da formação de um “mercado criador de preços” que o Rio Grande pode ser encarado como uma entidade – portuguesa - minimamente autônoma<sup>36</sup>; antes de 1777 era apenas uma fronteira, muito mal definida, entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires<sup>37</sup>.

A formação de um “mercado criador de preços”, que em termos práticos significava a consolidação de uma praça de comércio no Rio Grande, esteve relacionada com uma conjuntura específica na história do Império colonial português (1777-1822):

Na longa duração, o processo secular da colonização portuguesa que gradativamente provocou o “(...) *aumento necessário da população na colônia, e uma complexidade*

---

<sup>35</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 22.

<sup>36</sup> O termo é de Karl Polanyi que afirma que sem a formação de um mercado criador de preços, a economia – e por extensão o mercado - está submersa em outras relações sociais. (cf. POLANYI, Karl. **La economía como actividad institucionalizada**. In: POLANYI, Karl. **Comercio y Mercado en Los Imperios Antiguos**. (289-316) Barcelona: Labor Universitaria, 1974, p. 290; do mesmo autor: POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 61. Ver também FINLEY, Moses I., **A Economia Antiga**. 2ª ed., Porto: Ed. Afrontamento, 1986, p. 7).

<sup>37</sup> Em 1737 foi fundado um presídio (pequena fortaleza) na margem sul da barra da Lagoa dos Patos, que então era conhecida exatamente por “Rio Grande”. Neste lugar foi se erguendo um povoado com o mesmo nome, elevado a Vila no início da década de 1750. Em 1760 a comandância militar foi transformada em capitania secundária, anexa ao Rio de Janeiro. Com a invasão castelhana (1763) perdeu-se a vila de Rio Grande e todo o litoral ao sul; o território português passou a ser conhecido como “Continente” de Viamão que era a nova capital. Já “Rio Grande” passou a ser a designação do ponto extremo que os castelhanos possuíam na fronteira litorânea. A reconquista e o Tratado de Santo Ildefonso (1777) consolidaram a posse do território que na época se limitava aos terrenos banhados pela bacia hidrográfica do Guaíba e pelos rios que desembocavam na Lagoa dos Patos.

*crescente da sociedade colonial (...)*<sup>38</sup>. A expansão econômica tinha origem no próprio sistema e, assim, tanto a colônia como a metrópole – cada uma a seu jeito - poderiam ser solidárias no crescimento econômico; daí o fomento manufatureiro do final do século XVIII em Portugal aliado ao desenvolvimento agrícola da colônia<sup>39</sup>.

Já no final do século XVIII, porém, a “dupla revolução” – a Revolução Industrial e a Revolução Francesa<sup>40</sup> - acelerava as mudanças, afetando profundamente os modos pelos quais se relacionavam as metrópoles e as suas colônias. O novo modo de produção consolidado na Inglaterra forcejava os antigos monopólios das nações rivais enquanto que a nova cultura política francesa punha em risco a ordem política Absolutista. Assim, a rivalidade intermetropolitana alcançava níveis nunca antes vistos: tratava-se da crise do Antigo Sistema Colonial<sup>41</sup>.

Do ponto de vista da relação entre Portugal e o Brasil, a sua forma de manifestação imediata foi a expansão da agricultura de exportação, no rastro do colapso do sistema colonial francês e das vicissitudes do sistema colonial espanhol. Só que o desenrolar da crise era necessariamente contraditório: no interior do Império se acelerava a integração dos mercados coloniais, a ponto de formar uma divisão imperial do trabalho.

---

<sup>38</sup> NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, *op. cit.*, p. 142.

<sup>39</sup> ARRUDA, José J. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. (176-185). São Paulo: UNESP/EDUSC, 2000.

<sup>40</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 13.

<sup>41</sup> Alguns autores têm colocado em dúvida o aspecto estrutural da crise do sistema colonial português, afirmando que as *fragilidades* da posição portuguesa eram, assim como a expansão comercial do final do século XVIII, de natureza estritamente conjuntural. A crítica não leva em conta, porém, que o caráter *estrutural* da crise está no interior da sociedade do Antigo Regime, da qual o sistema colonial era parte. Desta forma, a *manifestação* da crise era conjuntural; outrossim, a crise se manifestava através de fenômenos que eram inerentes ao próprio sistema - como por exemplo a concorrência intermetropolitana – que passam a atuar de modo *negativo*, para a dissolução do próprio sistema. (cf.

Dessa forma, a inserção do nosso tema em seu contexto histórico obriga a fazer uma pergunta: se a formação do Rio Grande é simultânea à crise do Antigo Sistema Colonial, qual a relação entre os dois processos?

Com efeito, procura-se responder a esta pergunta com a seguinte hipótese: que a crise do Antigo Sistema Colonial, em seus desdobramentos luso-brasileiros, prendeu economicamente o Rio Grande à face americana do Império, selando a integração dos mercados coloniais brasileiros e formando uma divisão imperial do trabalho. Contraditoriamente e sob o efeito da concorrência das metrópoles rivais, o Império, cada vez mais americano, deslocou-se gradativamente da órbita portuguesa; no limite, o Império se opôs ao sistema colonial.

Por conseqüência, o marco temporal visa a dar conta da relação tema/problema: o trabalho se inicia em 1777, quando pelo Tratado de Santo Ildefonso o Rio Grande ganhou a sua “maioridade política”; ao mesmo tempo, a década de 1780 reúne diversos fenômenos políticos que encaminharam a crise: o fim do ministério do marquês de Pombal (ainda em 1777), a Independência Norte-Americana, a Revolução Francesa. O ano de 1822 foi escolhido como marco final, não apenas o Rio Grande já tinha alcançado há alguns anos sua “maioridade econômica”, como também a pacificação da Europa, alguns anos antes, e a Independência do Brasil encerraram um ciclo na história da colonização e na Era das Revoluções.

A tese se desenvolve em torno de quatro capítulos:

---

NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, *op. cit.*, p. 13 e *passim*. Para a idéia de negatividade na dialética marxiana cf. GRESPAN, Jorge. **O Negativo do Capital**. São Paulo: Hucitec, 1999).

O 1º capítulo objetiva mostrar o processo de conquista do extremo-sul, ao mesmo tempo em que são discutidos os principais problemas na expansão territorial portuguesa. Afinal, era pela onipresença da concorrência intermetropolitana que o Estado português dimensionava a sua relação com as populações de regiões fronteiriças do Império; também era assim que o Rio Grande ia aparecendo como entidade política e é ainda nesta direção que deve ser entendida a crescente importância que a Capitania ganha na constituição do Império. A exposição destes problemas inicia pela geopolítica colonial, ainda no interior do Antigo Sistema Colonial, e se completa com a geopolítica do Império americano, pois com a vinda da família Real em 1808 se alteraram o contexto político e a visão de Império que se possuía na Corte.

O 2º capítulo analisa as formas pelas quais o extremo-sul foi sendo integrado economicamente ao Império português, iniciando por um estudo do comércio colonial no final do século XVIII para, em seguida, discutir a formação de uma praça mercantil no Rio Grande, no interior de uma divisão imperial do trabalho. No final, introduz-se a questão do contrabando que necessariamente problematiza a relação entre sistema colonial e Império, nos quadros da crise do Antigo Sistema Colonial.

No 3º capítulo, ultrapassado o “período formativo” do Rio Grande e estabelecido um “mercado criador de preços” na região, pretende-se entender os modos como a economia regional respondia à conjuntura do final do século XVIII e às flutuações mais curtas do mercado atlântico. Além disto, o capítulo desdobra algumas questões levantadas no capítulo 2: a relação com os ritmos da economia exportadora, o papel que o contrabando espanhol exercia no comércio local e, por último, a dinâmica das exportações rio-grandenses.

Finalmente, o 4º capítulo discute os projetos de integração do Rio Grande no sistema colonial. Caracterizado o quadro político e econômico, estudam-se as maneiras como se pensava a integração da Capitania e as políticas oficiais que buscavam enquadrar a realidade aos projetos. Por último, procura-se entender o modo como a crise do sistema afetava a formulação destes projetos.

Definir o método da pesquisa é uma das tarefas mais complicadas para o historiador. Afinal, a história não possui um *modus operandi* universalmente aceito, a ponto de Fernand Braudel dizer que sequer existe uma história ou um ofício de historiador, mas sim “(...) *ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades (...)*”<sup>42</sup>. A única universalidade possível talvez seja o compromisso com certos procedimentos que se buscou reproduzir na nossa pesquisa: a crítica documental, o rigor na definição da escala dos eventos, a erudição histórica e, por fim, a análise e a reconstituição do material histórico.

No que diz respeito às fontes, três foram os tipos de documentos que estruturaram a pesquisa.

Em primeiro lugar, a correspondência entre as autoridades centrais do Império, especialmente o secretário de marinha e ultramar, e o governo colonial, com uma atenção especial ao vice-rei do Estado do Brasil e ao governador da Capitania do Rio Grande. Este tipo de documentação está espalhada nos seguintes fundos:

---

<sup>42</sup> BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. In: **Escritos Sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 92.

No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos códices de Registros de Ordens Régias (ROR) para a capitania do Rio de Janeiro. Estes códices registram as ordens, cartas e avisos do secretário de marinha e ultramar para o vice-rei e outras autoridades das capitanias meridionais do Brasil (bispos, governadores, desembargadores). Do mesmo arquivo os documentos classificados como Avulsos, que no período estudado tratam principalmente da correspondência passiva da secretaria de marinha e ultramar, organizados por capitania e que incluem as cartas dos governadores, das câmaras, das autoridades mais variadas, assim como outros documentos de diferentes naturezas, como requerimentos, pareceres, diplomas. A classificação por capitania é uma arbitrariedade da organização do AHU, daí a necessidade de pesquisar não apenas os documentos do Rio Grande, mas também os classificados em outras capitanias, especialmente do Rio de Janeiro<sup>43</sup>.

Cópias de documentos do mesmo tipo encontram-se na Biblioteca Nacional (BN), nos livros que registram a correspondência do vice-rei Luiz de Vasconcelos com a secretaria de marinha e ultramar. E também no Arquivo Nacional (AN), nos fundos Secretaria do Estado do Brasil (SEB) e Negócios de Portugal (NP). A origem de todos estes fundos é variada: às vezes são as correspondências originais recebidas que foram posteriormente encadernadas, incluindo aí os anexos; outras vezes são cópias organizadas pelos secretários dos vice-reis. Em todo o caso, todos esses fundos cobrem, com algumas lacunas, o período “ultramarino” de nossa pesquisa, ou seja, de 1777-1808.

No AHRS está a correspondência recebida pelos governadores do Rio Grande das partes centrais do Império, classificada pelo fundo Avisos de Governo (AG). Incluem-se aí as

---

<sup>43</sup> No material classificado como da capitania do “Rio Grande do Sul” foram utilizados os CDs do Projeto Resgate. Para as outras capitanias e para os códices fizemos a pesquisa no próprio AHU.

Cartas Régias, os ofícios e avisos do vice-rei e do secretário de marinha e ultramar, assim como de outras autoridades. A análise deste setor mais “regional” da administração foi completada com outros documentos, como por exemplo a correspondência de Luiz de Vasconcelos com o governador do Rio Grande, também incluída no fundo Secretaria do Estado do Brasil (SEB) do AN e pela correspondência de Paulo José da Silva Gama publicada no volume 12 dos Anais do AHRS. Esta documentação cobre, com muitos hiatos, todo o período estudado.

Ainda levantamos a correspondência passiva do governador do Rio Grande com as autoridades subalternas da Capitania depositada no AHRS. São as cartas dos comandantes da fronteira de Rio Grande, da fronteira do Rio Pardo, dos distritos, entre outros. Este fundo está classificado como Autoridades Militares (AM) e cobre todo o século XIX, ainda que tenhamos nos limitado ao período de 1801-1822.

Por esta forma pretendemos ter dado conta da maior parte do universo administrativo colonial, ao menos, no que diz respeito ao Rio Grande. Assim, obtiveram-se muitas informações a respeito da vida material da região e foi possível observar o processo de conquista, a formação política e econômica da Capitania, assim como as visões concorrentes a respeito do destino daquela região<sup>44</sup>. Além disto, a leitura de todo este material permite compreender melhor o funcionamento do Estado português nas regiões coloniais e acaba por se tornar um excelente “filtro” para a crítica documental. No apêndice o leitor vai encontrar

---

<sup>44</sup> A abundância de documentos pode ser um indicador do próprio processo de formação da capitania do Rio Grande: entre 1732 e 1762 existem 40 documentos classificados como do “Rio Grande do Sul” nos avulsos do AHU, média de 3,5 por ano. No período da guerra de reconquista (1763-1777) são 51 documentos, média de 3,6 por ano. Entre 1778 e 1789 são 47 documentos, média de 4,3. Na época em que se expandem as exportações, 1790-1807, são 527 documentos, 30,8 por ano (calculado a partir do catálogo organizado por OSÓRIO, Helen. BERWANGER, Ana R. SOUZA, Susana B. **Catálogo de**

ainda uma lista com todos os secretários de marinha e ultramar, vice-reis e governadores do Rio Grande durante o período estudado.

Para a elaboração desta tese analisou-se ainda um grande número de memórias a respeito da Capitania que começaram a surgir bem no final do século XVIII. Estas memórias foram levantadas em arquivos, revistas de história (como a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) e outras publicações. Apesar da maior parte delas não ser inédita, até agora não tinham sido analisadas em conjunto; tampouco foram relacionadas com o movimento memorialista que tomou conta do Império português no final do século XVIII (ver capítulo 4)<sup>45</sup>.

Com este material foi possível definir com mais precisão os projetos para integrar o Rio Grande no sistema e no Império coloniais, complementando e problematizando os documentos de cunho administrativo. Ao estudo destas memórias acrescentaram-se textos da época, de autores já consagrados, que abordavam temáticas mais amplas (como por exemplo alguns escritos do bispo Azeredo Coutinho e do futuro Visconde de Cairu) que permitiram contextualizar as temáticas rio-grandenses no movimento memorialista.

O terceiro tipo de documento básico para a tese foram alguns mapas de exportação, elaborados de maneira muito assistemática desde 1790, e as balanças de comércio da Capitania que começaram a ser produzidas depois de 1802. Parte destes dados foi recolhida nos Avulsos do AHU e em um manuscrito da BN; já as balanças depois de 1808 pertencem ao material da Real Junta de Comércio (RJC), instituição criada no Rio de Janeiro com a chegada

---

**Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.** Porto Alegre: Corag, 2001).

<sup>45</sup> Escrever memórias sobre diferentes assuntos e dedicá-las aos secretários do Rei ou a um nobre influente na Corte era uma forma, muito comum no Antigo Regime, pela qual a “sociedade civil”

da família Real. Estas cifras foram completadas com informações recolhidas pelos memorialistas e outros textos de época.

Com estes documentos elaboramos uma balança comercial completa entre 1802-1821 - ainda que tenha sido necessário lançar mão de algumas estimativas -, também foi preparada uma quantidade de tabelas e gráficos que possibilitaram testar, aprofundar e problematizar as hipóteses que surgiam na elaboração de nosso estudo. Também foram estas as principais fontes utilizadas na caracterização dos laços econômicos entre o Império e o Rio Grande.

A análise serial, apresentada nos capítulos 2 e 3 e num apêndice estatístico no final da tese, seguramente não esgota os dados existentes sobre o comércio rio-grandense da passagem do século XVIII para o XIX; aliás, será que alguma análise é capaz de esgotar as fontes? É que o estudo serial é apenas uma parte da tese, talvez menos da metade; além disto, os dados são cheios de problemas e incorreções que se fossem devidamente explicitados, caso por caso, resultariam em outra dissertação. Ficamos assim com o axioma repetido por Valentim Alexandre, números falsos, curvas verdadeiras<sup>46</sup>. No exame e na organização das cifras e das estimativas foram utilizadas as quatro operações básicas da aritmética, as médias simples, algumas equações de primeiro grau e, principalmente, o bom senso.

Resolvemos tornar pública boa parte do material quantitativo e explicitar os critérios na formação das estimativas para estimular o debate e a pesquisa sobre as séries do comércio rio-grandense. Finalmente e a favor dos números aqui apresentados chamamos a autoridade de ninguém menos que Earl Hamilton:

Aparte de los errores que puedan existir en mi trabajo, consecuencia inevitable de los millares de operaciones de cálculo realizadas, también los

---

tentava influenciar os desígnios da política Absolutista. No final do século XVIII esta forma literária se difundiu em Portugal, carregando em si o espírito de “Reforma” do Século das Luzes.

<sup>46</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império...*, op. cit., p. 20.

libros de cuentas y los documentos originales abundan en errores. Muchas veces tuvimos que elegir una de entre varias afirmaciones incompatibles y se habrá incurrido, sin duda en errores de apreciación. (...) Pero se han empleado no menos de 2.700 horas en recoger materiales del Archivo de Indias y se han hecho todos los esfuerzos posibles para evaluar la totalidad de los caudales que llegaron a España y evitar la doble cuenta. Creo improbable que existan errores graves<sup>47</sup>.

Naturalmente, as fontes que permitiram a composição da tese ultrapassam os três tipos elencados aqui. Relatórios dos vice-reis, correspondência de homens de negócio, inventários, requerimentos, documentos fazendários diversos, entradas de embarcação, guias, material alfandegário, mapas de população e de rebanhos, foram algumas das categorias de fontes que foram compulsadas de maneira assistemática nos diversos arquivos e bibliotecas que tivemos a sorte de freqüentar, os quais são arrolados aqui: em Portugal, o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), o Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), a Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), e a Biblioteca da Ajuda (BAj). No Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional (AN), a Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em Porto Alegre, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS).

Para finalizar, algumas questões formais: os documentos tiveram a sua grafia atualizada, mas teve-se o cuidado de não alterar o seu sentido, e alguns arcaísmos, como por exemplo o uso de certas maiúsculas, foram mantidos. Em geral registramos nas notas de rodapé as datas dos documentos, quando não estivesse registrada a data, dado o caráter

---

<sup>47</sup> HAMILTON, Earl. **El Tesoro Americano y La Revolución de los Precios en España**. Barcelona: Ariel, (1ª ed. inglesa de 1934), 2000 p. 45.

fragmentário da fonte ou por se tratarem de anexos de outras correspondências, procuramos estabelecê-la por aproximação.

## **1. PROBLEMAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO EXTREMO-SUL: POLÍTICA E GEOPOLÍTICA**

O capítulo discute a geopolítica do extremo-sul da América Portuguesa apontando para os principais problemas na expansão territorial portuguesa. Insere-se aqui o problema da concorrência intermetropolitana na consolidação da conquista do território: era pelo risco da concorrência castelhana que o Estado português pautava a sua relação com as populações locais, e também foi este o problema primordial na constituição política do Rio Grande<sup>48</sup>. A crise do sistema colonial aprofundou os riscos, já que as novas formas políticas espalhadas pela Europa e infiltradas na América afetavam o poder lusitano em suas próprias bases.

Estas questões serão desenvolvidas pelo estudo da geopolítica colonial, em que o problema básico era afastar o perigo espanhol, e se completará com a geopolítica do Império americano, em que as novas formas políticas passaram a ser o maior risco.

---

<sup>48</sup> O termo Rio Grande do Sul, em oposição ao “Rio Grande do Norte”, só começou a aparecer na década de 1790 em documentos originados em Pernambuco e na Bahia, quando engrossou o comércio com o nordeste,. Somente em 1807 que o Rio Grande se tornou “Capitania Geral”, com todas as prerrogativas legais e com o nome de “Rio Grande de São Pedro”. Em todo o caso, nesta tese optamos pelo termo “Rio Grande”, referindo-se ao território, vez que outra pelas expressões “Capitania” e “Continente”, sempre com letra maiúscula.

### ***1.1. A geopolítica colonial.***

Nos séculos XV e XVI insinuava-se uma nova forma política no Ocidente, o Estado Absolutista. Seja por pressões internas, necessidade de reorganização dos senhores feudais frente às pressões políticas e econômicas dos camponeses e da burguesia citadina; seja por pressões externas sofridas de outros países mais “modernos”, a *expansão do poder do Estado* era necessária. O Estado expandia-se por sobre as formas antigas de soberania parcelada e de poder privado – tomando para si o monopólio da violência e controlando a vida econômica e espiritual -; ao mesmo tempo em que, pela conquista territorial, avançava por sobre os Estados mais frágeis. Acrescentar novos territórios significava aumentar o número de súditos, a riqueza, o poder e a reputação do monarca <sup>49</sup>.

Controlar o corpo do Estado, se impor ou se defender dos demais, exigia a criação de uma burocracia de carreira e de um exército profissional que, por sua vez, tinha custos sempre crescentes perante a complexa política da época moderna. Por conseguinte, constituíram-se as políticas mercantilistas que, em torno de seus jargões básicos – metalismo, balança comercial favorável e proteção às produções nacionais – procuravam complementar o tesouro do Estado e, por tabela, o desenvolvimento nacional<sup>50</sup>. Ao identificar a riqueza com matérias amedáveis, ouro e prata, buscava-se atrair o bulhão dos Estados rivais para cumprir os compromissos financeiros do príncipe.

---

<sup>49</sup> Cf. BRAUDEL, Fernando. **Civilização Material Economia e Capitalismo:** (vol. II). Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 459-460 e ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 31.

<sup>50</sup> Cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e o Brasil na Crise...*, *op. cit.*, pp. 60-61, cf. também DEYON, Pierre. **O Mercantilismo.** São Paulo: Perspectiva, 1973 Nas palavras de Eli Heckscher: “(...) *el fin era la guerra, la cual exigía directamente la existencia de una buena hacienda, y a su vez, para lograr esto era indispensable contar con una sólida economía.*” (HECKSCHER, Eli F. **La Epoca Mercantilista.** Historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de edad media hasta la sociedad liberal. Mexico: FCE, 1983, p. 463, ver tb. pp. 5-8).

As conquistas ultramarinas inseriam-se nesse contexto. No jogo de soma-zero do Estado Moderno, as colônias terão importância cada vez maior com o correr dos séculos. No caso de Portugal, premido pelo Império Espanhol, do qual participara nos 60 anos de União Ibérica, o Ultramar era a garantia de existência do Reino; daí o expansionismo, nas palavras de Luiz Felipe Alencastro, “preemptivo” que jogava para obter territórios antes de sua rival Ibérica. A preeminência comercial em suas colônias era a moeda de troca que Portugal poderia oferecer a sua parceira diplomática, a Inglaterra; as colônias também eram as principais fontes de renda da pequena Nação ibérica<sup>51</sup>.

Com a restauração, portanto, surgiu uma série de vicissitudes à Casa dos Bragança. Conter o revanchismo espanhol, obter a paz com a Holanda e garantir o apoio inglês custavam caro, num momento em que a perda do virtual monopólio da produção de açúcar reduzira ainda mais as rendas metropolitanas<sup>52</sup>.

A necessidade de obter moeda e a memória dos rios de prata peruana que corriam por Buenos Aires nos tempos do *Asiento* e da União Ibérica alentaram projetos de tomar a

---

<sup>51</sup> Cf. ALENCASTRO, Luiz F. A Economia Política dos Descobrimientos. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. (193-207). São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 193. Opinião parecida nos oferece Novais: “(...) *decorre um permanente esforço metropolitano no sentido de expandir o território de dominação colonial, para além das possibilidades de exploração econômica; é que os Estados modernos em gestação na Europa estão se formando uns contra os outros, de aí essa furiosa competição para garantir espaços na exploração colonial.*” (NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. *In*: **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e privacidade na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 21-22). Cf. também NOVAIS, *Portugal e Brasil... op. cit.*, p. 20.

<sup>52</sup> cf. BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 163-169 e GODINHO, Vitorino Magalhães. Finanças pública e estrutura de Estado. *in*: **Estudos**. Sobre a História de Portugal II (25-63), Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 56-62.

embocadura do Rio da Prata<sup>53</sup>. No ano de 1680 teve lugar a fundação da Colônia de Sacramento, à frente de Buenos Aires, posição extrema no sul da América portuguesa.

A fundação da Colônia em território considerado espanhol pelos ajustes do mais que centenário Tratado de Tordesilhas provocou queixas da Corte castelhana. Seguiram-se discussões diplomáticas inconclusivas até o ano de 1688, quando o governador de Buenos Aires resolveu sitiar a praça portuguesa à revelia das determinações metropolitanas; sob pressão diplomática, a Coroa Espanhola teve de devolver o território.

A situação ficou indeterminada até a Guerra de Sucessão ao trono espanhol (1701-1713) quando, pelo Tratado de Utrecht, acertou-se que a Espanha deveria reconhecer a posse portuguesa da Nova Colônia. No entanto, os castelhanos buscaram limitar ao máximo as incursões portuguesas, cercando a colônia por guardas militares e retirando os rebanhos de gado *simarrón* da região<sup>54</sup>.

A Colônia de Sacramento deu início a uma corrida pelas posições no extremo-sul-atlântico: além da própria Nova Colônia, Portugal fundou Laguna (1684) e Rio Grande (1737); já a Espanha abençoou a expansão jesuítica com os Sete Povos ao leste do Rio Uruguai (1682-1707) e estabeleceu Montevidéu (1734) na embocadura do Rio da Prata.

As novas fundações deram alento às expedições portuguesas pelo litoral para a extração do couro. Também o gado em pé era exportado da Banda Oriental; partindo da Colônia, as tropas invernavam nos campos ao redor do presídio de Rio Grande, passando pelo

---

<sup>53</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio B. A Colônia de Sacramento e a expansão no extremo sul. *In: História da Civilização Brasileira*. Tomo I, 1º vol., Do descobrimento à expansão territorial. (322-363), 5ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1976, pp. 324-325.

<sup>54</sup> Sobre a exploração de gado *simarrón* e as vacarias silvestres na campanha da região platina cf. PEREZ, Osvaldo. Tipos de producción ganadera en el Rio de la Plata Colonial. La estancia de alzados. *in: AZCUY AMEGHINO, Eduardo (org.). Poder Terrateniente, relaciones de producción y orden*

litoral para Laguna, daí, pelo caminho de Araranguá, paravam em Lages donde seguiam em direitura até a feira de Sorocaba<sup>55</sup>.

Evitavam, contudo, a se embrenhar muito no sertão. Os aventureiros temiam os índios missioneiros que, como demonstraram na ocasião da tomada da Colônia em 1705, lutavam furiosamente contra as insinuações territoriais lusitanas<sup>56</sup>. Manuel Gonçalves Aguiar, militar português, em resposta a um questionário sobre as terras meridionais feito pelo governador de São Paulo em 1721, narrou um fato ocorrido com lagunistas que procuravam a lendária prata jesuítica na Serra do Botucaraí, região central no atual estado do Rio Grande do Sul. Tendo ouvido tiros de espingarda, os lagunistas “(...) *acharam situados já naquelas mesmas partes aos Padres Jesuítas Castelhanos com os índios com caminhos feitos de carros e cavalgadas, em que conduziam a prata para suas aldeias (...)*”. Contudo, “(...) *receando o ficarem todos mortos (...)*”, fugiram para Laguna levando menos da metade do tempo na viagem de volta até o Rio Grande “(...) *pelo medo de que os seguissem*”<sup>57</sup>.

A ocupação da *hinterland* da Lagoa dos Patos também era dificultada pela ausência de tribos amigas que pudessem apoiar o avanço português. No já referido questionário, Manuel Aguiar dizia que o interior era pouco habitado, “(...) *só ao pé da Serra (...)*” havia algum “(...)

---

**colonial.** (151-184). Buenos Aires: García Gambeiro, 1992. REICHEL e GUTFREIND, *As Raízes históricas...*, 111-134.

<sup>55</sup> Cf. SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil.** 3ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957, p. 173.

<sup>56</sup> O furor dos índios no momento da conquista era tal que o padre que os liderava chegou à tenda do governador de Buenos Aires D. Juan de Valdes e disse que “(...) *no podia contener a los índios (...)*” (*apud*: NEUMANN, Eduardo. **O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750.** Porto Alegre: 1996, p. 128).

<sup>57</sup> *In*: CESAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul.** 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1981, p. 82. Provavelmente a “prata” conduzida pelos índios era apenas erva-mate.

*gentio bravo, mas este não comerceia [sic] com ninguém (...)*”<sup>58</sup>. Também, os índios da campanha de Montevideu e Maldonado evitavam comerciar com os lusitanos, ainda que o fizessem com alguns entrelopos franceses, pois estavam “(...) *receosos sempre de que os Portugueses passassem aos dos portos a povoá-los*”<sup>59</sup>.

Consolidada a presença portuguesa em Sacramento, começaram a aparecer os primeiros vaqueanos – homens que conheciam profundamente o território -, dentre eles as figuras míticas de Cristóvão Pereira de Abreu, cantado na *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia de Sacramento* por Simão Pereira de Sá, contratador do quinto dos couros, tropeiro e negociante volante da região, e João de Magalhães, lagunista, tropeiro pioneiro nas bandas do Rio Grande. A parcialidade Minuano, enredada numa longa guerra com os índios missioneiros pelo uso das vacarias silvestres, iniciou uma aproximação com os portugueses de Sacramento para quem forneciam couro e sebo<sup>60</sup>. Por esta maneira, os sertanistas adquiriam o conhecimento do terreno com os índios.

Pelos idos de 1727 Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governador de São Paulo, determinou a abertura de um caminho que, nas palavras de Cristóvão Pereira de Abreu, ligaria o litoral do atual estado do Rio Grande do Sul a São Paulo “(...) *para por ele se introduzirem destas campanhas, naquela Capitania e nas de Minas, gados e cavalgadas* (...)”. As diligências neste sentido demoraram por falta de gente disposta à perigosa empreitada, uma vez que, tanto em Laguna como entre as estâncias do Viamão, corriaM “(...) *umas vezes*

---

<sup>58</sup> In: CESAR, *Primeiros Cronistas...op. cit.*, p. 78. Tudo indica que eram índios do grupo Ge, antepassados dos Kaigang e Xokleng.

<sup>59</sup> ID., 81. Sobre o comércio francês na região ver também, pp. 26-27, VILLALOBOS, Sergio R. **Comercio y Coontrabando en el Rio de la Plata y Chile**. Buenos Aires: EUDEBA, 1965, pp. 26-27.

<sup>60</sup> Cf. PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais**. Vol. II, 2ª ed., Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954, p. 99 e 113.

vagas (...)” que diziam “(...) *haber gentio dos Padres em cima da Serra (...)*”<sup>61</sup>. Cristóvão Pereira de Abreu e Francisco de Souza Faria acabaram por abrir o caminho que partia dos campos de Viamão, passando pelos de Cima da Serra e ligando as localidades de Lages, Araranguá e Curitiba. Nesta jornada foi descoberta a Vacaria dos Pinhais, criada pelos jesuítas para fugir às predações particulares na Vacaria do Mar<sup>62</sup>; intensificou-se assim o tráfico regular de gado em pé para o sudeste do Brasil.

Com a experiência dos sertanistas nas terras do sul, pôde a Coroa portuguesa conhecer a geografia econômica do extremo-sul. Cristóvão Pereira de Abreu, por exemplo, passaria informações sobre a marinha de Laguna até a Nova Colônia e sobre o novo caminho da serra para o padre Diogo Soares da Companhia de Jesus; o jesuíta participava com o padre italiano Domenico Capassi de uma expedição científica cujo escopo era a localização da Colônia de Sacramento perante o Tratado de Tordesilhas<sup>63</sup>. Ao cabo, todo o lume alcançado pelos vaqueanos do extremo-sul serviu para fundamentar as discussões políticas e diplomáticas que desembocaram na assinatura do Tratado de Madri.

Mas, no desenrolar da primeira metade do século XVIII ficava mais precária a situação dos portugueses na Colônia de Sacramento. A frustração dos projetos de estabelecer povoações em Montevideú e Maldonado, locais que seriam ocupados pelos espanhóis, impedia qualquer tipo de tentativa de controlar a embocadura do Rio da Prata; também o domínio da campanha oriental pelos castelhanos dificultava o abastecimento daquela praça.

---

<sup>61</sup> In: CESAR, *Primeiros Cronistas op. cit.*, p. 119 e 121.

<sup>62</sup> De acordo com Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind, (*As Raízes Históricas...op. cit.*, p. 113) a Vacaria do Mar teria chegado a contar com cinco milhões de cabeças de gado e a Vacaria dos Pinhais com um milhão.

<sup>63</sup> Cf. CESAR, *Primeiros Cronistas..., op. cit.* que comenta e inclui duas *práticas* de Cristóvão Pereira de Abreu destinadas ao Pe. Diogo Soares (pp. 113-123). Sobre as missões científicas portuguesas no

Assim, ganhou força na Corte lisboeta a opinião que defendia a troca da Nova Colônia por outro território espanhol, possibilidade prevista no momento do Tratado de Utrecht. Por outro lado, a opção pelo abandono daquela praça dava-se num contexto em que crescia a produção aurífera nos sertões das Gerais enquanto a prata de Potosí passava por um período de depressão; daí a opção pelo gado em pé que possuía extração segura nas campinas missioneiras<sup>64</sup>.

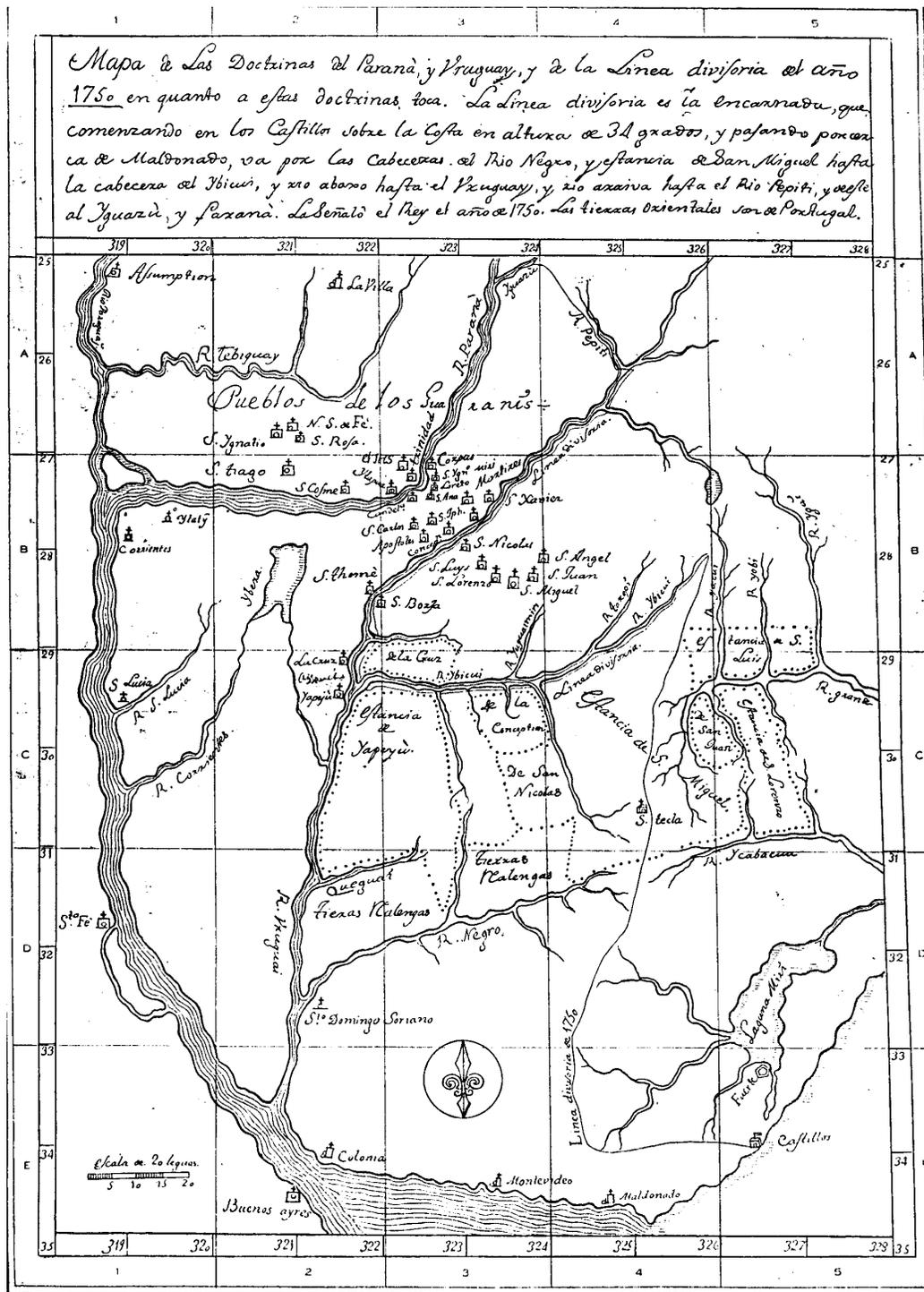
Neste sentido, no ano de 1750 foi assinado o Tratado de Madri que, visando à normatização das relações diplomáticas e territoriais, estabelecia o princípio de *Uti Possidetis* – o respeito aos territórios efetivamente ocupados no momento – nas relações entre as Coroas e propunha demarcação dos territórios americanos por cursos de água e relevos conhecidos. O Tratado reconhecia o domínio espanhol das Filipinas e cedia aos castelhanos a Colônia de Sacramento e a margem esquerda do rio Amazonas; por sua vez, Portugal recebia os Sete Povos Orientais e tinha por reconhecida a ocupação das margens orientais dos rios Guaporé e do Madeira, do Paraguai e do Paraná (ver mapas 1 e 2) <sup>65</sup>.

---

século XVIII, (cf. BICALHO, Maria F. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003., pp. 109-112).

<sup>64</sup> Para os valores de ouros e diamantes enviados a Portugal, cf. BOXER, *O Império Marítimo...op. cit.*, 397. Para a produção de Potosí, cf. HERRERO, Pedro P. **Comercio y Mercados en América Latina Colonial**. Madrid: Mapfre, 1992., p. 242. Alexandre de Gusmão, o principal articulador português do Tratado de Madri, dizia que o gado obtido nas campanhas rio-grandenses “(...) navegando os seus couros e carnes para os portos do Brasil, e os mais animais terão huma grande saída para o serviço das povoações, onde tem delles necessidade.” (apud: HOLANDA, *A Colônia de Sacramento...op. cit.*, p. 354). É interessante notar que a queda na produção de prata precipitou uma crise no comércio de mulas para o Alto Peru o que talvez tenha facilitado a atração destes animais de tiro para o centro-sul brasileiro. (cf. HERRERO, *Comercio y Mercados...op. cit.*, p. 206).

<sup>65</sup> Cf. CARVALHO, Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959, pp. 12-13.



**Mapa 1: O Território Missioneiro em 1750:** Mapa de las doctrinas del Paraná y Uruguay y de la Línea divisoria al año 1750 In: FURLONG, Guillermo. *Cartografía Jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires, 1936, mapa 33.

O princípio do *Uti Possidetis* nas negociações de Madri também representava uma mudança nas discussões tradicionais entre portugueses e espanhóis. Até então, os argumentos giravam em torno de diferentes interpretações do Tratado de Tordesilhas, fundado ainda numa visão escolástica do mundo que sugeria a autoridade temporal do papa sobre os príncipes. Já o *Uti Possidetis* que inspirava o novo tratado era derivado do Direito Natural inglês<sup>66</sup>.

Ratificado o Tratado no início de 1751, Cristóvão Pereira de Abreu e um grupo de aventureiros paulistas iniciaram o reconhecimento da região central do atual estado do Rio Grande do Sul, descobrindo as nascentes e a bacia do rio Jacuí (cf. mapas 1 e 2) que dava acesso às Missões e às estâncias jesuíticas da região. Em seguida, tropas portuguesas instalaram-se em uma pequena fortaleza na confluência dos rios Pardo e Jacuí, que, com o aporte de casais povoadores das ilhas portuguesas e de vendas volantes, formaria o povoado de Rio Pardo, cabeça de ponte da partida de demarcação portuguesa para as Missões e das expedições de preia de gado nos cinquenta anos seguintes. A fundação de povoados durante as diligências pelas demarcações era instruída por Sebastião Carvalho e Mello - futuro marquês do Pombal – na *Primeira carta Secretíssima* ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire<sup>67</sup>.

Embaraçadas pela resistência indígena, a comissão espanhola, comandada pelo Marques de Valdelírios, e a comissão portuguesa, comandada por Gomes Freire, resolveram estacar o trabalho e preparar as tropas para dar guerra aos índios das Missões. No ano de 1756

---

<sup>66</sup> Cf. SANTO, Miguel F. do Espírito. **O Rio Grande de São Pedro Entre a Fé e a Razão**. Introdução à História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999, pp. 49-54 e 123-128.

<sup>67</sup> Golin transcreve parte da carta *secretíssima* de Pombal em nota ao diário de José Custódio Faria. (GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf/Editora da UFRGS, 1999, p. 212, nota 236). Além de Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Amaro receberam casais povoadores.

os exércitos retomaram as marchas, destruindo a resistência guarani na batalha de Caiboaté e ocupando os povos de Santo Ângelo e São Borja.

Durante as jornadas de demarcação e ocupação do povo de Santo Ângelo, os portugueses exerceram uma política de aproximação para com alguns grupos de índios missioneiros, buscando atraí-los ao seu partido. Seguiam as já citadas instruções *secretíssimas* que identificavam na população a força da posição lusitana nas fronteiras com a Espanha e determinavam o incentivo de casamentos dos aventureiros com as índias guarani. Na retirada das tropas portuguesas das Missões em 1761 – precipitada pela anulação do Tratado de Madri -, seguiram-lhes quase três mil índios que se estabeleceram em povoados no território do Rio Grande.

A transmigração de quase 10% da população dos Sete Povos para o território controlado pelas forças portuguesas teve importantes reflexos na geopolítica do extremo-sul americano. A miscigenação cultural – que, em seus aspectos materiais, foi realçada com volúpia por alguns historiadores tradicionais – acabou por fornecer uma “segunda geração de vaqueanos” que além de conhecer o território missioneiro, possuía ligações de amizade e parentesco com os índios das Missões; constituía-se uma espécie de partido português nos Sete Povos e em suas estâncias que, além de facilitar as predações de gado, seria a base da conquista daquele território em 1801 (cf. adiante) <sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Ciro Cardoso, retomando idéias de Charles Verlinden, escreve para o contexto paraense do final do século XVIII: “(...) a colonização efetiva supõe o estabelecimento de uma ‘paz colonial’ que torna impossível a escravização aberta da população local, já que esta tem forçosamente de participar da empresa colonizadora (...)” (CARDOSO, Ciro F. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará 1750-1817**, Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 198). Inicialmente, os índios missioneiros atraídos ao território português eram praticamente livres; mais tarde seriam internados em aldeias e submetidos a algumas formas trabalho forçado; nos últimos anos do século XVIII se completará esta espécie de “regressão” de *status* dos guarani, sendo distribuídos a particulares em uma forma de escravização disfarçada.



**Mapa 2: O Brasil e o extremo-sul em 1749:** Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la Corona de España en la America Meridional. In: HESPANHA, Antonio M. (int.). **Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 54.

O mapa demonstra, em tom amarelo, as possessões portuguesas na América. Note-se que a posse portuguesa do atual território do Rio Grande do Sul se limitava ao litoral e a alguns terrenos ao norte-nordeste do rio Guaíba.

Sob o patrocínio de Pombal ia se forjando o primeiro “projeto” de integração do Rio Grande: miscigenação, migração de casais das ilhas do atlântico, fundação de povoações e

distribuição de terras. A distribuição de terras seguia o projeto pombalino: aos índios e aos açorianos se davam terras próximas a serra, próprias a agricultura, já os campos eram repartidos pelos homens mais ricos, capazes de investir na criação de gado<sup>69</sup>.

Apenas dois anos depois da anulação do Tratado de Madri, os desdobramentos diplomáticos do Pacto da Família colocaram novamente Portugal e Espanha em campos opostos. Os reflexos dessa nova rodada na política europeia fizeram-se sentir no extremo-sul da América. O governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, organizou uma expedição com mais de 3 mil homens, conquistou a Colônia de Sacramento e depois se lançou pelo litoral de Maldonado contra as posições portuguesas na fortaleza de Santa Teresa. Vendo a superioridade do inimigo, as tropas portuguesas desertaram, deixando o caminho livre para que os castelhanos tomassem a Vila de Rio Grande, atravessando o canal e fortificando-se na margem norte da barra da Lagoa dos Patos.

A perda da embocadura do Rio Grande tomava dimensões de catástrofe para as pretensões lusitanas no extremo-sul. Aquela posição era o único porto entre Laguna e Maldonado, embargando o giro do comércio, a movimentação militar e o abastecimento das tropas acantonadas no Continente<sup>70</sup>. Também a pecuária comercial, que recém começava a

---

<sup>69</sup> De acordo com um informante do marquês do Lavradio, Francisco José da Rocha, “(...) *os ilhéus e índios como agricultores (...) que são os que em toda a parte fazem dos países abundantes de gêneros (...) se lhes dessem terras encostadas a serra, na qual tem água, barros e matos que são as mais próprias aos agricultores; e que os campos se repartissem por aqueles que fossem mais capazes de fazer neles grandes criações de animais cavалares e vacuns para assim fazer existir em abundância e riqueza o continente*”. (apud: SANTOS, Eugénio. A administração portuguesa no sul do Brasil durante o período pombalino: denúncias ao abuso do poder. A questão indígena. In: **Revista da Faculdade de Letras**. Historia II série, vol. XIII (387-402). Porto, 1996, p. 393).

<sup>70</sup> Em 1764 o vice-rei ordenou uma verificação da costa entre Garopaba e o Rio Tramandai “(...) *para evitar trânsito de terra (...)*” na qual os práticos “(...) *não acharam enseada ou lugar algum em que sem perigo grande se pode fazer desembarque (...) e com bancos fora da praia que impedem até poderem vir as lanchas a terra sem perigo (...)*” (AHRS, Órgão Fazendários, Provedoria da Real Fazenda, M-519, Viamão, 20/06/1764).

ganhar vulto, era severamente prejudicada pelos cabedais, gado e terras perdidos aos castelhanos.

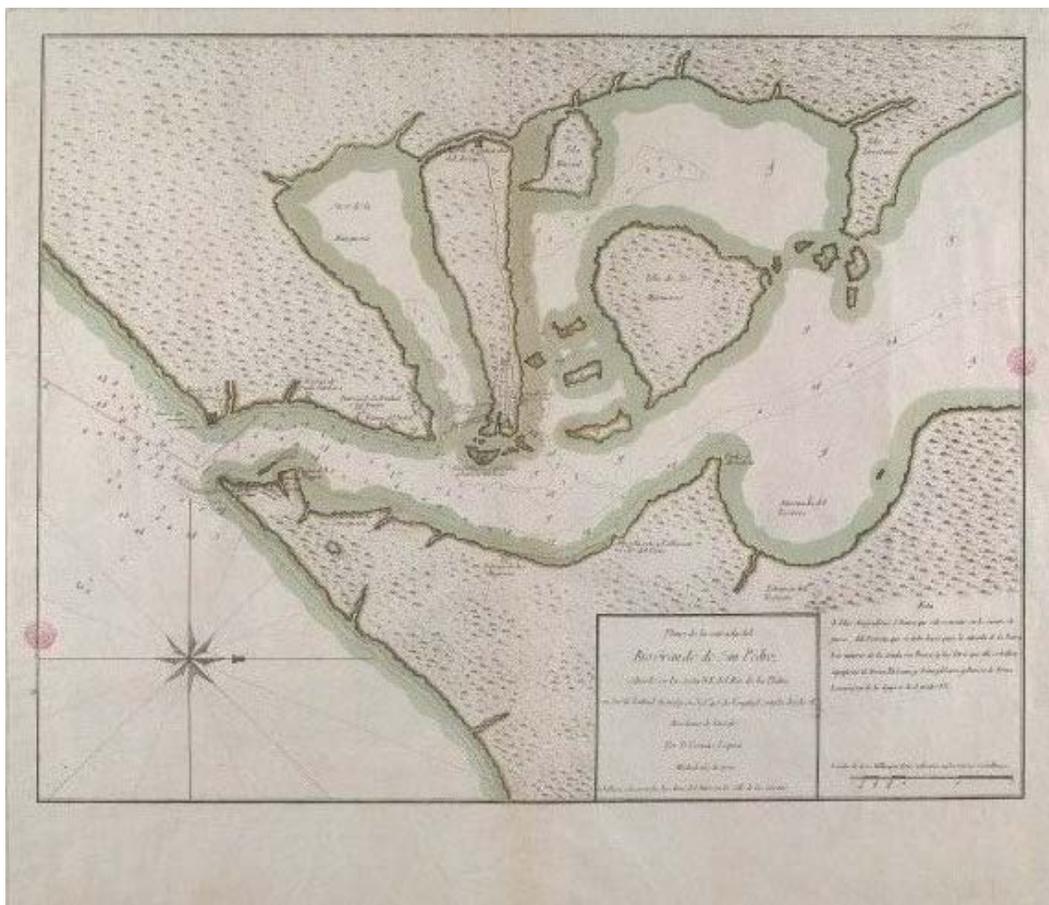
Pelo Tratado de Paris (1763), assinado à revelia de Portugal, resolveu-se que a aliança franco-espanhola deveria devolver todas as posições conquistadas ao Rei Fidelíssimo<sup>71</sup>. Não obstante, D. Pedro Cevallos, apoiado pela Corte castelhana, entregou a Colônia de Sacramento, mas manteve a posse da barra do Rio Grande (ver mapa 3) e a sua navegação exclusiva.

As indefinições diplomáticas sustentaram um clima de hostilidade entre as duas potências Ibéricas no extremo-sul da América. A iniciativa coube aos portugueses que tentaram tomar a Vila de Rio Grande em 1767, mas que acabaram por desalojar os espanhóis apenas da margem norte da barra<sup>72</sup>. O governador de Buenos Aires, D. Juan José de Vertiz y Salcedo, respondeu em 1773 com uma expedição que subiu pelas campanhas a noroeste de Montevideú, atacando algumas guardas destacadas na fronteira do Rio Pardo. O exército português, já reformado por oficiais austríacos e sob a liderança do Marechal Bhöm, retomou a ofensiva e depois de duas operações de envergadura expulsou os castelhanos de Rio Grande no ano de 1776.

---

<sup>71</sup> Cf. MONTEIRO, Jônathas da C. R. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. *In: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1763-1777)*. Vol. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979, pp. 145-146.

<sup>72</sup> A intenção era aproveitar os problemas políticos espanhóis provocados pelo Motim do Esquilache de 1766 que, iniciado em Madri, se alastrou pela Espanha inteira (CF. MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 122-123). Sobre o motim de Esquilache, ver VILAR, Pierre. Conyunturas. Motín de Esquilache y crisis de antiguo régimen. *In: Hidalgos, Amotinados y Guerrilleros: Pueblo y poderes en la historia de España (63-92)*, Barcelona: Grijalbo, 1982.



**Mapa 3: A barra do “rio Grande”c. 1777** : Tomás Lopez de Vargas Machuca “Plano de la entrada del Rio Grande de San Pedro, situado en la costa N.E. del Rio de la Plata”. (Retirado de: <http://purl.pt/103/1/> no dia 02/09/2005).

O contra-ataque espanhol transcendeu os limites territoriais americanos e mobilizou as melhores forças do Império numa esquadra saída de Cádiz, que envolvia 116 embarcações e quase 20 mil homens. O objetivo era conquistar a ilha de Santa Catarina, cortando as linhas de comunicação da América Portuguesa, retomar a Colônia de Sacramento e a praça de Rio Grande, fazendo com que a fronteira portuguesa voltasse na marra aos limites do Tratado de Tordesilhas<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Cf. Bicalho, *A Cidade e o Império...op. cit.*, pp. 94-95 e MONTEIRO, *A Dominação Espanhola...op. cit.*, p. 303. A “versão castelhana” desses sucessos pode ser consultada na memória de Don Juan José

Sucedeu-se que a esquadra espanhola tomou a ilha, seguindo diretamente para a Colônia em função de um temporal que impediu a entrada na barra do Rio Grande. A escala das operações espanholas - num momento em que a Inglaterra estava envolvida com a rebelião de suas colônias – impressionou a Corte portuguesa que entabulou conversações que resolvessem de forma definitiva a questão de limites na América do Sul. O resultado foi, no mesmo ano (1777), o Tratado de Santo Ildefonso, que impôs a perda da Colônia de Sacramento, porém, reconheceu a posse definitiva de Rio Grande e Rio Pardo, cedendo alguns campos pertencentes às Missões na sub-bacia do rio Pardo e Baixo Jacuí (cf. mapa 4).

O butim de animais e de terras adquiridos com a conquista e o Tratado permitiu a concentração da riqueza e a formação de uma elite militar local, interlocutora privilegiada do Estado português. Cabe destacar as figuras de Manoel Marques de Souza e Patrício José Correa da Câmara; aparecendo pela primeira vez nas batalhas da década de 1770, os dois terão atuação destacada nas comandâncias das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo, respectivamente, participando das campanhas de 1801, 1811 e 1816<sup>74</sup>.

Terminada a guerra, assinado o Tratado e iniciadas as diligências para a demarcação, passava a ser prioridade a reorganização da economia rio-grandense. Para o marquês do Lavradio, em relatório ao seu sucessor, o maior problema do Rio Grande era a “(...) *a falta de gente (...)*” que, por sua vez, resultava que não “(...) *tivesse aumento a agricultura (...)*” e daí

---

de Vertiz y Salcedo. In: RADAELLI, S. **Memorias de los Virreys del Rio de la Plata.** (25-197) Buenos Aires, 1945, esp. pp. 79-85.

<sup>74</sup> Os dois ocuparam por mais de 20 anos as comandâncias das fronteiras com poderes quase absolutos. Depois da independência, Patrício ganharia o título de barão de Pelotas. Manoel Marques de Souza era natural do Rio Grande, onde nasceu na década de 30 do século XVIII, chegou a participar da Junta Governativa de 1821 - nomeada por força da rebelião das Cortes; um neto homônimo seu ganharia o título de conde de Porto Alegre.

“(...) a falta de comércio (...)”<sup>75</sup>. Lembrando a situação do Rio Grande na época de sua chegada ao vice-reinado, Luiz de Vasconcelos dizia que o governador daquela Capitania havia deixado os povos vivendo “(...) sem indústria e sem comércio (...) nem se empenhou em vedar os freqüentes contrabandos (...)”<sup>76</sup>. Na verdade, quando os vice-reis se queixavam da ausência de comércio e agricultura não era pela inexistência de cultivo ou de mercancia “em geral”, mas pela ausência de agricultura de exportação e de comércio colonial<sup>77</sup>.

A falta de agricultura de exportação e de comércio colonial não era apenas um problema econômico. Com a situação de fronteira e o intenso contrabando forjavam-se vínculos políticos alternativos à Coroa Portuguesa, por isto Luiz de Vasconcelos notava a “(...) facilidade [com que] se levantam naquele lugar, que tem sempre franca a passagem para um domínio estranho (...)”<sup>78</sup>. O vice-rei reportava aqui uma constante na relação entre o Estado português e a população do extremo-sul americano: em 1742 o regimento de Dragões da fortaleza de Rio Grande havia se amotinado pela falta de pagamento e ameaçado entregar a praça aos castelhanos; já em 1769 o próprio vice rei, conde de Azambuja, teve de suspender uma correição pretendida pelo ouvidor do Rio Grande pelo receio que os moradores daquela Capitania fugissem para os domínios espanhóis; cinco anos mais tarde foi o governador José Marcelino Figueiredo que impediu o provedor da Real Fazenda de devassar os descaminhos por ser “(...) a conjuntura pouco própria, além de que, como estávamos em guerra, poderiam

---

<sup>75</sup> LAVRADIO, Marquês. Relatório do Márquez de Lavradio vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza que o sucedeu no vice-reinado (1779). **RIHGB** (409-486), T-4, 1842, p. 453.

<sup>76</sup> SOUZA, Luiz de Vasconcelos. Relatório do vice-rei do Estado do Brasil Luiz de Vasconcelos ao entregar o governo ao seu sucessor o conde de Rezende (1789). In: **RIHGB**, (143-239), T-23, 1860.

<sup>77</sup> A historiografia gaúcha tradicional repetia acriticamente estas afirmações dos vice-reis; Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind (*Raízes históricas...op. cit*, p. 139) criticaram esta interpretação historiográfica apontando para a existência da pequena agricultura, mas não era este tipo de produção agrícola que preocupava as autoridades.

*ficar culpados alguns oficiais e soldados e que estes certamente desertariam para o inimigo (...)*<sup>79</sup>. Assim, se, no dizer de Pombal, a força da posição portuguesa no extremo-sul estava na população, o Estado português havia de ceder em alguns privilégios políticos e/ou econômicos para obter o compromisso da gente da fronteira<sup>80</sup>.

Ademais, os efeitos das medidas tomadas pelos espanhóis de liberação gradual do seu comércio não escapavam à análise do vice-rei; a maior liberdade no comércio platino estava atraindo cabedais ao porto de Buenos Aires, incentivando a produção agrícola, o crescimento da população e as corridas de gado na Banda Oriental, assim:

(...) nada há mais arriscado do que achar-se [sic] aquele Continente do Rio Grande a uma situação inteiramente precária e dependente, com um vizinho tão próximo e superior em forças e sem os meios de poder adiantar também os seus estabelecimentos (...)<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> VASCONCELOS, *Relatório...op. cit.*, p. 205.

<sup>79</sup> BNL, Mss. 226, 62. Ignácio Osório Silva, 21/09/1774. Antes mesmo do provedor enviar esta correspondência com críticas a estes procedimentos, o governador José Marcelino já havia avisado o vice-rei que no negócio dos descaminhos “(...) *se tem interessado neles vários oficiais e pessoas que mereceram diferente conceito em outro tempo (...)*”, portanto, “(...) *não se pode continuar a devassa sem ordem de V. Exa., nem semelhante caso que [bole?] com os melhores da terra (...)*”. Aliás, como acusava Ignácio Osório Silva, o envolvido nos descaminhos era nada menos que o famoso Rafael Pinto Bandeira (BNL, Cód. 10854, José Marcelino Figueiredo, 09/08/1773). Sobre a revolta de 1742, nos permitimos citar um trabalho anterior ainda que a nossa análise tenha sido bastante distinta da que apresentamos aqui, MENZ, Maximiliano M. A Revolta dos Dragões em Rio Grande: uma nova abordagem sobre um velho tema. In: **História UNISINOS**. 3(5), (217-244). São Leopoldo, 2001. Sobre a planejada visita do ouvidor, AN, SEB, Cód. 69, Vol. 1, conde de Azambuja, 20/03/1769.

<sup>80</sup> A proibição da compra de gado castelhano também visava a este objetivo duplo – incentivo à população e pactuação política -. Assim, os habitantes da fronteira se obrigavam a povoar a terra, ao mesmo tempo em que os governadores podiam usar eventuais licenças de compra de gado aos espanhóis como moeda política em sua relação com as elites locais (cf. o parecer do procurador real da Coroa a este respeito, que, entre outros argumentos, afirma que este comércio pode diminuir a povoação. AHRG, AG. B-1.05, anexo na corresp. de D. Fernando José de Portugal, 07/04/1808, ver ainda o próximo capítulo). Ver também o capítulo 3, pp. 179-180.

<sup>81</sup> BN (4,4,8) – Luís de Vasconcelos, 04/05/1786. Vasconcelos retomava idéias de uma memória de Francisco João Róscio, engenheiro militar destacado no Rio Grande: “*É dificultoso a qualquer resolver-se de presente na escolha ou no modo de segurança destes terrenos. As forças militares consistem em exércitos e praças. Estas não podem ter subsistência em um país deserto e falto de povoações e culturas (...)*”. (ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso* (1781). In: FREITAS,

O receio era que o crescimento econômico do lado espanhol, aliado ao intenso contrabando, consolidaria uma fidelidade alternativa, entre o Rio Grande e o vice-reinado do Prata. Daí a necessidade de desenvolver o “verdadeiro comércio” e a “verdadeira agricultura” naquele Continente.

Já pelos lados da Espanha, no período imediatamente posterior à derrota na Guerra dos Sete Anos, Carlos III patrocinou uma série de reformas que visavam ao reforço do poder metropolitano nas colônias. A reorganização do exército e do sistema fiscal, a criação de companhias monopolistas e, especialmente, o fim do monopólio do porto de Cádiz para com o comércio das ilhas caribenhas encontravam apoio nos ilustrados e em certos setores da burguesia espanhola que desejavam submeter todo o ultramar ao pacto colonial e aproveitar os incentivos da exploração colonial<sup>82</sup>. Por fim, em 1778, a abertura comercial foi ampliada ao vice-reinado do Prata e aos reinos do Chile e do Peru, incluindo a autorização do comércio entre as próprias colônias. Tais medidas tiveram efeitos imediatos, aumentando o comércio direto entre Espanha e o Ultramar e provocando um surto manufatureiro na metrópole, especialmente na Catalunha. Por sua vez, o aperto fiscal e a “orientação externa” da economia

---

Décio, **O Capitalismo Pastoril**. (105-140) Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 139).

<sup>82</sup> A discussão sobre as reformas borbônicas é extensa e não cabe aqui refazê-la, para algumas considerações pontuais, cf. HERRERO, *Comercio y Mercados...op. cit.* 234-238 e KUETHE, Allan e BLAISDELL, Lowell. French influence and the origins of the Bourbon Colonial Reorganization. *In: HAHR* 71(30), (579-607), 1991. Para uma análise econômica do fim do monopólio de Cadiz, cf. FISHER, John. **Commercial Relations Between Spain and Spanish America in the Era of the Free Trade, 1778-1796**. London: Centre of Latin American Studies, University of Liverpool, 1985.

americana que era incentivada pelos projetos reformistas acabaram por desarticular nas colônias os espaços econômicos regionais sedimentados no século anterior<sup>83</sup>.

Não obstante, fretes e tarifas altas, assim como mercadorias muito caras, faziam do contrabando inglês um problema constante para as autoridades. Também a diplomacia espanhola jogou o seu papel, pois uma série de guerras afetaria profundamente o comércio com as Índias. Em 1779, levados pelo sentimento de revanchismo contra a Inglaterra, os castelhanos apoiaram as Treze Colônias; o curso inglês fez estragos consideráveis, aumentando ainda mais os fretes e os seguros. Já no contexto das guerras revolucionárias (1793-1795), a desconexão do comércio franco-espanhol e a ação dos corsários afetaram o negócio de reexportações para a América e a navegação, especialmente dos portos de Santander e La Coruña<sup>84</sup>. Em 1797, a Espanha voltava à aliança com a sua parceira tradicional, a França do Diretório; no mesmo ano uma esquadra britânica bloqueou o porto de Cádiz, fechando praticamente todas ligações entre a Península e as suas colônias.

A solução espanhola foi liberar o transporte dos produtos coloniais pelos países Neutros (18/11/1797), especialmente Portugal e os EUA, através da venda de licenças. A permissão foi retirada em 20/04/1799, mas, reiterada dois anos depois; no ano de 1805, por ocasião do fim da Paz de Amiens e a subsequente destruição da frota espanhola na batalha de Trafalgar, voltou-se a permitir a intermediação dos Neutros.

---

<sup>83</sup> Cf. IZARD, Miguel. Comercio libre, guerras coloniales y mercado americano. In: NADAL, Jordi e TORTELLA, Gabriel. **Agricultura, Comercio Colonial y Crecimiento Económico en la España Contemporánea**. (295-321) Barcelona: Ariel, 1974, pp., 302-312 e HERRERO, *Comercio y Mercados...op. cit.*, pp. 13 e 227.

<sup>84</sup> Cf. FISHER, John. commerce and Imperial decline: Spanish trade with Spanish America, 1797-1820. In: **Journal of Latin America Studies**, vol. 30, no. 3, (459-479), 1998, p. 462, FISHER, *Commercial Relations...*, *op. cit.*, pp. 47-48 e CUENCA ESTEBAN, Javier. Comercio y hacienda en la caída del Imperio Español, 1778-1826. In: FONTANA, Josep (org.). **La Economía Española al**

As conseqüências dessas liberações são óbvias: consolidaram-se novos vínculos e hábitos no comércio das Índias que nos períodos de trégua e com as tentativas restauradoras da metrópole, tornar-se-iam a base de novas redes de contrabando. A ruptura das ligações com o Ultramar também permitiu o fortalecimento político dos *criollos*, significando uma espécie de “ensaio” dos processos de independência que se sucederam a partir de 1810. Na península, as constantes guerras destruíram a agricultura e a manufatura, jogando a Espanha na periferia da geopolítica continental. Completava o quadro uma profunda crise orçamentária, agravada por emissões de papel-moeda e pela inflação<sup>85</sup>.

As vicissitudes da política espanhola tiveram seus reflexos no Rio da Prata. O estabelecimento de um vice-reinado e a liberação do comércio nos anos de 1777-1778 atraíram cabedais e população para aquelas paragens, tornando-se um incômodo vizinho para o Brasil. Todavia, as guerras imperiais tiveram seu preço: em 1781, Luiz de Vasconcelos escrevia à Corte relatando que os espanhóis enfrentavam sensíveis dificuldades em sua navegação, desejavam, portanto, “(...) *establecer correspondência (...)*” convidando os comerciantes do Rio “(...) *para semelhantes negociações em sociedade (...)*”. O problema de falta de embarcações para enviar mercadorias para a Espanha era especialmente grave para os portenhos que cuidavam do comércio de couros, gênero perecível; daí a intervenção do vice-rei do Prata pedindo a Luiz de Vasconcelos que facultasse as negociações<sup>86</sup>. Por sua vez, os

---

**Final del Antiguo Régimen.** II Comercio y Colonias. (389-453) Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 411.

<sup>85</sup> Cf. IZARD, *Comercio Libre...op. cit.*, pp. 316-319, HAMILTON, Earl J. Guerra e Inflacion en España (1700-1800). In: **El Florecimiento del Capitalismo y Otros Ensayos de Historia Económica.** (137-184). Madrid: Revista de Occidente, 1948 e CUENCA ESTEBAN, Javier. *Comercio y hacienda...*, *op. cit.*

<sup>86</sup> BN (4,4,3), Luis de Vasconcelos, 07/12/1781. Para a correspondência do vice-rei do Prata, cf. SANTOS, Corcino. O comércio hispano-lusitano do Rio da Prata, na crise do sistema colonial. In: **Estudios Ibero-Americanos.** (327-346), Porto Alegre, XV(2), 1989, p. 337.

mercadores portugueses interessados no Prata e mais próximos da Corte obtiveram seguidas licenças para fazer carregações por conta dos grandes de Cádiz, protegendo-se dos corsários ingleses com o pavilhão neutro português. A situação evoluiu para um ajuste entre as duas Coroas Ibéricas pelo qual se liberou o fretamento de navios lusitanos para o comércio colonial espanhol; o ajuste era bastante ambíguo para ser interpretado como uma liberação completa das negociações entre os dois domínios ultramarinos<sup>87</sup>.

Se o português tentava subtrair prata por estas negociações, o espanhol estava de olho nos escravos que poderiam entrar por esta via; daí as continuadas licenças d'El Rei Católico para que comerciantes das duas nações introduzissem escravos vindos do Brasil ou da África. O resultado foi que, entre 1779 e 1782, foram cunhados 1.122 contos de réis em prata em Lisboa, enquanto que no porto de Buenos Aires deram entrada 5 mil escravos<sup>88</sup>.

No entanto, as duas Metrópoles observavam com desgosto o aumento nos contrabandos não só pelo risco político, mas também pelas fraudes no pagamento dos Reais Direitos. Portugal temia o descaminho de escravos e de ouro pelo Rio da Prata; já a Espanha, ao findar da guerra em 1784, pôs fim ao *carring trade* lusitano e o sucessor *del virrey* Vertíz y Salcedo, Marqués de Loreto, recebeu instruções precisas para vedar “(...) *el comercio clandestino (...)*”, ouvindo do próprio ministro que “(...) *podria señalar mis servicios cortando tal desórden (...)*”<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> Cf. AHU, Avulsos, RJ, doc. 9696.

<sup>88</sup> A correspondência de Martinho de Melo e Castro está em BN, (4,4,4,), Martinho de Melo e Castro, 23/03/1782. O número de escravos é referido na memória do vice-rei Vertíz y Salcedo *In: RADAELLI, Memorias...op. cit.* p. 110, cf. ainda ASDRÚBAL SILVA, Hernán. **El Comercio entre España y el Río de la Plata** (1778-1810). s/l: Banco de España, 1993, pp. 21-23.

<sup>89</sup> Memória do Marqués de Loreto. *In: RADAELLI, Memorias..., op. cit.*, (203-371), pp. 258-259. O contrabando de ouro pelo Rio da Prata era acusado pelo intendente geral da polícia de Lisboa (cf. BAj, 54/xi/no. 45, Diogo Ignacio Pina Manique, 09/06/1784).

Já ao norte do equador presenciou-se na última década do século XVIII a primeira “dança dos milhões do açúcar cubano”. A demanda por braços obrigou à Espanha novas medidas para facilitar o fornecimento de mão-de-obra cativa às colônias, vendendo licenças a estrangeiros e permitindo que os espanhóis comprassem negros em qualquer porto estrangeiro. Os traficantes rio-platenses aproveitaram-se dessa conjuntura atuando no comércio regional de escravos e fornecendo charque para a ilha caribenha. Por último, em 1796, a Coroa concedeu a permissão de comerciar com as colônias estrangeiras “por via de ensaio”. Esta permissão “(...) *habilitaba a los comerciantes a dirigir a las colonias extranjeras los productos que no tuvieron colocación en la península, trayendo de retorno frutos, dinero y negros*”<sup>90</sup>.

No momento em que se promoveu a liberdade de comércio com os “neutros” em 1797 o comércio platino já estava completamente transtornado, com uma importante comunidade de mercadores portugueses estabelecida nas praças de Montevidéu e Buenos Aires e com um profícuo comércio de couros, trigo, charque e escravos com as principais praças da América Portuguesa, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Todo o esforço da coroa castelhana em acabar com o *ninho de contrabandistas* da Colônia de Sacramento mostrava-se em vão. O Tratado de Santo Ildefonso, pretensa solução legal e definitiva dos problemas geopolíticos castelhanos na América do Sul, era frustrado pela própria lógica da concorrência

---

<sup>90</sup> TEJERINA, Marcela. Perspectivas de frontera: los lusitanos en el espacio portuario rioplatense a fines del Antiguo Régimen. In: **História Unisinos**. V(3), (11-42), São Leopoldo, 2001, p. 30, cf. ainda VILLALOBOS, *Comercio y Contrabando... op. cit.* pp. 67-72, sobre o contexto cubano do final do século XVIII, cf. MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**. Complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Vol. I. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 35-46.

intermetropolitana<sup>91</sup>. Assim, em 1795, Don Nicolás Arredondo, vice-rei do Prata, repetia com sinais invertidos a fórmula enunciada alguns anos antes por Luiz de Vasconcellos:

(...) y si no mudamos de sistema, vendrá a ser mas de ellos [dos portugueses] que nuestro el fruto de estas provincias, sin haber tenido parte en los gastos y peligros de la conquista. Aun trayndo los sitiados por todas partes a costa de levantar fortalezas y compañías de gente armada, se abren un nuevo camino cada dia, por donde se avanza mas hacia el Perú y Montevideo<sup>92</sup>.

Vivia-se em terras americanas o paradoxo da competição intermetropolitana: o ciúme das Metrôpoles em guardar suas colônias em estrito regime de monopólio, afastando eventuais concorrentes, tornava o contrabando um negócio extremamente vantajoso dos pontos de vista políticos e econômicos o que acabava atraindo ainda mais os seus concorrentes. Regra elementar da economia – e, neste caso, também da política -: quanto maior o lucro, maior o risco. O segredo da geopolítica colonial era, portanto, apostar corretamente nos negócios do Estado; pois se os lucros do comércio com os castelhanos eram altos, como bem lembrava D. Rodrigo de Souza Coutinho, o risco político de fornecer braços e fortalecer a agricultura do inimigo também era (retornaremos a esta questão no capítulo 4)<sup>93</sup>.

A virada do século XVII para o XVIII presenciou as descobertas das Minas no interior da América portuguesa; a constituição de um mercado no interior da conquista provocou

---

<sup>91</sup> Cf. TEJERINA, Marcela. La lucha entre España y Portugal por la ocupación del espacio: una valoración alternativa del Tratado de San Ildefonso de 1777. In: **Revista de História**, 136 (31-40), São Paulo, 1996, pp. 37-38.

<sup>92</sup> Memória do vice-rei Arredondo in: RADAELLI, *Memorias de los virreys...*, op. cit., pp. 437-438.

<sup>93</sup> AHU, ROR, RJ, Cód. 574, Rodrigo de Souza Coutinho, 23/10/1799. A este respeito, escrevia Francis Bacon: “*Os Príncipes devem estar constantemente atentos para que nenhum de seus vizinhos jamais cresça (mediante o aumento do território, o desenvolvimento do comércio, as alianças ou*

profundas modificações na geografia econômica da América Portuguesa. Se nas duas primeiras décadas do *rush* minerador o Rio dividia o mercado mineiro com São Paulo e Bahia, a centralização metropolitana definiu a praça do Rio de Janeiro como ponto de abastecimento dos garimpeiros e de escoamento aurífero<sup>94</sup>. Ademais, o controle da Colônia de Sacramento e de parte do tráfico escravista de Angola permitia aos tratistas “cariocas” especularem com as principais mercadorias coloniais: ouro, prata, açúcar e escravos. A consequência é que os homens de negócio também passaram a controlar o crédito localmente, papel que, até então, era ocupado por instituições públicas ou de beneficência<sup>95</sup>.

Por sua vez, a reorganização do Império obrigou a acomodação das elites regionais. Nos dois primeiros séculos de colonização, a nobreza da terra, os senhores de engenho descendentes dos primeiros conquistadores, reinara sobre o Brasil. Portugal, contudo, apertou a colônia apoiando-se nos mercadores e desinfamando-lhes pelos seus defeitos mecânicos. No início do século XVIII seguiram-se importantes conflitos em torno dos postos de honra nas três principais praças da colônia – Rio de Janeiro, Olinda e Salvador – que terminaram pela

---

*outros meios) a ponto de se capacitar a causar-lhes transtornos.* (BACON. *Ensaio sobre Moral...*, *op. cit.*, p. 72).

<sup>94</sup> “Para justamente impedir os descaminhos do metal, a metrópole via-se na necessidade de impor rotas exclusivas para o escoamento; mas assim concentrava por sua vez os efeitos solapadores, para o sistema [colonial], da produção do metal nobre.” (NOVAIS, *Portugal e Brasil...op. cit.*, p. 193).

<sup>95</sup> SAMPAIO, Antonio C. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil. *In: Estudos Históricos*. 29, (29-49), Rio de Janeiro, 2002. O autor considera que a virada do século XVII para o XVIII assistiu a uma transformação de uma forma de acumulação senhorial para uma forma de acumulação mercantil, marcando a constituição de uma elite comercial. A “morfologia da acumulação” que propõe acaba redundando numa confusão entre duas formas distintas de crédito: uma local, com um caráter pessoal e, muito provavelmente na forma moeda (e controlada pelos homens de negócio do Rio) e outra imperial, mercantil, formalizada pelas correspondências e contas correntes entre homens de negócio, na qual a moeda aparecia mais raramente (e controlada pelos homens de negócio de Lisboa).

vitória dos regatões<sup>96</sup>. Dessa maneira, os mercadores “cariocas” alcançavam preeminência política e econômica num dos mais importantes eixos econômicos do Império português.

A invasão castelhana em 1763, teve repercussões importantes no modo pelo qual o Rio se inseria no Império português. As consequências imediatas foram grandes perdas para os negociantes da praça que haviam empatado muito dinheiro no comércio com a Colônia de Sacramento e com o Rio Grande. Assim, escrevia o bispo do Rio de Janeiro:

Nesta cidade são os mais sentidos homens de negócio pela grande perda que experimentaram das suas fazendas, e mais negociações que pretendiam da conservação daquela praça, e com se ter perdido tanto ainda não estamos sem o cuidado de perda maior, porque não há notícias do destino da nossa última esquadra; se se perder [sic] será inconsolável a nossa perda<sup>97</sup>.

Por outro lado, as presepadas do exército português explicitaram a necessidade de reorganização das conquistas; daí a transferência do vice-rei para o Rio Janeiro visando à constituição de um centro político que coordenasse o esforço militar de defesa e reconquista do sul. A transferência do vice-reinado respondia imediatamente aos compromissos geopolíticos europeus e era também o reconhecimento da crescente importância daquela praça<sup>98</sup>. O vice-rei centralizava a administração das capitanias do sul e deveria coordenar os esforços de reconquista e defesa do extremo-sul. Dessa forma, a elite mercantil “carioca” ficava mais próxima do centro de poder da América portuguesa, abria-se também uma série

---

<sup>96</sup> Cf. MELO, Evaldo C. **O Nome e o Sangue**. Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 41, PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil**. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 39 e BOXER, *O Império Marítimo... op. cit.*, p. 294.

<sup>97</sup> *apud*: SANTOS, *O Comércio hispano-lusitano...op. cit.*, 1989, p. 332.

<sup>98</sup> Comentando uma reflexão do futuro marquês de Pombal, escreve Bicalho: “(...) a perda do Rio de Janeiro significava a perda do Brasil e, portanto, da moeda de garantia que Portugal dispunha para sustentar na intrincada rede dos conflitos em torno da hegemonia européia durante o século XVIII.” (BICALHO, *A Cidade e o Império...op. cit.*, p. 68).

de oportunidades de atuação no abastecimento das numerosas tropas que se concentravam para o esforço militar.

Mas, no final da década de 60, as perspectivas comerciais daquela praça pareciam sombrias. O marquês do Lavradio, que, aliás, detestou o Rio de Janeiro, pintou o seguinte retrato em carta de amizade:

A terra continua ainda a parecer-me muito mal (...) acho estes povos sumamente pobres e como não tem gêneros seus que lhes constituam ao menos um ramo certo de comércio pouca esperança tenho de os poder melhorar nesta parte, em uma palavra meu colega isto está um cadáver que vai para a sepultura, e por fora lhe tem ornado a sua mortalha com muitas flores, e parece-me ser este o mais próprio retrato em que presentemente se acha o Governo do Rio de Janeiro<sup>99</sup>.

O senhor marquês tampouco mostrava apreço pelos “homens de grossa aventura” do Rio. Talvez por seu *ethos* de aristocrata, considerava-os pouco mais que bufarinheiros. Com um tom autoritário, meteu-se na arrematação dos dízimos reais que estavam nas mãos dos “(...) *mascates* (...)”, fazendo com que os comerciantes “(...) *mais abonados* (...)” arrematassem o dito contrato. Não obstante, queixava-se que os comerciantes “cariocas” não eram como os “(...) *da Bahia* (...)” onde fora governador; dizia que no Rio de Janeiro o negócio “(...) *é todo cheio de dolo e falta de lisura* (...)” e, por conseguinte, “(...) *nunca virei a fiar-me deles.*”<sup>100</sup>

No final do seu governo em 1779, o marquês do Lavradio legou informações mais precisas dos homens de negócio da cidade. Escrevia que eram os emigrantes da província portuguesa do Minho que monopolizavam o comércio não admitindo como caixeiros os filhos da terra, excluindo-os da mercancia. Açambarcavam os mercados e deixavam os naturais do

---

<sup>99</sup> Marquês do Lavradio. Correspondência 158, 13/12/1769. In: **Cartas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 10.

país “(...) *subordinados pela dependência (...)*”. Em todo o caso, eram pessoas de “(...) *nascimentos muito ordinários (...)*” sendo, portanto, muito fácil colocar-lhes em seu devido lugar<sup>101</sup>.

As impressões do marquês do Lavradio devem ser devidamente contextualizadas. Parece que as perdas no sul junto com a diminuição da produção aurífera realmente haviam abalado a comunidade mercantil e daí o cadáver da praça sugerido no primeiro fragmento. Outro ponto que merece destaque é a referência à inexistência de um gênero que fosse um ramo certo de negócio; a produção do açúcar no Rio de Janeiro enfrentara uma crise profunda no início do século XVIII, à qual, ao que tudo indica, seguiu-se um marasmo só interrompido pelo *boom* açucareiro ocorrido bem no final do século pelos novos engenhos de Campos e pelo colapso da produção francesa em 1792 (ver o capítulo 3). O tráfico em que os mercadores “cariocas” atuavam era, principalmente, o de abastecimento das Minas e de contrabando com o Prata; não possuíam um *único ramo* que os mantivesse estreitamente vinculados com o Reino. Metidos em especulações duvidosas, contrabandistas de ouro e prata, os regatões do Rio eram dados a infidelidades em relação a Sua Majestade; o marquês não podia mesmo fiar-se neles.

Em geral, o período que se segue à sucessão do marquês de Lavradio tem sido encarado pelas lentes otimistas da história econômica; os preços do açúcar, que já mostravam sinais de recuperação no anos 80, alcançaram valores inusitadamente elevados a partir de 1792. Ao mesmo tempo, novas mercadorias se juntavam às tradicionais exportações

---

<sup>100</sup> Marquês do Lavradio. Correspondência 164, 22/01/1770.in: *Cartas... op. cit.*, p. 12.

<sup>101</sup> LAVRADIO, *Relatório...*, *op. cit.*, p. 452 e 453.

brasileiras, a marinha mercante lusitana fazia grandes especulações e a diplomacia abocanhava novos mercados no interior da Europa.

Entretanto, a Revolução Francesa arrastara boa parte da Europa para dentro da sua luta de classes. Ainda que Portugal tenha buscado se manter na sua tradicional política de neutralidade, o curso jacobino e as confusões diplomáticas espanholas traziam o conflito europeu para a Península Ibérica. Tanto foi assim que já em 1795 a Coroa começou a comboiar as embarcações que faziam o negócio do Brasil, em seguida foram organizadas esquadras na Europa e na América que, além de defender as costas, deveriam proteger os navios mercantes, proibindo-se o comércio por navios soltos. Já em 1798 D. Rodrigo de Souza Coutinho, escrevia ao vice-rei que “(...) *a Espanha, tendo-se de novo sacrificado ao governo francês, ameaça declarar guerra a Sua Maj. (...)*” e determinava preparar-se para a guerra<sup>102</sup>.

Por sua vez, os bloqueios e contra-bloqueios na Europa estimulavam as nações beligerantes a buscar mercados alternativos, especialmente nas colônias. No Brasil o contrabando cresceu de tal maneira que em 1801 o comandante de esquadra, Donald Campbell, comparava o Rio de Janeiro com um porto livre<sup>103</sup>. O mesmo comandante via “(...) *funestas conseqüências políticas (...)*” em se tolerar os descaminhos pois introduziam “(...) *um espírito de ilegal e desordenada navegação e conduta subversiva a toda boa ordem e aos regulares de um comércio legítimo*”<sup>104</sup>. Ao problema da subversão generalizada do trato colonial regular, acrescentava-se a questão conjuntural do contágio da crise pelas “(...)

---

<sup>102</sup> AHU, ROR., Cód. 574, Rodrigo de Souza Coutinho, 30/07/1798. Ver ainda o Edital de 05/02/1795 avisando a partida de um comboio da cidade do Porto e convidando os mercadores de Lisboa a participar dele (ANTT, Papéis do Brasil, Avulsos, M-3, doc. 22).

<sup>103</sup> Cf. AHU, Avulsos, RJ, doc. 13889. Donald Campbell, 08/09/1801. Ver capítulo 2, pp. 122-124.

*opiniões nocivas ao nosso sistema político*". O que certamente explicava que "(...) o aniversário da Independência dos Estados Unidos da América (...) foi celebrado aqui na minha ausência com públicas demonstrações de alegria (...)”<sup>105</sup>.

Foi nessas condições políticas que se recebeu a notícia da declaração de guerra espanhola ao governo português. Guerra percebida, aliás, por um ataque de uma fragata castelhana a algumas embarcações do comércio do Rio que resultou na perda do navio *Espick*. Para piorar, praticamente toda a praça do Rio de Janeiro tinha interesses na nau capturada, provocando abalo, desconfianças e murmúrios entre os homens de negócio. A situação era ainda mais grave porque o vice-rei, o já idoso conde de Rezende, não levava muito a sério a possibilidade da guerra e era da opinião: “1ª que o inimigo não vem atacar o Brasil; 2ª que se viesse seria inútil toda oposição”<sup>106</sup>.

No Rio de Janeiro a guerra de 1801 não ultrapassou os sobressaltos marítimos. Já no extremo-sul a situação foi bastante diferente e, recebidas as notícias da declaração de guerra no dia 18 de junho, começaram-se os preparativos da campanha. Na fronteira do Rio Pardo, o comandante Patrício José Correa da Camara reunia milicianos que tivessem o interesse de atacar as estâncias missioneiras, donde poderiam apresiar cavalos e gado<sup>107</sup>. Com este objetivo, apresentaram-se José Borges do Canto, soldado desertor e conhecido contrabandista

---

<sup>104</sup> ID. Anexo, Donald Campbell ao vice-rei, 04/05/1801. O problema propriamente econômico do contrabando será estudado no capítulo 3.

<sup>105</sup> ID.

<sup>106</sup> ID. Para os acontecimentos no Rio com a declaração de guerra seguimos a já citada carta de Donald Campbell.

<sup>107</sup> Gabriel Ribeiro de Almeida, um dos aventureiros que participou da conquista missioneira, escreveu que a publicação da notícia da guerra causou “(...) alvoroço (...)” entre os habitantes da Capitania e que a tropa paisana estava “(...) desejosa de guerra (...)”; naturalmente este era o estado de espírito dos estancieiros e paisanos, impacientes para saquear as estâncias missioneiras. (In: CESAR, *Primeiros Cronistas... op. cit.*, pp. 193 e 194).

de Rio Pardo, e outros milicianos, recebendo instruções para hostilizar as guardas espanholas estacadas na fronteira<sup>108</sup>.

Enquanto que José Borges do Canto reunia seus aventureiros entre as estâncias da região, outro miliciano, Manuel dos Santos Pedroso, estancieiro e filho de uma índia guarani, tomou de assalto a trincheira de São Martinho, que protegia o caminho que ligava as Missões ao Rio Grande. Em seguida, a partida de 40 homens liderada por José Borges do Canto adentrava no território missioneiro, fazendo uma série de ataques a outras guardas espanholas.

As dissensões entre os povos guarani – em franca decadência desde a década de 1750 - facilitaram a tarefa dos conquistadores. Já no caminho para Missões, José Borges do Canto encontrou um guarani “(...) *de seu conhecimento (...)*” que dizia que os outros índios “(...) *sabendo da guerra, nenhuma dúvida tinham de dar obediência a Portugal (...)*”<sup>109</sup>. Depois do ataque à guarda de São João Mirim, Gabriel Ribeiro de Almeida, que falava o guarani, convenceu os 300 índios acampados no local a seguir o partido português. Encorajado por estes reforços, resolveu sitiar o povo de São Miguel, capital do departamento de mesmo nome; sitiada a redução e corrida a notícia do cerco juntaram-se aos agressores outras centenas de guarani, eram; nesse momento, “(...) *mais de mil índios (...)*”<sup>110</sup>.

Submetida a capital do departamento de São Miguel, restava conquistar o povo de São Borja, posição estratégica que fechava o passo que ligava as Missões Orientais com as

---

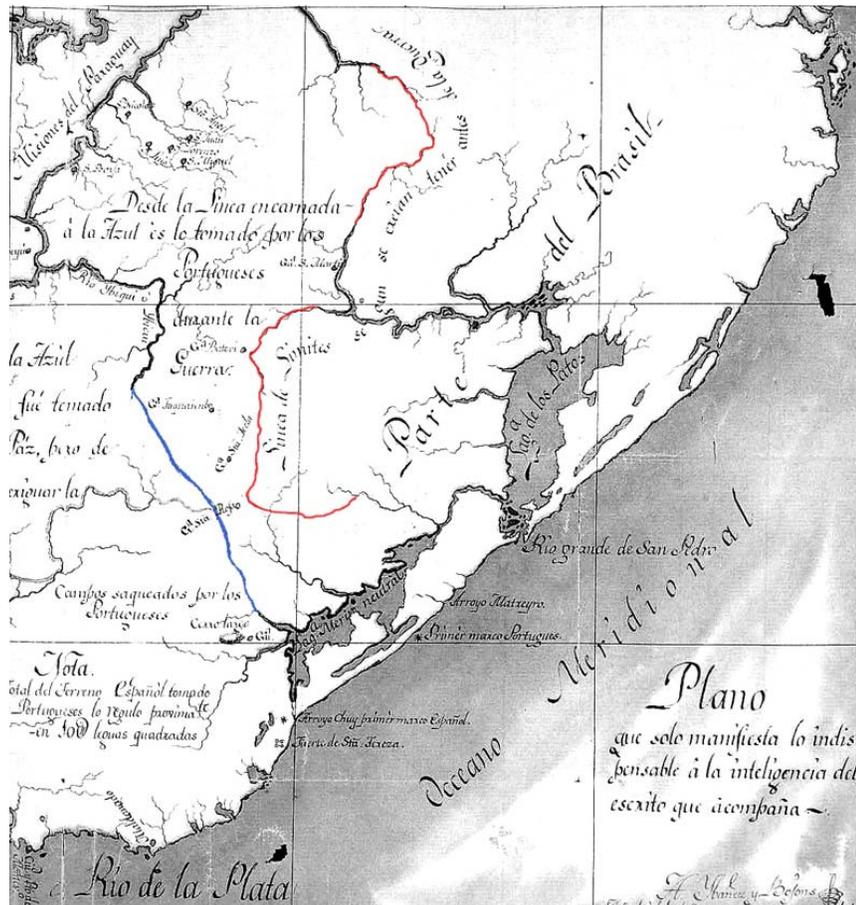
<sup>108</sup> A narrativa que fazemos da conquista das Missões segue os seguintes autores: Gabriel Ribeiro de Almeida *In: CESAR, Primeiros Cronistas...op. cit.* pp. 193-205, PORTO, *História das Missões...op. cit.* pp. 259-278 e MONTEIRO, Jonathas da C. R. **A Campanha de 1801.** Tomada dos Sete Povos Missioneiros. Separata dos “Anais” do Terceiro Congresso de História Nacional (IV Volume). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

<sup>109</sup> Memória anônima que Aurélio Porto atribui a José de Saldanha *apud: PORTO, História das Missões... op. cit.*, p. 272.

<sup>110</sup> Gabriel Ribeiro de Almeida *In: CESAR, Primeiros Cronistas...op. cit.*, p. 201).

reduções de Entre Ríos, a oeste do rio Uruguai (ver mapa 1). O povo foi cercado e se entregou depois de alguma resistência.

O Tratado de Badajoz, assinado na Europa a 06/06/1801 e recebido no Rio Grande a 17/12/1801, acertava a paz entre as duas nações Ibéricas, mas não dizia nada a respeito dos limites americanos. O resultado prático foi que a fronteira do Rio Grande foi alargada até o rio Uruguai no noroeste, e até o Jaguarão no sul. Além disto, mesmo com o fim das hostilidades, os aventureiros portugueses ajudados pelos índios Charrua e Minuano seguiam saqueando os imensos rebanhos de gado *simarrom* que se localizavam ao sul do rio Ibicuí (ver mapa 4).



**Mapa 4: O Rio Grande c. 1801.** Adaptado de Augustín Ibáñez y Bojóns. Mapa del terreno ocupado por los portugueses en el Virreinato de Buenos Aires (1804). In: **Las Relaciones Luso Españolas en Brasil durante los siglos XVI al XVIII.** Madrid: Ministerio de educación cultura y deporte/Secretaría de estado de cultura, s/d, pp. 80-81. (Arte: Rafael Mac Menz)

Este mapa de autoria espanhola demonstra os avanços portugueses sobre o território missioneiro. A linha vermelha demarca aproximadamente o território português pelo Tratado de Santo Ildefonso; entre as linhas vermelha e azul está o território conquistado na Guerra de 1801; ao sul do rio Ibicuí ficavam os campos que eram das estâncias jesuíticas e estavam sendo explorados pelos proprietários luso-brasileiros.

O vice-rei do Prata protestou contra o que considerava uma usurpação do seu território. O problema só poderia ser resolvido em definitivo pela diplomacia metropolitana: da Corte, o visconde de Anadia redigiu ordem para, “(...) *sem a menor demora, efetivamente evacuar e restituir à Coroa Espanhola todos os terrenos (...) apreendidos pelas nossas armas na última guerra (...)*”. Ordem para o espanhol ver, pois na margem do códice, o cioso escrivão da Secretaria de Marinha e Ultramar anotou: “*Esta carta, e a que se escreveu na mesma conformidade para o Mato Grosso, não se expediram e ficaram demoradas nesta Secretaria por ordem do Sr. Visconde de Anadia*”<sup>111</sup>. Simultaneamente, e sob segredo de Estado, eram atraídos os índios guarani para se internarem no Rio Pardo<sup>112</sup>.

Entretanto acertou-se um *modus vivendi* na fronteira: os portugueses segurariam os territórios conquistados durante a guerra e os campos ao sul do Ibicuí ficariam como terrenos neutrais. Os colonos portugueses, contudo, seguiram avançando sobre aquelas terras, utilizando-as como base para contrabandos e roubos de animais castelhanos; nos anos

---

<sup>111</sup> AHU, ROR, Cód. 575, visconde de Anadia, 24/10/1803.

<sup>112</sup> AHU, ROR, Cód. 575, visconde de Anadia, 21/08/1802. A indefinição diplomática em relação ao futuro do território missioneiro explica a política de terra arrasada que se seguiu à conquista. O saque aos rebanhos missioneiros – seguido da proibição do aproveitamento do gado *simarrom* que estava do lado espanhol da fronteira - provocou um “ajuste malthusiano”, reduzindo a menos da metade a população missioneira. O drama dos índios pode ser observado na correspondência das autoridades: em 04/11/1803 João Antonio da Silveira queixava-se que não havia mais reses “(...) *nem para comprar nem para furtar (...)*” e completava, “(...) *inda não vi morrer nenhum de fome porém não dilatarei a ver (...)*” (AHRS, AM, M-5, anexo na corresp. de Patrício Jose Correia da Camara, dezembro de 1803). A par da situação, o governador do Rio Grande concluía que não via “(...) *outro remédio (...)*” do que “(...) *aqueles que estão em menor necessidade (...)* *mutuamente se sirvam e se dêem os braços.*” (AHRS, CG, A. 1.07, o Secretário do Governador José Ignacio da Silva, 13/03/1805).

seguintes o governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, repetia-se em ordens para que seus subordinados desmontassem os ranchos dos invasores e reprimissem os contrabandos naquelas plagas<sup>113</sup>.

Por outro lado, nas mesmas correspondências, o governador ia criando exceções e permitindo que os veteranos de guerra sem propriedade e os elementos que tivessem concorrido com bens para a defesa do território fossem se arranchando nos campos ao sul do Ibicuí; é que além das queixas dos espanhóis, Paulo José da Silva Gama temia que indivíduos de fidelidade política duvidosa, especialmente os contrabandistas, ocupassem os terrenos, passando-se aos castelhanos na primeira chance que tivessem<sup>114</sup>.

De qualquer forma, a conquista das Missões sacramentou uma situação criada pelo comércio ilegal; um pouco antes do início das hostilidades o oficial espanhol Felix de Azara já antevia que os portugueses “(...) *habran cortado antes de quatro años a nuestras Misiones y apoderadose de ellas; como ya han hecho de su comercio (...)*”<sup>115</sup>. Foi a “segunda geração de vaqueanos” – mestiços e contrabandistas, conhecedores do terreno missioneiro – e suas clientela pessoais que lograram empolgar os índios guarani na luta do partido português. Vale dizer, as fidelidades políticas alternativas forjadas pelo comércio ilegal atuaram, desta vez, a favor da Coroa portuguesa.

---

<sup>113</sup> AHRS, CG, A.1.07. 29/08/1803, 10/09/1803, 16/10/1803, 18/11/1803, 07/01/1804, 04/02/1804, 21/07/1804, 06/08/1804, 16/03/1805, 02/04/1806, 12/04/1806, 05/05/1806, 09/11/1806, 12/09/1807, Paulo José da Silva Gama e seu ajudante José Ignacio da Silva.

<sup>114</sup> As exceções estão na carta do dia 04/02/1804, Paulo José da Silva Gama. O raciocínio a respeito da fidelidade política dos habitantes da fronteira está na de 16/03/1805, José Ignacio da Silva.

<sup>115</sup> AZARA, Felix. Memoria rural del Río de la Plata (1801). In: CORTESÃO, Jaime. **Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos** (1750-1822). (445-457). Manuscritos da Coleção de Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, p. 451.

Aos heróis ladrões a Coroa dava terras e homenagens, convidando-os a adentrar na civilização luso-brasílica. Seguia-se ainda a “colonização dos colonos”<sup>116</sup>: Em 1804 estabeleceu-se uma alfândega em Porto Alegre para cobrar direitos sobre importações e uma Junta de Fazenda para garantir a arrecadação dos impostos Reais. Três anos depois o Rio Grande era elevado à Capitania geral que deveria “(...) *segurar* (...) [os] *espanhóis*”<sup>117</sup>. Completavam estas medidas os incentivos de Rodrigo de Souza Coutinho que, retomando a máxima de que o comércio das colônias deveria ser mais animado com a metrópole do que entre si, escrevia “(...) [a] *navegação que principia a estabelecer diretamente dessa Capitania para este Reino* (...) [é] *o mais interessante ao seu Real Serviço e ao Bem Público.*”<sup>118</sup>.

Mas foi com a chegada da família Real ao Rio de Janeiro que se inaugurou uma “perspectiva americana”<sup>119</sup> na política da Corte e o Rio Grande passou definitivamente ao centro da geopolítica Imperial; daquele Continente deveriam partir as expedições terrestres contra as posições castelhanas no Prata. D. Diogo de Souza desembarcou no Rio Grande e instituiu oficialmente a Capitania; depois dele, o marquês do Alegrete e o conde de Figueira, nobres do círculo pessoal de D. João VI, passaram pelo governo. Não foi, portanto, por simples retórica que o comandante da fronteira do Rio Grande desejou ao marquês do Alegrete, que: “*O Supremo Senhor queira vigorar a saúde de V. Exa. para sofrer o peso de uma Capitania, que apesar de ser pequena, é de imenso trabalho e pesadas conseqüências.*”<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> Cf. ALENCASTRO, *O Trato dos viventes...* *op. cit.*, p. 22.

<sup>117</sup> AHU, ROR, Cód. 573, 09/12/1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho. A citação é do pedido de informação ao vice-rei a respeito da formação de uma Capitania Geral no Rio Grande.

<sup>118</sup> AHRs, AG, B.1.02, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 31/10/1799.

<sup>119</sup> Cf. ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...* *op. cit.* p. 345 *et passim*. Ver ainda o capítulo 4, pp. 225-236.

<sup>120</sup> AHRs, AM, M-47, Manoel Marques de Souza, 26/11/1814.

## ***1.2. A geopolítica no extremo sul à época da metrópole tropical***

Em 1816 a Missão Francesa, chefiada por Joachim Lebreton, embarcava para o Rio de Janeiro, nova Corte e centro do Império colonial lusitano. No meio da viagem foram informados que o Brasil fora elevado a Reino e que Portugal havia sido rebaixado à condição de colônia<sup>121</sup>. A informação, que não era totalmente correta, nos permite visualizar o impacto da transferência da Corte para o Brasil sobre as tradicionais relações entre metrópole e colônia.

Havia pouco menos de trinta anos que a Revolução Francesa transformara profundamente a política européia. A tomada do poder pela burguesia fundamentava-se em torno de novos princípios: a soberania era justificada pela vontade popular em detrimento da justificativa divina que legitimava a soberania das monarquias absolutistas, o que, naturalmente, possuía conseqüências internacionais<sup>122</sup>. A Era das Revoluções viu nascer uma nova cultura política “(...) *mescla de pensamento da ilustração e ideário revolucionário* (...)” que, com contornos específicos, também se forjou na América<sup>123</sup>.

Além do potencial explosivo que estas novas idéias possuíam para as metrópoles coloniais, a guerra revolucionária convulsionou todo o mapa europeu; de 1793 até 1795 a república francesa esteve em guerra com quase todas as potências européias; Portugal tentou manter-se longe dos conflitos do continente, porém, sustentou um estado de hostilidade com a República até a Paz de Amiens em 1802.

---

<sup>121</sup> cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe. A Pena e o Pincel. In: STRAUMANN, Patrick (org.). **Rio de Janeiro, Cidade Mestiça**. (133-162) São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 140. Para uma visão da popularização da idéia de “inversão” nas relações entre Portugal e Brasil no Portugal pré-revolução do Porto, cf. ALEXANDRE, *Os sentidos do Império... op. cit.*, pp. 408-441.

<sup>122</sup> GODECHOT, Jacques. **As Revoluções**. (1770-1799). São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, p.72.

Foi, contudo, somente em 1807 que a dinastia de Bragança sofreu com a força expansiva da burguesia francesa, agora sob o Império de Napoleão Bonaparte. A invasão de Portugal pelas tropas do general Junot foi o ponto culminante das disputas em torno do Bloqueio Continental na península Ibérica. Um ano antes, Napoleão havia declarado o bloqueio de todo o comércio inglês no Grande Império e vinha forçando os países neutros a tomarem medidas parecidas. Portugal, sob a ameaça da esquadra inglesa, titubeou em torno dos dois rivais, mas acabou por optar por sua velha aliada e pela manutenção de seus domínios ultramarinos. Recusado o ultimato francês de 28/07/1807, restava preparar a fuga da família Real para o Brasil<sup>124</sup>.

A possibilidade de transferência da Corte para o Brasil aparecera nos momentos mais graves de crises militares portuguesas durante o século XVIII. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro conde de Linhares), representante do “partido inglês” na Corte portuguesa e principal estrategista do governo, foi quem acertou a transferência e os tratados de aliança com a Inglaterra que salvaram o Brasil em detrimento do Reino<sup>125</sup>.

Em todo o caso, a mudança da Corte para o Rio de Janeiro preservava a “mais rica jóia da coroa dos Bragança”, mas mudava profundamente as tradicionais relações entre o centro e as periferias do Império. Lisboa estava ocupada pelos franceses e os ingleses cobravam a

---

<sup>123</sup> PIMENTA, João Paulo. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 65. Ver também o já clássico estudo de Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções...*, *op. cit.*).

<sup>124</sup> Cf. GODECHOT, Jacques. **Europa e América no Tempo de Napoleão**. (1800-1815). São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1984, pp. 189-191.

<sup>125</sup> Rodrigo de Souza Coutinho foi Secretário de Estado da Marinha e de Ultramar (1796-1801), presidente do Erário Régio (1801-1803) e Secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (1808-1812). SILVA, André M.D. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. América Latina Colonial. Vol. I, (477-518). São Paulo: Edusp, 1998, p. 479. A idéia de transferência da Corte já havia sido sugerida por D. Luís da

conta da mudança; em janeiro de 1808, ainda na Bahia, D. João VI declarava abertos os portos do Brasil para as “Nações Amigas” e, em 1810, assinava um Tratado com a Inglaterra que, além de prometer a negociação do fim do tráfico de escravos, fornecia tarifas preferenciais a Albion. O Rio de Janeiro tornava-se o centro político e comercial do Império Português. O resultado era, praticamente, a inversão das relações entre a colônia e a metrópole e daí a impressão anotada pela Missão Artística Francesa. Por outro lado, a posterior proibição aos estrangeiros de participar do comércio de cabotagem e a restrição da abertura dos portos às praças do Rio de Janeiro, Bahia, Belém, São Luís e Recife (11/06/1808) protegia os interesses dos grandes mercadores portugueses, agora encravados no Rio<sup>126</sup>.

Derrotados na Europa, podiam os portugueses ir à forra na América, aproveitando-se da incapacidade marítima da aliança franco-espanhola. D. Rodrigo, em sua *Memória sobre o melhoramento dos domínios da América*, já havia insinuado suas pretensões sobre a Região Platina, referindo-se ao chamado “(...) a ocupar o verdadeiro limite natural das nossas possessões no sul da América que é a margem setentrional do rio da Prata” que, desta sorte, colocaria Portugal “(...) a não temermos nada de nossos vizinhos”<sup>127</sup>.

Nas proféticas palavras do marquês de Alorna, dispunha-se D. João a ser “(...) imperador naquele vasto território, aonde pode facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa”<sup>128</sup>. Já na passagem do Atlântico a Corte conspirava para a conquista da margem norte do rio da Prata. Com a chegada ao Rio, Rodrigo de Souza Coutinho enviou um emissário a Buenos Aires e a

---

Cunha em seu “testamento político” de 1736 (cf. MAXWELL, Keneth. **A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 25).

<sup>126</sup> Cf. PIMENTA, *Estado e Nação... op. cit.*, 71. Ver também DIAS, Maria O. S. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos. G. (org.) **1822 Dimensões.** (160-186). São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>127</sup> COUTINHO. *Memória sobre o melhoramento...*, *op. cit.*, p. 281.

Montevideu oferecendo a “proteção” portuguesa àquela região; com a recusa do vice-rei e do cabildo de Buenos Aires, exigiu-se a entrega da Banda Oriental a pretexto de defesa contra possíveis incursões francesas. A chegada de uma esquadra inglesa no Rio de Janeiro animou ainda mais ao futuro conde de Linhares: chegou a formular planos para um ataque luso-inglês contra as praças de Buenos Aires e Montevideu e propôs ao representante britânico uma expedição contra as Filipinas e o litoral ocidental da América<sup>129</sup>.

Os desejos de D. Rodrigo sobre a Banda Oriental tinham origem em informações que recebia dos seus correspondentes e agentes americanos. Já em 1801 Donald Campbell dizia existir dois partidos em Montevideu, um de republicanos convictos e outro de descontentes frente aos constantes prejuízos provocados pela guerra:

Assim, com um partido violento de Republicanos e outro de descontentes podemos supôr aquele infeliz povo suscetível de mudança, se debaixo destas circunstâncias houvesse uma vigilante atenção a animar a indústria (...), a extensão, cultura, comércio e ainda a povoação da capitania do Rio Grande: Portugal não somente teria uma formidável frente para opor a qualquer mudança que podia [sic] haver nas colônias espanholas (e alguma mudança há de haver se guerra continua), mas também mostraria aos Espanhóis o alto estado de prosperidade e felicidade gozado pelos súditos portugueses (...) protegida da insolência dos infieis Republicanos: os efeitos de todas estas observações, contrastadas com a sua mesma situação, forçosamente obrará em favor de Portugal; e, se for bem dirigida, pode finalizar na aquisição destas invaliáveis [sic] terras, na livre navegação do Rio da Prata e, enfim, em possuir a grande chave dos tesouros da Espanha (...)<sup>130</sup>.

O comandante da esquadra no Brasil retomava aqui a aritmética política formulada por Luiz de Vasconcelos quando vice-rei: era preciso fortalecer o Rio Grande economicamente

---

<sup>128</sup> Marquês de Alorna ao Rei, 10/05/1801, *apud*: PORTO, *História das Missões... op. cit.*, p. 262.

<sup>129</sup> cf. MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 107-111.

<sup>130</sup> AHU, RJ, Avulsos, R. 201, doc. 13757, Donald Campbel, 01/04/1801. A carta, que não contém o destinatário, provavelmente fora escrita para D. Rodrigo, mas que já não ocupava o cargo de Secretário de Ultramar, sendo recebida, portanto, pelo conde de Aguiar. Em todo o caso, é provável que o futuro conde de Linhares conhecesse o conteúdo da correspondência.

para fazer frente às colônias espanholas. Recuperava ainda o argumento das fidelidades alternativas, pois Donald Campbell propunha atrair os povos de Montevideu à órbita lusitana, adquirindo as suas “*invaliáveis terras*”, a “*livre navegação do Rio da Prata*” e a “*chave dos tesouros da Espanha*”. Entretanto, há aqui um problema novo, já que a preocupação maior era “*opor a qualquer mudança*” que pudesse porventura contaminar os domínios portugueses e assim oferecer uma alternativa política ao “*partido dos descontentes*” frente à ameaça dos “*infiéis republicanos*”.

As idéias de Donald Campbell eram reforçadas ainda pelo franco-espanhol conde de Liniers, que possuía uma fabrica de caldos de bovinos no Rio da Prata junto com o seu irmão, e que também escreveu uma memória sobre o Rio Grande, dedicada a D. Rodrigo.

(...) esta colônia [Rio Grande] virá a ser rica, populosa e forte, formará uma barreira muito necessária na época *pouco distante* da subversão das colônias espanholas e será então nessa época que servirei de maior utilidade a Portugal. (...) [ ] deve aumentar a riqueza do Estado, assegurar a tranquilidade da Colônia; tornar felizes e ricos os colonos e consequentemente excitar neles o desejo de conservar a sua propriedade, de desviar dela as inovações que poderiam perturbar-lhe a posse e inspirará o desejo de a defender contra os inimigos que a quisessem atacar<sup>131</sup>.

O conde de Liniers argumentava também pela necessidade de “*formar uma barreira*” frente à subversão das colônias espanholas; é que o risco da inovação política assombrava os velhos poderes europeus. Mas ao que tudo indica D. Rodrigo de Souza acreditava ser possível fazer a crise do Antigo Regime jogar a favor da Coroa dos Bragança. Afinal, o seu informante, que prometia servir a Portugal no momento da subversão geral do Rio da Prata, era ninguém menos que o irmão do futuro vice-rei do Prata.

---

<sup>131</sup> LINIERS, Conde de. *Memoria sobre o Porto do Rio Grande do Sul*. AN, Cód. 807, vol. 10, fls. 02 e 08 (grifo no original). Consta na folha de rosto: Tradução do papel do conde de Liniers.

Os desejos de conquistar a Banda Oriental se combinavam com uma idéia que estava se difundindo na Corte: formar um Império na América, já não de caráter colonial, mas nos moldes do Império Napoleônico. Antonio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos cunhou nestes termos suas *Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano*:

Chegou finalmente a Época em que o Soberano de Portugal deve tomar o Título de Imperador, que justamente corresponde à Majestade de Sua Pessoa, ao Heroísmo de seus Augustos Progenitores e a extensão de seus Estados. O Brasil (...) já não será uma colônia marítima isenta do comércio das Nações, como até agora, mas sim um poderoso Império que virá a ser o moderador da Europa, o árbitro da Ásia e o dominador da África<sup>132</sup>.

Finalizado o regime de monopólio, o Brasil poderia se tornar um “*poderoso Império*”, que moderaria a Europa, arbitraria a Ásia e dominaria a África. Ao mesmo tempo em que abandonaria a divisão colonial do trabalho:

Aqui se verão agora estabelecidas inumeráveis fábricas que farão perder reputação às melhores da Europa e às mais preciosas da Ásia e transplantadas todas as produções que este fecundo país abraçar. (...) Os Régulos da África mandarão pagar tributo ao nosso Augusto Soberano, a que hão de reconhecer por seu, e nós senhores exclusivo daquela parte do mundo extrairemos dali o ouro, ferro, arame, marfim, âmbar, cerais e mais gêneros de sua produção em troca da aguardente e tabaco que os habitantes carecem<sup>133</sup>.

O Brasil então produziria manufaturas e assim poderia dominar a África, dominação imperial, pois os régulos nativos “*mandarão pagar tributo*” ao Príncipe e o comércio africano não seria mais de escravos, mas de especiarias e matérias primas. De inspiração napoleônica também era o plano de expandir o Império Americano até as suas “fronteiras naturais”,

---

<sup>132</sup> VASCONCELOS, Antonio L. de Brito. *Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano*.(1811?) In: **Anais da Biblioteca Nacional**. (3-48) Vols. 43-44, Rio de Janeiro, 1920-1921, p.7. O autor seria o advogado de parte dos envolvidos na revolta de 1817 em Pernambuco.

princípio que havia sido defendido pela Convenção Francesa para justificar a anexação da margem esquerda do Reno<sup>134</sup>.

A abdicação de Carlos IV e as revoltas que se sucederam na Espanha contra a ocupação francesa arrefeceram os ânimos lusitanos, ainda que Dona Carlota Joaquina mantivesse pretensões dinásticas em relação à Coroa e às colônias castelhanas. A relutância inglesa em apoiar as aventuras joaninas na América Meridional manteve as tropas portuguesas longe do Prata por uns quatro anos. Não obstante, a Guerra foi declarada à França e uma expedição foi mandada à colônia de Cayenna, obtendo a rendição do governador e sua anexação ao Pará<sup>135</sup>.

As constantes crises do colonialismo espanhol, secundadas pelos diversos projetos reformistas da última década do século XVIII, e o exemplo norte-americano inquietavam a população *criolla*. As interrupções no comércio metropolitano e a participação das populações coloniais no esforço bélico imperial contribuía para a formação de um senso de *criollismo*

---

<sup>133</sup> ID., pp. 7-8.

<sup>134</sup> A doutrina das fronteiras nacionais fora popularizada na França com a publicação em 1785 do livro “Voeux d’un Gallophile” por Cloots, um alemão francófilo. Mais tarde, em 1793, Danton reivindicaria este princípio para justificar a anexação da Bélgica (cf. GODECHOT, *As Revoluções...*, *op. cit.*, p. 104 e SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**. 3a ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 249). Para uma crítica do uso anacrônico deste conceito para a política portuguesa no Prata anterior à Revolução Francesa, ver HOLANDA, *A Colônia...*, *op. cit.*, p. 339. Sobre a influência das idéias napoleônicas na Corte Joanina no Brasil ver também ALENCASTRO, *A pena e o pincél...*, *op. cit.*

<sup>135</sup> De acordo com Ciro Cardoso o plano inicial da expedição até Cayenna fora formulado pelos ingleses e pretendia “(...) *arrasar as fortificações (...) esvaziá-la de negros e mulatos (...) o que poderia livrar Portugal – ou mais exatamente o Pará – de um vizinho incômodo, garantindo-lhe a fronteira que pretendia pelo Oiapoque*” (CARDOSO, *Economia e Sociedade...* *op. cit.* p. 154). Depois, a Corte portuguesa pretendeu anexar Cayenna, que manteve até 1817 quando teve de devolvê-la à França por ocasião do Tratado de Viena.

que, se ainda não chegava a propor a ruptura com a Espanha, apontava em direção a uma maior autonomia colonial. No caso do Rio da Prata, a expulsão de Buenos Aires dos invasores ingleses em 1806 por forças exclusivamente coloniais despertou um “patriotismo *criollo*” e foi, por assim dizer, um dos principais antecedentes do processo de independência daquela região<sup>136</sup>.

Com a abdicação de Carlos IV e o cativo de Fernando VII, a Espanha enfrentou uma espécie de Revolução Nacional em que diversas juntas regionais, lideradas pela Junta de Sevilha, organizaram a resistência à invasão napoleônica, legitimando-se pela soberania popular. O princípio de soberania popular, uma inovação francesa, tinha alcances ainda mais revolucionários nas já inquietas colônias; por toda a América formaram-se juntas parecidas que tomaram a responsabilidade do governo de suas regiões. De imediato, além da independência, existiam três caminhos possíveis para as colônias seguirem: apoiar as forças napoleônicas que haviam entronizado José I, seguir o partido de Carlota Joaquina, princesa do Brasil e irmã de Fernando VII, que se oferecia a reger a América na ausência de seu irmão, ou manter-se fiel ao rei cativo e à Junta de Sevilha. De modo geral, foi ao último “partido” que os colonos seguiram; esta atitude, no entanto, “(...) *equivalia a uma autonomia de facto* (...) [que] *a longo prazo, revelou-se um estágio provisório até a separação total*”<sup>137</sup>. Em todo o

---

<sup>136</sup> cf. LISS, Peggy K. **Los Imperios Transatlánticos**: Las redes del comercio y de las Revoluciones de Independência. 2ª ed. México: FCE, 1995, esp. pp. 220, 239, 296-297, 300 e 376-377. Cf. também PIMENTA, *Estado e Nação... op. cit.* que analisa profundamente os distintos projetos nacionais surgidos no calor das Revoluções de Independência e LYNCH, John. As origens da Independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Da Independência até 1870. Vol. III, (19-72). São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>137</sup> BUSHNELL, David. A Independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Da Independência até 1870. Vol. III, (119-186). São Paulo: Edusp, 2001, p. 119.

caso, para os nossos objetivos, cabe apenas estudar os processos políticos que resultaram na intervenção portuguesa no Prata e na anexação da Banda Oriental.

Já em 1808 uma Junta chefiada pelo governador Francisco Xavier Elío foi formada em Montevideú contra o vice-rei Liniers, acusado de pertencer ao “partido” de Napoleão. Em Buenos Aires houve planos frustrados de derrubar o vice-rei. Em 1809 Liniers foi substituído por Cisneros que, prudentemente, permitiu o livre comércio angariando a simpatia dos comerciantes e acalmando os ânimos mais exaltados.

Uma vez mais os acontecimentos europeus precipitaram as agitações americanas. As vitórias francesas na península eliminaram grande parte da resistência castelhana, obrigando à Junta Central retirar-se para Cádiz onde acabou por se dissolver em nome de um conselho de regência que deveria convocar as Cortes. A ausência de um centro de poder recolocou o problema da soberania no Império espanhol, e o pessimismo quanto ao futuro político da Espanha fortaleceu o partido autonomista.

Em Buenos Aires, a 22 de maio de 1810, reuniu-se um *cabildo* aberto para discutir o problema da soberania na ausência do monarca. A “principal e parte mais sã do *vecindario*” dividiu-se em torno de três “partidos”:

(...) a proposta da maioria dos criollos que defendia a criação de uma Junta de Governo em Buenos Aires, representando a soberania sobre o território do Prata e não dependendo de autoridade metropolitana; a proposta conciliadora de interesses, defendida por parte dos espanhóis e de uma minoria crioula, que defendia um governo transitório, eleito pelo Cabildo mas dependente de autoridade metropolitana; e a posição intransigente em favor dos interesses colonialistas, que reunia somente espanhóis e que defendia um governo que associava o Vice-rei e a Real Audiência, considerando-os depositários da soberania espanhola<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> REICHEL, Heloisa J. e SILVA, Julio C.D. O Cabildo de Buenos Aires e as Práticas de Cidadania. In: **Estudos Leopoldenses**, Série História (5-23), 1(2), 1997, pp. 19-20.

A primeira proposta, defendida por Cornelio Saavedra, comerciante estabelecido em Buenos Aires e de grande influência nas milícias coloniais, foi a vencedora. Em 25 de maio criou-se uma Junta liderada pelo próprio Saavedra que, além de não incluir o vice-rei, não reconhecia o Conselho de Regência, apesar de jurar fidelidade a Fernando VII. A Junta propunha-se a assumir a autoridade sobre todo o território pertencente ao vice-reinado do Prata. Montevideú, contudo, manteve-se fiel às autoridades peninsulares, conflito de soberania que abria espaço para as aventuras platinas de D. Rodrigo de Souza Coutinho – agora conde de Linhares - ; também o Paraguai e o Alto Peru mantiveram-se afastados da política de Buenos Aires.

Com a expulsão do vice-rei Cisneros o conflito entre Buenos Aires, revolucionária, e Montevideú, legitimista, tornou-se aberto. Os legitimistas, chefiados pelo governador Elío, buscaram o apoio da Corte Portuguesa e Rodrigo de Souza Coutinho voltava-se aos seus velhos projetos de anexar a Banda Oriental. Uma esquadra de Montevideú bloqueou o porto buenairense; do Rio de Janeiro partiam ameaças contra os revolucionários em caso de retaliação<sup>139</sup>.

No início de 1811 uma revolta liderada por José Artigas contra os legitimistas instaurou-se na campanha oriental. Artigas, que era apoiado pela Junta de Buenos Aires, reuniu em torno de si bandos de índios, *gauchos* e *changadores* numa espécie de revolução agrária que causou pavor nos grandes proprietários do interior. Um exército chefiado por Jose Rondeau que partira de Buenos Aires juntou-se às forças de Artigas para sitiar Elío, agora nomeado vice-rei do Prata, que pediu a ajuda portuguesa. O levante artiguista e as proclamações de Elío eram as justificativas que faltavam ao governo português, que desde

1808 concentrava tropas no Rio Grande. Assim, nas ordens que expedia ao governador do Rio Grande, D. Diogo de Souza, sobre a invasão da Banda Oriental, o conde de Linhares mandava publicar que “(...) S.A.R. não quer tomar parte alguma de S.M. Católica e que se retirará tanto que o território se achar pacificado (...)”<sup>140</sup>.

Ademais, o conde de Linhares estava confiante em encontrar apoio entre parte da população oriental:

V.Sa. há de necessariamente achar no território espanhol como aliados todos os proprietários de grandes fazendas de gado, que hão de ter sofrido extraordinariamente dos roubos cometidos pela gente levantada; e tratando-os V.Sa. bem e fazendo-os só contribuir com o que for necessário para o sustento do exército; há de V. Sa. ter neles os mais seguros auxiliadores do exército<sup>141</sup>.

É impossível não se surpreender com a apurada análise “sociológica” do conde de Linhares. Ao apostar no apoio dos grandes fazendeiros para a invasão da Banda Oriental revelava o caráter, por assim dizer, classista da revolta de Artigas. A aliança com os grandes proprietários não significava apenas o “sustento” do exército, mas também a constituição de vínculos políticos entre os poderes locais e o Império português, base da futura anexação da Cisplatina<sup>142</sup>.

A 23 de julho de 1811 as tropas portuguesas cruzaram o rio Jaguarão e, nos dois meses seguintes, facilmente tomaram as posições de Castilhos e Santa Teresa para enfim ocupar a

---

<sup>139</sup> cf. MANCHESTER, *Preeminência Inglesa... op. cit.*, pp. 120-122.

<sup>140</sup> AHRs, AG, B. 1.08, conde de Linhares, 05/06/1811.

<sup>141</sup> AHRs, AG, B.1.08, conde de Linhares, 09/06/1811.

<sup>142</sup> No início da revolta, contudo, Artigas tinha o apoio de boa parte dos grandes estancieiros da Banda Oriental (cf. TOURON, Lucía Sala de, TORRE, Nelson de la, RODRÍGUEZ, Julio C. **Artigas y Su Revolución Agrária 1811-1820**. 2ª. ed., México: Siglo XXI, 1987, pp. 45-46). É interessante notar que em 1808 Dom Rodrigo já fizera uma análise em termos parecidos em relação à Invasão Francesa de 1807, acusando certos setores da nobreza e da magistratura portuguesas de colaborar com o invasor. (cf. ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império...*, *op. cit.* pp. 197-198).

cidade de Maldonado. Entretanto, o vice-rei Elío, que desconfiava das pretensões portuguesas, assinou um armistício com os rebeldes e pediu para que D. Diogo de Souza, comandante do exército pacificador, abandonasse o território da Banda Oriental. Rondeau voltava para Buenos Aires e Artigas tomava a direção de Entre Ríos. Os portugueses acamparam ao sul do rio Ibicuí donde mantiveram as hostilidades contra os artiguistas; de lá atacaram o povo de Japejú, já as tropas das Missões lançaram-se contra a redução entrerriana de São Tomé. As operações no território oriental duraram até junho de 1812 quando D. João VI, por pressão inglesa, determinou a retirada do exército “pacificador”<sup>143</sup>.

No início de 1813 as tropas buenaienses voltaram a sitiar Montevidéu apoiadas em seguida pelas forças de Artigas. O Triunvirato que agora governava Buenos Aires havia convocado uma constituição que ia dando contornos centralistas ao novo Estado; os interesses comerciais da cidade de Buenos Aires pretendiam enquadrar as outras províncias que faziam parte do vice-reinado do Prata.

As dissensões entre os revolucionários, que já haviam aparecido durante o armistício de 1811, caminharam para o conflito aberto no momento em que Artigas e seus seguidores, em um congresso de abril de 1813, condicionaram o reconhecimento do governo buenaiense a uma série de medidas que garantissem a autonomia das províncias<sup>144</sup>. Rondeau, que

---

<sup>143</sup> Cf. BENTO, Cláudio Moreira. 190º aniversário da campanha do Exército de D. Diogo de Souza pacificador da Banda Oriental 1811/1812. In: **O Guararapes** (5-7) 32, jan/mar 2002.

<sup>144</sup> A assembléa dos povos orientais da Banda Oriental realizada em 05 de abril definiu um projeto político que pode ser assim resumido: “(...) *independencia absoluta, gobierno republicano, separación de los poderes, respeto a las autonomías provinciales en camino hacia la constitución de un estado federativo, libertad civil y religiosa ‘en toda extensión imaginable’, derecho de los pueblos a guardar armas y erradicación del despotismo militar. También se reclama la habilitación de los puertos de Montevideo y Colonia, la eliminación de todo sistema impositivo que dé privilegios al comercio de Buenos Aires y principios de autonomía financeira. Instituye además un gobierno económico provincial.*” (TOURON, TORRES, RODRÍGUEZ, *Artigas y su... op. cit.*, p. 61). Cf. também PIMENTA, *Estado e Nação... op. cit.* pp. 114-115.

novamente comandava as tropas do Triunvirato no território Oriental, respondeu com a convocação no final de 1813 de um outro congresso que deveria eleger deputados e formar um novo governo local. Em janeiro do ano seguinte, as hostilidades culminaram com o abandono do cerco por Artigas e seus seguidores que foram considerados traidores por Buenos Aires.

As tropas portenhas seguiam sitiando Montevidéu e, depois de uma vitória marítima sobre a frota realista em julho de 1814, a praça se rendeu. Com as tropas de Buenos Aires de posse da capital oriental, a situação entre os dois partidos que agora disputavam a hegemonia do processo de Independência desandou para a guerra civil. A vitória de Guayabos abriu o caminho para a conquista de Montevidéu para os artiguistas que em março de 1815 tomaram controle da cidade, já abandonada pelos buenaienses.

Artigas manteve o controle da Banda Oriental por pouco mais de um ano. Neste período, logrou obter a união de cinco províncias originárias do vice-reinado do Prata – Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos e Banda Oriental – em torno de uma confederação frouxa, a *Liga Federal*. É deste período também o famoso *Reglamento para fomento de la campaña y seguridad de sus hacendados* que previa a distribuição das terras dos inimigos da causa patriótica para os *paisanos* pobres, base do exército artiguista<sup>145</sup>. A agitação agrária provocada pelo *Reglamento* afastou uma parte expressiva dos grandes estancieros do novo regime criando uma situação favorável para a “aliança” prevista pelo Conde de Linhares no momento da primeira invasão portuguesa.

---

<sup>145</sup> Touron, Torres e Rodríguez (*Artigas y su...op. cit.*) analisam profundamente o problema agrário no artiguismo.

Enquanto isso, as forças conservadoras da Europa esforçavam-se para exorcizar de vez o espectro napoleônico que varrera o continente. Fernando VII, libertado do cativeiro francês em 1814, logrou sufocar a revolta liberal espanhola e buscava compromissar as Coroas européias com o esforço recolonizador espanhol. Uma frota com dez mil homens - que inicialmente deveria ser mandada para o Rio da Prata - desembarcou na Venezuela onde enfrentou a resistência dos patriotas.

O quadro político parecia, portanto, favorável a uma nova intervenção portuguesa no Prata e a desmobilização das tropas que lutavam na península Ibérica fornecia o contingente militar para uma expedição desta envergadura. Em janeiro de 1816 chegaram 4.830 veteranos das guerras européias no Rio de Janeiro, era a *Divisão de Voluntários d'El Rey* que, junto com os mais de 2 mil soldados já destacados no Rio Grande, constituía uma força formidável perante os padrões militares americanos.

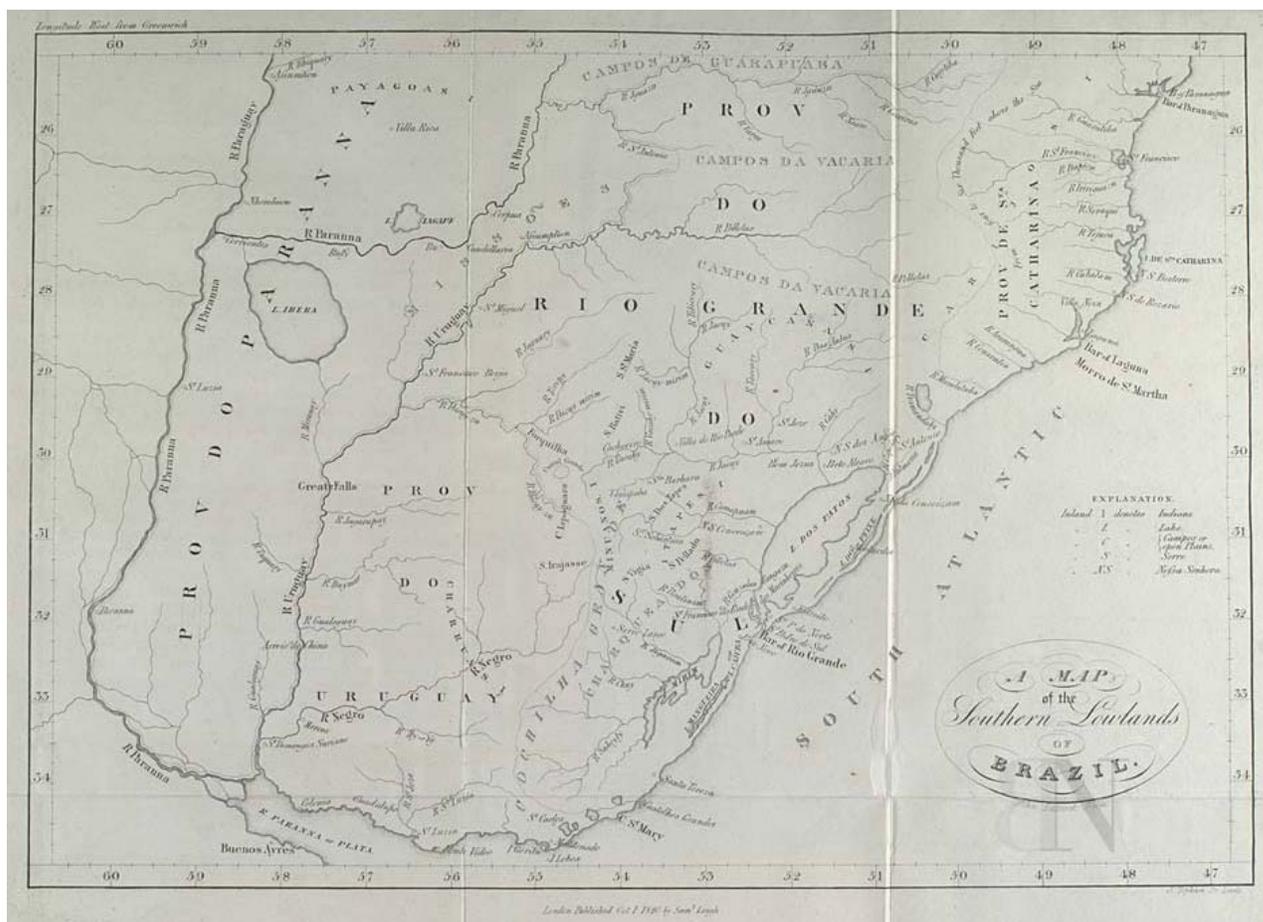
Em agosto do mesmo ano os *Voluntários d'El Rey* já estavam operando no território Oriental enquanto que os rebeldes de Artigas iam sofrendo sucessivas derrotas. Em janeiro de 1817 o *cabildo* de Montevideú, reduto dos grandes proprietários da região, entregava-se aos invasores. A relativa facilidade com que se tomou a capital da Banda Oriental, contrastou com a renhida resistência artiguista na campanha, operando especialmente a partir de Entre Ríos. Desta base de operações partiram os mais célebres contra-ataques orientais liderados pelo índio guarani Andresito Artigas: o cerco a São Borja em 1817 e a conquista do povo de São Nicolau em 1819 que, no entanto, terminaram em derrota. A campanha rioplatense só foi pacificada em 1820 quando Artigas foi derrotado na batalha de Taquarembó e sofreu as defecções de praticamente todos os seus caudilhos; um ano depois, um congresso invocado

pelos ocupantes aclamou a unificação do estado oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de Província Cisplatina, outra inspiração napoleônica (ver mapa 5)<sup>146</sup>.

---

<sup>146</sup> “*La dureza de la guerra terminó de enajenar al Jefe de los Orientales la casi ninguna simpatía que conservaba entre los hacendados del frente patriota*” (TOURON, TORRE, RODRÍGUEZ, *Artigas y su...op. cit.*, p. 254). Cf. ainda CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. São Paulo: Editora do Brasil, 1980, pp. 256-262 e PORTO *História das Missões...*, *op. cit.* 346-354.





**Mapa 5. O Rio Grande do Sul, c. 1820.** A Map of the Southern Lowlands of Brazil / John Lucock Delin In: *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil*, taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818 / By John Luccock. - London : Printed for Samuel Leigh, 1820. (Retirado de: <http://purl.pt/103/1/> no dia 02/09/2005).

*Nota:* O mapa mostra a expansão do território rio-grandense sobre a então província da “Cisplatina” ou do “Uruguai”.

A anexação da Cisplatina teve repercussões na política européia. A Espanha protestou pelo que considerava ser uma usurpação de seus direitos, ameaçando atacar Portugal; a Inglaterra também manifestou apreensão e advertiu que poderia retirar a sua garantia sobre o território lusitano. Pressionada, a Corte teve de aceitar a mediação das grandes potências, o que evitou um novo conflito na Península Ibérica. Áustria, Rússia, França, Prússia e Inglaterra apresentaram um projeto pelo qual Montevideú deveria ser devolvida à Espanha mediante uma indenização. Enquanto que Portugal aceitou a proposta das grandes potências, a Corte

espanhola protelava em responder, o que permitia aos portugueses manter o estado de coisas; a pacificação da Banda Oriental e o voto favorável a sua anexação legitimaram o domínio lusitano<sup>147</sup>.

Da perspectiva americana, os Braganças haviam apostado nas fidelidades alternativas da elite rio-platense e enfim ganhavam o extenso território da província Cisplatina, alargando o Império do Brasil até as suas “fronteiras naturais”. No entanto, as conseqüências das aventuras portuguesas no Prata estavam longe de se esgotar com a derrota militar de José Artigas: a guerra civil e a invasão portuguesa provocaram uma grande fuga de homens e capitais para o Brasil. Os emigrados castelhanos formaram uma importante comunidade no Rio Grande e no Rio de Janeiro, alguns conspiravam contra o governo artiguista, outros forneciam armamentos aos insurgentes, participando de sociedades políticas liberais e acirrando o clima político. Esta comunidade causava grandes preocupações para o governo português; Felix José de Mattos, comandante interino da fronteira do Rio Grande, escrevia: “*Como o crescido número de espanhóis que residem atualmente nesta Vila a título de emigrados me tem feito vigorar mais que o ordinário a polícia interior da povoação (...)*”<sup>148</sup>. Um pouco antes disto, dois espanhóis bêbados haviam brigado com um português “(...) *sobre*

---

<sup>147</sup> Cf. MANCHESTER, *Preeminência Inglesa...op. cit.* pp. 132-135. É importante notar que a diplomacia portuguesa, com o intuito de retomar a cidade portuguesa de Olivença, perdida em 1801, e acertar uma nova aliança com a Espanha, aventou a possibilidade de oferecer novos ajustes às fronteiras americanas: constaram entre estas idéias o retorno ao Tratado de 1777, a devolução da Banda Oriental e a troca desta última pela margem norte do rio Amazonas. (cf. ALEXANDRE, *Os sentidos do Imério...op. cit.*, pp. 256, 295, 333). Ver ainda WADDEL, D.A.G. A política internacional e a Independência da América Latina. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Da Independência até 1870. Vol. III, (231-265). São Paulo: Edusp, 2001, pp. 240-245.

<sup>148</sup> AHRS, AM, M-52, Felix José de Mattos, 28/07/1815.

*as vantagens dos orientais e espanhóis de Montevideu (...)*” e o escravo Chico Bonito fora denunciado por fundir balas de chumbo para espanhóis<sup>149</sup>.

Os problemas com os emigrados levaram o marquês de Aguiar, desde a Corte, a proibir a permanência de espanhóis no Rio Grande, Santa Catarina ou São Paulo. Deveriam migrar para o Rio de Janeiro ou para qualquer capitania do norte sob as vistas do governo joanino<sup>150</sup>. Antes mesmo destes acontecimentos a Corte já se mostrava preocupada com a propaganda revolucionária, determinando ao governador do Rio Grande que incentivasse as subscrições do jornal oficial “O Investigador Português” “(...) *a fim de confirmar nos Ânimos Portugueses os Sentimentos de Lealdade e Patriotismo (...)*”<sup>151</sup>.

Mesmo com todo o zelo Real, a Revolução de Pernambuco em 1817 voltava a mostrar a faceta revolucionária da crise do Antigo Sistema Colonial. De seu posto em Rio Grande, Manoel Marques de Souza desconfiava que era “(...) *coisa movida pelos americanos ou pelos de Buenos Aires (...)*”, mas o que mais lhe causava medo era que “*Nas charqueadas de Pelotas há um grande número de negros, que dão mais cuidado que os insurgentes da campanha de Montevideu (...)*”<sup>152</sup>. O episódio pernambucano não passou em branco. Em Rio

---

<sup>149</sup> AHRs, AM, M-52, Felix José de Mattos, 22/06/1815. A indefinição em relação às novas nacionalidades que vinham se forjando no processo revolucionário – analisada com profundidade por Paulo Pimenta (*Estado e Nação...op. cit.*) - fazia com que muitas autoridades portuguesas chamassem os emigrados de todos os partidos de *espanhóis*.

<sup>150</sup> AHRs, AG, B.012, marquês de Aguiar, 18/08/1815. O ministro de D. Fernando VII na Corte portuguesa representou em favor dos emigrados, considerando que do Rio Grande eles poderiam retornar com mais facilidade às suas casas e aos seus negócios; é possível também que os conservadores espanhóis desejassem manter suas redes de conspiradores na fronteira. O marquês de Aguiar acedeu, permitindo que “(...) *ai [no Rio Grande] se possam demorar aqueles indivíduos espanhóis que pelo seu caráter, circunstâncias e procedimento não derem motivo de suspeita (...)*” (AHRs, AG, B.013, marquês de Aguiar, 11/01/816).

<sup>151</sup> AHRs, AG, B. 010, 14/06/1813, conde de Galveas.

<sup>152</sup> AHRs, AM, M-64, Manoel Marques de Souza, 16/05/1817. Provavelmente a preocupação de Manoel Marques de Souza com os escravos das charqueadas era provocada pelas notícias da onda de insurreições escravas que sacudiu a Bahia entre 1813 e 1816 (sobre estas insurreições, cf.

Grande surgiu uma série de cartazes “(...) *seduzindo o povo para uma Revolução (...)*”, o que resultou na prisão de Domingos Vieira Braga e de um frade espanhol com fama de revolucionário<sup>153</sup>. Três anos depois o Sargento-mor Alexandre Luis de Queirós convocou “(...) *negros e gentilha (...)*” para levantar a vila de Cachoeira do Sul, clamando que era por Artigas, pelos negros e pelos índios. Também se tornaram comuns as demonstrações de desprezo ao Rei: um outro militar, Adolfo Charão, dizia não se importar com El Rey, mas apenas com a sua pátria e a sua família; novamente em Rio Grande apareceram queixas contra um padre revolucionário que se recusou a rezar o *Te Deum* por conta do nascimento da princesa<sup>154</sup>.

Revoltas, motins e conspirações mostravam que as aspirações expansionistas portuguesas em relação ao Prata - transformadas em projeto por D. Rodrigo de Souza Coutinho e os seus próximos -, só haviam alcançado em parte, e de forma precária, os seus objetivos. A indústria, o comércio e a população do Rio Grande cresciam como nunca, a margem direita do rio da Prata fora anexada; era impossível, no entanto, fazer “*uma formidável frente para opor a qualquer mudança*”.

É verdade que pelas bandas de Porto Alegre os ideais republicanos estavam muito longe de se tornar hegemônicos, mas tampouco era para a metrópole que corria o Rio Grande.

---

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 2ª reimpr., São Paulo: Cia. das Letras, 1999. pp. 386-389). A respeito da revolta pernambucana de 1817, cf. MOTA, Carlos G. **Nordeste 1817**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>153</sup> AHRS, AM, M-64, Manoel Marques de Souza, 31/05/1817. Cf. também as correspondências dos dias 16/05, 03/06. Vale dizer que já em 1813 surgiram pasquins nas esquinas da Vila de Rio Grande envolvendo a honra do Tenente Coronel Soarez Barbosa Dantas Brandão, parece que neste período começava a se popularizar o uso de pasquins na região (AHRS, AM, M-39, Manoel Marques de Souza, 10/07/1813).

<sup>154</sup> AHRS, AM, M-76, Clementa da Silva Rosa, 25/04/1820; M-77, José Carvalho Bernardes, 19/04/1820 e 02/05/1820; M-78, Patrício Jose Correa da Camara, 05/1820; M-78, Rogério Jose da Cunha e Souza; M-82, Matheus da Cunha Telles, 15/05/1821.

Colada aos mercados coloniais, a província seguiria fielmente o partido brasileiro no momento das agitações que sucederam a Independência. Em todo o caso, desejavam que seguisse valendo o seu estatuto especial de homens da fronteira e era neste sentido que se manifestava a Junta governativa que assumiu com a Revolução do Porto:

Considere V.A.R. atentamente os sucessos guerreiros desta Província desde 1777 até 1820 e veja se as suas gloriosas ações são inferiores às que praticaram na Índia os Pachecos, os Gamas e os Albuquerque, e no Brasil os Vieiras, Camarões e Henrique Dias. Os bravos provincianos do Rio Grande de São Pedro do Sul não só reganharam os lugares, que críticas circunstâncias tinham feito abandonar, como dilataram em diversas ocasiões e com felizes resultados para as suas armas as férteis campinas de que hoje se compõe sua Província. Sem mais armas que seus nervosos braços, sem mais baluartes que seus diamantinos peitos, têm praticado ações inacreditáveis que algum dia aparecerão à luz na reta balança da imparcial posteridade<sup>155</sup>.

Consideravam os governantes da junta que os feitos militares dos rio-grandenses comparavam-se aos feitos da conquista da Índia e da reconquista de Pernambuco. Que suas “ações inacreditáveis” lhe permitiram não só “reganhar” lugares anteriormente perdidos (reconquista de Rio Grande) como “dilataram” o território da província (conquista das Missões e anexação de parte do território Cisplatino).

Foi a proximidade com o Império Espanhol e com a prata produzida no interior do Perú que colocou o território banhado pelo estuário da Lagoa dos Patos (o assim chamado rio Grande) no mapa geopolítico português. Assim, era exportada a concorrência Ibérica para o

---

<sup>155</sup> Correspondência de 12/03/1822 para D. Pedro. *apud*: PICCOLO, Helga. O processo de Independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos G (org.). **1822: Dimensões**. (355-376), São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 362.

extremo do Atlântico-sul onde Portugal teria de fazer valer a sua posição pela diplomacia ou pelas armas.

A manutenção do território colonial e a sua integração no Império dependiam de um pacto político entre a metrópole e os colonos que era fundado sobre uma dada divisão geográfica do trabalho. No caso do Rio Grande, este acordo não estava economicamente sacramentado. Daí a preocupação constante das autoridades reinóis com a fidelidade dos vassallos; seja por infidelidades eventuais – dos contrabandistas – seja por verdadeiros divórcios políticos – dos desertores. É por aí também que é possível compreender a complacência do Estado Absolutista em relação às aventuras dos melhores da terra; atitude que, pela sua justificada repetição, revela a coerência e a continuidade de uma política, antes do que uma suposta debilidade.

De qualquer forma, as ameaças castelhanas obrigavam a fortalecer a posição portuguesa no extremo-sul. Na leitura dos estadistas portugueses isto significava incentivar o crescimento populacional, a “verdadeira agricultura” e o “verdadeiro comércio”, pois assim a relação de vassalagem com os habitantes da fronteira ultrapassaria vínculo político. Com as planejadas naus reinóis deveriam vir as mercadorias e também as correspondências necessárias para prender o território ao mercado metropolitano.

Mas ao fim do século XVIII, surgiu uma nova questão na aritmética política da metrópole. Às infidelidades tradicionais haveria de somar o risco da inovação política possibilidade aberta pela Independência das Treze Colônias. Na Europa a monarquia portuguesa teve por perdido o seu “ponto de reunião” pelas invasões francesas; já na América as instabilidades européias estavam do seu lado, e, ainda apostando no jogo das fidelidades alternativas, a Coroa dos Bragança logrou alargar seu patrimônio americano. Mas o modelo

de Império que se estava buscando não era mais colonial e sim um Império de inspiração napoleônica, que teria no Brasil o seu centro político. Em todo o caso, a formação deste Império, com a conquista da Cisplatina, estava longe de esgotar todas as possibilidades políticas que se abriam com a crise do Antigo Sistema Colonial.

## **2. FORMAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO EXTREMO-SUL: IMPÉRIO E SISTEMA COLONIAL**

O presente capítulo discute as formas pelas quais o extremo-sul foi integrado economicamente ao Império colonial português. Mais do que classificar as atividades econômicas da região, objetiva-se demonstrar sua relação com os quadros mais amplos do comércio colonial pelo qual se estruturava o sistema colonial português.

Desta forma, o capítulo inicia por uma análise do comércio colonial do final do século XVIII, relacionando-o com as formas de integração do extremo-sul; por aí, vai se caracterizando a “formação econômica” do Rio Grande no interior de uma divisão imperial do trabalho. No final, introduziremos a questão do contrabando que deverá permitir uma melhor compreensão do papel do Império americano na crise do sistema colonial português.

### ***2.1. Padrões do Comércio Colonial***

O século XVIII português foi marcado pelas descobertas auríferas no interior do Brasil. A economia colonial, que até então girava em torno da exportação do açúcar, precisou ser reorganizada, para além da cobrança de impostos, era necessário atrair o metálico para o Reino através do comércio, fornecendo mercadorias que não existiam na colônia. Centralizar o abastecimento das Minas no porto do Rio de Janeiro era parte do corolário; por aí, buscava-

se impedir os descaminhos e facilitar a cobrança de impostos. Também a exportação de têxteis desde o Reino seguia este objetivo: mercadorias não perecíveis, de alto valor e baixo custo relativo de transporte, eram as ideais para as longas viagens nos sertões do Brasil e para o comércio de entreposto<sup>156</sup>. Tudo isso, vale lembrar, num quadro de exclusivo comercial que deveria guardar para a Metrópole o grosso dos lucros coloniais.

Não obstante, a indústria portuguesa não tinha capacidade de abastecer os mercados coloniais em expansão. O desenvolvimento das manufaturas no final do século XVII fora resposta a uma conjuntura depressiva; a própria chegada do ouro recuperou a capacidade portuguesa de importar, os capitais voltaram a se concentrar no comércio colonial e na vinicultura<sup>157</sup>. A comunidade mercantil inglesa que há muito tempo estava estabelecida em Portugal passou a fornecer as mercadorias e o crédito necessários para conectar os mercados coloniais com o centro da economia-mundo.

Este circuito funcionava da seguinte maneira: no topo da hierarquia os homens de negócio ingleses vendiam manufaturas com longos prazos de pagamento aos comerciantes de Lisboa e do Porto que eram repassados aos atacadistas coloniais que, por sua vez, adiantavam as mercadorias aos colonos, formando uma extensa rede de endividamento. Como as manufaturas funcionavam como crédito, era prática na colônia fazer girar mercadorias e letras nos mercados locais para segurar o metálico e remetê-lo aos credores; lição de manual de

---

<sup>156</sup> Sobre o comércio como forma de atrair o metálico cf. GRESPAN, Jorge. Urbanização e economia mineradora na América: O caso de Potosí. In: AZEVEDO, Francisca L. N. e MONTEIRO, John. (orgs.). **Raízes da América Latina**. (303-316) São Paulo: Edusp, 1996, pp. 305-306. Como dizia um documento espanhol do século XVIII: “[a prata] *Es un fructo de América que habría continuado bajo tierra si el comercio [europeu] no hubiese forzado a los americanos, vendiéndoles mercancías, a sacarlo de las entrañas de la tierra.*” (apud: BRAUDEL, *El Mediterráneo...*, op. cit. p. 691). Sobre os têxteis como ideais para o comércio de entreposto, cf. FISHER, H. E. S. **De Methuen a Pombal**. O comércio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Gradiva, 1984, p. 85.

comércio que contribuía para a desmonetização da economia colonial. De posse do ouro, os mercadores das principais praças coloniais ganhavam em poder de barganha frente aos seus credores no centro, conseguiam mercadorias a crédito e por preços mais baixos<sup>158</sup>.

De qualquer modo, o ouro fazia o caminho inverso das mercadorias européias, das Minas para as principais praças da colônia (especialmente para o Rio de Janeiro), destas para Portugal e, uma vez que outros produtos tropicais não tinham vez no mercado protegido inglês, acabava nos cofres de Albion<sup>159</sup>.

Portanto, podemos caracterizar as relações entre centro e periferia nos quadros específicos do sistema colonial português do século XVIII como um movimento centrífugo de crédito que produz – e é reproduzido por – um movimento centrípeto do excedente na forma de metálico. Esta relação entre centro e periferia é explicitada em seus principais pólos pela

---

<sup>157</sup> PEDREIRA, Jorge. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)**. Lisboa: Difel, 1994, p. 41.

<sup>158</sup> Como dizia uma representação de 1753 dos homens de negócio do Rio, provavelmente através do procurador da Cidade na Corte: “A maior parte das fazendas que embarcam são compradas nesta Corte com dinheiros a juros ou a risco, que naquela [Rio de Janeiro] ou nesta Praça [Lisboa] tomam aos comerciantes e a título destas fazendas que compram o dinheiro à vista, eles fiam outras [o sentido é: tomam fiado] às casas de negócio (...)”. (ANTT, Ministério do Reino, M-500). É de interesse também observar os capítulos sobre compra e venda em ANÔNIMO. *Notícia Geral do Commercio...*, *op. cit.*).

<sup>159</sup> Para uma caracterização superficial das instituições e práticas financeiras na Europa da época moderna, cf. DAVIS, Ralph. **The Rise of the Atlantic Economies**. New York: Cornell University Press, 1973, pp. 231-249. Para Portugal: ROCHA, Maria M. e SOUSA, Rita M. Moeda e Crédito. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro F. (org.). **História Económica de Portugal**. Vol I. [o século XVIII]. Lisboa: ICS, 2005. Sobre o papel do crédito na preeminência dos homens de negócio ingleses em Portugal, cf. FISHER, *De Methuen...*, *op. cit.*, p. 86, pp. 90-92 *et. passim*. CHRISTELOW, Allan. Great Britain and the Trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-1783. In: **HAHR**. (2-29), nº 27, 1947 e PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979, pp. 282-283. A questão das dívidas e adiantamentos no Brasil colônia foi estudada por FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 241-255, FLORENTINO, *Em Costas...* *op. cit.*, pp. 128-129, SAMPAIO, *Na encruzilhada...*, *op. cit.*, pp. 187-226 e SCHWARTZ, *Segredos...* *op. cit.* 1999, pp. 178-179. Ribeiro Jr. mostra estas práticas pela Cia. de Pernambuco, (cf. RIBEIRO Jr., José. **Colonização e Monopólio no**

balança comercial: a favor de Portugal no trato com as colônias e negativa no comércio com a Inglaterra<sup>160</sup>.

Na segunda metade do século XVIII, transformações institucionais e econômicas começaram a alterar este quadro. Sebastião José Carvalho e Mello, ministro mais influente de D. José I, diagnosticava que a dependência econômica de Portugal frente aos britânicos era a principal causa da “decadência portuguesa”; daí o projeto, nas palavras de Kenneth Maxwell, de “nacionalizar a economia luso-brasileira”. A criação das Companhias de Comércio (do Alto Douro, do Grão Pará, de Pernambuco), a proibição dos comissários volantes no comércio colonial, a promoção social dos homens de negócios e o incentivo às manufaturas nacionais, visavam a retirar das mãos estrangeiras o controle da economia colonial. Ao mesmo tempo, a queda na produção aurífera fez diminuir os interesses ingleses pelo Império Português<sup>161</sup>.

Os debates sobre as reformas pombalinas, seu conteúdo social e seus resultados econômicos, vem se arrastando até hoje na historiografia luso-brasileira. Em todo o caso, é impossível negar que, na sucessão do marquês, Portugal havia avançado na industrialização, o comércio colonial crescia sob o controle português e uma recém formada elite de homens de

---

**Nordeste Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1976, p. 110) Sobre as operações com moeda BRAUDEL, *Capitalismo e Civilização...*, *op. cit.* [Os Jogos das Trocas], p. 376.

<sup>160</sup> Para caracterizar as relações entre centro e periferia fizemos algumas “livres apropriações” de GRESPAN, Jorge. O estruturalismo da Cepal na obra de Raúl Prebisch. *In: História UNISINOS*, 3(5) (105-125). São Leopoldo, 2001, esp. p. 113. As referências sobre a balança comercial podem ser encontradas em FISHER, *De Methuen...* *op. cit.* e PINTO, *O Ouro...* *op. cit.* Ver também SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas.** Lisboa/Santos: Edições Cosmos/Martins Fontes, 1978.

<sup>161</sup> Cf. MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. *In: Chocolate, Piratas e Outros Malandros.* Ensaios Tropicais. (125-156). São Paulo: Paz e Terra, 1999 e MAXWELL *Marquês de Pombal...*, *op. cit.* pp. 51-68, *et passim.* e PEDREIRA, Jorge. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822).** Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado), *passim.* FISHER, *De Methuen...* *op. cit.* Também são de interesse o livro de RIBEIRO Jr. *Colonização e Monopólio...* *op. cit.* e o artigo de FRANÇA, José A. Burguesia pombalina, nobreza mariana,

negócio atuava autonomamente a partir da capital do Império. Outrossim, na década de 90 os lusitanos foram beneficiados pela sua neutralidade nas guerras européias e pelas convulsões nas colônias francesas e espanholas; as reexportações de produtos tropicais brasileiros aumentavam e o comércio com a Ásia voltou a ser negócio dos portugueses, provocando uma euforia que atravessou todo o Império. Portanto, é interessante caracterizar melhor esta conjuntura do final do século XVIII e início do século XIX para introduzir as questões a serem desenvolvidas durante o capítulo.

As melhores fontes para isto são as balanças de comércio de Portugal e seus domínios, produzidas em séries completas desde 1796 e já analisadas em pormenor por José Jobson Arruda e Valentim Alexandre<sup>162</sup>. Por elas, vê-se que, no movimento geral entre o Brasil e o Reino, parte-se de um saldo contrário a Portugal em 1796, para posições superavitárias até 1799, quando, a partir de 1800, o Reino passa a somar déficits - com exceção do ano de 1802 - até as vésperas da Invasão Francesa. No acumulado, o déficit se instaura em 1806<sup>163</sup>.

Se centrarmos a análise nas três principais praças brasileiras teremos: superávits seguidos sobre o Rio de Janeiro até 1804, acumulando 12.063 contos de saldo a favor de Portugal até 1807; déficit acumulado de 5.031 contos com a Bahia, e resultados positivos

---

fidalgua liberal. In: SANTOS, Maria H. C. **Pombal Revisitado**. Vol. I, (19-33). Lisboa: Estampa, 1984.

<sup>162</sup> ARRUDA, José J. *O Brasil no Comércio...*, *op. cit.* e ALEXANDRE. *Os Sentidos do Império...*, *op. cit.*

<sup>163</sup> ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império...* *op. cit.*, p. 64. É verdade que há uma discussão sobre a forma como o autor utiliza os dados, já que ele retirou as remessas de metálico da conta, ao contrário de José Jobson Arruda. O método de Valentim Alexandre é o mais cômodo pois evita algumas distorções (parte das remessas de numerário eram feitas para saldar negócios individuais, ver as suas considerações na p. 31) e permite comparar a balança de comércio do Brasil com a do Rio Grande, que praticamente não possui dados sobre a remessa de metálico. Estamos conscientes porém que este método também provoca algumas distorções (cf. ARRUDA, José J. *Decadence or crisis in the Luso-brazilian Empire: A new model of colonization in the eighteenth Century*. In: **HAHR**, (80:4), (865-878), November, 2000, pp. 875-877, p. 873).

apenas em 1797-1798 e 1804; saldo sempre negativo com Pernambuco, restando um acumulado de 13.155 contos em 1807<sup>164</sup>.

A divergência no resultado geral das exportações de cada praça parece dever-se à composição de suas exportações (ver tabela I); é verdade que nos três portos os mantimentos – especialmente o açúcar – ocupam um lugar central. Não obstante, se considerarmos os metais preciosos uma exportação, veremos que é a segunda categoria em importância na pauta do Rio de Janeiro; era a remessa de numerário, portanto, que permitia à capital do Brasil sustentar seus déficits constantes. No outro extremo tem-se Pernambuco que remete pouquíssima moeda para o Reino, mas tem quase a metade de suas exportações no algodão<sup>165</sup>. Ao que tudo indica, os altos valores alcançados por este gênero no mercado europeu incentivavam os atacadistas portugueses a pagar em moeda, daí a inversão nesta capitania do circuito aurífero. A Bahia, por sua vez, também não exportava muito metálico, já o comércio de algodão, se bastava a tornar a balança a seu favor, não chegava a trazer tantas moedas para a Capitania como em Pernambuco.

---

<sup>164</sup> Reelaboramos estes dados sobre números retirados de ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, *op. cit.*, tabelas 12, 19, 22 e 26.

<sup>165</sup> Na verdade, Pernambuco seria um “importador” de metais já que recebeu de Portugal 2.533 contos entre 1796-1807 e enviou apenas 58 contos no mesmo período. Aliás, padrão parecido tem o Maranhão, onde também dominavam as exportações de algodão, que recebeu 1.099 contos e remeteu 31 contos para o Reino.

**Tabela I: Participação relativa de alguns gêneros nas exportações das principais praças do Brasil 1796-1807<sup>166</sup>**

	<b>Mantimentos</b>	<b>Ouro</b>	<b>algodão</b>
<b>Rio</b>	46,4%	32,3%	0,9%
<b>Bahia</b>	55,6%	2,2%	13,9%
<b>Pernambuco</b>	42,9%	0,2%	48,7%

Como bem notou José Jobson Arruda, a composição das exportações das principais praças brasileiras sugere a formação de um novo padrão de colonização<sup>167</sup>. Especialmente no que se refere ao comércio pernambucano (e também no maranhense, ver nota 165), os produtos exóticos coloniais perdiam espaço para o algodão, principal matéria prima da Revolução Industrial. Também nestas duas praças se invertera o sentido tradicional do fluxo de metais. Sem dúvida era esta uma das possibilidades conjunturais da crise do Antigo Sistema Colonial.

É importante demarcar, porém, que o comércio do Rio de Janeiro se organizava de forma tradicional. Ainda que a famosa crise do ouro já estivesse chegando aos seus quarenta anos, o metálico era quase 1/3 das exportações da capital do Brasil: praça financeira por

---

<sup>166</sup> ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, *op. cit.*, tabelas 19, 22 e 26 (O total não é igual a 100% porque não incluímos aqui outras classes de produtos). Seria interessante pesquisar a participação de cada Capitania no mercado de fretes com a metrópole. Através de uma devassa aberta contra os capitães de navios que se separaram do comboio em 1798 foi possível saber a praça a que pertenciam os proprietários dos comboios partidos de Lisboa para Recife em 05/05/1798 e 19/11/1798. Das 33 embarcações, 75,8% pertenciam a homens de negócio de Lisboa e o restante dividia-se igualmente (6,1%) pelas praças de Porto, Recife e em propriedades mistas, Lisboa/Recife, Porto/Recife (ANTT, Real Junta de Comércio, M-10, cx. 36).

<sup>167</sup> ARRUDA, José J. *O sentido da colônia...*, *op. cit.*, p. 177. Do mesmo autor, ARRUDA. *Decadence or crisis in the Luso-brazilian...*, *op. cit.*, pp. 875-877. Sobre as relações comerciais de Portugal no fim do século XVIII, ver o excelente texto de COSTA, Leonor. Relações económicas com o exterior. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro. *História Económica...*, *op. cit.* (263-298).

excelência, em que a paixão por metais num período de franca redução da produção aurífera ilumina a “irreversibilidade” do ciclo do ouro<sup>168</sup>.

Como já foi expressado anteriormente, o metálico só podia ser atraído para o centro através do fornecimento de mercadorias metropolitanas; isto é comprovado pela análise das importações da colônia em que o Rio aparece como o maior mercado consumidor (38,1% das importações). O quadro se completa com a análise geral da balança comercial do Rio, sobre a qual existem os números de 1803 e 1804: tem-se assim que no volume total de negócios o comércio com a metrópole alcançava 71%, com o restante do Brasil 18%, com a África 7% e com a Ásia 4%<sup>169</sup>. É que boa parte das mercadorias importadas desde o Reino era depois reexportada para outras regiões, formando circuitos internos à própria colônia. Sendo assim, o comércio de metais preciosos era muito mais complexo nesta passagem de século e dependia de uma maior integração dos mercados coloniais. Vejamos essas questões com mais cuidado na relação do comércio colonial com o extremo-sul.

## *2.2. O comércio com o extremo-sul: permanências e transformações.*

O extremo-sul do Brasil apareceu na história do Império português como um prolongamento do circuito de metais preciosos e, por consequência, do espaço econômico do Rio de Janeiro. Afinal, era a capital do Brasil que articulava o abastecimento das duas zonas fornecedoras de prata e ouro, a Colônia de Sacramento e as Minas Gerais.

---

<sup>168</sup> Frédéric Mauro se refere à irreversibilidade do ciclo do açúcar, relacionando-a com um “declínio econômico geral. Este não parece ser o caso do final do século XVIII. Cf. MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670**. Vol II. Lisboa: Estampa, 1997, p. 268.

<sup>169</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 103.

O território que formava a *hinterland* da lagoa dos Patos – então conhecida como rio Grande – estava no meio do caminho entre o Rio de Janeiro, entreposto do negócio de metais, e a fonte da prata. Na ausência de produtos tropicais que interessassem aos mercadores Reinóis e de um porto que permitisse a entrada de grandes navios, a região parecia estar fadada a depender da capital do Brasil para se abastecer.

Assim, desde a fundação do presídio de Rio Grande (1737) os mercadores do Rio de Janeiro faziam pequenos negócios na região onde trocavam quinquilharias por couro, gêneros da terra e alguma prata contrabandeada. Este tipo de comércio era pequeno e o porto de São Pedro funcionava mais como uma escala para a Nova Colônia. Nos três primeiros anos passaram pela barra da lagoa dos Patos 33 embarcações com cargas particulares, nos anos seguintes a navegação foi diminuindo: 10 em 1740, 6 em 1741 e, ainda que na década de 1750 as demarcações do Tratado de Madri tenham aumentado as oportunidades de negócios, o comércio local nunca respondeu por muito mais do que 15 carregações anuais<sup>170</sup>.

O domínio castelhano da barra do Rio Grande por quase 14 anos (ver 1º capítulo, pp. 40-42) embargou de vez o comércio por mar. Sem poder exportar gêneros de maior volume em razão dos proibitivos custos do transporte, a agricultura praticamente regrediu para uma “economia natural”, ainda que o comércio de animais de tiro e os eternos contrabandos permanecessem como uma “retaguarda mercantil”<sup>171</sup>. Se não bastasse o bloqueio da barra, a invasão e a década de hostilidades que se seguiu trouxeram muitos prejuízos aos negociantes

---

<sup>170</sup> Para os anos de 1737-1741 Cf. *Livro de Registro de Embarcações* AHRS, F – 1241, 1737-1741. Em requerimento de 1765 os comerciantes do Rio Grande diziam que antes de 1763 chegavam a sair 15 ou mais embarcações por ano da Capitania (AHU, Avulsos, RS, doc. 152, 1765).

<sup>171</sup> Os habitantes do Rio Grande diziam que os poucos escravos que haviam conseguido salvar da invasão “(...) *trabalham em lavoura a fim de os poderem sustentar e as suas famílias (...)*” (AHU, Avulsos, RS, doc. 152, 1765). Mesmo se descontado o seu interesse em sustar a execução de dívidas, o requerimento dá a dimensão da catástrofe.

com interesses no extremo-sul e aumentaram consideravelmente os riscos das operações mercantis. Assim, o corpo do comércio da capital do Brasil “(...) *titubeava por alguns tempos ampliar fazendas aos negociantes deste território [Rio Grande], vendo as funestas conseqüências que podiam sobrevir (...)*”. Sem crédito, ficavam em “(...) *inação os habitantes de Porto Alegre (...)*”<sup>172</sup>.

Na década de 1780 a navegação para o Continente continuava a ser precária, existindo um reduzido número de mercadores do Rio metidos neste negócio que monopolizavam o mercado de fretes. A este respeito, o marquês do Lavradio fez uma interessante reflexão:

Como para aqueles portos [do Rio Grande] navegam poucas embarcações [...] os lavradores não cultivam senão a proporção da extração que podem do seu gênero; esta é a razão por que o trigo vem pouco para esta capital [Rio de Janeiro], porque como não há bastante embarcações a que ele venha, e estas querem grandes preços pelo frete para cada alqueire de trigo, e o Continente tem pouco quem lhe dê consumo, os lavradores, para não perderem o seu gênero, não cultivam [mais] que muito pequenas porções<sup>173</sup>.

A pouca freqüência no porto fazia ser comum a oferta de gêneros locais superasse a procura, configurando um *buyer's market*. Para além da monopolização do comércio por um pequeno grupo de homens de negócio, impunha-se um limite à produção, pois os colonos buscavam ajustar-se à demanda segurando-se na “*extração que podem do seu gênero*” garantida pelo pouco crédito que vinha do centro. Às operações mais arriscadas seguiam-se calotes e falências, pois o comércio da Capitania não tinha “(...) *vigor para fazer constante o seu giro (...)*” e, assim, “(...) *facilmente decai, apenas entra a correr sua circulação*”<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> Memorial de 1804 da câmara da Vila de Porto Alegre. In: **RIHGRS**, 128, Porto Alegre, 1992, p. 156.

<sup>173</sup> LAVRADIO. *Relatório...*, op. cit. p. 481.

<sup>174</sup> BN, 4,4,6. Luiz de Vasconcelos, 02/10/1784.

Sem um comércio direto entre a metrópole e o Rio Grande, os habitantes da região ficavam à mercê dos homens de negócio da capital. A cadeia de crédito e endividamento que caracterizava o comércio de ouro e prata era reproduzida no extremo-sul, formando uma hierarquia entre as duas regiões coloniais<sup>175</sup>.

É possível uma observação “microeconômica” desta hierarquia através de algumas correspondências comerciais que chegaram até os dias de hoje. É o caso, por exemplo, da correspondência de José Alves Velludo, comerciante rio-grandense. Por aí se verifica que ele comerciava com homens de negócio do Rio que lhe forneciam mercadorias diversas em troca de couros e trigos. Em 12 de outubro de 1789, acusava a venda de couros feita na Capital pelo seu credor, o Capitão Antonio Gomes Barroso, “(...) *por conta do que eu lhe devia da fazenda e valor da escrava Rosa que lhe comprei, coberto em gêneros (...)*”. Na mesma carta já falava em outros produtos adiantados pelo Capitão Antonio por intermédio de Manoel Bento Lusai. Também estava metido numa complicada especulação com jóias, envolvendo gente da capital do Brasil e da cidade do Porto que pretendia fazer contrabando para os castelhanos. Como estava sempre em débito com seus credores, reiterava em suas cartas que “(...) *sou morador do Rio Grande e que com favor Deus não padece dúvida o meu pagamento*”<sup>176</sup>.

O mesmo tipo de documentação demonstra que os grandes atacadistas tinham certo controle sobre os preços no Rio de Janeiro e nos mercados periféricos<sup>177</sup>. Enquanto que nos

---

<sup>175</sup> João Fragoso faz importantes considerações a este respeito, mas insiste em autonomizar o Rio de Janeiro dos centros econômicos metropolitanos. (cf. FRAGOSO, *Homens de grossa...*, *op. cit.*, pp. 241-255, *et. passim*). Na mesma linha, cf. OSÓRIO, *Estancieiros, Lavradores...*, *op. cit.*, pp. 283-285. É também interessante a leitura do seu capítulo 7 que trata da arrematação dos contratos.

<sup>176</sup> APERGS, A-167, M-11, E-31, Órfãos e Ausentes, POA, 1793. As correspondências são de 30/03/1786 e 12/10/1789.

<sup>177</sup> ID. José Alvarez Velludo – Manoel Velloso Tavares, 07/03/1786 e 30/03/1786.

gêneros importados do centro o preço de atacado estava sempre determinado – desde o Rio de Janeiro - pelas correspondências entre os comerciantes, nas exportações do Rio Grande controladas pelos traficantes locais eram comuns fórmulas deste tipo: “*Pelo conhecimento junto receberá Vossa Mercê mil e uma arrobas de charque que me fará mercê vender pelo estado da terra e o seu líquido se servirá a abonar meu crédito (...)*”<sup>178</sup>. É que até o início da década de 1790 eram poucos os comerciantes locais que, com embarcações próprias, pudessem operar nos mercados do norte do Brasil, ficando pois na dependência das informações de seus correspondentes. Por isto que José Alvez Velludo, ao terminar uma negociação com couros, fazia questão de agradecer aos seus correspondentes: “*(...) a Vm. agradeço a vantagem do preço e a ele a do peso (...)*”<sup>179</sup>.

À hierarquia entre duas regiões coloniais correspondia uma fraca monetarização da economia local. Os atacadistas locais punham a girar as mercadorias e seguravam as moedas de ouro e prata para remeter ao credores no Rio. Martinho de Mello e Castro se referia ao inconveniente de se pagar aos militares de Santa Catarina e Rio Grande com moedas de 6\$400 “*(...) as quais correndo na Europa logo se extraíam daqueles domínios, ficando os habitantes exaustos de toda moeda corrente (...)*”<sup>180</sup>; em 1803 foi a vez de Manoel Marques de Souza se queixar da ausência de dinheiro ao governador do Rio Grande, dizendo que “*(...) quase sempre não chega aos particulares; só dois meses no ano é mais abundante*”.<sup>181</sup>

---

<sup>178</sup> APERGS, 1º tab. L-18. Luis José de Mello e Cunha – João José de Carvalho e Freitas, 23/11/1799 (reg. na mesma data).

<sup>179</sup> APERGS, A-167, M-11, E-31, Órfãos e Ausentes, POA, 1793. José Alvarez Velludo – Manoel Velloso Tavares, 07/03/1786. Isso era especialmente verdade quanto ao preço do couro, que regionalmente era acertado por peça, enquanto que no Rio de Janeiro pagava-se por libra. Para uma reflexão interessante sobre preços e medidas, cf. ROMANO, Ruggiero. **Mecanismo y Elementos del Sistema Económico Colonial Americano**. Siglos XVI-XVIII. México: FCE, 2004, p. 430.

<sup>180</sup> AN, SEB, Cód. 67 Vol. 18, Martinho de Mello e Castro, 06/03/1790.

<sup>181</sup> AHRS, A.M., M-04, Manoel Marques de Souza, 21/09/1803.

Quem entesourava as moedas que eram eventualmente trazidas à circulação pelos militares eram os atacadistas locais. Assim, em 1801 o vice-rei conde de Rezende quis fazer uso das moedas paradas para o pagamento da tropa acantonada no Rio Grande em razão da impossibilidade de fazer remessas de numerário por mar. Sugeriu que a Provedoria da fazenda local recolhesse o dinheiro a ser remetido pelos comerciantes para o Rio, sendo lançadas letras em nome dos credores para descontá-las alguns meses depois na capital. Terminava o plano com uma interessante reflexão:

Aos moradores desse Continente também se segue utilidade porque do Real Cofre há de sair logo para pagamento dos soldos depois de algum pequeno giro há de tornar a passar pelas mãos dos que tiverem feito entrega nos Reais Cofres e continuando sempre esta circulação (...)<sup>182</sup>

Ou seja, depois de um pequeno giro a moeda acabaria na mão dos mesmos atacadistas. Queria crer o vice-rei que seguiria ainda girando pela região, porém, isto não ocorreria, porque, como dizia Manoel Antonio Magalhães: “(...) *saindo este [o dinheiro] da Fazenda Real e feito o pagamento à Tropa, vai logo dar ao comércio que está em dívida ao do Rio de Janeiro e para ali manda o quanto ouro e prata [que] aqui aparece a fim de ficar tudo exaurido*”<sup>183</sup>; a balança de pagamentos deficitária do Rio Grande com o Rio de Janeiro sumia com todos os metais preciosos (ver adiante, pp. 101-103).

Mas vejamos mais de perto o tipo de comércio que se praticava no extremo-sul. Por uma relação dos rendimentos da Coroa na Colônia de Sacramento em 1734 é possível observar como o comércio de prata e a extração de couros estão na origem da formação econômica da região. A dízima cobrada na alfândega sobre as importações – que na maior

---

<sup>182</sup> AHRS, AG, B-1.03, conde Rezende 16/09/1801. Em 1805 o governador do Rio Grande chegou a propor a cunhagem de uma moeda provincial para segurar um pouco do numerário (AAHRS, Vol. 12, pp. 181-182, Paulo José da Silva Gama 30/03/1805, ver 4º capítulo, pp. 228-229).

parte depois seriam contrabandeadas - representava 34,8% dos rendimentos, enquanto que o quinto do couro era 53,3%<sup>184</sup>.

Com o mesmo tipo de fonte verifica-se a importância destas atividades no Rio Grande após a expulsão dos espanhóis: excluindo as remessas da tesouraria do Rio de Janeiro, 38,8% da receita em 1784-1785 era feita com os contratos do quinto dos couros e com o registro da Serra, 49% vinha do dízimo e 7,1% era obtido com a arrematação de produtos confiscados de contrabandistas<sup>185</sup>. Esta é, portanto, a imagem que temos do Rio Grande na década de 1780, uma economia caracterizada pela força de certos produtos, couros, mulas e cavalos, com uma crescente produção mercantil de alimentos e uma quase onipresença do comércio ilegal.

Para a década de 1790 e início da de 1800 existe uma série de mapas de exportação que, mesmo com o inconveniente de não registrar a saída de animais em pé, permite estabelecer um padrão para o comércio rio-grandense.

---

<sup>183</sup> MAGALHÃES, Manoel Antonio. Memória sem título, 1805. BN – I,29,15,41.

<sup>184</sup> Anexo na corresp. do governador, AHU, Avulsos, CS, doc. 277, Pedro de Vasconcelos, 18/02/1734. Naturalmente que o comércio de importações era muito mais importante, só que como o imposto era menor (10%) o rendimento ficava atrás da cobrança do quinto dos couros (20%).

<sup>185</sup> Os Balanços da Provedoria Real do Rio Grande em que constam os rendimentos estão reproduzidos em SANTOS, *Economia e sociedade...*, *op. cit.*, pp. 162-165. Vale dizer que é inútil desejar caracterizar o peso relativo de cada atividade (agrícola, pastoril,) unicamente através dos contratos de arrecadação de impostos. Como bem lembra Eduardo Ameghino, o valor alcançado pelos dízimos tem mais relação com o *negócio* da arrematação de contratos (as condições dos leilões, a capacidade de depois cobrar efetivamente o imposto, etc.) do que com o estado da produção local (cf. AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Agricultura, ganadería y diezmos en el obispado de Buenos Aires, 1782-1802: una comparación infructuosa. *In: La Otra Historia*. Economía, Estado y sociedad en Río de la Plata Colonial (253-292), Buenos Aires: Imago Mundi, 2002).

**Tabela II: Exportações rio-grandenses (por valor)<sup>186</sup>**

<b>ano</b>	<b>1790</b>	<b>1791</b>	<b>1795</b>	<b>1797</b>	<b>1802</b>	<b>1803</b>
alimentos	50,3%	47,1%	56,7%	62,6%	58,6%	60,7%
couros	41,0%	35,1%	33,9%	32,4%	21,3%	29,3%
derivados	2,5%	1,3%	4,1%	5,0%	4,7%	4,6%
moeda	6,2%	16,5%	5,3%	0,0%	10,7%	4,6%

A tabela II mostra que os alimentos (especialmente charque, trigo e farinha de trigo) ganhavam relevância na composição das exportações do Rio Grande; esta também é a tendência das mercadorias classificadas como “derivados” – que inclui produtos oriundos da pecuária como o sebo e a graxa. Por sua vez, o couro teve a sua participação relativa diminuída entre 1790-1803. Os metais preciosos, na forma de moeda, ocupam uma posição variável, já que eram utilizados para saldar os déficits com outras praças, especialmente o Rio de Janeiro.

O aumento percentual dos alimentos tem a ver com as profundas transformações que ocorreram nos mercados do norte do Brasil nesta passagem de século (ver o próximo capítulo). Ocorreu, assim, uma gradual especialização em produtos para o abastecimento de outras zonas coloniais, com a decorrente redução relativa do couro, produto que tinha o mercado europeu como destino principal.

Tal situação fica mais bem caracterizada nos anos que antecederam a Independência do Brasil. Como se vê pela tabela III:

---

<sup>186</sup> **Fonte:** Para 1790 e 1791 (AHU, Avulsos, RS, docs. 252 e 262), 1795 (BN-I-29,19,28), 1797 (AHU, Avulsos, Brasil, doc. 2462), 1802, 1803, (AHU, Avulsos, RS, docs. 465 e 528). O total nem sempre é igual a 100% pois em alguns anos houve exportações de produtos de difícil classificação (como embarcações).

**Tabela III: Exportações rio-grandenses (por valor)**

<b>Ano</b>	<b>1815</b>	<b>1818</b>	<b>1819</b>	<b>1820</b>	<b>1821</b>
alimentos	67,0%	74,9%	76%	71,5%	71,6%
Couros	26,6%	18,3%	17%	20,1%	19,2%
derivados	6,4%	6,8%	7%	7,5%	9,1%
Moeda	0,0%	0,0%	0%	0,8%	0,0%

A tabela III mostra uma consolidação da tendência anterior, a participação dos alimentos aumentou consideravelmente: entre 1818-1821 nunca foi inferior a 70%. Por conseqüência, reduziu-se o valor relativo das exportações de couro que ficou perto dos 20%. Os derivados também ganharam em importância no cômputo geral. Por último, as exportações de moedas, que aqui tiveram de ser estimadas pelos saldos dos anos anteriores, praticamente desapareceram.

As razões para estas diferenças na composição das exportações serão discutidas no próximo capítulo. O que deve ser ressaltado aqui é uma gradual mudança no padrão, de uma economia voltada para os couros e metais preciosos, passou-se a uma região produtora de alimentos para o abastecimento das praças do norte do Brasil. Numa das pontas espaciais/temporais estava a Colônia de Sacramento, uma praça que se concentrava no contrabando e na extração do couro; na outra ponta o Rio Grande dos anos que antecederam a Independência, vincado ao comércio de grãos e charque com o resto do Brasil, padrão que parece se consolidar um pouco antes de 1808. Em suma, a passagem de um a outro padrão representa a própria “formação econômica do Rio Grande”.

A elaboração de uma balança comercial para o Rio Grande no período entre 1780-1822 certamente elucidaria parte dessas questões. Infelizmente, durante a década de 1780 não existem dados deste tipo; apenas para 1790-1797 constam mapas, de acuidade variável, para as exportações. Para o século XIX constam séries relativamente completas de

exportação/importação e outras informações de nível estatístico que permitiram reconstruir a balança de comércio do Rio Grande entre 1802-1821.

Em todo o caso, a nossa análise inicia pelo período 1790-1797, já que os mapas de exportação registram o envio de moedas para outras capitanias que servem como uma aproximação aos saldos (negativos) da balança de comércio. Esta aproximação possui dois inconvenientes, em parte as remessas podem representar negócios autônomos exclusivamente cambiais, o que provocaria uma superestimação dos déficits, no entanto sabemos pelos anos de 1802 e 1803 que as entradas de ouro no Rio Grande por via marítima, que porventura poderiam estar vinculadas a estas operações, eram pequenas frente às saídas. De outro modo, o déficit estaria subestimado pelas remessas, já que parte dos saldos poderia ser acertada através de letras e outra poderia ser lançada de um ano para o outro. Estas formas de acerto faziam sentido do ponto de vista micro-econômico: recebido o crédito em mercadorias no início do ano, o mercador do Rio Grande cobria parte da dívida com a exportação de gêneros (digamos, 50% da dívida); da dívida sobranete, metade ele pagava em dinheiro para garantir a manutenção do seu crédito. O restante poderia ser lançado para o próximo ano ou saldado em letras. Nos momentos de crescimento econômico este jogo também era interessante aos credores, pois além de ganhar com os juros, mantinham seus devedores da periferia na dependência<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> Algumas contas correntes sugerem operações parecidas cf. APERGS, Órfãos e Ausentes, A: 233, M-13, E-31, Maria da Conceição. Conta Corrente entre Francisco Garcia de Triunfo (Rio Grande) e Braz Carneiro Leão (Rio).

**Tabela IV: Moedas remetidas pelos comerciantes do Rio Grande<sup>188</sup>.**

<b>Ano</b>	<b>pesos em réis</b>	<b>Réis</b>	<b>total</b>
1790	8.730.000	8.047.000	16.777.000
1791	56.950.400	3.494.000	60.444.400
1792	32.637.750	3.556.075	36.193.825
1793	4.722.000	3.400.000	8.122.000
1794	3.684.750	16.386.065	20.070.815
1795	13.374.750	18.332.300	31.707.050
1796	7.746.750	25.571.910	33.318.660
1797	105.000	0	105.000
<b>total</b>	<b>127.951.400</b>	<b>78.787.350</b>	<b>206.738.750</b>

O que a tabela IV sugere é que o Rio Grande teve déficits constantes entre 1790 e 1796 e apenas em dois anos as remessas estiveram abaixo de uma dezena de contos (1794 e 1797). Por esta análise pode-se concluir que saldos negativos eram a normalidade nessa década.

Estudemos agora a balança de comércio marítimo entre 1802-1821. É importante realçar, contudo, que as cifras originais são muito imprecisas, obrigando a fazer correções e estimativas que estão explicadas no apêndice<sup>189</sup>.

---

<sup>188</sup> BN, I, 29, 19, 28. AHU, Avulsos, RS, docs. 252 e 262 e Avulsos, Brasil, doc. 2462.

<sup>189</sup> Ressalte-se que os nossos cálculos e os resultados apresentados aqui são bastante distintos dos de Helen Osório (OSÓRIO, *Estancieros, lavradores...op. cit.*) ver apêndice.

**Tabela V: Exportações, importações, saldos e saldo acumulado do comércio marítimo rio-grandense (sem metais preciosos) <sup>190</sup>**

	<b>exportação c/ fretes</b>	<b>importação</b>	<b>saldos</b>	<b>saldo acumulado</b>
1802	800.288.340	889.574.910	-89.286.570	-89.286.570
1803	965.016.620	730.404.165	234.612.455	145.325.885
1804	1.022.120.000	911.400.000	110.720.000	256.045.885
1805	1.062.186.080	1.058.605.170	3.580.910	259.626.795
1806	972.440.000	1.139.740.000	-167.300.000	92.326.795
1807	1.020.280.000	1.192.660.000	-172.380.000	-80.053.205
1808	989.872.170	1.116.939.540	-127.067.370	-207.120.575
1809	734.592.450	1.123.999.940	-389.407.490	-596.528.065
1810	993.005.006	1.013.472.770	-20.467.764	-616.995.829
1811	1.251.986.230	1.259.341.150	-7.354.920	-624.350.749
1812	1.330.871.790	1.575.043.390	-244.171.600	-868.522.349
1813	1.533.706.080	1.843.541.292	-309.835.212	-1.178.357.561
1814	1.805.650.077	1.778.212.500	27.437.577	-1.150.919.985
1815	1.607.636.584	1.730.354.040	-122.717.457	-1.273.637.441
1816	1.878.264.250	1.818.984.327	59.279.923	-1.214.357.519
1817	1.799.139.211	1.509.816.581	289.322.630	-925.034.889
1818	2.339.090.038	2.154.826.170	184.263.868	-740.771.021
1819	1.873.085.054	1.905.188.820	-32.103.766	-772.874.787
1820	2.056.450.521	1.933.054.280	123.396.241	-649.478.546
1821	2.085.777.830	1.781.232.731	304.545.099	-344.933.447

A série inicia em 1802 com um saldo negativo para o Rio Grande, mas já no ano seguinte o comércio fica a seu favor, voltando a uma posição deficitária em 1806. A partir deste ano os déficits vão se reiterar, chegando a um acumulado de mais de 1.178 contos em 1813. A tendência começa a se inverter em 1814, daí em diante, com exceção de 1815 e 1819, a balança acumula superávits (ver ainda o terceiro capítulo, pp. 135-137). Portanto, a tendência aos déficits da década anterior é confirmada ao menos até a metade da década de

<sup>190</sup> Para as fontes, cálculos e estimativas ver apêndice.

1810 – a inflexão em 1803-1805 tem fundamentos anti-cíclicos que serão discutidos no próximo capítulo.

Os saldos da balança variavam de acordo com a região: com o Rio de Janeiro - para onde se remeteram 57,4% das exportações e vieram 73% das importações - acumulavam-se déficits, com a única exceção no recessivo ano de 1803. Com as praças de Pernambuco e da Bahia – que tinham 36,1% do mercado de exportações e 20,5% das importações - reiteravam-se superávits, com apenas dois anos deficitários no comércio com a Bahia (1808 e 1809); como de ordinário estas praças obtinham superávits com o Reino, podiam pagar em moedas as importações de carne salgada<sup>191</sup>. Desde o Rio Grande se organizava uma espécie de tráfico triangular com o Rio de Janeiro e as praças do nordeste e o decorrente jogo de letras e compensações.

Repetimos aqui o que Helen Osório já havia constatado, os superávits obtidos com os portos do nordeste sustentavam em parte os déficits com a capital do Brasil<sup>192</sup>. Ressalte-se que, como mostra a tabela V, os saldos positivos com o nordeste não chegavam para inverter a tendência deficitária mais geral do comércio do Rio Grande. Para se ter uma idéia a respeito do que se está falando, com o déficit que se acumulou em 1815 seria possível comprar uns 6 mil escravos adultos, mais de 1/3 da população total de escravos do Rio Grande em 1814<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> Os cálculos de participação de cada praça no mercado rio-grandense são baseados nos anos em que possuímos balanças completas: 1802, 1803, 1805, 1808-1812, 1814-1815, 1818-1821. Vale dizer ainda que as fontes tendem a sobrelevar o papel do Rio de Janeiro como consumidor e, por conseguinte, subestimar a participação das praças do nordeste. A capital do Brasil era um importante centro de informação das condições de mercado nas outras praças brasileiras; daí que muitos mestres de embarcações pudessem declarar que partiam para o Rio de Janeiro, mas depois tomar outros destinos. Esta distorção é praticamente impossível de corrigir no atual estágio da pesquisa.

<sup>192</sup> OSÓRIO, *Estancieiros, lavradores...*, *op. cit.*, p. 193.

<sup>193</sup> Ver os números de população e as fontes no apêndice.

Como já ensinou Fernand Braudel: “(...) *se o déficit se instala de modo permanente, é certa, num prazo mais ou menos longo, a deterioração estrutural de uma economia.*”<sup>194</sup> Esta não parece ser a condição da economia rio-grandense, afinal entre 1802 e 1813 as importações quase dobraram, o que significa crescimento econômico e a confiança da parte dos credores no pagamento das dívidas. Com efeito, as remessas de ouro e prata mostram que os homens de negócio do Rio Grande tinham outras fontes de receitas.

Fretes e seguros costumavam ser uma importante fonte de renda no comércio marítimo da época, mas nesse caso o mais provável era que as regiões centrais da colônia ficassem com o grosso do negócio<sup>195</sup>. Em todo o caso, e a título de curiosidade, por meio de algumas listas avulsas de entradas de embarcações entre 1803 e 1815 é possível saber que dos 120 navios em que se identificou o interessado, no mínimo 28% deles eram da Continente<sup>196</sup>.

Uma fonte alternativa que seguramente teve alguma importância, ao menos durante o século XVIII, foram as remessas que a Junta de Fazenda do Rio de Janeiro fazia à Provedoria do Rio Grande para o pagamento da folha militar; dinheiro que, como já foi dito, costumava acabar nos cofres dos atacadistas locais. Só que a Junta de Fazenda era célebre pelos seus calotes, de modo que em 1802 devia uns 700 contos em salários atrasados para os militares<sup>197</sup>. Ademais, em 1804 foi criada uma Junta de Fazenda no Rio Grande que, de acordo com este

---

<sup>194</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material...*, *op. cit.* [O jogo das trocas], p. 188.

<sup>195</sup> Buscamos incluir os fretes nas exportações quando elaboramos a balança de comércio, já que a comunidade mercantil rio-grandense deveria ter uma participação maior neste comércio do que no de importação (onde certamente estão incluídos os fretes). Ver apêndice.

<sup>196</sup> Talvez a porcentagem real seja 48% porque não conseguimos identificar a praça do comerciante em 20% dos casos. Dos outros 52% temos: 14% de proprietários registrados em outras Capitânicas e 19% de correspondentes locais – o que significa que o proprietário não era local. A contagem inclui ainda 9% em que o mestre da embarcação era o proprietário e 11% em que o mestre registrava ser o caixa da embarcação (AHRS: AM (maços: 14, 16, 18, 27, 46, 51); Marinha – Praticagem da Barra (maço 22); Marinha – Diversos (maço 72).

<sup>197</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 14142, Donald Campbell, 30/04/1802.

modelo de administração, deveria enviar seus saldos para o Erário Régio; foi o que aconteceu em 1805, quando foram remetidos uns 3 contos para Lisboa<sup>198</sup>.

Seguramente mais importante era o comércio de animais em pé com São Paulo e Minas Gerais – especialmente mulas e eqüinos, mas também algumas reses – que trazia saldos consideráveis para o extremo-sul, mas em relação ao qual existem poucas informações. Para 1796, sabe-se, através do chanceler da Relação do Rio de Janeiro Luiz Beltrão de Govea d’Almeida, que foram exportados animais no valor de 41 contos; em 1803, consta um valor de 75 contos; finalmente, para 1805, está registrado num mapa de exportação a venda 30 mil animais, a troco de uns 145 contos de réis. Em todo o caso, as relações entre o comércio de animais em pé e a economia marítima da Capitania não são muito claras; é muito provável que parte deste negócio girasse num circuito alternativo, a partir da Província de Missões, incorporada em 1801. Tampouco é possível determinar os termos deste comércio, se Govea d’Almeida afirmava que em troca deste gado só vinha ouro, os homens de negócio do Rio Grande diziam que “(...) *a maior parte daqueles tropeiros vêm a fazer suas tropas à sombra de imensos panos de algodão, de escravos adultos e viciosos, de abonos de homens estabelecidos na Capitania de São Paulo e de letras e ordens do comércio grosso do Rio de Janeiro (...)*”<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> AHTC, cód.-4082, 04/02/1807. Conhecemos poucos trabalhos que tratem de questões fiscais no período colonial. A este respeito vale a consulta ao artigo de Fernando Tomaz sobre as finanças pombalinas e a tese de Adalton Diniz sobre o período Imperial (TOMAZ, Fernando. *As Finanças do Estado Pombalino 1762 – 1776*. In: VVAA. **Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho**. (351-388). Lisboa: Livraria Sá e Costa, 1988, DINIZ, Adalton. **Centralização Política e Apropriação de Riqueza**. Análise das finanças do Império Brasileiro (1821-1889). São Paulo: FFLCH/USP [tese de doutorado], 2002.)

<sup>199</sup> Memorial da câmara da Vila de Porto Alegre (1803). In: **RIHGRS**, 128, Porto Alegre, 1992, p. 159. É deles a informação do valor da exportação para o ano de 1803. A afirmação de Govea d’Almeida está em AHRS, AG, B-1.03. Rodrigo de Souza Coutinho, 26/07/1802. Os dados da exportação de 1805 em AHU, Avulsos, RS, doc. 668, 1806.

Sendo assim, a principal origem das moedas que permitiam ao Rio Grande saldar suas contas com o Rio de Janeiro era o contrabando com a região platina. A tabela IV confirma esta idéia já que 2/3 das moedas remetidas pelo Rio Grande eram de prata. O negócio da prata incentivava os comerciantes rio-grandenses a trazer ouro das praças nordestinas e do interior do Brasil, assim poderiam ganhar no câmbio e pagar com vantagem seus fornecedores do Rio de Janeiro; como diziam os traficantes rio-grandenses em 1793: “(...) *a moeda líquida* [é] (...) *o meio que espiritualiza este país* (...)”<sup>200</sup>. Além disto, este comércio de metais preciosos dos domínios castelhanos carregava consigo uma ampla gama de mercadorias ancilares: com o metal branco vinham mulas, couros, gado bovino e eqüino e ponches de lã de produção colonial; em troca iam algum ouro, fazendas européias, escravos e tabaco. Estas especulações eram muito importantes para os mercadores rio-grandenses, e por isto que, no momento em que os espanhóis começaram a fazer contrabando diretamente com as praças do norte do Brasil, eles protestaram violentamente (ver os capítulos 3 e 4). Em todo o caso, o fluxo de prata também era importante para o Rio de Janeiro, já que a Carreira das Índias costumava aportar ali para se abastecer<sup>201</sup>.

Cabe a pergunta: como se comportava a balança de comércio do Rio Grande com os vizinhos do Rio da Prata? Por se tratar de negócio ilegal, é muito difícil estimar valores para este comércio, porém, nas conjunturas em que o comércio legal espanhol era interrompido pelo corso inglês (1779-1783, 1795-1802 e 1805-1808), o saldo era bastante favorável ao Rio

---

<sup>200</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 284.

<sup>201</sup> Voltaremos a este tema nos próximos capítulos. Para algumas informações “econômicas” a respeito do contrabando, ver também AHRS, AM, M-22, Thomas da Costa Correa Rebello e Silva, 01/07/1810.

Grande; nos momentos de paz os espanhóis seguravam sua prata e os termos desses negócios dependeriam, portanto, de outros fatores como a carga tributária e o custo das mercadorias<sup>202</sup>.

A partir de 1814 os déficits da balança marítima da Capitania começaram a desaparecer. Ao que tudo indica, a situação caótica no Rio da Prata desorganizou o ramo castelhano do circuito de metais preciosos; além disto, a liberalização do comércio no Brasil e no Rio da Prata permitia aos mercadores luso-brasileiros despedir em definitivo a intermediação dos rio-grandenses nos negócios de moeda. Isto não quer dizer que o comércio na fronteira rio-grandense tenha desaparecido, como se observará no próximo capítulo, o tráfico de animais e produtos alimentícios ganhou o lugar da prata. Os superávits que a balança apresenta desde 1814 (seis, em oito anos) devem-se ao crescimento das exportações de alimentos, que foram favorecidas pela incorporação do espaço econômico Oriental e pela disparada dos preços do charque e do trigo (ver o próximo capítulo).

Outro aspecto que merece ser destacado é uma crescente integração do extremo-sul com a face americana do Império. Até 1789 o comércio marítimo era praticamente exclusivo ao Rio de Janeiro, apenas a Ilha de Santa Catarina por estar no meio do caminho também participava deste tráfico, além disto havia o negócio de tropas com São Paulo e, através deste, com as Minas<sup>203</sup>. Na década de 1790 Bahia e Pernambuco ganharam em relevância e alguns outros portos passaram a fazer negócios pontuais com o Rio Grande. Na entrada do século

---

<sup>202</sup> Hernan Asdrúbal Silva mostra que, no final do século XVIII, os espanhóis fizeram significativas remessas de ouro através do Rio da Prata para a Espanha. O autor, no entanto, não discute a origem do metal, ouro chileno ou brasileiro? (cf. ASDRÚBAL SILVA *El comercio entre España..., op.*, 1993, p. 33).

<sup>203</sup> Entre 1737-1741 entraram no porto de Rio Grande 36 embarcações vindas do Rio de Janeiro com cargas particulares contra 11 originadas em outras praças. Destas últimas, 3 eram da Colônia de Sacramento, 2 de Santa Catarina, 2 da Bahia, 2 de Pernambuco e 2 de Santos, (*Livro de Registro de Embarcações* AHRS, F – 1241, 1737-1741. Helen Osório, baseada em um requerimento de homens de

XIX parece haver um aumento gradual nas rotas alternativas até que em 1808 o Rio Grande passou a fazer comércio com todos os principais portos da América Portuguesa - Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará – e com alguns mais periféricos como Alagoas, Rio São Francisco, Caravelas e Cananéia. Em termos numéricos, a balança de comércio mostra que em 1802 o Rio Grande comerciou com cinco portos brasileiros; em 1803 foram oito portos; em 1805 teve comércio com dez portos; em 1808 já foram quinze as praças brasileiras que mantiveram tráfico com o Rio Grande e esta seria, com algumas variações para mais ou para menos, a realidade dos próximos anos.

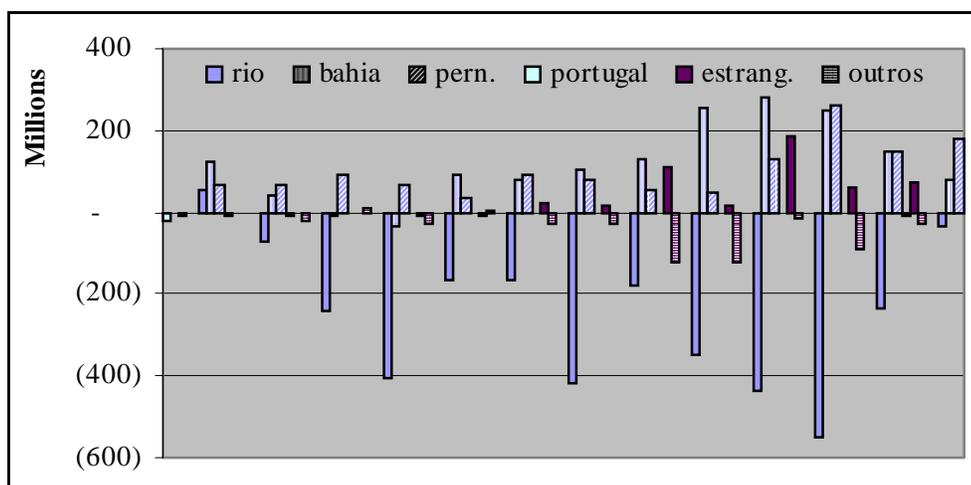
O ano de 1808 também marca o início do comércio livre com portos estrangeiros. Londres, Boa Esperança, Filadélfia e, principalmente, Cuba tornam-se destinos de cargas rio-grandenses.

Mas não é bastante apontar o crescimento do comércio rio-grandense com outras portos fora do circuito Rio-Bahia-Pernambuco. A existência de algumas balanças de comércio completas para alguns anos (1802, 1803, 1805, 1808-1812, 1814, 1815, 1818-1821) possibilita estabelecer a participação das diferentes praças nos saldos comerciais rio-grandenses.

---

negócio, cita o ano de 1789 como o início do comércio entre o Rio Grande com o nordeste. (OSÓRIO, *Estancieiros, lavradores...*, *op. cit.*, p. 174).

**Gráfico 1: Saldos do comércio rio-grandense com as diferentes praças.**



O gráfico 1 confirma o que tinha sido adiantado logo acima, o Rio Grande acumulava déficits com o Rio e superávits com a Bahia e Pernambuco. Além disto, desde 1808 teve saldos positivos sobre os negociantes estrangeiros para quem eram vendidos couros, produtos derivados bovinos e carne salgada para ilha de Cuba. Na categoria outros estão incluídas as praças americanas, mas também alguns portos africanos (Cabinda, Cabo Verde, etc.) que, no entanto, eram praticamente irrelevantes. Em todo o caso, o comércio com os outros portos do Império normalmente era negativo para o Rio Grande. Por último, tem-se Portugal, que até 1807 articulava todo o sistema colonial; o Reino só teve alguma importância no período que antecedeu a vinda da família Real, representado no gráfico pelos anos de 1802, 1803 e 1805 (ver ainda o apêndice e o capítulo 4, pp. 237-245 ).

Mas analisemos um pouco mais as importações feitas nos portos classificados como “outros”, sempre considerando que a maior parte delas teve origem em portos brasileiros. Destas praças o Rio Grande praticamente só importava alimentos (farinha de mandioca, açúcar, sal, arroz e café), drogas (aguardente, tabaco) e diversos produtos da terra (madeira, algodão, anil, cal). A maior integração econômica do extremo-sul ao restante do Brasil no

início do século XIX era, portanto, decorrente de um aumento constante nos mercados de alimentos e produtos da terra, também no comércio de importações. A tabela VI é um exemplo disto:

**Tabela VI: Importações rio-grandenses de farinha de mandioca<sup>204</sup>:**

<u>ano</u>	<u>alqueires</u>
1787	5.356
1792	11.459
1802	13.945
1803	27.501
1805	10.958
1808	22.367
1809	13.838
1810	22.229
1811	22.598
1812	41.967
1814	32.984
1819	39.103

Excluídas as flutuações entre um e outro ano, provavelmente ritmadas pelo acaso das colheitas, constata-se que o Rio Grande comprava quantidades cada vez maiores de farinha de mandioca. Isto num contexto em que a economia local se concentrava na exportação de alimentos<sup>205</sup>. A extensão da produção mercantil de gêneros de subsistência integrava os mercados brasileiros, estaríamos pois, frente à formação de um mercado interno colonial, como afirma João Fragoso?

Na visão deste autor, a reprodução da economia agroexportadora geraria uma demanda por abastecimento, derivando assim formas de produção não-capitalistas – mas mercantilizadas - no interior da própria colônia. Deste modo, a agroexportação “carioca”

---

<sup>204</sup> **Fontes:** 1787, 1792, 1802, 1803, 1805 (AHU, Avulsos, RS, docs. 232, 276, 465, 528, 668). O restante (AN, RJC, cx. 448, pct. 1).

reuniria diferentes regiões da colônia (São Paulo, Minas Santa Catarina, Rio Grande) num mercado interno, formando um “mosaico de formas de produção não-capitalistas” subsidiário ao escravismo colonial.

A produção para o abastecimento, controlada pelos homens de negócio do Rio de Janeiro, produziria a acumulação de riquezas na colônia, acumulação que seria ditada pelo ritmo da demografia colonial, já que a demanda por alimentos é inelástica. Seria a formação de um espaço colonial de acumulação na própria colônia – dominado pelo “capital mercantil residente” – que permitiria uma certa autonomia da economia colonial frente às flutuações externas negativas<sup>206</sup>.

Em parte este modelo é confirmado aqui: o grande *boom* nas exportações de produtos coloniais da década de 1790 foi uma das causas para o processo de especialização na produção de alimentos que ocorreu no extremo-sul na mesma época (ver tabela II). Porém, o padrão só foi confirmado estruturalmente com a vinda da família Real em 1808 (ver tabela III) e a sua extrapolação para o restante da história colonial carece de comprovação<sup>207</sup>. O raciocínio clássico ainda é válido: o desenvolvimento da produção mercantil de alimentos ocorria com o crescimento da demanda externa; era efeito secundário, portanto, das

---

<sup>205</sup> Atente-se, porém, que as importações de farinha “de guerra” cresceram muito depois de 1812, quando começaram as aventuras militares na Banda Oriental.

<sup>206</sup> FRAGOSO *Homens de grossa aventura...*, *op. cit.* resumimos os argumentos das pp. 105-109, 119-120, 159, 179 e 291.

<sup>207</sup> Ao observarmos a economia colonial na longa duração fica claro que a unificação dos mercados coloniais não foi um processo linear: economias voltadas à produção mercantil de alimentos surgiram, desapareceram, para depois reaparecer em outras zonas. No início do século XVIII, por exemplo, houve uma conversão de parte da produção açucareira do Rio de Janeiro para a produção de alimentos, muito em função do *boom* aurífero e da queda nos preços do açúcar. Já no final do século XVIII o processo se inverteu: a região de Minas voltou-se ao abastecimento e o Rio se reconverteu ao açúcar. (sobre o início do século XVIII no Rio de Janeiro ver o trabalho de Jucá Sampaio que, descontados os preconceitos de escola, é uma ótima pesquisa. SAMPAIO, Antonio C. **Na Encruzilhada do Império.**

conjunturas positivas da economia européia<sup>208</sup>. Não existe dúvida que a especialização do Rio Grande em gêneros de subsistência tem a ver com uma certa conjuntura; foi só com a crise do sistema colonial que esta divisão imperial do trabalho logrou se inscrever na estrutura da economia brasileira (voltaremos a esta questão).

Outro problema é que o conceito de “mercado interno colonial” esconde o papel das reexportações de mercadorias européias na formação dos circuitos internos de comércio. As balanças comerciais permitem classificar a origem dos produtos importados pelo Rio Grande, através das praças brasileiras, e assim estabelecer o peso relativo do mercado externo na configuração dos circuitos. Sendo assim, agruparam-se as cifras por valor, em três tipos distintos de mercadorias: os produtos de provável origem européia, constando aqui tecidos, vinhos, ferramentas, metais, jóias, quinquilharias, etc.; em segundo lugar os gêneros da terra, como alimentos, sal, drogas, fumo e aguardente; na terceira coluna os escravos, por sua origem africana. Nesta classificação se escapam alguns produtos de origem asiática e africana, também pode ter ocorrido alguma confusão quanto à procedência de algumas mercadorias, é o caso do sal, que além de ser produzido nas salinas do nordeste era importado de Portugal. Estes problemas, porém, não inviabilizam a argumentação.

---

Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, pp. 128-133, *passim*).

<sup>208</sup> “Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar, quando ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto.” (NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, *op. cit.*, p. 96).

**Tabela VII: Importações do Rio Grande pelo Rio de Janeiro**

	<b>Mercadorias européias</b>	<b>Gêneros da terra</b>	<b>Escravos</b>
1802	79,2%	13,2%	7,5%
1803	65,5%	22,1%	12,5%
1805	77,0%	14,8%	8,2%
1808	64,2%	22,8%	13,0%
1809	79,4%	12,0%	8,7%
1810	70,4%	19,9%	9,7%
1811	68,6%	15,2%	16,2%
1812	75,3%	14,5%	10,2%
<b>Total</b>	<b>72,7%</b>	<b>15,6%</b>	<b>11,7%</b>

Vê-se pelos nossos cálculos que a participação das mercadorias européias nas importações pelo Rio de Janeiro era, em média, de 72,7%, girando no período entre 64,2% (1808), e 79,4% em 1809. Em segundo lugar vinham os gêneros da terra, que eram 15,6% do valor, ficando entre 12 e 22,8%. Por último temos os escravos que não eram muito importantes comparados com as duas outras classes de mercadorias (11,7%), ainda que seu valor individual fosse bastante alto. Observemos agora a mesma operação para a Bahia:

**Tabela VIII: Importações do Rio Grande pela Bahia**

	<b>Mercadorias européias</b>	<b>Gêneros da terra</b>	<b>Escravos</b>
1802	81,7%	14,2%	4,0%
1803	62,5%	30,2%	7,2%
1805	81,4%	17,2%	1,4%
1808	64,8%	16,4%	18,8%
1809	77,8%	14,9%	7,3%
1810	74,9%	19,1%	6,0%
1811	67,9%	12,8%	19,3%
1812	77,6%	17,4%	5,0%
<b>Total</b>	<b>73,8%</b>	<b>17,0%</b>	<b>9,2%</b>

A composição das importações na Bahia é muito parecida com a do Rio, com uma total dominância das mercadorias européias. Há, no entanto, uma oscilação maior entre as

diferentes mercadorias, especialmente no que se refere aos escravos, o que talvez indique um comércio menos padronizado.

**Tabela IX: Importações do Rio Grande por Pernambuco**

	<b>Mercadorias européias</b>	<b>gêneros da terra</b>	<b>Escravos</b>
1802	53,3%	46,7%	0,0%
1803	35,8%	51,9%	12,3%
1805	74,4%	24,9%	0,7%
1808	32,1%	57,1%	10,9%
1809	43,3%	43,9%	12,8%
1810	42,9%	46,3%	10,9%
1811	53,1%	41,5%	5,4%
1812	57,5%	40,2%	2,3%
<b>Total</b>	<b>50,7%</b>	<b>42,9%</b>	<b>6,4%</b>

No caso das compras em Pernambuco poderíamos falar até de uma ausência de padrão, pois em quatro dos oito anos estudados os gêneros da terra ultrapassaram em valor as mercadorias européias. Quanto aos escravos, houve ano em que não ocorreram importações (1802), ou que elas foram desprezíveis (1805). É verdade que no total acumulado as mercadorias européias foram mais importantes (50,7%) como no comércio com o Rio e com a Bahia; mas era uma maioria pouco significativa, posto que, graças ao sal, os gêneros da terra chegaram quase aos 43%.

Portanto, a análise do comércio rio-grandense com as suas três principais parceiras comerciais demonstra que as importações de gêneros da terra eram secundárias. Tampouco no cômputo geral dos anos analisados (1802, 1803, 1805, 1808-1812) os produtos das colônias têm grande importância no negócio de importações: mesmo somando *todas* as compras feitas

nas praças classificadas como “outras” ao valor dos gêneros da terra<sup>209</sup>, chega-se à conclusão que elas não ultrapassavam os 21% do total. Um último exercício matemático reitera o que se está afirmando, mesmo para o período (1819) que antecede a Independência, quando as importações de alimentos cresceram muito, as mercadorias produzidas no Brasil se reduziram a aproximadamente 25% de todas as compras feitas pelas praças Porto Alegre e Rio Grande (62,6% de produtos europeus e 12,8% de escravos).

As mercadorias européias eram fundamentais para a formação dos circuitos mercantis no interior da colônia. Só assim era possível existir, nas palavras de Braudel, uma “diferença de voltagem” entre duas regiões coloniais que, descontadas as diferenças naturais, produziam os mesmos frutos<sup>210</sup>.

Por aí se completa a crítica ao modelo de João Fragoso: a maior demanda externa fazia crescer as exportações e, por conseguinte, a capacidade de importar pelas regiões centrais da colônia. O aumento na capacidade de importação das regiões centrais da colônia era duplo, afinal, com a abundância de mercadorias européias era possível comprar mais alimentos das zonas coloniais periféricas. Por sua vez, a “acumulação de riquezas” no interior da colônia tinha origem nesta oposição entre mercadorias européias e alimentos coloniais; de imediato o caráter da “acumulação colonial” era repor a ordem e a hierarquia coloniais<sup>211</sup> - a venda de produtos europeus permitia, por um mecanismo de socialização dos lucros e dos riscos, que os

---

<sup>209</sup> Cálculo que sobreleva produtos da terra, pois nesta classificação se incluíram algumas praças africanas. Registre-se ainda que se faziam importações, pouco importantes é verdade, de mercadorias européias e escravos das praças secundárias.

<sup>210</sup> BRAUDEL, *El Mediterrâneo... op. cit.*, p. 513.

<sup>211</sup> Como mostraram João Fragoso e Manolo Florentino, os grandes homens de negócio do Rio de Janeiro investiam as riquezas acumuladas nos negócios em engenhos e propriedades urbanas, esterilizando a riqueza. Os autores então concluem que esta “acumulação endógena” põe abaixo o modelo de Fernando Novais; parecem não se dar conta que o investimento em mais engenhos e mais

grandes monopolistas de Lisboa capturassem uma parte da renda colonial<sup>212</sup>. Por último, a afirmação do autor de que o comércio interno permitia à economia colonial resistir às conjunturas negativas externas tem origem na crença em que este circuito poderia se desenvolver autonomamente frente ao comércio colonial no estrito senso. Esta idéia fica especialmente clara num parágrafo em que trata do descompasso entre a queda brutal nas exportações de açúcar desde o Rio de Janeiro para Portugal entre 1799 e 1811 e a redução apenas suave das entradas do produto no porto do Rio no mesmo período.

A diferença entre as duas últimas taxas insinua que no período analisado, o consumo colonial tende a manter uma taxa de crescimento positiva. Na verdade, seria o aumento da demanda interna que possibilitaria a defasagem observada entre a produção mercantilizada e a exportação do açúcar. E aqui cabe lembrar que o espaço colonial não é apenas formado pela monocultura escravista; para além do engenho, existem outras produções coloniais (abastecimento interno), e enquanto segmentos mercantis, elas não apenas vendem, mas também compram e podem, inclusive adquirir açúcar. Nesse sentido, temos as saídas de açúcar do Rio para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras áreas ligadas ao abastecimento colonial<sup>213</sup>.

Se é verdade que houve um aumento no consumo de açúcar no extremo-sul, ele estava longe de poder servir como contrapeso à queda das exportações como comprova a tabela X.

---

escravos repõe o lugar da periferia na divisão mundial do trabalho (FRAGOSO e FLORENTINO, *O Arcaísmo...*, *op. cit., passim*).

<sup>212</sup> Portanto, não nos parece justa a idéia de João Fragoso e Manolo Florentino que os homens de negócio portugueses perderam o controle destes ramos de comércio para os mercadores da colônia pela falta de crédito, provocada pela estrutura arcaica da sociedade portuguesa; como bem mostra Jorge Pedreira, os grandes homens de negócio de Lisboa dispunham recursos financeiros para praticamente monopolizar o tráfego com o Brasil. O que afastava os traficantes reinóis era o alto risco das especulações no interior da colônia frente ao lucro certo do comércio de entreposto entre o Brasil e a Europa. (Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras...*, *op. cit.*, pp. 115-118, FRAGOSO e FLORENTINO, *O Arcaísmo...*, *op. cit.*). Para as considerações de Jorge Pedreira, ver PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 117. Para uma idéia da dificuldade na cobrança das dívidas no interior da colônia, ver as queixas de Francisco Borges dos Santos, encarregado pela Junta de Comércio para cobrar as dívidas da massa falida de Feliciano Velho Oldemberg (ANTT, Real Junta de Comércio, M-10, Cx. 38, Francisco Borges dos Santos, 01/08/1761). Também é interessante ver o copiador de cartas escritas pela Junta onde constam muitas correspondências da década de 1760 que tratam de execuções de dívidas no Brasil (AHTT, Real Junta de Comércio, L-329).

**Tabela X: Exportações de açúcar (em arrobas, branco e mascavo) do Rio de Janeiro para Portugal e Rio Grande e importações totais do Rio Grande do mesmo produto**

ano	exportações RJ – Reino	exportações RJ- RS	importações RS (total)
1799	633.297		
1800	306.185		
1801	1.200.088		
1802	859.606	13.301	15.561
1803	624.031	6.476	8.790
1804	506.307		
1805	596.981	15.222	26.547
1806	777.659		
1807	736.114		
1808	21.964	18.419	24.504
1809	151.680	19.103	24.656
1810	254.111	9.913	15.862
1811	57.032	29.872	34.993

Em alguns anos como 1808 e 1811 as vendas de açúcar para o Rio Grande ganham em importância em relação ao tráfico com o Reino. Porém, algumas vezes, os cálculos proporcionais podem esconder mais do que esclarecer: dizer que, em 1808, as exportações de açúcar do Rio de Janeiro para o Rio Grande equivalem a 84% das exportações do mesmo produto para Lisboa, esconde o fato que a média anual das exportações de açúcar cariocas para o Rio Grande na fase negativa (1808-1811) é menos de 3% da média anual das exportações de açúcar que a capital do Brasil fez para Portugal na fase positiva (1799-1807). Dada a insignificância das compras rio-grandenses de açúcar frente à generalidade do negócio é difícil acreditar que as vendas do produto para outras zonas da colônia pudessem amortecer a queda no mercado europeu (ver ainda o 3º capítulo, pp. 153-156)<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> FRAGOSO, *Homens de grossa...*, p. 278. Consultar ainda o apêndice.

<sup>214</sup> Seguramente o Rio Grande era o maior comprador “colonial” de açúcar, já que as outras regiões de clima temperado (como São Paulo) produziam seu próprio açúcar ou eram de população muito rala (como Santa Catarina) para ter algum consumo de alimentos de vulto.

Ademais, com a quebra do tráfico atlântico regular ainda era a mercadoria de origem européia que fechava o circuito. Isto fica claro em 1808 quando elas foram 58% do total das importações rio-grandenses (ou seja, incluindo as importações do Rio, da Bahia, de Pernambuco e das praças classificadas como “outras”), enquanto que os produtos da terra foram 22,5% e os escravos 19,5%<sup>215</sup>.

Já foi dito que a unificação dos mercados coloniais e a formação de uma divisão imperial do trabalho por si não eram capazes de ameaçar a ordem econômica colonial. No entanto, num contexto internacional de crise do Antigo Sistema Colonial estes fatores podiam potencializar a crise em seu desdobramento luso-brasileiro. Nesse sentido, o aumento do contrabando, ao afastar Portugal de sua posição de fornecedor de mercadorias européias, retirava destas a sua marca metropolitana; assim era possível uma crescente autonomização dos mercados coloniais frente à metrópole Ibérica.

### ***2.3. Contrabando: o Império contra o Sistema***

Portanto, é lícito retomar o debate a respeito do papel do contrabando na crise do sistema colonial. As reflexões nessa direção justificam-se não apenas pela importância mais geral da questão – a relação entre o Império e o sistema colonial - para a tese, mas também porque os dados levantados até aqui podem ser de algum acréscimo.

A discussão iniciou com a tese de Fernando Novais que, analisando as balanças de comércio portuguesas (1796-1811), acusou a súbita inversão dos ritmos do comércio entre

---

<sup>215</sup> A razão do referido descompasso entre as entradas de açúcar no porto do Rio de Janeiro e as exportações para Portugal deve ser buscada em parte na própria dinâmica da produção escravista que respondia com atraso às flutuações de curto prazo (voltaremos a falar disto no capítulo 3). Por outro lado, em 1808 foram abertos os portos brasileiros; parte do açúcar que não foi exportado para Portugal pode ter se direcionado para Londres, Estados Unidos e Região Platina.

Portugal e Brasil, tanto no que diz respeito a uma redução significativa das importações brasileiras, como, mais particularmente, pela diminuição dos manufaturados portugueses nestas importações. Por aí, conclui que “(...) *o principal fator de recuo das manufaturas portuguesas no Brasil foi a pressão irresistível da indústria inglesa*”; o aumento do contrabando seria, portanto, uma manifestação da crise do sistema colonial português<sup>216</sup>.

Jobson Arruda, por sua vez, aprofundou a análise de Novais: de acordo com o autor, entre 1797 e 1800 o ritmo das importações brasileiras converge com as exportações, a partir daí os dois fluxos passam a divergir até 1808, com as importações diminuindo significativamente e as exportações seguindo uma tendência ascendente. Neste sentido, pondera:

Estes dados são contraditórios, pois se as exportações cresceram durante todo o período, provavelmente, as importações teriam que crescer também, porque o aumento da produção demandaria um proporcional aumento das importações de produtos indispensáveis à produção e ao consumo<sup>217</sup>.

Assim, Jobson Arruda estima que os crescentes déficits do Reino com a sua maior colônia – acentuados desde 1800 – eram causados pelo contrabando; inclusive propõe calcular a magnitude do comércio ilegal pelos déficits da metrópole.

As primeiras críticas a este modelo foram formuladas pelo autor português Valentim Alexandre. Na base de todo o seu raciocínio está a retificação dos cálculos dos déficits e superávits, dos quais retira o movimento dos metais preciosos; assim, os déficits portugueses

---

<sup>216</sup> NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, *op. cit.*, p. 297. Para a compreensão do debate é indispensável a leitura dos textos de Jorge Pedreira e Jobson Arruda na *Hispanic American Historical Review*. (PEDREIRA, Jorge. From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760-1830). In: **HAHR**, 80:4, (839-864), 2000 e ARRUDA *Decadence or crisis in the luso-brazilian Empire...*, *op. cit.*

<sup>217</sup> ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, *op. cit.*, p. 325. Ver também ARRUDA, *A circulação, as finanças...* *op. cit.*, p. 167.

seriam bem menores do que os calculados por Jobson Arruda e Fernando Novais e a tendência deficitária só se consolidaria em 1806. Na opinião do professor português, seus cálculos inviabilizariam completamente a estimativa do contrabando proposta por Jobson Arruda. Além disso, Valentim Alexandre revisa a curva de exportação de manufaturados portugueses para o Brasil, minimizando a importância do contrabando para a compreensão do movimento recessivo<sup>218</sup>.

Jorge Pedreira retomou e aprofundou as críticas de Valentim Alexandre, afirmando que o contrabando “(...) seguramente não teve (...)” a dimensão que a historiografia brasileira lhe deu. No seu juízo, a interpretação de Jobson Arruda dos movimentos opostos das curvas de exportação e importação enfermava de uma suposição *a priori* que pressupunha “(...) uma tendência para o equilíbrio, a curto prazo, das relações comerciais externas que, em geral, não se verifica (...)”<sup>219</sup>.

Em seguida, afirma o caráter conjuntural das “fragilidades” do sistema colonial português; não apenas seria impossível provar qualquer determinante estrutural na ruptura do sistema, como “(...) as próprias circunstâncias históricas que propiciaram o desenvolvimento mercantil e industrial se encontraram na origem do colapso.”<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> Cf. ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, *op. cit.* pp. 52-54.

<sup>219</sup> Cf. PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial...*, *op. cit.*, p. 303. Em sua crítica nas páginas da *Hispanic American History Review* Jorge Pedreira acrescenta que o cálculo de Jobson Arruda presumiria que os contrabandistas estavam introduzindo mercadorias sem levar nada em troca, pois só assim seria possível compreender o movimento contraditório entre as importações e exportações brasileiras (Cf. PEDREIRA, *From growth to collapse...*, *op. cit.*, p. 855). Ocorre que os testemunhos da época afirmam que os entrelopos, especialmente os ingleses, preferiam o pagamento em moeda; inclusive as balanças de comércio sugerem uma sensível redução nos envios coloniais de metálico nos anos que antecedem a fuga da Família Real.

<sup>220</sup> ID., p. 306. Ver ainda a introdução desta tese.

A réplica portuguesa acaba desdobrando o debate; da crise do sistema colonial passa-se às vicissitudes da industrialização portuguesa, questão cara à historiografia portuguesa<sup>221</sup>. Nesta tese, vale restringir o problema à influência do comércio ilegal no processo que desencadeará a oposição entre a face americana do Império e o sistema colonial e, no limite, a ruptura entre Portugal e Brasil, pois o que está em jogo é a convicção de que a crise do Antigo Sistema Colonial afetou o Império português “(...) *de fora para dentro* (...)”<sup>222</sup>.

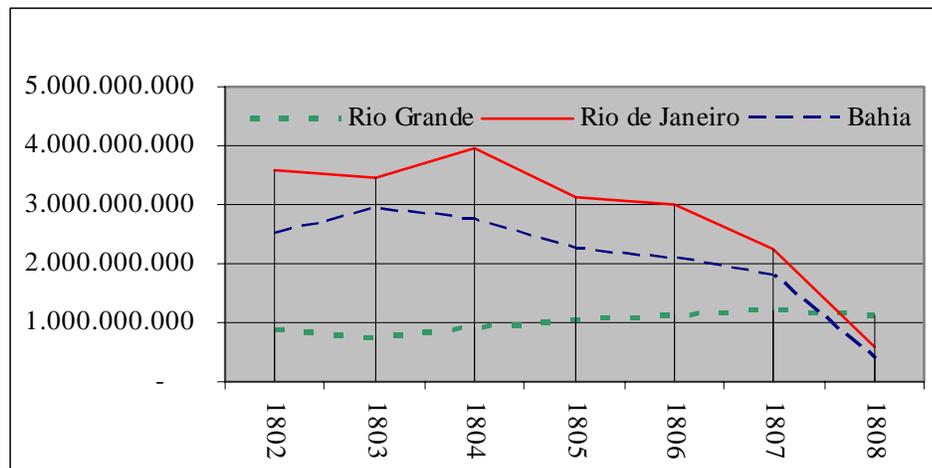
A contribuição se limitará à análise dos dois principais mercados consumidores da colônia, o Rio e a Bahia, não somente por causa de seu maior peso na formação do *trend* das importações brasileiras mas também pela sua importância no comércio do Rio Grande; o exame das importações rio-grandenses mostrou que as mercadorias européias eram, em média, mais de 70% do total trazido da Bahia e do Rio de Janeiro (ver supra, pp. 112-113). Como estas duas praças seguravam a maior parte do mercado rio-grandense de importações - algo em torno de 92% - pode-se comparar a curva do Rio Grande com as destas cidades.

---

<sup>221</sup> Valentim Alexandre e Jorge Pedreira fazem diversas observações críticas às obras de Borges Macedo e Magalhães Godinho. Também é em torno deste problema que se desenrolou o célebre debate de Valentim Alexandre e Pedro Lains (cf. ALEXANDRE, Valentim. Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro. *In: Ler História*, n 7 (3-45), 1986. A contenda seguiu pelas páginas da revista *Penélope* (n 3 e 5).

<sup>222</sup> NOVAIS, *Portugal e Brasil... op. cit.*, p. 14. Valentim Alexandre, na esteira de sua polémica com Borges Macedo, estava mais preocupado com efeito do contrabando sobre a produção industrial portuguesa: “(...) *o problema consiste em saber se ele teria ganho novos aspectos no começo de Oitocentos, afectando gravemente, pela sua intensidade, as estruturas industriais portuguesas.*” (ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, *op. cit.*, p. 52). Jorge Pedreira pensa em termos mais gerais, mas afirma que, no que diz respeito aos descaminhos, “(...) *nada faz pensar que se tenham alterado significativamente as condições dos negócios com o ultramar* (...)” (PEDREIRA, *Estrutura Industrial...*, *op. cit.*, p. 304).

**Gráfico 2: importações do Rio Grande, Rio, Bahia (1802-1808).<sup>223</sup>**



Como se vê pelo gráfico 6, a curva das importações rio-grandenses parece acompanhar a curva das importações do Rio de Janeiro no período de 1802-1804. Provavelmente isto ocorreu porque o Rio e o Rio Grande tinham grandes interesses no negócio ilegal com o Rio da Prata, assim, a recuperação do comércio legal espanhol afetou as importações do Rio Grande e da capital do Brasil. As importações baianas parecem ter se ajustado de maneira distinta, pois apresentam desempenho oposto. No entanto, entre 1805-1808 passa a haver sincronia nos ritmos das compras baianas e cariocas, que vão diminuindo de ano a ano. Já o Rio Grande apresenta sinais de franca recuperação nas importações, ao ponto de em 1808, com a desorganização completa do comércio legal português, ultrapassar o Rio de Janeiro e a Bahia.

É verdade que a demanda rio-grandense por si só não poderia pautar os ritmos das importações das praças centrais; afinal, era praticamente insignificante para a Bahia (é possível estimar que entre 5 e 7% das importações baianas eram reexportadas para o Rio

---

<sup>223</sup> **Fontes:** Para as importações rio-grandenses, ver apêndice. Para as importações do Rio e da Bahia, ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, op. cit. tabela 3. Os valores não incluem metais preciosos.

Grande) e de importância apenas relativa para o Rio (entre 10 e 18%)<sup>224</sup>. Em todo o caso, a análise de Jobson Arruda a respeito do desempenho contraditório do movimento mercantil brasileiro desde 1802 (ver supra) fica reforçada pelo movimento das importações rio-grandenses. Ou seja, também é contraditório que as importações rio-grandenses estivessem se recuperando enquanto que as praças centrais estavam diminuindo significativamente suas compras no Reino.

Seria possível argumentar, no mesmo sentido que faz Jorge Pedreira, que, dada a assincronia entre compras e vendas nas principais praças brasileiras, as grandes encomendas dos anos anteriores (1799-1801) teriam sustentado reexportações crescentes para as praças periféricas – particularmente o Rio Grande – nos anos que se seguiram; estaríamos assim diante de um ciclo de inventário (ver capítulo 3, p. 137). Se este fosse o caso, seis anos de redução gradual nas compras deveriam mais do que bastar para inverter o ciclo: de uma situação de superabundância de mercadorias européias nos mercados brasileiros passar-se-ia para uma de escassez. Isto não parece ter ocorrido, afinal, em 1808, mesmo com a brusca interrupção da navegação portuguesa, as importações rio-grandenses continuaram centradas nas mercadorias européias (ver supra, pp. 112-114). Além disto, seis anos de importações em queda não podem ser interpretados como um ciclo de inventário “ordinário”; neste caso, estaríamos diante de uma verdadeira crise que certamente seria registrada pelos contemporâneos.

---

<sup>224</sup> Com os valores das importações baianas e cariocas, estimamos o percentual reexportado para o Rio Grande através das importações de produtos europeus identificadas para os anos de 1802, 1803 e 1805. O cálculo é apenas estimativo, pois não desconta as taxas de lucro e os custos das reexportações para o Rio Grande; tampouco havia esta sincronia entre importações e reexportações.

Há quem fale numa pletora de mercadorias estrangeiras na passagem de 1801 para 1802; mas esses testemunhos ordinariamente relacionavam o problema com a frequência de navios estrangeiros nos portos coloniais. Donald Campbell, por exemplo, dizia que os homens de negócio do Rio, com correspondência regular com a metrópole, temiam “(...) *a superabundância dos gêneros europeus de que seus armazéns estão cheios mas também receiam a continuação da mesma fatal prática do contrabando (...)*”<sup>225</sup>. Em 1802 o secretário de marinha e ultramar queixava-se de um “(...) *total empate (...)*” nos “(...) *portos de Portugal (...)*” provocado pelo contrabando<sup>226</sup>.

Não há dúvida de que houve um aumento do comércio ilegal no Brasil, especialmente no Rio, em todo este final do século XVIII e início do XIX<sup>227</sup>. Existem indicações inclusive de que o contrabando inglês e norte-americano possuía relações estreitas com as aventuras luso-brasileiras no Rio da Prata, como relatava Donald Campbell:

O sistema dos contrabandistas por uns poucos de meses passados tem sido fazer escala no Rio de Janeiro, aonde encontram negociantes espanhóis ou procuradores deles, com quem ajustam o preço de sua carga; de maneira que o porto do Rio de Janeiro parece mais o porto de Livorne, do que um porto regulado pelas restrições (...)<sup>228</sup>

---

<sup>225</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 13889, Donald Campbell, correspondência ao vice-rei, anexa a de 08/09/1801.

<sup>226</sup> AHU, ROR, Cód. 575, Visconde de Anadia, 04/11/1802.

<sup>227</sup> Ernest Pijning aponta um aumento nas arribadas de navios estrangeiros no porto do Rio de Janeiro; de 25 na década de 1791-1799 para 54 entre 1800-1807 (*apud*: PEDREIRA, *From Growth to Collapse...*, *op. cit.*, p.855. Note-se que em 1802, aportaram no Rio Grande um bergantim norte-americano, uma chalupa e um brigue ingleses; o insólito aparecimento de contrabandistas destas nações naquelas bandas causou surpresa nas autoridades locais (AHRS, AM, M-2, Manoel Marques de Souza, 26/07/1802 e Francisco Paula Azevedo Marques, 30/09/1802, 01/10/1802).

<sup>228</sup> AHU, RJ, Avulsos, doc. 13889, Donald Campbell, 08/09/1801. As triangulações norte-americanas também são acusadas por fontes espanholas, como escreve Azcuy Ameghino: “(...) *los navios americanos se destacaron (...) intermediando transacciones desde el Brasil (...)*” (AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Comercio exterior y comercio de cueros en el virreinato del Río de la Plata. *in*: **La Otra Historia**: economía, Estado y sociedad en el Río de la Plata colonial. (17-81), Buenos Aires: Imago Munda, 2002, p. 70).

De acordo com o texto, a comunidade de negociantes espanhóis no Rio intermediava negociações triangulares entre a Inglaterra (ou, alternativamente, os Estados Unidos), Rio de Janeiro e Rio da Prata. O resultado era, na avaliação do comandante da esquadra, “(...) *que a maior parte do dinheiro que vem das colônias aos espanhóis é arrancado das nossas mãos pelos navios ingleses e anglo-americanos (...)*”<sup>229</sup>. Como Albion estava em guerra com a Espanha é muito provável que seus navios descarregassem no Rio, donde partiam embarcações “neutras” de bandeira portuguesa para abastecer Montevideú e Buenos Aires.

A retomada do comércio legal castelhano em 1802 certamente afetou este tipo de especulação. Proibido o comércio neutro restava aos entrelopos distribuir suas mercadorias no próprio Brasil<sup>230</sup>. Por este raciocínio, o corte nas importações deste ano seria causa imediata do fim das oportunidades de descaminhos platinos.

Voltando ao *trend* de importações do Rio de Janeiro, observa-se uma pequena recuperação em 1804 – que na Bahia é mais acentuada no ano anterior – fruto, talvez, de um retorno à normalidade no mercado de importados brasileiros. No ano seguinte, contudo, o reinício das hostilidades européias interrompeu uma vez mais o tráfico castelhano. Só que, de acordo com Hernan Asdrúbal Silva, o efeito no Rio da Prata foi bastante distinto:

(...) la limitación del tráfico con la Península no significó un estancamiento como el de 1797 para el Río de la Plata. Ya de había ido montando toda una estructura para mantener los vínculos con un comercio internacional cada vez más activo. (...) En 1805, y particularmente en 1806, se incrementaba

---

<sup>229</sup> ID. Correspondência ao vice-rei, anexa. Para os *trends* do comércio norte-americano com o Império Espanhol, cf. CUENCA ESTEBAN, Javier. The United States balance of payments with Spanish America and the Philippine Islands, 1790-1819: estimates and analysis of principal components. In: BARBIER, Jacques and KUETHE, Allan. (ed.) **The North American Role in the Spanish Imperial Economy**. (28-70). Manchester: Manchester University Press, 1984 e COATSWORTH, John. American trade with European Colonies in the Caribbean and South America, 1790-1812. In: **The William and Mary Quaterly**, 3<sup>a</sup>. serie, Vol. 24, no. 2, 243-266, 1967.

<sup>230</sup> O refluxo nas importações brasileiras já deve ter iniciado em 1801 com a declaração de guerra da Espanha a Portugal.

nuevamente la presencia de navíos extranjeros, con procedencia y destino hacia los más diversos puertos del mundo<sup>231</sup>.

Por ironia, também foi diferente a reação do comércio legal brasileiro, ao contrário de 1797 quando as importações saltaram acompanhando o colapso do comércio espanhol, em 1805 elas seguiram uma trajetória descendente, mingando em 1807. Não só os esquemas de contrabando montados anteriormente voltaram a funcionar, como em 1806-1807 as conquistas de Buenos Aires e Montevideú pelos britânicos atraíram centenas de embarcações mercantes desta nação para o Atlântico sul. Sendo a Bahia e o Rio de Janeiro escalas quase obrigatórias para as viagens ao Rio da Prata, é possível imaginar o saldo destas aventuras: a expulsão das mercadorias portuguesas não apenas dos mercados rio-platenses, mas também dos mercados brasileiros<sup>232</sup>. Afinal, como dizia Govea de Almeida em memória sobre as conseqüências da conquista inglesa de Buenos Aires:

(...) [os portos brasileiros] serão cheios de navios ingleses com arribadas afetadas, vendendo em todos eles ricas e importantes facturas: o estado comparativo do rendimento das alfândegas portuguesas notará esta verdade<sup>233</sup>.

A análise do comércio brasileiro, enriquecida com os dados rio-grandenses e castelhanos não permite fechar a questão, mas seguramente sugere que houve sim um

---

<sup>231</sup> ASDRÚBAL SILVA, *El comercio entre España...*, p. 118.

<sup>232</sup> De acordo com John Fisher o comércio inglês com o Rio da Prata, através do Brasil, cresceu muito entre 1795-1806. É bem provável que neste ano, com as invasões no Rio da Prata, a intermediação brasileira tenha sido dispensada: com a conquista de Montevideú apareceram neste porto 70 navios mercantes e 2.000 comerciantes ingleses (cf. FISHER, John. *Commerce and Imperial Decline: Spanish trade with Spanish America, 1797-1820*. in: **Journal of Latin American Studies**, vol. 30, no. 3, (459-479), 1998. VILLALOBOS, *Comercio y Contrabando...*, *op. cit.*, p. 123).

<sup>233</sup> ALMEIDA, Gouveia de. *Memória Sobre a Capitania do Rio Grande*. RACL, Ms. 648, 1806.

aumento substancial do contrabando de mercadorias européias para os portos brasileiros<sup>234</sup>. No entanto, é preciso saber se o crescimento do comércio ilegal atacava as bases do sistema colonial, em outras palavras, se colocava em risco a posição de Portugal como metrópole.

Em primeiro lugar, essas negociações poderiam afetar economicamente Portugal se a saturação dos mercados coloniais pelo contrabando reduzisse significativamente os sobrelucros coloniais, a ponto de ameaçar a própria existência do exclusivo. A passagem de um mercado protegido para um “livre-mercado”, além de diminuir a parcela do lucro obtida pelo capital comercial metropolitano, poderia contagiar as indústrias portuguesas, posto que elas dificilmente sobreviveriam à concorrência do industrialismo inglês. Por outro lado, a diminuição absoluta do comércio legal afetaria as rendas da Coroa que ainda dependiam muito das alfândegas; tudo isto num contexto em que os compromissos diplomáticos e militares cresciam cada vez mais dada a complexa situação política européia<sup>235</sup>.

É certo que todos estes “sintomas” de crise poderiam ser elencados em conjunturas anteriores, como na guerra dos Sete Anos ou na guerra da Sucessão Espanhola. Daí as contestações da historiografia portuguesa que desprezam o contrabando por ser “*fenômeno*

---

<sup>234</sup> Certamente a inclusão das balanças de comércio de outros portos periféricos, como Santos, Alagoas, Ceará, tornaria possível verificar se houve uma redução na demanda colonial como um todo, a partir de 1804, ou se realmente a queda de importações registrada nas principais praças brasileiras seria reflexo do contrabando.

<sup>235</sup> Esta era, em geral, a opinião dos contemporâneos. Hoje em dia, porém, arrastam-se as contendas a respeito dessas questões. Vale dizer, entretanto, que Jorge Pedreira, apesar de sua opinião contrária ao “sobredimensionamento” dos descaminhos, afirma que “*O declive dos preços da maior parte das exportações de manufacturas nacionais, mais acentuado do que a tendência geral para a baixa de 1805-1806, deve ser atribuído à própria pressão da concorrência estrangeira ou dos embarços que se faziam sentir na comercialização (...)*” (PEDREIRA, *Estrutura Industrial...*, p. 301). Já Nuno Madureira vê não apenas uma redução nos rendimentos da Coroa frente à inflação do final do século XVIII, como ainda uma forte desaceleração da indústria metropolitana já nos anos de 1801-1802 em função de uma “*(...) conjuntura de intensa concorrência nos preços internacionais de gêneros fabris e de elevados custos de matérias primas*”. (cf. MADUREIRA, Nuno L. **Mercados e Privilégios**. A

*endêmico*”<sup>236</sup>. Havia no início do oitocentos, porém, um ingrediente político novo: à velha concorrência intermetropolitana somava-se o risco das novas formas políticas que pelos descaminhos contagiavam as elites mercantis coloniais. Já foram referidos os alertas de Donald Campbell (ver 1º capítulo, p. 56) que relacionava a conduta subversiva no modo de negociar com o surgimento de “*opiniões nocivas*” a respeito do sistema político português; o maior problema era o mau exemplo dos contrabandistas norte-americanos. Como já escrevera em outra carta ao secretário de marinha e ultramar:

Este comércio é principalmente praticado pelos anglo-americanos, homens que têm o princípio do republicanismo (...) homens que há pouco contenderam e obtiveram a sua independência do país materno (...) [/] Os seus exemplos necessariamente pesarão (...) nem pode deixar de obrar infalivelmente na mente pública vê-los supridos de muitos gêneros necessários mais baratos e de melhor qualidade, de países estranhos, do que os que vêm de Portugal (...) <sup>237</sup>

E é esse fenômeno novo que escancara o caráter estrutural da crise. Nas conjunturas anteriores os “sintomas” se esgotavam nas velhas fórmulas políticas do Antigo Regime; agora, para além da reposição das velhas formas, surgia a possibilidade de formas políticas revolucionárias<sup>238</sup>.

Por último, há que se considerar que a já referida formação de uma divisão imperial do trabalho na face americana, com a concorrência do contrabando, tirava da mercadoria portuguesa a articulação do próprio Império. Assim, viam os colonos que os contrabandistas

---

indústria portuguesa entre 1750-1834. Lisboa: Estampa, 1997, pp. 123-128 e p. 338, ver ainda pp. 300-301).

<sup>236</sup> PEDREIRA, *Estrutura Industrial...*, op. cit., p. 304 e ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, op. cit., p. 52.

<sup>237</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 13757, Donald Campbell, 01/04/1801. Acreditamos que a reflexão de Donald Campbell “responde” ao questionamento de Jorge Pedreira a respeito da sincronia entre as esferas política e econômica da crise do sistema colonial (cf. PEDREIRA, *Estrutura Industrial...*, op. cit., p. 306).

norte-americanos estavam “*supridos de muitos gêneros necessários mais baratos e de melhor qualidade*” do que os que eram trazidos pelo comércio regular. Por estas e outras que o visconde de Anadia, em resposta a Donald Campbell, não mostrava maiores dúvidas:

Quanto ao contrabando da extração dos escravos dos nossos domínios para as colônias Espanholas, de que trata este ofício, suposto que seja muito prejudicial, por diminuir os nossos braços e aumentar os dos nossos inimigos e pela imoralidade que introduz tudo o que é contrabando, contudo ainda olhado de todos os pontos de vista possíveis, não se pode considerar tão prejudicial como o da introdução de mercadorias estrangeiras (...) espero que V. Mcê. declare guerra de morte a este gênero de contrabando, que tão prejudicial tem sido ao comércio da Metrópole com as colônias do Brasil<sup>239</sup>.

No fundo, o maior problema do comércio ilegal era prejudicar o “*comércio da metrópole*”, com a mercadoria estrangeira tomando o lugar da mercadoria metropolitana na articulação do Império. Imoralidade e subversão no trato mercantil com o Reino, integração dos mercados coloniais pela mercadoria estrangeira, divulgação de opiniões nocivas ao sistema; era o próprio Império que estava se opondo ao sistema colonial.

O estudo das formas de integração do extremo-sul ao Império colonial português mostrou que o comércio corrente no início do século XVIII, baseado principalmente na exportação de metais preciosos e couros, deu lugar a uma maior especialização na produção de alimentos para as praças centrais da colônia na década de 1790, consolidando um novo padrão na entrada do século XIX. Esta passagem de um a outro padrão correspondeu a certas transformações no comércio entre Portugal e o Brasil, particularmente à substituição paulatina do comércio de açúcar, ouro e prata por matérias primas.

---

<sup>238</sup> Ver MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

O resultado destes dois processos convergentes foi uma divisão imperial do trabalho na face americana do Império. O Rio Grande era o contraponto à agroexportação nesta divisão imperial, já que fornecia alimentos para todas as principais praças brasileiras (principalmente Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, mas também Pará e Maranhão), ao mesmo tempo em que foi desenvolvendo um comércio com outras regiões periféricas (Santa Catarina, Caravelas, Rio São Francisco, entre outras) que também tinha nos alimentos e produtos da terra o seu principal.

Só que na passagem do século XVIII para o XIX ainda eram as mercadorias européias e, por extensão o comércio com a metrópole, que articulavam o Império. Não obstante, à formação desta divisão imperial do trabalho concorreu a aceleração do contrabando, especialmente depois de 1802. A comparação das importações rio-grandenses com as congêneres baianas e “cariocas” apontou para uma paulatina substituição de Portugal enquanto fornecedor destas mercadorias, estruturantes dos giros internos. E mesmo assim o comércio seguia girando, em detrimento do Antigo Sistema Colonial e a favor de um Império que era cada vez mais americano e menos português.

---

<sup>239</sup> AHU, ROR, Cód. 575, Visconde de Anadia, 12/10/1801.

### **3. O RIO GRANDE E A CONJUNTURA (1777-1822)**

O estudo da geopolítica colonial e das formas de integração econômica do extremo-sul feito nos capítulos antecedentes permite agora delimitar a análise. Se nos capítulos anteriores o extremo-sul aparecia apenas como uma parte do Império, aqui vai se relacionar a formação de um “mercado criador de preços” no Rio Grande com a conjuntura do final do século XVIII. Também será investigado o modo pelo qual a economia local reagiu às flutuações mais curtas do mercado atlântico desde 1790. O capítulo desdobrará ainda algumas questões levantadas nos outros capítulos: a relação com os ritmos da economia exportadora, o papel que o contrabando espanhol exercia no comércio local e, por último, a dinâmica das exportações rio-grandenses.

#### ***3.1. Produção de alimentos e conjuntura***

De modo geral, tem-se consagrado o século XVIII como um período de expansão na economia ocidental, especialmente na conjuntura econômica do final do século XVIII e início do século XIX em que se conviveu, na Europa e na América, com uma fase “A” de um ciclo de *Kondratieff*. Existe algum consenso a respeito das causas mais gerais dessa época de prosperidade: na longa duração, o aumento populacional, os ganhos de produtividade na agricultura e o crescimento industrial foram decisivos para demarcar o incremento econômico

secular. Na média duração, a Revolução Industrial e os conflitos militares da Revolução Francesa foram os eventos mais marcantes<sup>240</sup>.

Não existe dúvida de que a economia colonial luso-brasileira acompanhou os ritmos europeus. A demanda industrial incentivou a produção de novas matérias primas, especialmente o algodão que de 111.827 arrobas exportadas em 1788 passou a 370.564 em 1796, para chegar a 632.812 arrobas em 1807; também cresceram as exportações tradicionais, caso do açúcar e do tabaco. No mesmo período aumentou absurdamente o número de habitantes da América Portuguesa, de uma população de 1.555.200 pessoas em 1776, chegou-se a 2.061.657 por volta de 1800, para então alcançar os 3.596.132 em 1819<sup>241</sup>.

A formação de um mercado no Rio Grande ocorreu neste fim de século. No entanto, a consolidação de um mercado local e seus ajustes aos ritmos mundiais possuem explicações singulares que necessitam ser discutidas aqui: deve-se buscar os segredos internos que explicam a forma particular pela qual a economia local reagia aos estímulos do centro. Além

---

<sup>240</sup> Sobre os ciclos longos, ver o curioso livro de FISCHER, **The Great Wave: Price revolutions and the rythm of History**. New York: Oxford University Press, 1996. Cf. também BRAUDEL. *Civilização Material, op. cit....* [O tempo do mundo], pp. 66-69, ARRUDA, *O Brasil no Comércio..., op. cit.*, pp. 89-159, que fazem uma ótima discussão conceitual. É de interesse também o instigante livro de Ruggiero Romano que, coerente com a sua teoria de “conjunturas opostas” para a Europa e Ibero-América, afirma que o século XVIII foi recessivo para a última. Reconhece, no entanto, que no final deste século os preços mostram uma tendência positiva (cf. ROMANO, Ruggiero. **Conjunturas Opuestas: La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica**. Mexico: FCE, 1993, esp. pp. 109-115).

<sup>241</sup> Os números da exportação do algodão em 1788, da população em 1776 e 1800 estão em ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. II (527-592), São Paulo: Edusp, pp. 529-530, 566. O “censo” de 1819 foi retirado de MARCÍLIO, Maria L. A população do Brasil Colonial. In: BETHELL, Vol. II, *História da América... op. cit.* (311-338), p. 338. As exportações de algodão em 1796 e 1807 de ARRUDA, *O Brasil no comércio..., op. cit.*, tabela 53.

disso, no ciclo de média duração existem flutuações mais curtas que serão reveladas e explicadas<sup>242</sup>.

Os dados referentes às exportações rio-grandenses mostram um crescimento constante desde a década de 1790. Em 1790 foram exportadas mercadorias no valor de 264 contos, em 1802 alcançava os 800 contos, chegando a um pico de 2.339 contos no ano de 1818. Boa parte deste desempenho representa o crescimento constante da produção, no mesmo período (1790-1818) as exportações de carne salgada se multiplicaram por quatro.

O fator decisivo, no entanto, parece ter sido o aumento dos preços, afinal, mesmo desconsiderando a inflação dos lucros sobre os salários, a que Earl Hamilton dava tanta importância, há de se levar em conta que as subidas bruscas nos preços incentivavam os investimentos e poderiam beneficiar os devedores, melhorando os termos de troca das economias periféricas<sup>243</sup>. Portanto, é preciso iniciar com a exposição do movimento geral dos preços para demarcar as flutuações e então perguntar sobre as suas causas e seus efeitos sobre a agropecuária da região.

---

<sup>242</sup> Kondratieff chamava os ciclos, posteriormente consagrados com o seu nome, de ciclos longos. Optamos chamá-los de ciclos ou conjunturas de média duração em oposição aos assim chamados *trends* seculares (cf. KONDRATIEFF, Nikolai. Las ondas largas de la conyuntura. *In*: KONDRATIEFF, N. D. e GARVI, G. **Las Ondas Largas de la Economía**. (1-61). Madrid: Revista de Occidente, 1946).

<sup>243</sup> Hamilton considerava que o atraso dos salários em acompanhar os preços aumentava consideravelmente os lucros e incentivava o investimento. A idéia repousa numa aceitação implícita da teoria ricardiana do valor que confunde mais-valia com lucro. Em todo o caso, é de se duvidar dos efeitos positivos do aumento relativo dos preços frente aos salários na formação do lucro dos “capitalistas rio-grandenses” uma vez que no Rio Grande predominavam o trabalho escravo e camponês (cf. HAMILTON, Earl. La inflación de beneficios y la Revolución Industrial. *In*: **El Florecimiento del Capitalismo: Y otros ensayos de Historia Económica**. (27-48) Madrid: Revista de Occidente, 1948, ver ainda a crítica de KULA, Witold. Las investigaciones históricas sobre los precios. *In*: **Problemas y Métodos de la Historia Económica**. 3ª ed. (403-480). Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977, pp. 427-430).

O maior problema é construir séries consistentes em razão das lacunas na documentação. Para tanto reuniram-se os dados das alfândegas de Rio Grande e Porto Alegre que contêm estimativas os preços de atacado, já incluído o custo dos fretes (ver apêndice); foram reunidas ainda algumas séries do mesmo tipo organizadas por outros autores. Optou-se por utilizar os valores praticados no Rio de Janeiro, principal mercado para os produtos rio-grandenses, mesmo assim – dada a crescente unificação dos mercados brasileiros nesta conjuntura –, a influência dos mercados nordestinos no movimento dos preços será considerada. Mantivemos os valores nominais dos produtos porque a análise dos preços aqui serve apenas como um indicador dos movimentos mais profundos da economia colonial; inserir um cálculo deflacionador seria uma complicação inútil.

Acompanhando as evoluções do charque e do trigo entre 1790 e 1822, procura-se entender o movimento geral dos preços no Rio Grande; os dois produtos podem ser encarados como indicadores da economia rio-grandense porque resumem as duas principais atividades e eram as exportações de maior valor para a região; as demais (couro, sebo, graxa) geralmente eram solidárias às flutuações da carne seca. A tabela I elabora índices de preços para o charque e para o trigo.

**Tabela I: Preços de atacado do charque e do trigo<sup>244</sup>:**

<b>Ano</b>	<b>charque arroba</b>	<b>Index</b>	<b>trigo alqueire</b>	<b>Index</b>
<b>1790</b>	\$320	100	\$800	100
<b>1791</b>	\$400	125	\$600	75
<b>1792</b>				
<b>1793</b>				
<b>1794</b>				
<b>1795</b>	\$600	188	1\$500	188
<b>1796</b>	\$565	177	1\$150	144
<b>1797</b>				
<b>1798</b>	\$700	219	1\$000	125
<b>1799</b>	\$628	196	1\$107	138
<b>1800</b>	\$493	154	1\$107	138
<b>1801</b>	\$600	187	1\$189	149
<b>1802</b>	\$533	167	1\$274	159
<b>1803</b>	\$555	174	\$896	112
<b>1804</b>	\$503	157	1\$419	177
<b>1805</b>	\$505	158	1\$420	177
<b>1806</b>	\$503	157	2\$156	269
<b>1807</b>	\$515	161	1\$401	175
<b>1808</b>	\$541	169	\$975	122
<b>1809</b>	\$509	159	\$839	105
<b>1810</b>	\$513	160	\$852	106
<b>1811</b>	\$567	177	1\$480	185
<b>1812</b>	\$542	169	1\$704	213
<b>1813</b>	\$517	161	1\$523	190
<b>1814</b>	\$562	176	1\$887	236
<b>1815</b>	\$576	180	1\$214	152
<b>1816</b>	\$726	227	1\$624	203
<b>1817</b>	1\$485	464	1\$857	232
<b>1818</b>	1\$600	500	2\$720	340
<b>1819</b>	1\$600	500	1\$280	160
<b>1820</b>	1\$466	458	1\$402	175
<b>1821</b>	1\$372	429	1\$408	176
<b>1822</b>	1\$161	363	2\$624	328

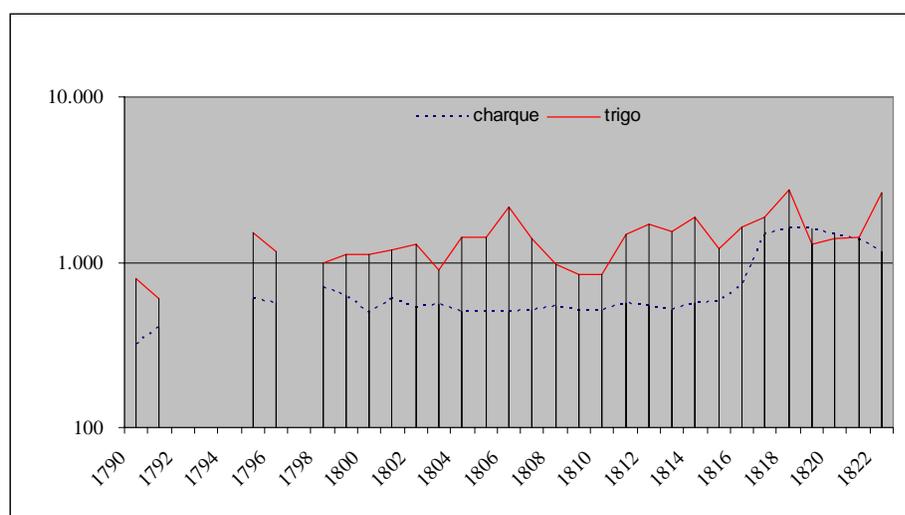
Entre 1790 e 1795 sucede uma valorização considerável do charque e do trigo (*Index* de 188 para os dois produtos). A partir de 1796 os preços mostram uma tendência para a

---

<sup>244</sup> Fonte: média dos preços apresentados por FRAGOSO, *Homens de grossa...*, *op. cit.*, p. 279, tabela 14-1, SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 138, tabela 26 – que retiraram seus dados das Listas de Entrada de Embarcações do Rio - e os dados retirados da alfândega rio-grandense. Ver apêndice onde estão discriminados os preços por fonte e explicados os cálculos.

estabilização - especialmente no que se refere ao charque - ainda que ocorram oscilações bem marcadas entre 1798 e 1801; depois de 1802 a carne seca fica na casa dos \$500 até o ano de 1815 quando tem início uma nova inflação geral dos preços. O trigo se mantém ligeiramente estável até 1803, depois se estabelece um padrão que intercala bons e maus preços em intervalos variados (um, dois ou três anos). O gráfico 1 compara as oscilações dos preços do charque e do trigo.

**Gráfico 1: Preços do charque e do trigo em escala semi-logarítmica<sup>245</sup>:**



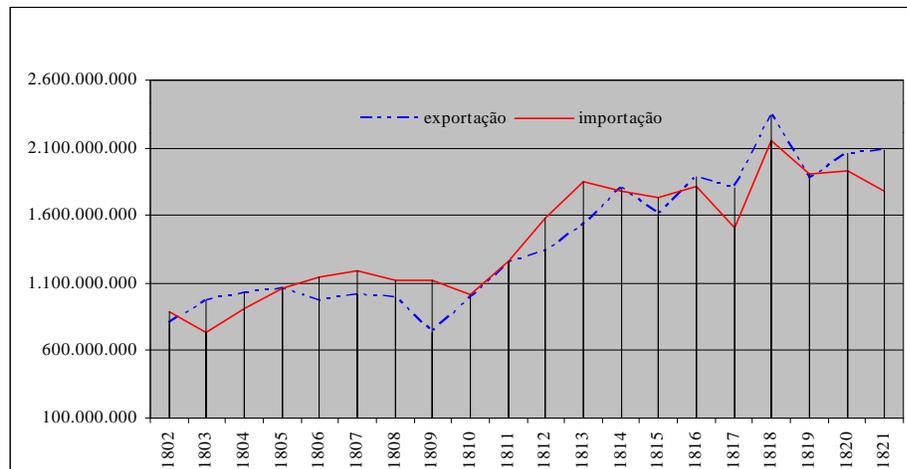
O trigo oscila muito mais que o charque, pois o valor alcançado pelo cereal gira muito em relação às colheitas. No entanto, no período como um todo a tendência é para a alta, o que indica, na média duração, um crescimento da demanda pelo grão.

Os preços do charque e do trigo por si só permitem demarcar as duas flutuações expansivas de curta duração: 1791-1795 e 1816-1822. No intervalo entre um e outro momento os preços das duas mercadorias passam a divergir e a flutuar, sendo preciso incluir outras informações para melhor compreender os ritmos da economia rio-grandense.

<sup>245</sup> Fontes: Ver tabela I.

A balança de comércio da Capitania do Rio Grande pode ser um bom indicador desses ritmos. O gráfico 2 representa o movimento geral do comércio rio-grandense e está baseado nas informações contidas na tabela V do capítulo 2:

**Gráfico 2: Exportação e Importação da Capitania do Rio Grande<sup>246</sup>:**



O gráfico reitera o que já dissemos no capítulo 2, em geral a balança de comércio do Rio Grande é deficitária. Mas é possível visualizar movimentos cíclicos de ajustamento da oferta com a demanda: em prazos de mais ou menos sete anos os mercadores do Rio Grande cortavam as suas encomendas - transformando déficits em superávits - para pagar parte de seus débitos e manter o crédito com o centro<sup>247</sup>. Isto aconteceu no ano de 1803, que

<sup>246</sup> Fontes: ver tabela no capítulo 2.

<sup>247</sup> Fisher relata um movimento cíclico similar no comércio entre Inglaterra e Portugal em meados do século XVIII: “Os freqüentes movimentos de curto prazo para cima e para baixo, principalmente de três em três ou de quatro em quatro anos indicam a presença de um ciclo de ‘inventário’ (...) Esta circunstância decorria da dificuldade que os exportadores na Inglaterra tinham em avaliar com precisão os mercados. Quando os stocks de têxteis em Lisboa e no Porto estavam baixos (...) os exportadores (...) aumentavam a dimensão das suas expedições. As ações combinadas dos exportadores invertiam mais cedo ou mais tarde a posição dos stocks em Portugal. Todavia, isto não podia ser totalmente apreciado ou relatado imediatamente aos comerciantes instalados na Inglaterra, nem podiam ser instantaneamente invertidas as decisões de exportação (...) nem as encomendas (...). Em consequência, passava mais tempo até baixar a dimensão das expedições da Inglaterra.” (FISHER, *De Methuen a Pombal...*, op cit., pp. 172-173).

certamente influenciou o resultado de 1804, de forma bastante suave em 1810, e de maneira muito bem demarcada em 1817.

Os ajustes cíclicos não implicavam, contudo, uma reversão da tendência positiva das importações: em 1803 foi importado um valor de 730 contos, em 1810 o valor foi de 1.013 contos e em 1817 foram 1.509 contos. Portanto, ao contrário do que se poderia concluir por uma leitura vulgarmente “mercantilista”, *a balança comercial marítima positiva não era indicador imediato da boa saúde econômica da região*<sup>248</sup>.

A presença de seis anos positivos entre 1814-1821 sugere uma modificação no padrão. Afinal, além do acúmulo de superávits, se observa que parte deles ocorre mesmo com o aumento nas importações (1816, 1818, 1820). Infere-se disto que a metade da década de 1810 se caracteriza por um descolamento da trajetória geral, muito provavelmente pela perda do comércio da prata com a Banda Oriental que por esta época estaria pagando suas compras no Rio Grande com animais em pé (ver adiante, pp. 178-186)<sup>249</sup>.

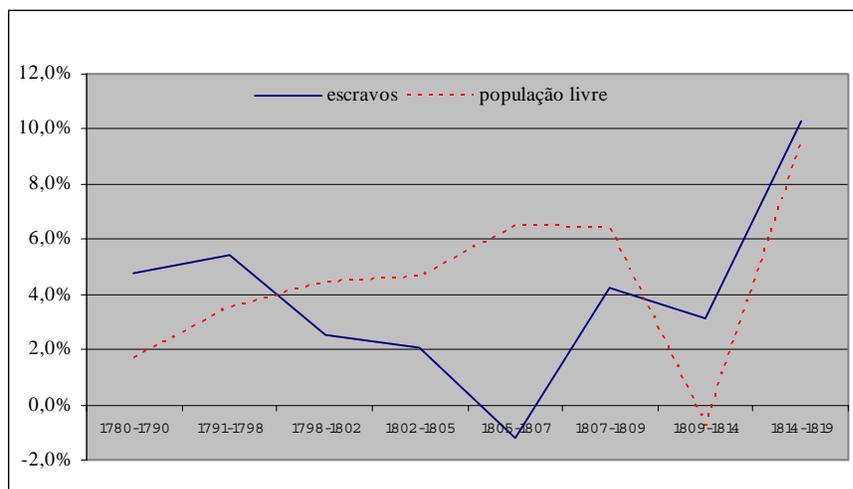
Da mesma forma, os dados populacionais, especialmente a evolução da população cativa, podem indicar o comportamento geral da economia rio-grandense. O gráfico 3 compara as taxas anuais de crescimento dos escravos com a população livre (brancos, índios e libertos) da Capitania em diferentes intervalos:

---

<sup>248</sup> Os burocratas reinóis, formados na ortodoxia mercantilista, não conseguiam entender essa estranha dinâmica da economia rio-grandense. O contador do Erário Régio fazia o seguinte comentário ao analisar a balança de 1802: “(...) *julgo se deve fazer ver a este governador, recomendando-se-lhe todo o auxílio e proteção no aumento das produções daquela Capitania para que se possível só com elas possa confrontar a importação das mais, sem que remeta dinheiro (...)*” (AHTC, Livro de representações da Capitania do RS, 4082, 24/05/1804).

<sup>249</sup> Mesmo se desconsiderarmos as ligeiras correções que fizemos no valor das exportações, a tendência para superávits se confirma em 1816 (ver apêndice).

**Gráfico 3: Taxas anuais de crescimento da população cativa e livre**<sup>250</sup>



Nos intervalos de 1780-1791 e 1791-1798 a taxa de crescimento anual dos escravos foi superior ao crescimento da população livre. Ora, se levarmos em conta que o regime populacional da escravidão costumava ser negativo, taxas formidáveis como estas (4,8% e 5,5% respectivamente) demonstram que eram grandes as importações de escravos, sinal da boa saúde econômica da região. Nos períodos seguintes (1798-1802, 1802-1805 e 1805-1807) não apenas o crescimento da população cativa vai desacelerando, como a população livre passa a apresentar taxas superiores em relação aos escravos; entre 1805-1807 há, inclusive, decréscimo em termos absolutos na escravaria – possivelmente por uma venda do estoque para os espanhóis da fronteira. Segue-se uma recuperação formidável (4,2% entre 1807-1809) acompanhada por um acréscimo ainda mais importante entre os homens livres (6,4%). De qualquer forma, toda a primeira década do século XIX parece ser relativamente estacionária:

---

<sup>250</sup> Fontes: 1780 (MONTEIRO, *A Dominação espanhola...*, *op. cit.*, p. 388), 1791 (AHU, Avulsos, RS, doc. 252), 1798, 1802, (SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 37), 1805 (AHU, Avulsos, RS doc. 747), 1807 e 1809 (AN, cód. 108, vol. 1), 1814 (CARDOSO, *Capitalismo e escravidão...*, *op. cit.*, p. 51), 1819 (IBGE, **Estatísticas Históricas do Brasil**. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 2ª ed. revista (vol. 3). Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 32). Os números completos, correções e a explicação dos cálculos estão no apêndice.

entre 1802 e 1809 a taxa anual de crescimento entre os escravos foi de 1,7%, enquanto que o aumento anual da população livre foi de 5,7%. Já para a década seguinte o aumento nos escravos volta a superar o índice da população livre: entre 1809 e 1814 o número de cativos cresce a 3,1% ao ano, enquanto os homens livres diminuem a 0,8% por ano<sup>251</sup>; entre 1814-1819, refletindo a euforia econômica do período, os escravos cresceram a 10,3% ao ano e o restante da população a 9,43%. Neste contexto, a comparação entre os dois índices de crescimento, contraposta às informações sobre os preços e as balanças comerciais, permite chegar à seguinte conclusão, *quando a taxa de crescimento da população cativa supera a taxa da população livre é sinal de que a economia está crescendo; quando ocorre o contrário, é muito provável que estejamos diante de uma economia em estagnação ou recessão.*

Com os dados levantados até agora, podemos demarcar em linhas gerais as flutuações de curta duração da economia rio-grandense:

1. 1791-1795: expansão.
2. 1796-1801: estabilização, com tendência positiva.
3. 1802-1810: estabilização, com tendência negativa.
4. 1811-1822: expansão.

Por sua vez, Jobson Arruda, com preços reunidos por Kátia Mattoso e por Harold B. Johnson, traça o seguinte quadro para as duas principais praças do Brasil. Para a Bahia<sup>252</sup>:

---

<sup>251</sup> É provável que esta diminuição entre os homens livres deva-se às constantes mobilizações militares do início da década de 1810. Os militares normalmente não eram contados nestes “censos” e os paisanos evitavam as autoridades nestes períodos, receando as convocações.

<sup>252</sup> ARRUDA, José J. A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. *In: SERRÃO, J. e MARQUES, A (orgs.). Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VIII [O império luso-brasileiro] (155-214). Lisboa: Estampa, 1986, pp. 205-206. Ver ainda: JOHNSON Jr., Harold B. A preliminary Inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: DAURIL, Alden. **Colonial Roots of Modern Brazil.** (231-283). Berkeley: University of California Press, 1973. E os artigos de Kátia Mattoso, Conjuntura e sociedade no Brasil no final do século XVIII: preços e salários*

1. 1788-1799: alta.
2. 1799-1804: baixa.
3. 1804-1822: alta.
4. 1822-1827: baixa.

Para o Rio de Janeiro:

1. 1763-1808: tendência ligeiramente descendente.
2. 1809-1813: tendência ligeiramente ascendente.
3. 1814-1823: tendência fortemente ascendente.

Em linhas gerais, as flutuações rio-grandenses acompanham o movimento dos dois principais mercados brasileiros. Mas há algumas peculiaridades que merecem ser discutidas: em primeiro lugar, não parece ser o mais correto considerar todo o período entre 1763 e 1808 como deflacionário para o Rio de Janeiro, acontece que em 1763, em razão da guerra dos Sete Anos, os preços estavam absurdamente altos; ao iniciar a série neste ano Harold B. Johnson coloca na mesma conjuntura duas flutuações opostas (1763-1789, negativa, 1789-1807, positiva)<sup>253</sup>. Note-se também que o movimento ascendente do início do século XIX ocorre no Rio Grande com algum atraso em relação à Bahia (seis anos), revelando mais sincronia com o Rio de Janeiro. Para além das diferenças de método é preciso discutir melhor cada flutuação da economia rio-grandense e explicitar suas eventuais especificidades.

No que diz respeito ao movimento inicial, ainda que a taxa anual de crescimento da escravaria entre 1780 e 1791 insinue uma economia em expansão, foi entre 1791 e 1795 que

---

às vésperas da Revolução dos Alfaiates, Bahia, 1798. (33-56), Os preços na Bahia de 1750 a 1930 (81-104), Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência. Todos estão reunidos em MATTOSO, Kátia. **Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no século XIX**. Itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

<sup>253</sup> JOHNSON Jr. *A preliminary Inquiry...*, *op. cit.* p. 245.

ocorreu um aumento geral e decisivo dos preços (ver tabela I). Neste caso, o ponto de inflexão parece ter sido os anos de 1791-1792 como é possível ver pelo relato dos homens de negócio do Rio Grande em requerimento de 1799.

Apareceu o tempo, apesar da humanidade, que a esterilidade da Capitania de Pernambuco seguida da fatal Revolução da Europa deu tal tom e valor aos principais efeitos de primeira necessidade (...) que dentro de cinco anos se viu tomar o Continente do estado de uma Colônia novamente criada e dependente de outras ao de uma antiga no comércio e providente de outras Capitánias multiplicando-se de ano a outro até um prodigioso número de vasos nela nascidos e construídos (...)<sup>254</sup>

De acordo com os homens de negócio do Rio Grande as principais causas para o desenvolvimento do giro mercantil da Capitania eram a “*esterilidade de Pernambuco*” e a “*fatal Revolução da Europa*”. Na verdade, os dois fatores estavam profundamente relacionados, pois, como mostrou Guillermo Palacios, a partir da década de 1780, o aumento no preço das mercadorias coloniais incentivou os produtores a concentrar seus fatores no açúcar, diminuindo a produção de abastecimento no interior das *plantations* e pressionando o mercado de gêneros alimentícios; também a difusão do algodão e do tabaco entre os camponeses e pequenos proprietários reduziu a produção de mandioca para os mercados do norte do Brasil<sup>255</sup>.

No entanto, o problema se agravou no ano de 1791 quando um *El Niño* de intensidade *very strong*, na classificação dos meteorologistas, provocou um maior aquecimento do nordeste brasileiro e a conseguinte redução das chuvas, potencializando uma seca no sertão nordestino que começara um ano antes e se estendeu até 1792. Três anos de aridez extrema,

---

<sup>254</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 373, o documento é de 1799, mas está anexo na corresp. de 24/11/1800.

<sup>255</sup> Cf. PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores Libres, Estado y Crisis de la Esclavitud en Brasil en la Época de la Revolución Industrial**. Ciudad de Mexico: FCE, 1998, pp. 128-129. Ver também

além de seus efeitos catastróficos para a população sertaneja, destruíram os rebanhos daquela região<sup>256</sup>, aprofundando uma “(...) *crisis de larga duración* (...)” no abastecimento dos mercados<sup>257</sup>.

Se a situação dos mercados urbanos era praticamente caótica - a ponto de surgirem pasquins contra os preços da carne por ocasião da assim chamada Revolução dos Alfaiates de 1798 – parece que a carestia dos alimentos pouco afetava a sucrocracia nordestina. Afinal, o açúcar alcançava valores formidáveis justamente em 1792 quando a revolução dos escravos excluiu São Domingos do mercado de açúcar<sup>258</sup>. A demanda das *plantations*, portanto, agravou o problema do abastecimento.

Nas épocas precedentes as crises de subsistência ordinariamente se limitavam a uma ou outra praça. Nesta década, porém, a falta de gêneros se tornou crônica – entre 1791-1802 em apenas um ano (1800) não se registrou sub-abastecimento em alguma das três principais

---

SCHWARTZ, Stuart. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial. *In: Escravos Roceiros e Rebeldes*. (123-170). Bauru: EDUSC, 2001, pp. 159-161.

<sup>256</sup> Os meteorologistas têm avançado bastante na compreensão e na datação retrospectiva do fenômeno do El Niño. O artigo de William Quinn, ainda que bastante técnico, possui muitas tabelas com as datas deste acontecimento climático, baseadas numa série de dados como, por exemplo, as cheias do rio Nilo. (QUINN, William H. A study of Southern Oscillation – related climatic activity for A.D. 622-1900 incorporating Nile River Flood data. *In: DIAZ, Henry F. MARKGRAF, Vera. El Niño Historical and Paleoclimatic Aspects of the Southern Oscillation*. (119-149). Londres: Cambridge University Press, 1993, p. 126. Para uma explicação do fenômeno *El Niño* e o seu efeito no nordeste brasileiro, ver o provocador livro de DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 225-226 e 267-269.

<sup>257</sup> PALACIOS, *Cultivadores Libres...*, *op. cit.*, p. 129. Por uma “ironia natural”, quase ao mesmo tempo Portugal sofria com a queda na produção de trigo. As autoridades metropolitanas tentaram forçar a exportação da farinha de mandioca para o Reino (AHU, ROR, Cód. 573, Luís Pinto de Souza, 20/06/1795).

<sup>258</sup> O pasquim com referência ao preço da carne é citado por MOTA, *Idéia de Revolução...*, *op. cit.*, p. 133, nota 246. Sobre a Revolução dos Alfaiates, cf. JANCSÓ, István. **Na Bahia Contra o Império**. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1995. Vale lembrar ainda a conhecida defesa que senhor de engenho, Rodrigues de Brito fez da liberdade para os produtores de açúcar comprar os alimentos nos mercados locais (BRITO, J. Rodrigues *Resposta aos oficiais da câmara* (1807). *In: CALMON, F. M. A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX*. (51-146) Salvador: Livraria Progresso, s/d, p. 54).

capitanias do Brasil – e sincrônica porque afetou Rio, Bahia e Pernambuco<sup>259</sup>. É que os preços altos no nordeste atraíram os gêneros rio-grandenses forçando também os valores praticados no Rio, o desfecho da crise foi a já referida maior integração dos mercados coloniais e a sintonia dos preços de alimentos.

Neste momento o Rio Grande apareceu como uma colônia “*providente de outras capitanias*”, forjava-se uma praça e se consolidava o escravismo colonial na região<sup>260</sup>. A euforia exportadora da década de 1790 foi seguida de uma desaceleração por volta de 1796. De acordo com os homens de negócio do Rio Grande, a causa da interrupção era a concorrência do contrabando espanhol. O já citado requerimento de 1799 colocava a questão nestes termos:

O prejuízo referido que é assaz e que exige um providente remédio é incomparavelmente menor ao que S. A. Real e os suplicantes sofrem há três anos e a esta parte principalmente no de noventa e oito e no presente de noventa e nove (...) Tal é o da permissão dada ou venda tolerada aos espanhóis dos mesmos gêneros de que superabunda esta capitania (...)<sup>261</sup>

As queixas da concorrência espanhola iriam se repetir nos anos seguintes, o governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, reclamava em 1803 que embarcações de bandeira portuguesa descaminhavam escravos para Montevidéu e Buenos Aires, em troca de farinha de trigo, charque e sebo que eram depois revendidas nos portos ao norte do Rio Grande “(...) *por um preço muito diminuto em atenção ao ganho que já tiveram na*

---

<sup>259</sup> A cronologia das crises está em SILVA, Francisco C. T. As crises de subsistência no Brasil colônia. *In: Morfologia da Escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). (178-276). Niterói, UFF [tese de doutorado], 1990, pp. 183-188.

<sup>260</sup> Se em 1780 os escravos podem ser estimados em 27% da população, em 1798 eles já eram 37% do total (ver apêndice).

<sup>261</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 373.

*escravatura e serem ali os ditos gêneros mais baratos que nesta Capitania (...)*<sup>262</sup>. Em outra correspondência, que acompanhava o ofício, o governador acrescentava a prova do crime: o mapa de exportação e importação do ano de 1802 mostrava que a praça de Rio Grande ficava “(...) *sempre em débito com as outras (...)*”, correndo o risco de se ver “(...) *arruinada (...)*” se o contrabando não fosse reprimido<sup>263</sup>. Manoel Antonio Magalhães, homem de negócio local, repetia os reclamos dos mercadores e do governador e acrescentava que, pelo seu preço de custo, uma arroba de carne precisava ser vendida por no mínimo \$720 no Rio de Janeiro<sup>264</sup>.

Até onde é possível dar crédito aos choramingos da comunidade mercantil do Rio Grande? Em primeiro lugar, o requerimento apontava 1798 como a data em que havia engrossado o contrabando; neste ano, contudo, o preço do charque alcançou o maior valor da década. É verdade que o trigo caiu em relação a 1795, mas o valor continuava elevado frente ao ano de 1790. De qualquer forma, as duas mercadorias seguiam sendo mais caras do que no início da série (ver tabela I). Note-se ainda que antes de 1816, o preço do charque não chegou ao seu “valor natural” de \$720; neste caso, a acreditarmos em Manoel Magalhães, teríamos de concluir que durante mais de 25 anos produziu-se carne salgada com prejuízo no Rio Grande (retornaremos a esta questão).

Houve, é verdade, um aumento nos descaminhos entre as principais praças brasileiras e o Rio da Prata. Como já foi visto no capítulo 1, as liberdades castelhanas impostas pelas circunstâncias da guerra e os incentivos da Corte portuguesa, facilitavam o comércio ilegal entre as colônias; não parece coincidência que os comerciantes rio-grandenses afirmassem

---

<sup>262</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 463, 25/07/1803, Paulo José da Silva Gama.

<sup>263</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 465, 25/07/1803, Paulo José da Silva Gama.

<sup>264</sup> MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Almanack da Vila de Porto Alegre (1808). In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. (76-102). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de

que os descaminhos espanhóis haviam começado por volta de 1796, já que neste ano havia sido autorizada pelo Rei Católico a compra de escravos em colônias portuguesas em troca de “frutos” coloniais. Uma relação elaborada por um espia do governador do Rio Grande acusava a existência de 18 embarcações de médio porte fazendo contrabando com a região platina (oito da carreira do Rio de Janeiro e 10 da Bahia)<sup>265</sup>. Considerando que metade delas poderia fazer duas viagens num ano, teríamos 27 navios “brasileiros” adentrando nos portos platinos no ano de 1803; sabemos, por outra fonte, que 146 navios deram entrada no Rio Grande em 1797. Assim, por uma estimativa bastante grosseira, pois sequer contabiliza as embarcações de origem espanhola que faziam contrabando, pode-se dizer que pouco mais de 15% das importações de derivados bovinos das capitânicas do norte eram platinas. Por este cálculo poderia se dizer que os descaminhos castelhanos concorriam com os rio-grandenses, mas não chegavam a afetar o lugar destes nos mercados do Norte do Brasil<sup>266</sup>.

O contrabando era apenas parte do problema: como mostra Javier Cuenca-Esteban, os preços das mercadorias coloniais chegaram ao seu ponto máximo nos anos de 1797 e 1798 no mercado inglês; nos anos seguintes, os estoques acumulados forçaram a queda dos preços até alcançar seus valores mais baixos em 1802, seguindo-se um período de deflação até 1812<sup>267</sup>.

---

Brindes, 1980, pp. 80-81. Os aspectos políticos e ideológicos do contrabando serão discutidos no próximo capítulo.

<sup>265</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 463, Paulo José da Silva Gama, 25/07/1803. Ver ainda AHU, Avulsos, RS, doc. 317, representação dos moradores do Rio Grande, 1796 e AZCUY AMEGHINO, *Comercio exterior...*, *op. cit.*, pp. 27-32.

<sup>266</sup> O número de entradas no porto de Rio Grande em 1797 consta em SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 135, tabela 23. Hernán Asdrúbal Silva aponta números parecidos para 1782 (29 embarcações) e 1783 (28 embarcações) no que se refere ao porto de Montevideu; acontece que nestes números estão incluídos todos os navios de bandeira portuguesa adentrados no porto austral, inclusive aqueles que deveriam seguir diretamente para a Espanha e Portugal. (cf. ASDRÚBAL SILVA, *El Comercio entre España...*, *op. cit.*, p. 22).

<sup>267</sup> CUENCA-ESTEBAN, Javier. The markets of Latin American exports, 1790-1820. A comparative analysis of international prices. In: JOHNSON, Lyman L. e TANDETER, Enrique. **Essays on the**

A tabela II reúne alguns dos dados já mostrados na tabela I (preços do charque entre 1796 - 1820), atualiza o *Index* pelo ano de 1796 e acrescenta os preços do açúcar, permitindo comparar a evolução dos preços do charque e do açúcar branco no Rio de Janeiro.

**Tabela II: Preços de atacado do açúcar branco e do charque no Rio de Janeiro<sup>268</sup>.**

ano	Açúcar		charque	
	arroba	<i>Index</i>	arroba	<i>Index</i>
1796	2\$450	100	\$565	100
1797	2\$500	102		
1798	2\$800	114	\$700	124
1799	3\$200	131	\$628	111
1800	2\$200	90	\$493	87
1801	2\$600	106	\$600	106
1802	1\$625	66	\$533	94
1803	1\$900	78	\$555	98
1804	2\$400	98	\$503	89
1805	2\$500	102	\$505	89
1806	2\$200	90	\$503	89
1807	2\$000	82	\$515	91
1808	1\$800	73	\$541	96
1809	1\$400	57	\$509	90
1810	1\$500	61	\$513	91
1811	1\$300	53	\$567	100
1812	1\$600	65	\$542	96
1813	1\$800	73	\$517	91
1814	2\$600	106	\$562	99
1815	3\$000	122	\$576	102
1816	2\$500	102	\$726	128
1817	2\$600	106	1\$485	263
1818	2\$573	105	1\$600	283
1819	2\$300	94	1\$600	283
1820	2\$000	82	1\$466	259

---

**Price History of Eighteenth-Century Latin-America.** (373-399). Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, pp. 376-378.

<sup>268</sup> Fontes: para o charque ver tabela I. Para o açúcar até 1811, ARRUDA, *O Brasil no comércio... op. cit.*, tabela 50; entre 1812 e 1820, INEL, *Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações estrangeiras*. Ver ainda o apêndice.

Há quase uma sincronia na evolução dos preços do charque e do açúcar entre 1796 e 1802. A diferença fundamental é na inflexão de 1802, enquanto que o valor do charque cai muito pouco (94% do valor de 1796), a queda do açúcar é violenta (66% do valor). A razão desta discrepância parece residir na crescente integração dos mercados coloniais e, por conseguinte, na maior dependência que as *plantations* possuíam do abastecimento de carne rio-grandense (voltaremos a este ponto).

A queda nos preços das mercadorias sulinas na passagem do século XVIII para o XIX foi, portanto, bem menor e as causas desta redução tampouco eram tão simples como apregoavam os homens de negócio daquela Capitania. Aliás, o aumento do contrabando pode mesmo ser considerado como um *efeito* da alta do preço do charque na década de 1790, considerando que ordinariamente as praças do norte do Brasil preferiam que os escravos contrabandeados para o Rio da Prata fossem pagos em prata ou em couro, gêneros facilmente exportáveis<sup>269</sup>.

Não obstante, a insistência dos rio-grandenses interessados na mercancia em ressaltar a relação causal entre o contrabando rio-platense e a “decadência econômica” do Rio Grande obriga a investigar melhor o movimento cíclico de ajustamento de 1803 e as suas possíveis relações com a concorrência espanhola.

A situação de desabastecimento na região platina, provocada pela interrupção do comércio colonial espanhol desde 1797, valorizava os gêneros europeus que poderiam ser fornecidos pelo Rio Grande através da campanha, estimulando os negociantes da Capitania a

---

<sup>269</sup> O vice-rei do Rio da Prata, Nicolás Arredondo, dizia em 1795 que o couro era o “(...) *premio de la introduccion de negros (...)*” feita pelos entrelopos estrangeiros. Afinal, “(...) *cualquier otro renglon de comercio de los que aqui se crian ó se trabajan (...)* no merecen tanta consideracion como el cuero para llevarlos á dominios extranjeros de Europa.” (In: RADAELLI, *Memórias de los virreys...*, op. cit. p. 395).

aumentar as encomendas aos seus fornecedores, principalmente no Rio. Estabelecido em seguida o comércio direto entre as praças do Norte do Brasil e as platinas era possível dispensar as intermediações rio-grandenses. O resultado era que, além da redução nos preços dos gêneros de produção local, a comunidade mercantil do Rio Grande tinha de arcar com o excesso de encomendas provocado pela expectativa dos homens de negócio de lucrar com a quebra do comércio legal castelhano.

E, ao que tudo indica, a concorrência do contrabando “brasileiro” de carnes cresceu em 1800. Neste ano o vice-rei conde de Rezende, seguindo ordem da Corte, determinou em carta sigilosa que o desembargador Diogo de Toledo Lara Ordenhes se reunisse com os homens de negócio do Rio de Janeiro, e “(...) *da minha parte lhes insinuará as grandes vantagens e interesses que lhe podem resultar, carregando por si, ou pelas pessoas que lhes parecer embarcações que sem demora conduzam ao Rio da Prata efeitos que possam ter maior e mais pronto consumo*”. Chegava ao ponto de prometer uma nau e uma fragata para acompanhar as embarcações em comboio<sup>270</sup>. Daí as reclamações dos mercadores estabelecidos no Rio Grande.

Ou seja, grande parte das reclamações dos comerciantes e do governador devia-se à concorrência do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco no fornecimento ao Rio da Prata. Era, contudo, impossível argumentar nesta direção dado o caráter ilegal de *qualquer contrabando*. O vice-rei Dom Fernando José de Portugal, do seu ponto de vista, pôde

---

<sup>270</sup> IHGB, L-108, doc. 21. conde Rezende, 11/02/1800. Terminava a carta determinando: “*Deste ofício não consentirá V. Mce. seja extraída cópia alguma e só vocalmente devem os negociantes ser insinuados e convidados para o dito fim.*” Seguia aqui determinações de D. Rodrigo que desejava estabelecer um “(...) *comércio ativo (...)*” com o Rio da Prata (AHU, ROR, Cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho – Luiz Beltrão de Almeida, 23/10/1799). Não conseguimos comprovar se o comboio chegou a partir.

desmascarar os argumentos da Junta de Fazenda do Rio Grande que havia tomado as dores da comunidade mercantil rio-grandense.

Reparo que queixando-se [sic] a referida Junta de tolerarem as Capitánias do Norte do Rio Grande o comércio do Rio da Prata, deixa em silêncio a negociação clandestina que também estão fazendo os habitantes daquele Continente com os mesmos Espanhóis (...) Donde venho a conjecturar que talvez se deseja que este comércio com os Espanhóis seja só privativo ao Rio Grande (...)<sup>271</sup>.

No entanto, ao que tudo indica, foi só com a trégua de Amiens que a praça do Rio Grande sofreu com uma verdadeira recessão: é que a Espanha recuperou boa parte dos seus mercados coloniais, diminuindo as oportunidades de contrabando<sup>272</sup>. É bem provável que já em 1802 o Rio Grande tivesse reduzido suas importações; em 1803 teria havido uma redução ainda maior nas compras provocando a inversão da balança de comércio (de negativa para positiva) e só nos dois anos seguintes, com o crescimento das exportações, que as importações voltaram a ganhar força. Acrescente-se ainda que a recuperação espanhola parece ter afetado também o Rio de Janeiro que diminuiu bastante suas compras de Portugal (ver capítulo 2, p. 122).

Os anos que se seguiram (1806-1809) foram de preços estáveis para o charque e de exportações em queda em relação ao biênio de 1804-1805, especialmente em 1809 que foi o ano de menor exportação em toda a série. A redução súbita nas exportações rio-grandenses em 1808 e 1809 deve-se às atribulações que se seguiram à invasão francesa, quando praticamente foi interrompido o comércio com a península Ibérica. No entanto, apesar de uma

---

<sup>271</sup> AN, SEB, Cód. 69, vol. 12, Dom Fernando José de Portugal, 15/10/1804. Ver a resposta da Junta no capítulo 4, pp. 223-224).

<sup>272</sup> Cf. FISHER, *Commerce and Imperial Decline...*, *op. cit.* e CUENCA ESTEBAN, Javier. Statistics of Spain's Colonial Trade 1792-1820: Consular duties, cargo inventories, and balances of trade. *In*:

queda geral das exportações sulinas, o preço do charque não caiu nestes dois anos críticos e até mesmo teve uma leve recuperação, ao contrário do açúcar que acumulou perdas nos três anos que se seguiram à chegada da família Real, desfazendo de vez a referida sincronia dos preços do açúcar e da carne salgada dos anos anteriores (ver tabela II).

O que explica esta resistência dos preços do charque em acompanhar a queda do açúcar é, em primeiro lugar, a existência de um mercado rural para a produção de charque que, desde a segunda metade da década de 1790, era relativamente estável. Enquanto nos mercados urbanos a carne seca tinha de competir com a carne fresca dos talhos citadinos, nos engenhos do interior não havia esta opção; tampouco era aconselhável produzir a carne no próprio engenho pela já conhecida incompatibilidade entre pecuária e cana-de-açúcar<sup>273</sup>. Assim, dados os custos relativamente fixos da empresa açucareira havia vantagem em seguir produzindo açúcar – e, por extensão, comprando carne no mercado - mesmo com a queda dos preços do produto Rei<sup>274</sup>. Aliás, o mercado de farinha de mandioca se comportava de maneira oposta, como escreve Bert Barickman, a população pobre das cidades coloniais não possuía

---

**HAHR** 61(3) (381-428), 1981, p. 409, table V que baseia suas estimativas especialmente na cobrança do *derecho de avería*.

<sup>273</sup> Como se sabe, na Bahia foi proibida a criação de gado por dez léguas da beira mar.

<sup>274</sup> Cf. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 52. Ver ainda as interessantes reflexões de Eugene e Elizabeth Genovese (GENOVESE, Eugene e FOX-GENOVESE, Elizabeth. **Fruits of Merchant Capital**. Slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism. New York: Oxford University Press, 1983, pp. 56-57). O clássico de Jacob Gorender (GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1980, pp.241-267) e o livro de Robin Blackburn, (BLACKBURN, Robin. **The Making of New World Slavery**. London/New York: Verso, 1997, pp. 341-342) também discutem estas questões. João Fragoso por sua vez, sugere que os produtores de açúcar, para enfrentar a conjuntura desfavorável, deslocavam os fatores para a produção de aguardente (FRAGOSO, *Homens de grossa...*, *op. cit.*, p .280).

alternativa à compra do tubérculo, enquanto que os produtores rurais poderiam se furtar da aquisição no mercado, já que a mandioca era de produção fácil e relativamente rápida<sup>275</sup>.

Há que se levar em conta ainda uma certa redução na oferta do charque rio-grandense, que pode ter sido uma reação aos seguidos anos de preços baixos conjugados à dificuldade de obter animais contrabandeados dos domínios espanhóis.

No que diz respeito à recuperação das importações no período 1804-1807 parece ser um reflexo do ajuste anterior, pois cortando as importações, a comunidade mercantil local pagou boa parte de suas dívidas e garantiu o crédito (e novas importações) para os anos vindouros. Já o reinício da guerra naval em 1805 provocou novo colapso no comércio legal, o bloqueio e a conquista das praças platinas por frotas inglesas nos anos de 1806 e 1807 aumentaram as oportunidades de contrabando por terra, pois a campanha Oriental, controlada pelos espanhóis, não tinha como se abastecer na ocupada Montevideú. Tanto é assim, que, nos anos seguintes, com a liberalização do comércio com os ingleses no Prata (1809-1810), sucedeu-se uma certa estagnação nas importações rio-grandenses. Em outros termos, os ciclos de ajuste das importações que o Rio Grande fazia das praças brasileiras não eram compassados pelo movimento “normal” do comércio, mas pelas condições do mercado platino.

Ultrapassado o ano de 1810 o preço do charque inicia uma lenta recuperação, enquanto que o trigo alcança novos picos, especialmente em 1812 e 1814. Nos anos que se seguem o preço do charque simplesmente dispara, chegando a valer 1\$600 em 1818 e o trigo também alcança preços formidáveis, valendo 2\$720 na mesma época. À primeira vista, parece

---

<sup>275</sup> BARICKMAN, Bert J. **Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 101-121.

que os gêneros alimentícios simplesmente acompanham os produtos de exportação, pois o açúcar também dá sinais de recuperação especialmente entre 1814-1817.

No entanto, se observarmos os preços das mercadorias coloniais nos mercados europeus, verifica-se uma trajetória deflacionária ao menos desde a total pacificação do território em 1814<sup>276</sup>. Esse comportamento contraditório dos preços dos produtos coloniais obriga a retornar a uma questão repisada pela historiografia brasileira, por que na metade da década de 1810 a conjuntura brasileira se descola da conjuntura internacional?

Foi Frédéric Mauro, comparando os dados de Kátia Mattoso com os de Vitorino Magalhães Godinho, quem chamou a atenção para a aparente desconexão entre os ritmos da economia brasileira e da portuguesa. Assim, a fase “B” do *Kondratieff* brasileiro teria iniciado (1821-1824) com algum atraso frente à portuguesa (1810-1815) e terminado (1842-1845) um pouco antes da europeia (1847-1850). Para Mauro, de modo geral o *trend* secular brasileiro era mais acelerado (daí chamá-lo de *miséculaire*) em função de uma maior variedade de produtos para exportação. No entanto, o que explicaria o atraso de 1821-1824 era o próprio processo de descolonização<sup>277</sup>.

A mesma opinião a respeito do atraso de 1821-1824 tem Jobson Arruda que concluiu seu estudo sobre as flutuações econômicas, dizendo: “(...) *o movimento da Independência*

---

<sup>276</sup> CUENCA-ESTEBAN. *The markets of Latin American...*, *op. cit. passim*. Ver ainda a discussão que fazemos no apêndice.

<sup>277</sup> “Graças à vinda da Corte portuguesa, ao tratado de comércio com a Inglaterra, desde antes de 1810, e à pulverização precoce do regime de exclusivo, o Brasil escapa à guinada portuguesa de 1810-1815 e sua prosperidade prolongada e encorajada é a causa da crise de estrutura do comércio lusitano.” (MAURO, Frédéric. A conjuntura atlântica e a Independência do Brasil. In: MOTTA, Carlos G. **1822: Dimensões**. (38-47). São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 46).

*ocorreu num momento de efectiva euforia económica, ao contrário de Portugal cuja revolução de 1820 foi expressão de uma profunda prostração económica*”<sup>278</sup>.

No capítulo 2 foi analisada a visão de João Fragoso a este respeito: que a existência de um mercado interno colonial permitia à colônia resistir às flutuações negativas do mercado internacional; no plano geral de seu livro, a explicação do fenômeno de 1821-1824 serve para reforçar esta idéia<sup>279</sup>. Sendo assim, de acordo com o autor:

(...) em certas circunstâncias, a reprodução ampliada daqueles segmentos coloniais [regiões vinculadas ao abastecimento] pode minimizar as perdas da empresa exportadora, assegurando-lhe alimentos a baixos preços e, ao mesmo tempo, garantindo a realização interna da parte de sua produção<sup>280</sup>.

Já expressamos o nosso ceticismo com relação à capacidade das regiões periféricas para comprar a produção das *plantations*, de modo a amortecer a redução das vendas no mercado externo. No entanto, alimentos a preços reduzidos poderiam ser um dos fatores na diminuição dos custos da empresa escravista; a estabilidade no preço do charque deve ter contribuído para a sobrevivência do setor exportador entre 1808-1811, quando o mercado do açúcar era desfavorável. Mas no que diz respeito ao período imediatamente anterior à Independência (1817-1820) o preço do charque – assim como o da farinha de mandioca e outros alimentos – disparou, enquanto que o açúcar apresentou uma trajetória descendente

---

<sup>278</sup> ARRUDA, *A circulação, as finanças e as flutuações...*, *op. cit.*, p. 206.

<sup>279</sup> Daí que extrapola suas reflexões para as décadas de 1820, 1830 e 1840. Ver ainda a crítica de MARIUTTI, Eduardo B. **Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu**. Campinas: IE/Unicamp, [tese de doutorado], 2003, pp. 233-242.

<sup>280</sup> FRAGOSO, *Homens de grossa...*, *op. cit.*, p. 276.

(ver tabela II). De maneira que aqui o “mercado interno colonial” parece estar atuando contra a agroexportação<sup>281</sup>.

Por que neste período os preços dos alimentos não mais se comportaram “a favor” do setor exportador? Uma série de acontecimentos parece ter conspirado para a elevação destes gêneros, especialmente em 1817: em primeiro lugar, em 1815, iniciou uma grande seca na Bahia que se estendeu até 1817; a própria capital do Brasil foi atingida pelas intempéries, reduzindo a safra de mandioca do ano de 1816; e foi neste ano que chegaram ao Rio de Janeiro os quase 5.000 *Voluntários d’El Rey*, agravando a situação de desabastecimento da capital. 1817 então foi especialmente conturbado; a invasão da Banda Oriental e a guerra de guerrilhas artiguista, destruíram os *saladeros* orientais, também a Revolução Pernambucana, seguida do bloqueio ao porto de Recife, bagunçaram os mercados coloniais. Deste modo, o charque se manteve num valor elevado, ao menos até 1822, enquanto que a farinha de mandioca voltou em 1820 a ficar próxima do preço de 1814<sup>282</sup>.

Note-se que a fase “A” do *Kondratieff* brasileiro alcançou o seu ponto máximo exatamente ao mesmo tempo em que os preços dos alimentos jogavam contra a lucratividade do açúcar (1817). O que, aliás, era de se esperar já que os índices estabelecidos por Kátia Mattoso - sobre os quais se desenvolveu boa parte do debate historiográfico - baseiam-se principalmente em alimentos produzidos e consumidos localmente<sup>283</sup>.

---

<sup>281</sup> Os preços ao consumidor reunidos por Harold Johnson Jr. também mostram grandes saltos na farinha de mandioca, cachaça, arroz e farinha de trigo em 1817 (JOHNSON Jr., *A preliminary inquiry... op. cit.*, pp.-272-275). Ver também FRAGOSO, *Homens de grossa..., op. cit.*, p. 279, 14-1.

<sup>282</sup> As informações a respeito das secas na Bahia e no Rio de Janeiro constam em, BARICKMAN, *Um contraponto baiano... op. cit.*. Sobre as vicissitudes políticas do período, ver o primeiro capítulo. Para o preço da farinha de mandioca, cf. FRAGOSO, *Homens de grossa..., op. cit.*, p. 279, 14-1.

<sup>283</sup> Dos onze produtos escolhidos por Mattoso, cinco eram de produção e consumo local (farinha de mandioca, feijão, carne verde, toucinho e galinha); dois eram importados (azeite de oliva e vinagre), dois eram produzidos e consumidos localmente, mas também eram exportados (arroz e açúcar); dois

Sendo assim, não é correto generalizar a respeito dos “*baixos preços*” dos alimentos produzidos no interior da colônia. De sorte que a euforia econômica da época da Independência esteve restrita aos setores ligados ao abastecimento; e, ao contrário da década de 1790, afetou conjuntamente os interesses dos produtores de açúcar e da população pobre da cidade.

O contexto era propício para as inovações políticas: o levante pernambucano de 1817 reuniu em torno da “causa patriótica” a nobreza da terra e a população plebéia contra os comerciantes portugueses, os “monopolistas”, que na visão dos revolucionários rebaixavam o preço dos produtos de exportação e inflacionavam os alimentos<sup>284</sup>.

Ademais, um dos fatores que tem sido deixado em segundo plano no debate é o papel da circulação monetária na evolução dos preços. A desconexão entre Lisboa e o Rio de Janeiro em 1808, provocada pela invasão napoleônica, pode ter aliviado a situação de desmonetização e de entesouramento na colônia, afinal não só o tradicional circuito de metais preciosos perdia força, também os fluxos financeiros (renda dos não residentes, pagamentos ao Erário Régio) diminuíram ou desapareceram; houve inclusive uma expressiva fuga de capitais para o Brasil<sup>285</sup>. Com a vinda da Corte, o Rio passou a ser credor do resto do Império.

---

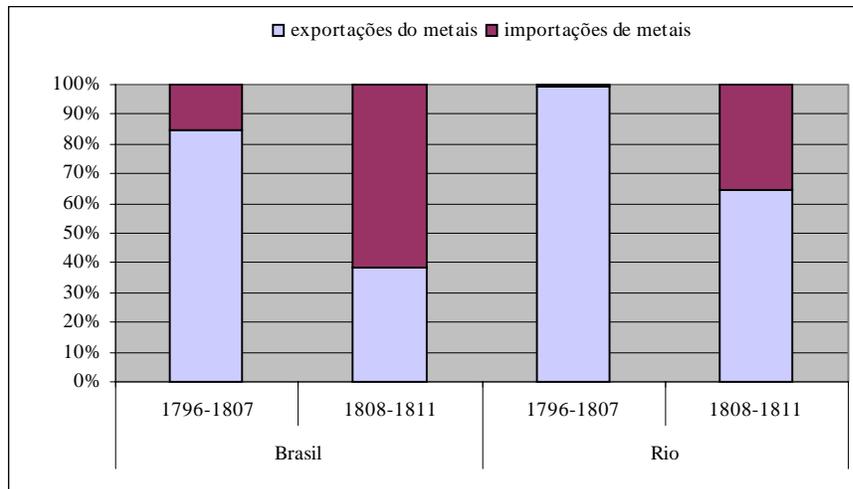
podiam ser comprados na colônia ou importados (farinha de trigo e sal). (cf. MATTOSO, *Sociedade e conjuntura na Bahia...*, *op. cit.*, p. 114).

<sup>284</sup> Pierre Vilar, num excelente artigo, aponta para o modo como a conjugação de crises comerciais com crises agrícolas, num processo mais amplo acumulação prévia de capital, conduziu à Revolução Francesa (Cf. VILAR, Pierre Reflexiones sobre la “crisis de tipo antiguo”, “desigualdad de las cosechas” y subdesarrollo. In: **Economía, Derecho, Historia**. (13-42) Barcelona: Ariel, 1983, p. 31, ver do mesmo autor, VILAR, *Conyunturas. Motín de Esquilache...*, *op. cit.*). Sobre a revolta de Pernambuco, cf. MOTA, *Nordeste, 1817...*, *op. cit.*, p. 27, *passim*, que se refere ao problema da queda nos preços do algodão e à carestia dos alimentos, mas não aprofunda a questão.

<sup>285</sup> Jorge Pedreira cita um cronista que falava de um “(...) *susto que tem induzido os negociantes capitalistas a tirarem do reino os seus cabedais e até em emigrarem em bastante número para Inglaterra e para o Brasil (...)*” (Ricardo Raymundo Nogueira *apud*: PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 141).

O gráfico 4 representa o movimento geral dos metais entre as três principais praças brasileiras e Portugal e entre Rio de Janeiro e Portugal, entre 1796 e 1807 e 1808 e 1811:

**Gráfico 4: Exportações e importações de metais preciosos do Rio de Janeiro e do Brasil (Rio, Bahia e Pernambuco) com Portugal<sup>286</sup>**



Se é verdade que no período imediatamente posterior (1808-1811) o Rio continua a enviar mais moedas do que receber, o gráfico mostra o início de uma tendência contrária. Além disto, no movimento das três principais praças do Brasil, o Reino passa de credor a devedor. É plenamente compreensível, portanto, que a opinião pública portuguesa se manifestasse contra o sumiço das moedas reinóis e interpretasse a relação entre o Brasil e Portugal como uma inversão nas relações entre metrópole e colônia (ver o primeiro capítulo, p. 63)<sup>287</sup>.

O efeito imediato deste refluxo no circuito de moedas pode ser imaginado: desentesouramento, aumento na capacidade de importação, na velocidade da circulação do

<sup>286</sup> Dados elaborados a partir de ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, op. cit. tabelas 17,19, 20b, 22, 24, 26.

<sup>287</sup> cf. a queixa dos negociantes portugueses citada por ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império...*, op. cit., p. 403.

numerário e até mesmo um certo afrouxamento nas relações (internas e externas) entre centro e periferia. Também deve-se considerar um crescimento no nível de investimento: é em 1809 que, de acordo com os dados reunidos por Manolo Florentino, a Capital do Brasil passa a importar escravos a números inusitadamente altos. A compra de mais escravos com o cabedal tornado excessivo pelo colapso do sistema tem a dupla qualidade de revelar o passado e antever o futuro do lugar do Brasil na economia-mundo<sup>288</sup>.

Mas o fator “monetarista” da inflação dos preços da década de 1810 fica mais bem definido se forem consideradas as emissões de papel moeda iniciadas justamente em 1810 e aceleradas a partir de 1814: em 1822 mais de 9.000 contos de réis circulavam pelo Brasil em moeda fiduciária. Em parte os preços do charque, do trigo e do açúcar mostram uma sensibilidade a estas emissões (ver o apêndice).

Vale dizer que as emissões de papel, além de garantir os compromissos governamentais, deveriam beneficiar especialmente os exportadores - o mil-réis perdeu 32% do seu valor na bolsa de Londres em 1823<sup>289</sup> - pois aumentava a competitividade dos produtos coloniais brasileiros. Aliás, a política de desvalorização era totalmente oposta à praticada pela metrópole que, durante quase todo o século XVIII, apostara numa moeda forte; esta viragem, mais do que simples reflexo à diminuição do ouro, mostra a sensibilidade aos interesses da

---

<sup>288</sup> Estudando a Espanha da primeira metade do século XIX, Vicens Vives avanta a possibilidade de que os capitais retirados do comércio com as antigas colônias e obtidos com a desamortização dos bens de mãos mortas teriam tido algum papel na recuperação da indústria espanhola desde 1841. O fim do Antigo Regime teve sentidos diferentes segundo o lugar que se ocupava na economia-mundo. (cf. VIVES, Vicens. *La industrialización y el desarrollo económico de España de 1800 a 1936. In: Conyuntura Económica y Reformismo Burgués: Y otros estudios de Historia de España.* (145-156). Barcelona: Ariel, 1969, p. 149). Os números da importação de escravos estão em FLORENTINO, *Em Costas Negras...*, *op. cit.*, p. 51 tabela 3.

<sup>289</sup> CALÒGERAS *apud*: JOHNSON, Jr. *A Preliminary inquiry...*, *op. cit.*, p. 244. Kátia Mattoso também chamou a atenção para esta desvalorização do mil-réis entre 1811-1830 (Cf. MATTOSO, Kátia. *Os preços na Bahia...*, *op. cit.* p. 98).

agroexportação. Só que os efeitos da inflação se distribuíram por todo o Brasil, afetando também os produtos de subsistência.

Resumindo, os três principais fatores que explicam a descolagem da conjuntura brasileira em relação à européia (1815-1822) - a inflexão do circuito de metais, os problemas políticos e militares e os azares do clima no período – estão relacionados pela transformação estrutural provocada pela crise do Antigo Sistema Colonial. No limite, foi o lento e secular crescimento econômico e populacional da colônia durante o século XVIII que condicionou o surgimento das crises alimentares da passagem do século; entretanto, foi a sua aceleração no fim de século que provocou a unificação dos mercados coloniais e a decorrente evolução positiva dos preços dos gêneros alimentícios. Foi a transferência da Corte para o Brasil que inverteu o fluxo aurífero colonial. E, enfim, foi o surgimento de uma perspectiva política americana (ver ainda o capítulo 4, pp. 225-236) que colocou a Corte portuguesa em uma série de conflitos regionais, num momento em que toda a Europa havia encontrado a paz.

### *3.2. As exportações rio-grandenses*

Passemos agora ao estudo das exportações por categorias, avaliando a participação das atividades agrícola e pecuária na economia mercantil da região. Da mesma forma pretende-se perscrutar mais profundamente as dinâmicas locais em relação às flutuações econômicas.

A atividade agropecuária na região envolvia culturas variadas (milho, arroz, cevada, algodão, ovinos, eqüinos, asininos) e a produção de diferentes derivados (farinhas diversas, queijos, lã, chifres) que, além do peso bastante óbvio para as atividades econômicas locais também eram exportadas de forma intermitente. No entanto, optou-se por centrar a observação nas exportações de trigo e farinha de trigo e na dos principais derivados bovinos

(charque, couro, sebo, graxa, barris de carne); estes produtos representam aproximadamente 98% do total das exportações rio-grandenses entre 1802-1821<sup>290</sup>.

Ao menos desde a fundação do presídio do Rio Grande o trigo era produzido e consumido na região. O clima subtropical e as experiências castelhanas com o cereal no Rio da Prata convidavam a sua produção naquelas terras; ao que tudo indica, as primeiras sementes foram obtidas junto a comerciantes de Montevidéu que abasteciam as guardas e fortes portugueses<sup>291</sup>.

Alguns propagandistas da Capitania do Rio Grande chegavam a dizer que o rendimento do trigo era de 80 a 100 por 1<sup>292</sup>. É difícil crer nestes números já que Braudel fala em uma colheita ordinária de 5 por 1 para a Europa do Antigo Regime, enquanto que Gelman calcula para a região de Colônia, na Banda Oriental, um rendimento de 5,5 por 1 no final dos setecentos<sup>293</sup>. Em todo o caso, exageros entre os cronistas não são de surpreender, um desses entusiastas chegava a crer que o clima da região era capaz de curar mulheres “(...) *corridas e galicadas* (...)”<sup>294</sup>. Números mais razoáveis nos foram legados por Domingos Marques Fernandes que falava em uma produção ordinária de 20 por 1, com terrenos que chegariam aos 50 por 1<sup>295</sup>.

---

<sup>290</sup> Uma vez mais o cálculo não inclui os anos de 1804, 1806-1807, 1813, 1816-1817.

<sup>291</sup> Ver AHU, Avulsos, RS, docs. 23 e 24, 1738.

<sup>292</sup> Cf. SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 94.

<sup>293</sup> BRAUDEL, *Civilização Material ...* [As estruturas do cotidiano], *op. cit.*, p. 104. Jorge Gelman dá este como o rendimento médio de uma chácara, cf. GELMAN, Jorge. **Campesinos y Estancieros**. Una región del Rio de la Plata Colonial. Buenos Aires: Editorial de los libros de Riel, 1998 p. 228.

<sup>294</sup> A cura da gonorréia e sífilis era prometida pelo fundador da colônia, o Brigadeiro da Silva Pais (*apud*: CESAR, *Primeiros Cronistas...*, p. 128).

<sup>295</sup> FERNANDES, *Descrição Corográfica...*, *op. cit.*, p. 45.

No entanto, se comparados os alqueires de trigo semeados em 1780 (6.987) com a quantidade colhida em 1781 (53.897), tem-se uma produção média de 7,7 por 1. Mesmo considerando que nesse ano houve uma má colheita – em 1780 foram colhidos 61.111 alqueires – por outras estimativas nunca se chega perto dos rendimentos sugeridos pelos cronistas: se tivéssemos uma plantação sempre igual a de 1782 (8.982), o rendimento seria em 1787 - na maior colheita que se tem notícia na década de 1780 - de 11,9 por 1; já no ano seguinte, seria de 8,8 por 1<sup>296</sup>.

Por estes cálculos o rendimento da triticultura rio-grandense seria apenas ligeiramente superior às médias européia e da região de Colônia. É provável que a superioridade – se ela realmente existiu - frente à Europa, explique-se pela existência de terras livres, especialmente na década de 1780, daí a utilização exclusiva dos terrenos de maior fertilidade<sup>297</sup>; por sua vez, a produção superior em relação à castelhana pode ser explicada por um acesso maior à mão-de-obra escrava por parte dos agricultores luso-brasileiros.

Outro fator que deve ser considerado para compreendermos o sucesso do cultivo tritícola no Rio Grande é a conjugação da cultura com a pecuária. Cavalos e bois eram fontes de energia e de adubo; também eram os animais mansos que permitiam o transporte do cereal aos mercados locais. Assim, comparando os alqueires cultivados em 1780 com o rebanho de bois mansos na mesma época, chega-se à conclusão de que, em geral, nos distritos em que

---

<sup>296</sup> A quantidade de trigo semeada, está em SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 95. A colheita de 1781 foi retirada do AN, Cód. 104, Vol. 04, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, 14/11/1782. Corcino Santos atribui esta colheita ao ano de 1782, pois parece não ter notado que o mapa fala da colheita “(...) *do ano passado (...)*”. A colheita de 1787 está em AHU, Avulsos, RJ, doc. 10434, anexo na correspondência de Luiz de Vasconcelos, 12/05/1788. A colheita de 1788 em AN, Cód. 104, Vol. 10.

<sup>297</sup> Superioridade apenas frente aos países mais atrasados, já que no mesmo período Inglaterra, Irlanda e Países Baixos alcançavam médias de 10,6 para 1 (cf. BRAUDEL, *Civilização Material...*, *op. cit.* [as estruturas do cotidiano], p. 106).

houve um cultivo de trigo acima da média o número de bovinos domesticados também supera a média<sup>298</sup>.

Passemos agora à análise das exportações de trigo e de seu principal derivado, a tabela III apresenta os alqueires de trigo e as arrobas de farinha exportados pelo Rio Grande nos anos em que existem registro. Algumas ressalvas merecem ser feitas a respeito das quantidades de trigo: nos anos de 1798-1801 e 1804 (em itálico na tabela) foi necessário utilizar os números de Corcino Santos que não faz uma indicação precisa de sua origem; tudo indica, porém, que são as entradas de embarcações no porto do Rio; já que a capital era o principal mercado do trigo rio-grandense, somamos 10 mil alqueires em cada um destes anos<sup>299</sup>. Já para os anos de 1806, 1807, 1813, 1816-1817 utilizamos os dados de José Gonçalves Chaves que, com exceção de algumas pequenas diferenças, geralmente fecham com os números das alfândegas rio-grandenses.

---

<sup>298</sup> ID., p. 101. O rebanho rio-grandense em 1780 é apresentado por SANTOS, *Economia e Sociedade...*, *op. cit.*, p. 79.

<sup>299</sup> Dez mil alqueires parece ser, aproximadamente, a parte dos outros mercados nas exportações rio-grandenses. Afinal, em 1791 entraram 97.752 alqueires no Rio dos 107.298 exportados, em 1793 entraram 76.976 dos 85.854 exportados (para as quantidades aportadas no RJ nos referidos anos, BNL, Cód. 1691 e 1692, *Almanach da Cidade do Rio de Janeiro*. (1792, 1794).

**Tabela III: Exportações de trigo e farinha<sup>300</sup>:**

<b>ano</b>	<b>trigo</b>	<b>farinha</b>
1787	85.841	0
1790	73.044	0
1791	107.298	3.715
1792	109.739	3.313
1793	85.854	1.017
1794	62.818	822
1795	30.540	170
1796	89.550	2.811
1797	66.933	8
1798	<i>125.500</i>	
1799	<i>161.198</i>	
1800	<i>95.390</i>	
1801	<i>80.013</i>	
1802	114.937	1.964
1803	194.178	5.299
1804	<i>121.631</i>	
1805	113.312	5.221
1806	87.755	
1807	140.338	
1808	257.336	10.942
1809	153.944	19.720
1810	190.545	19.743
1811	206.711	9.499
1812	213.635	7.658
1813	342.087	
1814	273.591	5.335
1815	288.362	14.849
1816	279.622	
1817	133.359	
1818	76.351	1.650
1819	123.761	0
1820	109.121	0
1821	123.262	0

Por uma observação inicial da tabela vê-se que as exportações de farinha nem sempre acompanham as do trigo *in natura*. Os dois produtos possuíam mercados distintos: enquanto

---

<sup>300</sup> **Fontes:** 1787 (AHU, Avulsos, RS, doc. 232); 1790-1795 (BN, I-29,19,28); 1796-1797 (AHU, Avulsos, Brasil, doc. 2462); 1798-1801, 1804 (SANTOS, *Economia e sociedade...*, *op. cit.*, p. 142); para os anos de 1802, 1803, 1805 AHU (Avulsos, RS, doc. 465; doc. 528; doc. 668); 1806, 1807, 1813, 1816-1817 (CHAVES, Antonio José Gonçalves. **Memórias Econômico Políticas Sobre a**

que o grão era quase todo exportado para o Rio - entre 1802 e 1821 uns 97% do trigo foi destinado para lá - a farinha ia para o nordeste do Brasil, especialmente para a Bahia - quase 89% da farinha tomava este destino - onde normalmente concorria com a fornecida pelas embarcações norte-americanas e as reexportações portuguesas<sup>301</sup>. Em todo o caso, o negócio com farinhas nunca chegou a se firmar e, se em alguns anos houve exportações consistentes (como no biênio 1808-1809), elas se devem mais às interrupções da navegação atlântica do que às condições de sua produção no Rio Grande.

Para competir com a farinha originária do hemisfério norte o Rio Grande não poderia contar apenas com o diferencial da renda do solo, também era preciso beneficiar o grão em moinhos e, depois de pronta a farinha, acondicioná-la em barris de maneira a protegê-la de qualquer umidade; todas estas operações deveriam ser significativamente mais custosas numa região periférica, em que o custo do trabalho especializado era mais caro. A exportação do trigo em grão, por sua vez, era de logística simples e barata; acondicionado em surrões, feitos de couro, que qualquer camponês poderia preparar em casa. Assim, o custo da embalagem pesava muito pouco no valor do trigo exportado – mais uma das vantagens da conjugação da pecuária com a cultura do trigo<sup>302</sup>.

---

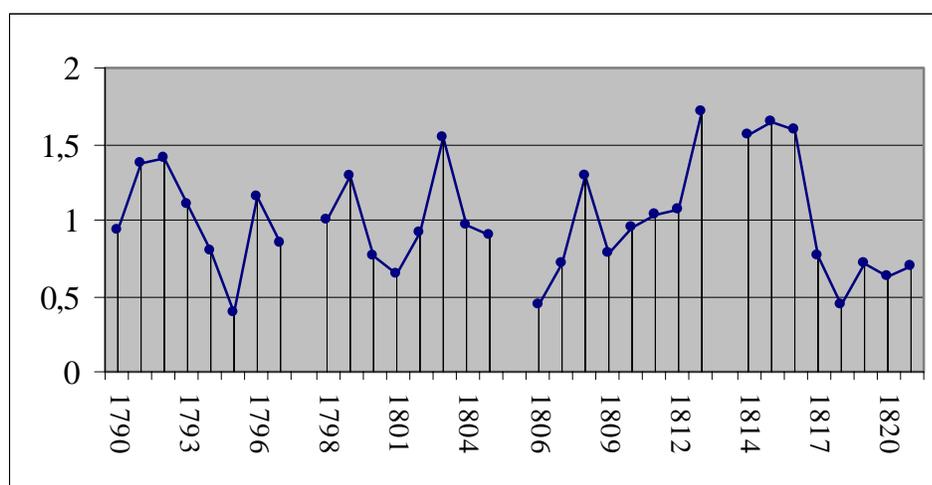
**Administração Pública do Brasil.** [1822] Porto Alegre: Erus, 1978.,pp. 116-118). Para os outros anos utilizaram-se as fontes do AN (RJC, cx. 448, pct. 1).

<sup>301</sup> A Bahia era o mais importante comprador de farinha do Rio Grande, mas a participação do produto rio-grandense no mercado baiano era irrelevante. Basta dizer que entre 1773 e 1776 a Bahia importou, principalmente do Reino, uma média de 19.177 arrobas de farinha por ano, enquanto que na primeira década do século XIX os baianos importaram do Rio Grande uma média 6.460 arrobas por ano (a informação das importações baianas entre 1773-1776, estão em BN, 4,4,11, 12/05/1788, Luiz de Vasconcellos).

<sup>302</sup> O tipo de embalagem dos produtos é revelado pelas correspondências mercantis (por exemplo, APERGS, POA, 1º Tab., Reg. Diversos L-5, Cartas de Jose Pereira Fonseca a Antonio Coelho Duarte, registradas em 09/09/1813 e Rio Grande, 1º Tab., Reg. Diversos, L-s/nº, carta de Manoel Gomes Pinto a Jose Jesus Maria). Pelo mesmo tipo de correspondências calculou-se que um surrão levava entre 7,6 e 8,2 alqueires de trigo.

A série organizada – completa desde 1790 - convida a estabelecer uma cronologia das colheitas, definindo os períodos entre as grandes e pequenas safras; naturalmente que todas as ilações feitas sobre as condições da produção agrícola com base nas séries das exportações do Rio Grande devem ser encaradas com muitas reservas, especialmente depois de 1808<sup>303</sup>. Além disto, havendo uma tendência mais longa no aumento das exportações, que sugere o alargamento extensivo dos cultivos, fica muito difícil diferenciar os bons dos maus anos. Sendo assim, pareceu-nos que o mais correto seria construir médias de oito anos, definindo no interior de cada intervalo os anos de boas e más colheitas.

**Gráfico 7: grãos exportados em relação às médias de cada intervalo de oito anos:**



Os critérios para analisar o gráfico 7 são os seguintes: se a exportação foi menor que a média do intervalo (que é sempre igual a 1 no gráfico), teve-se naquele ano uma má colheita. Quando a exportação supera a média, estamos diante de um ano de boa colheita. Vejamos o desempenho ano a ano, por intervalo:

<sup>303</sup> Não há dúvida que a maior parte da safra era exportada; em 1787, por exemplo, foram colhidos 106.971 alqueires e exportados 85.841 alqueires (AHU, Avulsos, RJ, doc. 10431). A questão é que em alguns anos uma parte das exportações certamente tinha origem na Banda Oriental (voltaremos a este ponto).

1790-1797 (média: 78.221 alqueires): neste intervalo houve quatro colheitas acima da média (1791-1792, 1793 e 1796), destas, duas foram muito importantes (1791-1792); quatro ficaram abaixo da média (1790, 1794-1795 e 1797), o ano de 1795, aliás, foi quase catastrófico.

1798-1805 (média 125.770 alqueires): houve duas colheitas bem acima da média (1799 e 1803); uma na média (1798); o restante (1800-1802, 1804-1805) ficou abaixo da média.

1806-1813 (média 199.043 alqueires): teve-se aqui quatro anos de boas colheitas (1808, 1811-1813), sendo a de 1813 a mais importante de todas; os anos iniciais da série (1806-1807), no entanto, foram muito ruins e com 1809-1810 completam quatro anos abaixo da média.

1814-1821 (média 175.928 alqueires): este intervalo demonstra uma inflexão (1817) na tendência geral da série. Se os três primeiros anos (1814-1816) ainda foram formidáveis, acompanhando a alta dos três últimos anos do intervalo anterior, desde 1817 teríamos seguidas colheitas negativas, chegando em 1818 a níveis (76.351 alqueires) comparáveis ao primeiro intervalo.

Entre 1790 e 1810, portanto, não é possível detectar uma regularidade muito bem marcada das colheitas; bons e maus anos alternam-se em espaços de um, dois, ou três anos. No entanto, entre 1811-1816 acumularam-se seis anos de grandes colheitas, (média de 267.333 alqueires exportados) que seriam seguidos por cinco anos, 1817-1821, muito ruins (uma média de apenas 113.171 alqueires exportados).

Até agora, a historiografia vem tentando responder qual a razão da “decadência” nas exportações do trigo. O ataque da ferrugem aos triguais, o recrutamento militar dos lavradores,

a lucratividade da pecuária e a concorrência da farinha norte-americana são inventariados como as causas da diminuição na produção do cereal<sup>304</sup>.

As causas alegadas são, no entanto, muito contestáveis: em primeiro lugar, o fenômeno da ferrugem é tão velho como o próprio cultivo do trigo<sup>305</sup>. O recrutamento dos lavradores também não era novidade naquelas bandas, sobretudo se recordarmos que a mobilização iniciou em 1808 e as invasões à Banda Oriental em 1811, justamente quando começam as grandes exportações do grão. Por outro lado, supor que a lucratividade da pecuária “atrairia” os capitais imobilizados no trigo, pressupõe não apenas a mobilidade dos capitais – que numa economia de Antigo Regime era pequena – mas ainda que a produção de gado estava rendendo mais. Por último, a concorrência norte-americana, se ela realmente existia, teria que provocar o rebaixamento do preço, o que, como mostraremos em seguida, não acontecia<sup>306</sup>.

É que todo esse quiproquó baseia-se numa pergunta errada, que é a de tentar estabelecer as razões da suposta decadência, quando se faz necessário questionar o aparecimento de um movimento cíclico na década de 1810. Retornaremos a esta questão.

No início deste capítulo, quando se discutiam os preços, sugerimos que as flutuações do trigo dependiam mais das condições da oferta, ou seja das colheitas do cereal no Rio Grande, do que com a situação dos mercados brasileiros. O gráfico 8 compara preços com exportações:

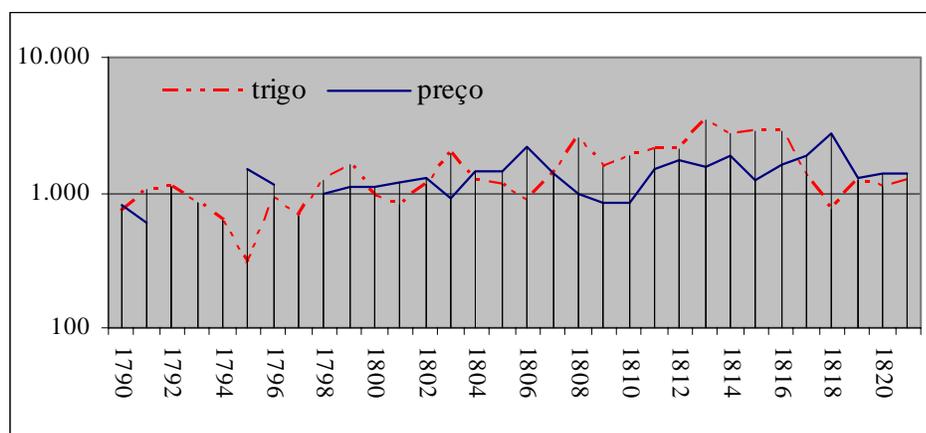
---

<sup>304</sup> Helen Osório retoma todos estes argumentos, parte dos quais havia sido levantada por outros autores (Cf. OSÓRIO, *Estancieros, lavradores...*, *op. cit.*, p. 178).

<sup>305</sup> Em um ano tão distante como 1742, José da Silva Pais já se queixava do problema da ferrugem (*In: CESAR, Primeiros Cronistas...*, *op. cit.*, p. 128).

<sup>306</sup> Outra hipótese para explicar a “decadência”, seria um aumento paulatino do consumo interno, já que a população da capitania cresceu consideravelmente.

**Gráfico 8: preços e exportações de trigo (centenas de alqueires), em escala semi-logarítmica**



Observando as duas curvas deduz-se que – com exceção de alguns poucos anos - o preço está em relação oposta às quantidades de trigo exportadas. Nos anos de colheitas extremamente altas ou extremamente baixas (1797, 1803, 1808, 1813, 1818) a oposição entre preço e quantidade fica ainda mais clara<sup>307</sup>.

Como o preço do cereal flutua muito claramente em relação às quantidades exportadas pelo Rio Grande, deduz-se que o mercado carioca de grãos era dominado pela produção rio-grandense. Ou seja, ao menos desde a segunda metade da década de 1790, este comércio no Rio de Janeiro configurava-se como um *sellers market*, mercado hegemônico pelos vendedores. Já havia, portanto, uma sensível diferença entre a década de 1780 e a de 1790 (ver capítulo 2, p. 94). É que as constantes crises alimentares jogavam o mercado a favor dos produtores. O comportamento dos preços revela ainda a inelasticidade da demanda pelo trigo:

---

<sup>307</sup> Já João Fragoso, analisando o descompasso entre o preço dos alimentos e os volumes desembarcados no Rio, afirma que “(...) a baixa dos preços têm como contrapartida o aumento dos volumes negociados (...)”, concluindo que se tratam de “(...) formas sociais de produção que conseguem executar reproduções ampliadas, ainda que o mercado apresente uma ‘conjuntura desfavorável’.” O autor visivelmente inverte a explicação já que a produção de alimentos

o consumo era restrito à população endinheirada dos centros urbanos que praticamente não abria mão da farinha de trigo nem quando o preço estava alto<sup>308</sup>.

A pecuária bovina foi sempre uma das atividades mais importantes do Rio Grande. Nos primórdios da colonização lusa, contudo, praticamente só os couros eram aproveitados e é provável que o comércio de mulas para o centro do Brasil envolvesse maiores somas do que as pequenas exportações marítimas de derivados bovinos. Os repetidos conflitos com os castelhanos faziam da pecuária uma espécie de economia de guerra, marcada muito mais pelo saque das riquezas naturais do que pela criação regular dos animais<sup>309</sup>.

A paz lograda em 1777 e consolidada pelo Tratado de Santo Ildefonso formava um quadro institucional propício à consolidação da atividade criatória. O resultado foi o aumento constante dos rebanhos privados de gado bovino e a paulatina diminuição, até o extermínio, das vacarias de gado *simarron*.

---

(especialmente a agrícola) é inelástica, ou seja em geral, são as colheitas que determinam o preço, e não o contrário (FRAGOSO, *Homens de grossa...*, *op. cit.*, p. 282).

<sup>308</sup> São muitas as referências ao caráter restrito do consumo do trigo. Ver, por exemplo, BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, *op. cit.*, p. 83 sobre a Bahia.

<sup>309</sup> Para as questões referentes às formas de exploração do gado no Rio Grande ver a excelente análise de Helen Osório, (OSÓRIO, *Estancieros, lavradores...*, *op. cit.*) especialmente as duas primeiras partes de sua tese. Ver também REICHEL e GUTFREIND, *As Raízes...*, *op. cit. passim*. Nos permitimos ainda citar um trabalho anterior: MENZ, Maximiliano M. Producción ganadera y formas de propiedad: Río Grande do Sul a comienzos del siglo XIX. In: **Razón y Revolución**. (93-106). nr. 12, Verano de 2004.

**Tabela IV: Evolução dos rebanhos vacuns no Rio Grande, com taxa de crescimento anual<sup>310</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Vacuns</b>	<b>% anual</b>
1741	41.710	
1774	79.760	2,0
1780	170.961	13,5
1784	491.746	30,2
1787	639.164	9,1
1791	738.226	3,7

A tabela mostra que houve um crescimento constante dos rebanhos privados, com uma aceleração na década de 1780 – permitida pela pacificação do território -, seguida por um processo de arrefecimento no início da década seguinte. É que não apenas neste período começaram a crescer as exportações dos produtos bovinos, como o fechamento da fronteira e o desaparecimento de terras livres davam fim ao crescimento extensivo na criação de animais. Bem entendido que não se tratava de um desaparecimento das terras “em geral”, mas apenas das propícias à pecuária<sup>311</sup>. Em todo o caso, dados isolados de alguns distritos mostram uma pequena recuperação nas taxas de crescimento dos rebanhos entre 1791-1797; se o estoque total tiver acompanhado esta tendência estaríamos diante de um movimento “malthusiano” da população dos animais vacuns (ver apêndice).

---

<sup>310</sup> **Fontes:** 1741 AHU, Avulsos, RS, doc. 41; 1774, MONTEIRO, *A dominação espanhola...*, op. cit., p. 243; 1780, SANTOS, *Economia e sociedade...*, op. cit., p. 79; 1784, os números deste ano nos foram gentilmente fornecidos pela profa. Dra. Helen Osório; 1787, SANTOS, *Economia e sociedade...*, op. cit., p. 82; 1791, AHU, Avulsos, RS, doc. 252. Ao que tudo indica todos estes “censos da população bovina” tem como base lista de moradores elaboradas pelos comandantes de distritos

<sup>311</sup> A produção extensiva de gado impunha a exploração em grandes propriedades. Como escreve Jonathan Brown a respeito de Buenos Aires: “*La Naturaleza impuso dos condiciones, pues, que justificaban el gran tamaño inicial de las estancias. En primer lugar, por la aspereza y bajo valor nutritivo de la vegetación natural, los campos sostenían menos animales (...) En segundo lugar, una buena estancia necesitaba ser lo suficientemente extensa como para abarcar terrenos en distintos niveles. Los rebaños se echaban a las pasturas altas cuando las bajas se inundaban durante el*

Até onde é possível relacionar a evolução positiva dos rebanhos rio-grandenses durante a década de 80 com o grande *boom* das exportações na década seguinte? Comparando as exportações de couros com o estoque de gado nos anos de 1787 e 1791 observa-se, respectivamente, que 10,9 e 17,4% dos animais teriam sido abatidos nestes anos. Pelas estimativas da época que estabelecem um rendimento próximo dos 10% para a pecuária desenvolvida sobre tecnologia tradicional, conclui-se que no ano de 1787 os abates estiveram muito próximos deste rendimento “limite” e que no ano de 1791 eles teriam superado tal rendimento<sup>312</sup>.

Como já foi dito, as matanças de animais podem ter influenciado na redução da taxa de crescimento dos rebanhos que se observa entre 1787-1791 – as queixas das autoridades a respeito do abate indiscriminado das vacas eram constantes. Frise-se, contudo, que não é possível deduzir uma relação de oposição entre o estoque de gado e as exportações de couro. Afinal, as últimas seguiam crescendo ao mesmo tempo em que, como já foi dito, existem sinais de recuperação dos rebanhos entre 1791-1797.

Uma vez mais a explicação para as excentricidades da economia rio-grandense está no seu “caixa 2”: o contrabando. Nas épocas pacíficas os descaminhos eram endêmicos e facilitados pela geografia, diversos arroios e riachos situados em território castelhano desembocam na lagoa Mirim - neutral pelo Tratado de Santo Ildefonso – que se comunica com a lagoa dos Patos (ver mapa 4). A proximidade com a praça de Rio Grande atraía à órbita

---

*invierno y a los bajíos cuando el sol estival quemaba los pastos de las lomas.”* (BROWM, Jonathan. **Historia Socioeconómica de la Argentina. 1776-1860.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2002., p. 230).

<sup>312</sup> Luiz A. Farinatti, analisando as estimativas de época e contrapondo-as aos cálculos de autores recentes, afirma que a taxa de reprodução dos rebanhos rio-grandenses ficaria entre os 20 e 25% positivos. No entanto, agrega que as vendas de animais não poderiam ultrapassar os 9 ou 10% sem pôr em risco o rebanho (FARINATTI, Luis A. **Trajetórias Familiares, Estratégias Sociais e Produção**

portuguesa os produtores de gado da fronteira espanhola; nesta rota navegavam os contrabandistas com pequenas canoas carregadas de couro. Pela fronteira seca, entre os rios Jaguarão, São Gonçalo e Negro eram descaminhados os animais em pé<sup>313</sup>. Como lembra Tiago Gil, as diferentes cargas fiscais sobre o couro também incentivavam o comércio ilegal, o quinto português incidia sobre 20% dos couros negociados enquanto que a *alcabala* espanhola era cobrada sobre 25% do valor<sup>314</sup>. Por causa do contrabando era perfeitamente normal as exportações de couro superarem o rendimento ordinário dos rebanhos da Capitania<sup>315</sup>.

Com as guerras marítimas entre Inglaterra e Espanha o contrabando tornava-se epidêmico. De acordo com a tabela V as exportações de couro do Rio Grande cresceram substancialmente entre 1805 e 1807 e, apesar da ausência de dados para o ano de 1798-1801, pode-se assegurar que houve desempenho parecido neste período<sup>316</sup>. Também a produção de charque reagiu positivamente ao colapso do comércio legal espanhol (ver especificamente o período entre 1805-1807). Ou seja, apesar das queixas dos homens de negócio do Rio Grande contra a concorrência da carne salgada platina, as dificuldades castelhanas traziam vantagens

---

**Agrária na Campanha Rio-Grandense.** (1830-1870). Relatório de qualificação de doutorado, inédito, UFRJ, 2005, pp. 106-107, agradecemos ao autor a gentileza de permitir citar seu trabalho).

<sup>313</sup> Cf. REICHEL, Heloísa. **Os Caminhos do contrabando entre a Província de Rio Grande de São Pedro e o Vice-reinado do Prata no tardio colonial (1776-1801).** [artigo inédito], 2001. Agradecemos à autora a gentileza de permitir citar o seu trabalho.

<sup>314</sup> GIL, Tiago. **Infiéis Transgressores: Os contrabandistas da fronteira (1760-1810).** [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, pp. 120-121.

<sup>315</sup> O contrabando de gado *vacum* era reprimido, mas o de cavalos e de couros era estimulado pelas autoridades portuguesas (cf. AHRIS, AM, M-14, Manoel Marques de Souza, 15/10/1809).

<sup>316</sup> As exportações de couro do Rio de Janeiro mostram sinais de expansão nos intervalos de 1798-1801 e 1805-1807 (cf. ARRUDA, *O Brasil no comércio..., op. cit.*, tabela 58).

à região; a queda no preço dos derivados bovinos – provocada pelo bloqueio inglês - reduzia o valor do gado em pé, facilitando a sua compra pelos charquedadores rio-grandenses<sup>317</sup>.

**Tabela V: Exportações dos principais derivados bovinos<sup>318</sup>**

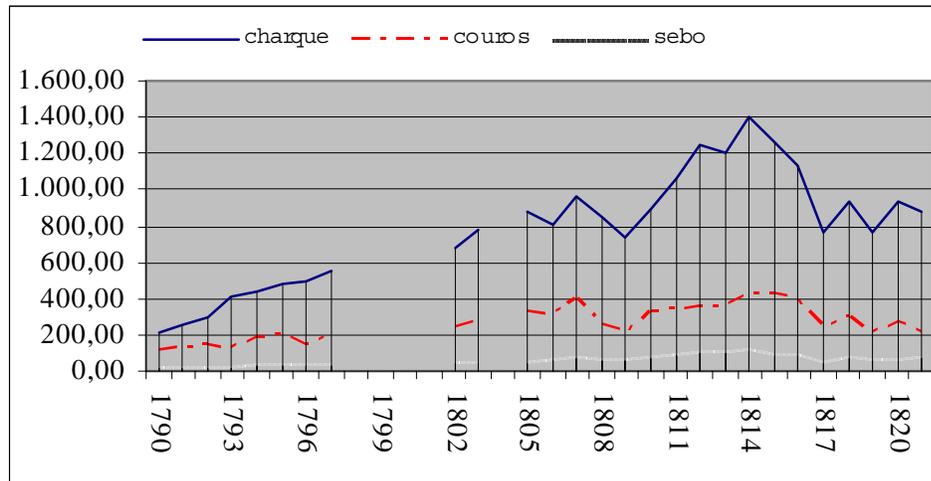
Ano	charque	couros	sebo	Graxa	barris carne
1787	117.221	69.750	5.982	113	0
1790	209.418	111.001	11.064	0	0
1791	255.326	128.245	9.508	0	0
1792	295.671	145.571	16.070	0	0
1793	404.745	127.042	19.100	60	0
1794	443.462	180.746	25.589	316	0
1795	486.901	203.103	27.820	651	0
1796	492.650	137.627	26.428	510	0
1797	555.070	205.197	34.978	260	0
1802	680.261	235.457	37.632	419	480
1803	773.903	290.075	49.357	631	664
1805	879.925	329.762	47.373	258	
1806	806.776	314.124	58.472	620	751
1807	966.052	403.393	65.504	964	725
1808	855.570	248.983	62.851	296	803
1809	741.762	217.802	56.673	300	865
1810	892.159	329.141	68.986	146	1.685
1811	1.061.656	346.032	80.206	529	1.958
1812	1.245.527	351.607	96.119	620	1.325
1813	1.208.702	358.826	96.651	5.335	1.675
1814	1.399.907	423.304	113.925	9.214	880
1815	1.255.420	419.847	85.320	5.058	1.673
1816	1.133.300	398.912	84.597	5.892	1.705
1817	763.143	238.979	43.497	8.440	937
1818	928.482	290.950	63.914	10.648	962
1819	770.448	215.902	52.353	7.908	1.491
1820	938.506	265.922	57.957	9.401	320
1821	873.715	218.817	73.220	15.810	134

<sup>317</sup> O contrabando tomara tal magnitude que em 1808, Manoel Antonio Magalhães previa a entrada de 60 a 80 mil reses anuais se o comércio com os domínios espanhóis fosse franco. (cf. MAGALHÃES. *Almanack da Vila de Porto Alegre...*, op. cit., p. 82). O produtor espanhol de gado não tinha a opção de “estocar” o animal em espera pela reabertura do tráfico legal, a menos que possuísse grandes extensões de terras subocupadas. Como escrevia o capitão Manoel Gomes Pinto ao administrador de sua fazenda: “Vossa Mercê não deve perder ocasião de fazer venda de gado, ainda que seja vendido por menos, quando a ocasião assim o peça, a fim de não só fazer dinheiro mas também de aliviar os pastos (...) que será um erro conhecido, isto lhe lembro visto a grande marcação que vossa mercê fazendo vai anualmente (...)” (APERGS, Reg. Div., Rio Grande, 1º Tab., L-SNº, Reg. 12/08/1813).

<sup>318</sup> **Fontes:** 1787, 1802, 1803, 1805 (AHU, Avulsos, RS, docs. 232, 465, 528,668); 1790-1795 (BN, I-29,19,28); 1796-1797 (AHU, Avulsos, Brasil, doc. 2462); 1806, 1807, 1813, 1816-1817 (CHAVES, *Memórias ecônomo-políticas...*, op. cit., pp. 116-118). Para os demais, AN, RJC, cx. 448, pct. 1.

Passemos agora à análise dos ritmos das exportações da Capitania de derivados bovinos:

**Gráfico 9: Exportações de charque, sebo (milhares de arrobas) e couro (milhares de unidades)<sup>319</sup>.**



Pelo gráfico 9 observa-se um crescimento constante e proporcional das exportações dos três principais produtos bovinos. Neste movimento expansivo mais amplo houve, entretanto, duas inflexões bem demarcadas, os anos positivos de 1805-1807 foram sucedidos por dois anos de queda (1808 e 1809). Em 1810 as exportações voltaram a crescer, com o charque ultrapassando as 1.000.000 de arrobas exportadas, este aumento contínuo tem o seu ponto máximo em 1814 quando charque (quase 1 milhão e 400 mil arrobas), couro (mais de 423 mil unidades) e sebo (mais de 113 mil arrobas) chegaram aos maiores valores da série. Os três anos seguintes foram de queda atingindo seu ponto mais baixo em 1817, a partir daí as exportações passaram a flutuar, em níveis similares aos de 1805-1809<sup>320</sup>.

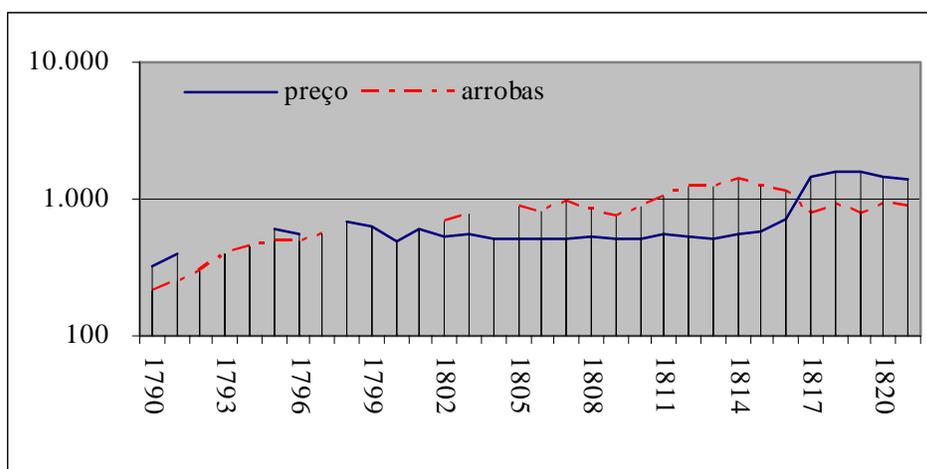
<sup>319</sup> Fontes: Mesmas da Tabela V.

<sup>320</sup> Com a série completa é muito provável que fossem demarcadas três inflexões: provavelmente 1798-1800 foram anos de alta, em 1801 teria iniciado a baixa, provocada pela guerra das Laranjas, aprofundada pelo reestabelecimento do comércio espanhol em 1800-1804.

É inútil buscar os fundamentos dessas flutuações exclusivamente nas condições produtivas da região. Os problemas climáticos poderiam diminuir os rebanhos, mas isto pouco afetava as exportações. Em novembro de 1810, por exemplo, Manoel Marques de Souza dizia que o gado estava muito magro por causa de um rigoroso inverno e de uma praga de gafanhotos que havia acabado com o pasto; não obstante, as exportações deste ano foram superiores às de 1809 e as do ano seguinte seriam ainda formidáveis<sup>321</sup>. Portanto, é correto afirmar que os ritmos das exportações rio-grandenses estavam conectados, de modo reversivo, à economia platina; retornaremos a este ponto.

A comparação entre os preços do charque e as quantidades exportadas tornará essas questões mais claras.

**Gráfico 10: : preços e exportações de charque (milhares de arrobas), em escala semi-logarítmica**



É visível que, ao contrário do trigo, o preço do charque flutua muito pouco em relação às quantidades exportadas, comportamento que se define em 1802 quando praticamente desaparecem as lacunas da série. Parte da explicação encontra-se, como já foi sugerido no

<sup>321</sup> AHRS, AM, M-19, Manoel Marques de Souza, 03/11/1810.

início deste capítulo, no mercado consumidor: a carne salgada rio-grandense concorria com o produto platino e, nos centros urbanos, com a carne verde abatida nos açougues urbanos, de sorte que preços estáveis e baixos garantiam o aumento paulatino do consumo<sup>322</sup>. No ano de 1817, porém, ocorre uma inversão na tendência e os preços parecem reagir a uma queda brusca na oferta; esta inflexão tem motivos particulares que serão mais bem discutidos adiante.

Até 1817 há um crescimento constante na produção de carne salgada, ainda que, como já mostrou o gráfico 9, existam algumas flutuações mais marcadas. Mesmo com preços estáveis, os charqueadores e pecuaristas forneciam mais e mais charque, o que indica uma certa constância nos custos e a capacidade de aumentar a produção com nada menos do que 14 anos de preços relativamente baixos para o charque (1802-1815).

É que a exportação de carne salgada envolvia o negócio de outras mercadorias ancilares: de um animal morto retiravam-se uma unidade de couro, três e meia arrobas de charque, uma arroba de sebo e meia arroba de graxa<sup>323</sup>. O cálculo de um produtor, portanto, envolvia a cotação de no mínimo três produtos – a produção de graxa ainda não era tão disseminada – e, em anos em que o preço de charque fosse baixo, o valor das outras

---

<sup>322</sup> Numa representação de Francisco Carneiro do Rosario, contratador do subsídio militar das carnes das cidades de Olinda, Recife e seus termos observa-se que os mesmos homens de negócios que estavam envolvidos no comércio de carne verde negociavam com a carne salgada do Rio Grande. Inclusive o autor da representação queixava-se de ser acusado de impedir a descida de gado em pé para os açougues da cidade “(...) para assim poder aumentar o preço das carnes salgadas e secas do Rio Grande do Sul, que com antecedência havia (...) mandado vir.” (BNL, Cód. 8973, 1801).

<sup>323</sup> “(...) conforme práticos, calculei o peso de uma rês charqueada em 5 arrobas, sendo 3½ de charque, 1 arroba de sebo e ½ arroba de graxa (...)” (“Observações” no mapa de exportação de 1837-1845, f-35. AHRS, Cód. E-01, Estatística).

mercadorias poderia compensar<sup>324</sup>. Outro estímulo para continuar a produzir com preços baixos era a já referida inércia da empresa escravista (ver supra) da qual a estância e a sua manufatura, a charqueada, não se escapavam. Há que se considerar ainda a facilidade em obter gado bovino a preços baixos, especialmente nas conjunturas de fechamento do comércio legal castelhano.

Uma última questão a ser respondida neste nível da análise é a respeito da participação das diferentes praças nas exportações rio-grandenses de derivados bovinos (couro, charque, sebo, graxa e barris de carne). Os mercados desses produtos eram muito variados, mas entre 1802-1821 observa-se que o Rio de Janeiro mantém um lugar privilegiado nas compras de gêneros vacuns com 50,9% do valor total (máximo de 57,1% em 1805, mínimo de 42% em 1809)<sup>325</sup>; a Bahia aparece em segundo lugar com 31,4% (máximo de 36,8% em 1809, mínimo de 27,4% em 1820); Pernambuco é a terceira praça em importância com 10,9% (máximo de 16,7% em 1819, mínimo de 7,2% em 1818); as outras praças brasileiras compraram todas uns 3,0% (máximo de 10% em 1808, mínimo de 0,4% em 1802); Portugal tem uma importância mínima com só 0,1% (máximo de 1,8% em 1803 e diversos anos com 0,0%). De fora do Império destaca-se a Ilha de Cuba que comprou 3,1% do valor total (máximo de 10% em 1818 e vários anos com 0,0%) de derivados bovinos – quase a importância das praças brasileiras, excluídas naturalmente as três principais -; os Estados Unidos eram irrelevantes,

---

<sup>324</sup> É o caso do ano de 1805, de baixa apreciação da carne salgada, mas que se poderia alcançar 4\$760 pelo produto de uma vaca abatida, enquanto que em 1808, com a carne mais valorizada, só se lograva 4\$093 pelo produto.

<sup>325</sup> Nunca é demais lembrar que a participação do mercado carioca nas exportações rio-grandenses está superestimada (ver capítulo 2, p. 103, nota 191).

com 0,2%;(máximo de 0,7% em 1810 e seguidos anos com 0,0%) as outras praças estrangeiras somaram apenas 0,4% (máximo de 1,4% em 1820 e diversos anos com 0,0%).<sup>326</sup>.

Desta monótona descrição de porcentagens deve ser destacado o seguinte: na flutuação ligeiramente recessiva de 1802-1810 (ver supra) os homens de negócio do Rio Grande responderam com a diversificação dos destinos de suas exportações; até onde é possível ver com os números fragmentários que existem é neste período que os portos secundários do Brasil ganham importância como consumidores. Por outro lado, nos anos seguintes (1811-1816), quando a economia rio-grandense retoma a sua trajetória ascendente, as praças estrangeiras começaram a comprar mais da Capitania, voltaremos ao tema.

Quando analisávamos as exportações de trigo, charque, couros e sebo viu-se que o ano de 1811 iniciou uma série de grandes exportações, em termos de volumes, que alcançou o seu zênite em 1813-1814, seguindo-se uma redução brusca em 1817 e uma certa estabilização nos anos seguintes (ver tabela V). No entanto, é justamente em 1817 que os preços das mercadorias rio-grandenses – especialmente dos produtos bovinos – dispararam; o que indica, pela primeira vez no que se refere ao charque, uma sensibilidade dos preços à redução na oferta. O resultado é que em termos de valores as exportações não demonstram uma queda expressiva a partir de 1817 e chegam inclusive a superar os anos anteriores (ver gráfico 2 deste capítulo e tabela V do capítulo 2). Quais as razões desse desempenho estranho da economia rio-grandense?

---

<sup>326</sup> Vale consultar a tese de Helen Osório que também trata da participação das diferentes praças nas exportações do charque, do couro assim como do trigo. Cf. OSÓRIO, *Estancieros, lavradores...*, op.

**Tabela V: Médias anuais das exportações rio-grandenses**

	<b>charque</b>	<b>trigo</b>	<b>couro</b>	<b>sebo</b>	<b>graxa</b>
<b>1805-1810</b>	857.041	157.205	307.201	59.977	431
<b>1811-1816</b>	1.217.419	267.335	383.088	92.803	4.441
<b>1817-1821</b>	854.859	113.171	246.114	58.188	10.441

No momento em que foram estudadas as flutuações do trigo e dos produtos bovinos já expressamos nossa contrariedade em buscar causas naturais para este movimento “cíclico” (1811-1821). Especialmente porque secas e enchentes tinham efeitos opostos sobre as exportações do trigo e do couro: enquanto que as intempéries diminuía as colheitas de trigo, elas aumentavam as matanças de animais, dada a redução das pastagens disponíveis; também pode-se esperar uma diminuição nas exportações de couro nas grandes safras agrícolas, pois assim crescia o consumo de peles para a elaboração dos surrões. Mas o que as curvas do trigo e dos principais produtos vacuns apresentam é uma verdadeira sincronia para o período de 1811-1821.

Uma vez mais a explicação encontra-se ao sul do Rio Grande: entre 1811-1813 o porto de Buenos Aires esteve sob o efeito do bloqueio marítimo dos legalistas espanhóis. Regiões que até então se conectavam automaticamente ao porto platino, como por exemplo os territórios castelhanos a oeste do rio Uruguai, passaram a enviar parte da sua produção para a Capitania. Daí a expressiva redução nas exportações de couro portenhas e o decorrente aumento nas rio-grandenses<sup>327</sup>.

---

*cit.*, esp. p. 176.

<sup>327</sup> A respeito do bloqueio, Cf. BROWN, Jonathan. Dynamics and autonomy of a traditional marketing system: Buenos Aires, 1810-1860. **HAHR**, Vol. 56, no. 4 (605-629), 1976, p. 607, nota 5. Números das exportações de couro por Buenos Aires foram publicados por ROBERTO SCHMIT, Miguel Del reformismo colonial borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de la Plata (1768-1854). In: **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana** no. 20 (69-103), 1999, p. 80.

Mais importante era a situação da Banda Oriental: em 1811 teve início a revolta artiguista que cercou a praça de Montevideú, neste caso houve uma queda brusca nas exportações orientais que mais uma vez pode ser exemplificada pelos couros: de uma média anual de 331.958 unidades nos anos de 1791-1796 reduziu-se a 137.042 entre 1815-1819<sup>328</sup>. Os produtores rurais daquela campanha transferiram as vendas de couro, trigo e animais em pé às praças de Rio Grande e Porto Alegre. Ou melhor, no que diz respeito ao trigo, a Vila de Rio Grande foi a beneficiada pelo que se depreende do *Mapa comparativo das exportações das praças de Porto Alegre e Rio Grande* de autoria de José Gonçalves Chaves<sup>329</sup>. É que Porto Alegre estava muito distante da fronteira e seu poder de atração sobre as mercadorias rústicas castelhanas limitava-se às de baixo custo de transporte – principalmente o gado trazido através de Rio Pardo.

No quadro institucional, foi importante o oportunismo político do governador do Rio Grande, D. Diogo de Souza, que passou a liberar a entrada de gado castelhano pela fronteira mediante requerimento<sup>330</sup>. Os interessados em introduzir animais da Banda Oriental justificavam seus requerimentos pela existência de dívidas a serem cobradas de estancieiros espanhóis, mas também começaram a surgir pedidos de permissão de compras de bovinos como mercê de serviços prestados ao Rei: por alguns requerimentos consultados no AHRS é possível ter uma idéia da magnitude destas entradas: em 1812 foi permitida a introdução de no

---

<sup>328</sup> ROBERTO SCHMIT, *Del reformismo colonial...*, op. cit. , pp. 77 e 87.

<sup>329</sup> Cf. CHAVES, *Memórias econômo-políticas...*, op. cit. pp. 116-118)

<sup>330</sup> Não encontramos a ordem do governador, mas em 1811 o comandante da Guarda fronteira de Arredondo, dizia: “Preciso ordem de V. Exa. para ver de que forma hei de portar com as entradas de gado destes domínios [castelhanos] para os nossos, pois em outubro e novembro começam os condutores a conduzirem tropas para as charquedadas. Em virtude das portarias que V. Exa. foi servido conceder a todos os vassallos para as entradas dos gados, deram muitos prejuízos porque haviam condutores que compravam 100 reses e chegavam às charqueadas com tropas de 400.” (AHRS, AM, M-25, Jose Pereira da Fonseca, 14/08/1811).

mínimo 22.500 cabeças de gado, já no ano seguinte contabilizamos 103.600. Isto era apenas uma parte dos animais extraídos, já que só pela guarda de São Diogo o Capitão Antonio Pinto Barreto acusava a passagem de 95.589 reses entre fevereiro e setembro de 1813, discutiremos melhor esta questão logo adiante<sup>331</sup>.

No mesmo período os militares portugueses começaram a operar no terreno espanhol, confiscando dezenas de animais por dia para sustentar as tropas acampadas. Além disto, os comandantes das partidas e das guerrilhas aproveitavam-se da situação para extrair couro e roubar gado. Como reclamavam alguns fazendeiros espanhóis:

(...) acham-se ao presente deteriorados em onze a doze mil cabeças de gado vacum que o comandante da Guarda de Pirahy, o alferes Manoel Marques, mandou tirar e consentiu roubar das estâncias dos suplicantes (...)

Apenas o alferes Manoel Marques foi empossado no comando da guarda do Pirahy, parece que se considerou imediatamente empossado nos bens dos suplicantes (...)

À imitação destes dois oficiais concorreram outros portugueses estabelecidos na fronteira a roubar livremente os gados e animais dos suplicantes (...) apenas deixaram (...) duas ou três mil reses, possuindo antes do comando daquele Manoel Marques, de 22 a 23 mil reses (...)<sup>332</sup>.

Às agressões dos invasores somavam-se as arbitrariedades dos patriotas, revolucionários e dos bandos de índios e escravos fugidos que se aproveitavam da ausência do Estado para irem à forra de décadas de opressão<sup>333</sup>. Tal situação rebaixava o preço do gado no território Oriental e facilitava a fuga de capitais em dinheiro, escravos e gado para a

---

<sup>331</sup> Nossos cálculos foram baseados em 67 requerimentos do AHRS, Requerimentos, maços 6, 7, 8, 9, 10, 11. Os números do capitão Antonio estão em AHRS, AM, M-34, Antonio Pinto Barreto, 13/09/1812.

<sup>332</sup> AHRS, AM, M-38, anexo na corresp. de Pedro Fagundes d' Oliveira, 25/06/1813. Testemunhos de roubos de gado na fronteira são constantes na documentação. Ver por exemplo *Breve relação de roubos de gado extraída de hum diário do Sargento Mor de milícias Albano de Souza Enriques Rebelo em Porto Alegre* (BN, 35,34,14).

<sup>333</sup> O capitão Antonio Pinto Barreto relatava em 1813 que os índios guarani das antigas missões espanholas haviam se levantado e matavam todos os espanhóis que encontravam (AHRS, AM M-34,

Capitania. Já nos referimos à comunidade hispano-americana que se formou na Vila de Rio Grande neste período (ver capítulo 1, pp. 78-79). Muitos desses refugiados eram homens de negócio que traziam capital e contatos com negociantes de outras praças. A partir de 1811 as embarcações estrangeiras começaram a freqüentar a barra em negociações que muito provavelmente eram intermediadas pelos comerciantes de Montevideú; daí as crescentes exportações de carne salgada para Cuba que sempre fora mercado do produto platino: entre 1811 e 1822 (exclusive o ano de 1813) o Rio Grande exportou uma média de 55.491 arrobas de charque para a ilha caribenha, pouco menos da metade das 127.989 arrobas anuais enviadas pelo Rio da Prata entre 1793-1795<sup>334</sup>.

É nesse período “heróico” da pecuária comercial rio-grandense que foram organizadas como manufaturas, separadas da estância, as charqueadas na região que mais tarde seria conhecida por Pelotas; aliás, é muito provável que a riqueza acumulada por essa maneira “bárbara” tenha sido a origem do complexo charqueador. Tanto é assim, que em 1813 começou a ser manufaturada a graxa – produto mais elaborado – em grandes quantidades na região da Vila de Rio Grande; até então apenas algumas centenas de arrobas eram produzidas nas charqueadas mais antigas na região de Porto Alegre<sup>335</sup>. O ganho de produtividade

---

Antonio Pinto Barreto, 13/09/1812). Já pelos lados de Japeju se acusava o ataque dos índios charrua e minuano (AHRS, AM, M-36, Francisco Soares da Costa Luria, 28/12/1813).

<sup>334</sup> Os dados do Rio Grande foram retirados de AN, RJC, cx. 448, pct. 1 e CHAVES, *Memórias econômo-políticas...*, *op. cit.*, pp. 134-140. Os dados de Buenos Aires são de AZCUY AMEGHINO, *Comercio exterior y comercio de cueros...*, *op. cit.*, p. 39, mas a passagem de quintais para arrobas é por nossa conta.

<sup>335</sup> Cf. o *Mapa comparativo* de José Gonçalves Chaves (CHAVES, *Memórias econômo-políticas...*, *op. cit.*, pp. 116-118). Vale dizer que até agora não foi estudada a passagem da produção do charque, de maneira artesanal, na própria estância, para a sua produção em manufaturas proto-industriais. A historiografia fala o tempo todo em charqueadas no “Rio Grande do Sul Colonial”, mas em nenhum momento preocupou-se em investigar sobre o que estava falando. Em geral, aceita-se que, se existiam exportações de charque, existiam charqueadas e daí se passa às descrições do início do século XIX, especialmente de Saint-Hilaire. Se as charquedas enquanto proto-indústrias existiram antes de 1800 –

permitido pelas charqueadas é o que permite elucidar a razão das exportações de graxa não acompanharem as outras na queda de 1817-1821 (ver tabela V).

Estão esclarecidos os fundamentos da expansão de 1811-1816, porém, não estão os motivos da contração sucessiva (1817-1821). A explicação mais simples seria que o fim do bloqueio a Buenos Aires e uma relativa pacificação da Banda Oriental, permitida pela conquista de Montevideu pelos portugueses em janeiro de 1817, teriam trazido o comércio da região à normalidade e o Rio Grande voltaria a ter de competir com as praças espanholas no negócio de carnes e grãos.

Não obstante, o comportamento dos preços do charque não permite concluir nessa direção, pois exatamente em 1817 mostram uma inédita sensibilidade à redução da oferta da carne salgada exportada pela Capitania, o que significa dizer que - dada a relativa elasticidade da demanda pelo produto do Rio Grande, especialmente nos mercados urbanos - nesse ano houve não só uma redução na oferta da carne rio-grandense, *mas uma redução na oferta da carne em geral*. Já vimos no início do capítulo que entre 1815-1817 ocorreram secas nas regiões consumidoras de charque que podem ter reduzido o abastecimento de carne verde.

Simultaneamente, não existem sinais de que a pecuária de Montevideu tenha se recuperado em 1817-1821, as exportações de couro continuaram baixas e a produção de carne não chegava para o consumo interno: em 1820 o porto Oriental chegou a importar charque do Rio Grande. A documentação mostra que a exploração desordenada do gado nos anos anteriores e o esforço militar das guerras de Independência e da invasão portuguesa exauriram o território da Banda Oriental. Já em 1815, sucedendo o ano de maior exportação de charque,

---

em nossa pesquisa em inventários entre 1777-1795 não encontramos nenhuma - eram muito poucas e seguramente se localizavam na região de Porto Alegre.

o comandante da fronteira do Rio Grande, Manoel Marques de Souza, acusava os primeiros sinais de esgotamento e profetizava:

(...) vim achar as estâncias desta fronteira exauridas de gado de criar pela desordenada matança de vacas; de sorte que, a não proibir V. Exa. esta desordem, como já foi, em dois anos se estagna o comércio das carnes salgadas; principalmente vindo o número de tropas que se esperam. Os confinantes [Banda Oriental] têm também as campanhas limpas: os novilhos levantaram de preço a oito patações, e não se acham (...) <sup>336</sup>

O esgotamento dos rebanhos se manifestava pela carestia do gado em pé, em 1817, por exemplo, alguns estancieiros queixaram-se do preço pago pelo contratador do municio de carne para o exército português, que, por Ordem Régia de 10/10/1816, pagava 3\$200 por um novilho e 2\$400 por uma vaca enquanto que os preços de mercado eram respectivamente 6\$400 e 4\$000. A reação imediata das autoridades foi facilitar ainda mais a introdução do gado das campanhas orientais, em 08/03/1817 Manoel Marques de Souza dizia estar instruído a permitir a entrada dos animais com o pagamento de um direito de 240 réis; só o gado que estivesse sem o comprovante da compra era confiscado. No final do mesmo ano manifestava o recebimento da ordem que determinava que o gado introduzido “(...) *que não for comprado (...)*” deveria apenas ser quintado e que não deveriam ser apreendidos os animais “(...) *cujos donos pela sua conduta devam ser considerados como vassallos de Sua Majestade*” <sup>337</sup>.

A grita contra o preço da carne chegou à Corte e, em janeiro de 1818, um aviso de governo proibiu o abate de vacas, é que o próprio Senado da Câmara reclamava do desabastecimento de carne no Rio de Janeiro <sup>338</sup>. E em 25 de abril de 1818 foi sobretaxada a

---

<sup>336</sup> AHRs, AM, M-56, Manoel Marques de Souza, 10/11/1815.

<sup>337</sup> AHRs, AM, M-64, 08/03/1817 e M-65, Manoel Marques de Souza, 28/11/1817.

<sup>338</sup> AHRs, AG, B-1.0014, Thomas Antonio Vilanova Portugal, 09/01/1818 e 12/09/1818.

exportação de carnes para estrangeiros em 600 réis, medida que visava a diminuir a competição estrangeira<sup>339</sup>.

Ao menos no curto prazo essas restrições não tiveram efeito e os anos seguintes foram de produção pequena e carestia. É que os preços altos, a facilidade de introduzir gado de Montevideu, as requisições militares e a presença constante de guerrilhas no território oriental – espécie de corsários a cavalo - eram um estímulo para o abate indiscriminado de animais. Uma vez mais era o infatigável Manoel Marques de Souza que informava:

(...) esta fronteira não pode assistir com mais do que se lhe tem tirado para a Real Fazenda (...) Mande marchar uma companhia de guerrilhas com cem homens para seguir as ordens do sobredito Exmo. Tenente General (...) mas, Exmo. Senhor, eu duvido que aquela gente queira executar tal ordem pela ambição em que estão de correrias de gado (...)<sup>340</sup>

A título de curiosidade: as denúncias a respeito das violências cometidas pelas guerrilhas dariam um capítulo à parte. Crimes que levaram Manoel Marques de Souza a cunhar a frase: “(...) *os excessos que tem cometido as guerrilhas excedem a maior expressão (...)*”<sup>341</sup>.

Medidas mais fortes foram tomadas pelo governador de Montevideu, agora sob o domínio português. Em 1820 proibiu a extração de gado da Banda Oriental para outras províncias, determinou o fim do abate de vacas e impediu a criação de novos saladeiros<sup>342</sup>. Mesmo assim, a força de atração do mercado brasileiro e a influência dos interesses ligados

---

<sup>339</sup> CHAVES, *Memórias econômo-políticas...*, *op. cit.*, p. 171.

<sup>340</sup> AHRs, AM, M-69, 24/01/1816, Manoel Marques de Souza.

<sup>341</sup> AHRs, AM, M-69, Manoel Marques de Souza, 24/01/1818. As queixas podem ser encontradas em AHRs, AM, M-70, Patrício Jose Correa da Camara, 28/12/1818; Sebastião Pinto d' Araujo Correa, 10/02/1818; M-71, barão de Laguna, 13/03/1819 e 1º/04/1819; AHRs, AG, B1.004, Thomas Antonio Vilanova Portugal, 30/03/1818.

<sup>342</sup> O bando do barão de Laguna está em AHRs, AG, B1.016, Thomas Antonio Vilanova Portugal, 30/06/1820.

ao negócio de bovinos eram mais fortes: as partidas de salteadores de gado continuavam a agir no território Oriental e alguns negociantes logravam obter da Corte a autorização de passar gado para o Rio Grande<sup>343</sup>. Existem sinais de uma recuperação das exportações rio-grandenses, como o aumento nas vendas de charque da praça de Rio Grande no ano de 1822 e na arrecadação do quinto do couro entre 1824-1826, mas a situação econômica da Capitania, assim como a política, ainda estava indefinida<sup>344</sup>.

Uma última questão merece ser respondida antes de concluir o capítulo: é possível estimar a magnitude das extrações de gado da Banda Oriental para o Rio Grande? Já falávamos que no mínimo 103 mil animais entraram em 1813, se esta foi a média anual nos anos de pico (1811-1816) haveriam entrado 618 mil reses apenas neste período. Por um cálculo sobre bases estatísticas mais confiáveis chega-se a números muito parecidos; a comparação entre as médias das exportações de charque nos períodos anterior (1805-1810) e posterior (1817-1821) mostram uma diferença de 361.469 arrobas exportadas a mais anualmente entre 1811-1816, o que significaria um abate anual a mais de 103 mil bovinos. É válido somar mais 30 mil a esta conta, já que mesmo antes de 1811 o gado da Banda Oriental era contrabandeado para o Rio Grande, chega-se assim a 798 mil cabeças só entre 1811-1816.

Sabemos que as introduções de animais continuaram a ser numerosas em 1817 e 1818, algo perto talvez dos 50 mil; só assim seria possível seguir o giro de carnes, pois a diminuição

---

<sup>343</sup> AHRS, AG, B1.016, Thomas Antonio Vilanova Portugal, 20/12/1820, autoriza a entrada de 30 mil reses da Banda Oriental. Na correspondência de Bento Correa da Camara há um interrogatório a um *gaucho* envolvido nas correrias de gado que mostra como eram recrutados, sugerindo um vínculo destas com o negócio do charque pelotense AHRS, AM, M-72, Bento Correa da Camara, 13/03/1819.

<sup>344</sup> Cf. CHAVES, *Memórias econômo-políticas...*, *op. cit.*, p. 140. Os dados da cobrança dos dízimos encontra-se num requerimento de João Vieira Braga, barão do Piratini, que diz ter sido encarregado desta cobrança por conta da Fazenda Real (BN, C-450, 14). O rendimento dos dízimos foi o seguinte: em 1822 - 33.809 couros; em 1823 - 33.332; em 1824 - 41.921; em 1825 - 40.530; em 1826 - 41.252.

dos rebanhos do Rio Grande por causa das exportações e da guerra já era bem notória. Nos anos de 1819-1821 a passagem de gado para o Rio Grande deve ter se reduzido, ao menos era esta a intenção do governador de Montevideú. No entanto, pelo menos 30 mil vacuns atravessaram a fronteira por conta de apenas um negociante, Antonio Soares de Paiva & filhos, em 1820 (ver nota 343). Embora 30 mil animais por ano neste período seja um número bastante modesto podemos considerá-lo a fim de estimativa.

Por aí, chega-se a 988 mil reses trazidas da Banda Oriental para a Capitania entre 1811 e 1821. Se for somada uma perda de 20% no transporte das boiadas, perda subestimada já que aos problemas da pecuária rústica há de se acrescentar os riscos da guerra, conclui-se que 1 milhão e 186 mil vacuns orientais foram vitimados no processo. Mas nossas estimativas são bem modestas, tendo em vista que o viajante francês Arsène Isabelle dizia que os luso-brasileiros haviam roubado mais de 4 milhões de cabeças de gado durante a ocupação da Cisplatina<sup>345</sup>.

Exagerados ou subestimados, estes números são certamente apenas uma parcela das perdas no estoque bovino da Banda Oriental causadas pelas invasões portuguesas e pela guerra patriótica. Afinal, quantidades semelhantes ou até maiores foram sacrificadas para sustentar cada exército que cruzou o território e não foram poucos (português, legalista, de Buenos Aires e do general Artigas).

---

<sup>345</sup> “Os brasileiros roubaram da Banda Oriental, durante a ocupação injusta do território desta república, por suas tropas, mais de 4.000.000 de cabeças de gado, que eles introduziram na província do Rio Grande como comprovam os registros da fronteira. Eis a esse respeito, dois fatos curiosos: antes de 1817 a Capitania Geral do Rio Grande, pertencente ao Brasil, não tinha senão treze estabelecimentos saladeiros (charqueadas), e agora ela possui mais de 200! Antes da ocupação dos portugueses, na Banda Oriental havia mais gado que em qualquer outra província da América, agora os brasileiros que a habitam são forçados a trazer o gado de sua pátria para formar estâncias.” (ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul** (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 86, nota 1).

O estudo da conjuntura do final do século XVIII e início do XIX permitiu definir as flutuações de curta duração da economia rio-grandense. Estas flutuações devem-se à conjugação dos seguintes fatores: a evolução dos preços das mercadorias coloniais e, por extensão, as tendências expansivas ou recessivas da economia exportadora; a situação climática nas regiões que tradicionalmente abasteciam os mercados do norte; os problemas geopolíticos que afetavam a região platina.

No caso, foram a tendência inflacionária na economia exportadora, muito bem marcada desde 1792, e as intempéries do mesmo período que puxaram economicamente o Rio Grande para dentro do Império. Em outras palavras: esta flutuação de fim de século demarcou a conjuntura e marcou uma relação estrutural entre o Rio Grande e o Império.

Para além disto, eram as condições do mercado platino que demarcavam de maneira bastante contraditória as flutuações econômicas da região. Com as seguidas rupturas do tráfico legal espanhol, o couro e o gado em pé de origem espanhola ficavam mais baratos e aumentavam as oportunidades de contrabando de prata, favorecendo os produtores de derivados bovinos e os homens de negócio da região. Por contraste, depois de 1798 cresceu o contrabando direto entre as praças do norte do Brasil e as platinas, afetando diretamente os interesses do Rio Grande. Assim, algumas vezes pôde-se lucrar mais ou menos, e até se poderia perder dinheiro, com as quebras do comércio castelhano, pois os próprios movimentos cíclicos de ajuste entre exportações e importações do Rio Grande acabavam por ser pautados pelas interrupções e retomadas desse tráfico.

Este quadro se modificou na década de 1810 quando, graças à invasão luso-brasileira, o comércio rio-grandense logrou capturar uma parte do espaço econômico uruguaio; o

negócio de prata minguou, mas as exportações de alimentos e derivados bovinos atingiram níveis inéditos. O modo de explorar a região recém conquistada foi extremamente predatório, daí a expressiva redução nas exportações desde 1817.

Portanto, em linhas muito gerais a caracterização da economia rio-grandense consagrada por Fernando H. Cardoso é correta para o período entre 1790-1822: suas flutuações deviam-se mais às condições dos mercados rio-platenses e brasileiros do que ao estado da produção local de animais e de charque<sup>346</sup>. Mas, como já foi visto, o modo pelo qual a economia regional reagiu aos estímulos externos variou bastante.

No que diz respeito ao quadro mais geral da economia atlântica, não temos dúvida em concluir – a favor de Frédéric Mauro e Jobson Arruda – que foi a ruptura estrutural entre a colônia e a Metrópole, marcada em 1808, que permitiu à conjuntura brasileira se descolar da conjuntura portuguesa e européia. A inversão no fluxo do metais, a política monetária inflacionária, a consolidação no processo de unificação dos mercados brasileiros e os conflitos militares americanos eram efeitos do fim de uma condição colonial. Estes fatores reagiam a movimentos de longa duração, como o aumento populacional e das exportações, e acabaram por formar uma conjuntura econômica positiva no Brasil – especialmente no que diz respeito ao comércio de alimentos - que iria se estender ao menos até 1822. Desta forma, é só depois de 1808 que se pode falar em alguma “autonomia” dos mercados coloniais frente às flutuações externas; aliás, foi justamente neste ano que se desfez a sincronia entre os preços do charque e do açúcar (ver tabela II).

---

<sup>346</sup> Cf. CARDOSO, *Capitalismo e Escravidão...*, op. cit., p. 157.

Retornamos, portanto, à relação entre conjuntura e estrutura, pois se a conjuntura positiva da década de 1790, ao esboçar uma divisão imperial do trabalho, esgarçou as relações entre colônia e metrópole, o subsequente processo de descolonização (1808-1821) permitiu a extensão da fase positiva. Em suma, trata-se, de uma conjuntura (1790-1822) que marca a transição entre uma e outra estrutura, a passagem de um a outro Império.

## **4. PROJETOS DE INTEGRAÇÃO E POLÍTICA COLONIAL**

Nos capítulos anteriores foram analisados os problemas da colonização lusitana no extremo-sul, as formas de integração econômica do Rio Grande e a conjuntura da passagem do final do século XVIII para o XIX. Desta forma, não apenas ficaram mais bem entendidas as relações entre o império Português e o extremo-sul, como também se caracterizou a formação política e econômica do Rio Grande, simultânea à consolidação de uma divisão imperial do trabalho, que vagarosamente ia escapando à órbita colonial lusitana. Este capítulo procura mostrar as perspectivas políticas a respeito desses processos e – tendo em vista a cultura política da época - os modos pelos quais se procurava ordenar politicamente a realidade. Em outras palavras, quais eram os projetos de integração do Rio Grande ao Império e como reagiam à crise do sistema colonial?

### ***4.1. A perspectiva mercantilista***

Os primeiros planos para conectar o Rio Grande ao Império português surgiram na década de 1780, sucedendo à pacificação do território e premidos pelas reformas espanholas que abriram o comércio do Rio da Prata (ver 1º. Capítulo, p. 45). Foi o vice-rei Luiz de Vasconcelos o primeiro a redigir um texto que ultrapassasse a mera descrição da Capitania e

das suas potencialidades econômicas, propondo medidas que desenvolvessem o comércio da região.

A proposta de Luiz de Vasconcelos revestiu-se de verdadeiro projeto oficial, tendo em vista que foi dirigida ao secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro. A correspondência iniciava por uma breve caracterização do estado político e econômico, traçando um quadro sombrio em que a inexistência de comércio era completada pelo estado incivil dos habitantes da colônia: tomada pelos contrabandistas, pelos grandes estancieiros que monopolizavam as terras e pelos índios vadios a cultura não se adiantava, o gado diminuía e o crime grassava. Ao pintar este quadro repetia as palavras de Sebastião Francisco Bettamio que formulara uma “Notícia Particular” do Continente do Rio Grande<sup>347</sup>.

No entanto, enquanto Sebastião Bettamio se limitava a propor reformas administrativas, como no que diz respeito à administração dos índios e à distribuição de terras - que aliás Luiz de Vasconcelos iria repetir - o vice-rei ia mais longe e propunha um plano para desenvolver o comércio da região:

Não deixa de me ter lembrado a utilidade que resultaria ao mesmo comércio e aos moradores daquele Continente se nesta capital se estabelecesse uma Companhia de Homens de Negócio que, com um fundo repartido em ações, animasse a lavoura e as produções do mesmo Continente e promovessem o adiantamento do comércio<sup>348</sup>.

A idéia era formar uma companhia de inspiração mercantilista, nos moldes europeus. Contudo, é possível identificar aqui uma espécie de “torção” do ideário mercantilista, pois oficialmente o Rio de Janeiro era uma colônia e o desfrute de um monopólio sobre outra

---

<sup>347</sup> No manuscrito de Sebastião Bettamio consta que a notícia havia sido feita “(...) *por ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Luiz de Vasconcelos e Souza (...)*” (BETTAMIO, Sebastião Francisco. *Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul (1780)*. In: **RIGHB**, T-XXI. (239-299). Rio de Janeiro, 1858, p. 239).

colônia era idéia de se estranhar. É muito provável que Luiz de Vasconcelos estivesse consciente do pouco usual que era a sua proposta já que não se adiantou a tomar nenhuma medida sem a anuência do secretário do Rei<sup>349</sup>.

A resposta de Martinho de Mello e Castro foi um significativo silêncio a respeito da companhia monopolista. Em 04/05/1786, o vice-rei voltava a lembrar da necessidade de pôr em prática o seu projeto<sup>350</sup>, ao que foi respondido da seguinte maneira pelo secretário de Marinha e Ultramar:

Alguns negociantes de Lisboa formaram o projeto de mandarem vir do Rio Grande de São Pedro trigo e farinha e presentemente vão duas embarcações destinadas a este novo ramo de comércio (...) ordena Sua Majestade que V. Exa. o promova e anime por todos os modos possíveis, procurando que estas primeiras tentativas sejam felizes a fim de que se não desanimem os que a empreendem (...)<sup>351</sup>

O vice-rei não poderia saber que entre a sua última carta e a resposta de Martinho de Mello e Castro havia se forjado um projeto alternativo na Corte. O Intendente Geral da Polícia e dos Contrabandos, Diogo Inácio Pina Manique, havia se queixado de que os espanhóis introduziam no Rio de Janeiro trigos e fazendas européias causando a “(...) *ruína do nosso comércio, a exportação do precioso daquela capitania e acontecer-nos o mesmo que em*

---

<sup>348</sup> BN, (4,4,6), Luiz de Vasconcelos, 02/10/1784. Ver o capítulo 1.

<sup>349</sup> Era comum os vice-reis tomarem iniciativas e depois pedirem a aprovação Real: foi o caso da organização da Real Feitoria do Linho Cânhamo, empresa escravista que deveria produzir cânhamo no Rio Grande, criada por Luiz de Vasconcelos em 1783 (sobre a feitoria, ver MENZ, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação. In: **Afro-Ásia**, 32, (139-158), Salvador, 2005).

<sup>350</sup> BN (4,4,8), Luiz de Vasconcelos, 04/05/1786.

<sup>351</sup> BN, (4,4,9), Martinho de Mello e Castro, 12/10/1787.

*outro tempo sofriam os espanhóis (...) pela Colônia de Sacramento quando era dos domínios deste Reino*”<sup>352</sup>.

Ao que tudo indica, alertado pelo vice-rei e pelo Intendente Geral quanto ao risco político dos descaminhos no extremo-sul e contrariado com a solução proposta pelo primeiro, Martinho de Mello e Castro convidou, possivelmente através do próprio Pina Manique, alguns homens de negócio de Lisboa a tentar negociar diretamente com o Rio Grande. Assim, em outubro de 1787 o Intendente escrevia novamente ao secretário, avisando que estavam partindo duas embarcações para o Continente com o objetivo de negociar sal e mercadorias européias em troca de farinha e outros gêneros; ao concluir seu aviso, revelava a origem da iniciativa: “(...) V. Exa. resolverá visto o Aviso que me expediu ter S. Maj. acertado o favorecerem estas especulações”<sup>353</sup>.

Pelos requerimentos de alguns homens de negócio portugueses ao secretário de marinha e ultramar fica ainda mais clara a participação de Martinho de Mello e Castro e Pina Manique nas tentativas de estabelecer negócios entre o Reino e o Rio Grande. O argumento que justificava a importância da Capitania era a perda da Colônia de Sacramento e o confronto geográfico com as possessões espanholas, bem ao gosto dos raciocínios mercantilistas do Intendente Geral e de outros estadistas portugueses; falavam ainda do “(...) trabalho e zelo com que V. Exa. deu princípio a criar um novo comércio em direitura daqui para o Rio Grande (...)”<sup>354</sup>.

---

<sup>352</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 10275, Diogo Inácio da Pina Manique, 26/02/1787. Ver também doc. 10247, 05/01/1787.

<sup>353</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 10379, Diogo Inácio Pina Manique, 10/10/1787.

<sup>354</sup> AHU, Avulsos, RS, docs.237 e 238, Matheus Vaz Curvelo, Bento Jose Marques e Simão Lopes e irmão (final de 1789).

Esses requerimentos tomavam ares de projeto pelo que prometiam: mandar estabelecer um preço certo para o cânhamo cultivado no Rio Grande, pagando à vista aos lavradores; agir do mesmo modo com relação ao sebo; remeter ao Rio Grande escravos tirados da Costa da África até Moçambique e vendê-los fiado a pagamentos em duas prestações, recebendo o seu valor em cânhamo, couros, sebo, trigo e farinha; levar degredados para aquele porto, a 30 mil réis por pessoa; vender fiado aos degredados as ferramentas necessárias para os ofícios e a agricultura; remeter plantas de carvalho e pinho a serem cultivadas no Rio Grande; enviar sementes de linho galego, coimbrão, mourisco e outras que vinham da Rússia e da Suécia, acompanhadas de um mestre em botânica; fazer carnes de moura; fabricar solas de couro; mandar dois navios a cada monção, um grande para aportar em Santa Catarina e outro menor para se introduzir no Rio Grande suas fazendas e garantiam ainda fretar as mercadorias de terceiros; criar carneiros, introduzindo uma raça do Alentejo; manter porcos para fazer carnes de moura; enviar um homem de comércio estabelecer uma casa de negócio a cuidar de suas correspondências e de outros negócios.

Em troca requeriam uma série de privilégios: comerciar sal livremente para o Rio Grande, independente do estanco Real; isenção de direitos de entrada e saída; a garantia da compra do cânhamo e da carne salgada pela Marinha Real e pela Real Fábrica de cordas, num valor mínimo de 100 mil cruzados anuais; o contrato do dízimo e do quinto dos couros por doze anos pelos mesmos preços das arrematações penúltimas e a segurança de não haver nenhuma mudança durante a vigência do contrato; dispensar da obrigação de vender a farinha

e o trigo no terreiro de Lisboa; a remessa dos degredados com culpas menores para o Rio Grande, especialmente quando fossem artífices e trabalhadores<sup>355</sup>.

Independente do despacho Real para este requerimento ou da capacidade dos requerentes em cumprir o que prometiam (discutiremos os resultados dessas políticas mais adiante), a sua proposta resultaria na monopolização do mercado rio-grandense. Na teoria não se distanciavam muito do projeto de Luiz de Vasconcelos, porém, estando situados na metrópole, poderiam ser patrocinados pelo secretário de Marinha e Ultramar.

O vice-rei não escondeu sua contrariedade com os planos de Martinho de Mello e Castro. Dizia temer que os negociantes portugueses que se aventuravam “(...) *tenham motivos de se arrependem de um negócio feito sem toda a ponderação (...)*”. Considerava que a produção de trigo do Rio Grande era muito diminuta para iniciar um comércio com o Reino:

Igualmente considere que não seria tempo de pôr em prática o mesmo projeto se não quando a abundância de trigos no Rio Grande fosse tanta [que] pudesse fornecer amplamente os portos brasileiros com que este tem freqüente comunicação e que seria notável desordem se acontecesse o esquisito jogo e encontro de embarcações carregadas de trigo do Rio de Janeiro ou do Rio Grande com outras carregadas de Lisboa para Bahia, Pernambuco ou Santos (...)<sup>356</sup>

Em outra correspondência Luiz de Vasconcelos queixou-se de forma ainda mais ríspida da atitude do comerciante que dirigia esta negociação, chamando-o sarcasticamente de “(...) *descobridor de altos projectos (...)*”<sup>357</sup>. Causa uma certa surpresa o tom dos ofícios de Luiz de Vasconcelos que, via de regra, deveria estar plenamente de acordo com a ortodoxia mercantilista do secretário de Marinha e Ultramar, obrigando a perguntar: o que estava por trás desses projetos concorrentes a respeito do destino de uma periferia colonial?

---

<sup>355</sup> ID. Se propunham também a arrematar o contrato do sal para o Rio Grande e Santa Catarina.

<sup>356</sup> BN, (4,4,11), Luiz de Vasconcelos e Souza, 12/05/1788.

Em primeiro lugar é preciso entender que o próprio processo de colonização ia provocando o desenvolvimento das colônias a tal ponto que alguns centros coloniais poderiam disputar a preeminência econômica sobre algumas regiões periféricas. Propostas similares à do vice-rei apareceram em décadas anteriores: em 1698 mercadores baianos pretendiam fundar uma companhia comercial para traficar escravos na costa da África; em 1757 fariam novo projeto com este objetivo; os homens de negócio pernambucanos também desejavam formar uma companhia para o comércio com a África e outra para o negócio de couros e carnes secas do sertão; neste caso a resposta metropolitana foi a fundação em 1759 da Companhia de Pernambuco e Paraíba principalmente com capitais reinóis<sup>358</sup>.

E o que a Coroa receava era exatamente o fortalecimento das colônias frente a Portugal, afinal “(...) *posto em uma balança o Brasil e na outra o reino há de pesar com grande excesso mais aquela que esta; e assim a maior parte e mais rica não sofrerá ser dominada pela menor, mais pobre (...)*”<sup>359</sup>. O medo do desequilíbrio entre os domínios coloniais e a metrópole se manifestava tanto no que diz respeito à população – a que se referia o fragmento supracitado – quanto a questões fiscais e econômicas, agravando-se ainda mais com a Independência das Treze Colônias. Como dizia uma contestação a um decreto Real: “*Qual pode ser o fundamento de uma política que se dirige mais a engrossar o patrimônio das Colônias, sem que se lembrem logo as incuráveis, frescas chagas de Inglaterra com a sua América?*”<sup>360</sup>

---

<sup>357</sup> BN, (4,4,11), Luiz de Vasconcelos e Souza, 15/07/1788.

<sup>358</sup> RIBEIRO Jr., *Colonização de Monopólio...*, op. cit., pp. 74-81.

<sup>359</sup> Consulta do Conselho Ultramarino (1732) apud: NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, op. cit., p. 143.

<sup>360</sup> ANÔNIMO, Reflexões sobre dois decretos de 8 e 29 de janeiro de 1789. (IHGB, Lat.-44, doc. 18). A forma, o tema e a data do texto sugerem que a autoria seja de Martinho de Mello e Castro.

A questão foi mais bem desenvolvida pelo deputado da Junta de Comércio Francisco Soares de Araújo e Silva em memória ao mordomo mor da Casa Real, datada de 1799. No texto, o autor questionava a autorização para o funcionamento de uma companhia de seguros na Bahia, baseado no “(...) *ciúme e desconfiança desgraçada que existe entre Metrópole e Colônias (...)*”. Assim, se a criação do novo estabelecimento era positiva do ponto de vista exclusivo dos negócios “(...) *não sei porém se será o mesmo considerada politicamente e conforme todo o sistema de todas as nações que tendo colônias e ligada com elas a sua recíproca conservação, buscam quanto é possível mantê-las em dependência (...)*”.

Dizia ainda que nem sempre o Reino obtinha superávits comerciais sobre o Brasil, o que por si não chegava a ser um problema, mas a criação de uma companhia de seguros acabaria por agravar os termos do comércio entre a metrópole e a colônia e afetaria a superioridade econômica da primeira sobre a segunda:

Parece, portanto, que excogitar o mesmo governo, ou os seus pensionários, meios de desviar remessas de cabedais que mui espontaneamente correm para o Reino e podem manter a sua superioridade sobre as conquistas é ir diametralmente contra as regras conhecidas<sup>361</sup>.

No fundo, o tema do desequilíbrio entre a metrópole e a colônia advinha de uma idéia bastante usual no pensamento mercantilista segundo a qual a riqueza e o poder de um Estado só poderiam ser medidos em relação aos Estados rivais<sup>362</sup>. No caso, a precariedade portuguesa inseria um problema distinto: a riqueza e o poder de Portugal haviam de ser medidos pelos seus rivais e pelo Brasil.

---

<sup>361</sup> SILVA, Francisco de Araujo e. *Cópia de uma memória apresentada em junho de noventa e nove ao Exmo. Marquês Mordomo mor [marquês de Ponte de Lima] que disse havê-la proposta ao Príncipe Nosso Senhor*. (IHGB, Lat.-19, doc. 5).

<sup>362</sup> Cf. HECKSCHER, *La epoca mercantilista...*, *op. cit.*, pp. 468-470.

Tendo em vista que Luiz de Vasconcelos era figura importante na hierarquia cortesã e certamente conhecia os fundamentos da política colonial portuguesa, fica ainda a dúvida das suas motivações para escrever tamanhos despropósitos ao seu superior direto. Talvez alguns homens de grossa aventura da praça do Rio, metidos nos negócios de couros, trigos e carnes do Rio Grande, tenham soprado a idéia de formar a companhia monopolista. No entanto, como se vê pela correspondência de 12/05/1788 (ver p. 196) sua preocupação era que houvesse “*abundância*” de trigo para o fornecimento da capital do Brasil; seu plano incluía, portanto, uma típica política protecionista de “fornecimento”, que se caracterizava pela intervenção por sobre as fronteiras da cidade para “(...) *garantizar el abastecimiento de mercancías para el consumo interior en la mayor proporción posible*”<sup>363</sup>.

Havia outro problema, já fazia alguns anos que a Fazenda Real do Rio de Janeiro se debatia com uma imensa dívida ativa e problemas financeiros que limitavam os recursos do vice-rei<sup>364</sup>. É seguro que Luiz de Vasconcelos acreditava que a companhia monopolista poderia aumentar o comércio entre o Rio e o Rio Grande, crescendo o rendimento da alfândega da capital. A preocupação em proteger o comércio do Rio de Janeiro está muito clara na carta em que comunicou a partida das embarcações Reinóis ao governador do Rio Grande, ordenando ao seu correspondente “(...) *me dará conta da utilidade ou prejuízos que*

---

<sup>363</sup> HECKSCHER, *La epoca mercantilista...*, *op. cit.*, p. 526. Pelos lados da Corte, Pina Manique se mostrava contrariado com o alto consumo de farinha de trigo no Rio que ele acreditava ser introduzido pelos espanhóis: “(...) *se Sua Maj. não prevenir e der as suas Ordens para coibir aquela clandestina introdução (...) em breves anos verá destruídas as grandes e úteis lavouras da mandioca (...)*” (AHU, Avulsos, RJ, doc. 10247, Diogo Inácio Pina Manique, 05/01/1787). Do ponto de vista da Coroa, portanto, não havia nada de “*desordem*” ou de “*esquisito*” na Metrópole intermediar os negócios de trigo entre o Rio Grande e o Rio de Janeiro.

<sup>364</sup> Cf. LAVRADIO, Marquês. *Relatório...*, *op. cit.*, pp. 463-465 e VASCONCELOS, *Relatório...*, *op. cit.*, pp. 233-239, o último dizia que a despesa superava a receita em mais de 111 contos por ano (p. 235).

*podem resultar ao Comércio que se acha adiantado e estabelecido com os negociantes desta Capital (...)*<sup>365</sup>.

O problema da relação entre os centros e as periferias coloniais retornaria durante o vice-reinado do conde de Rezende. Em 1791 recém nomeado vice-rei – repercutindo as queixas do contratador do imposto de passagem para Minas - escrevia uma carta ao secretário de marinha e ultramar para protestar violentamente contra a intenção de Jacinto Fernandes Bandeira, grande homem de negócios da praça de Lisboa, de carregar escravos em Benguela e levá-los diretamente até Santos. Na visão do vice-rei, este projeto, urdido pelo governador de São Paulo, causaria “(...) *prejuízos gravíssimos à Fazenda Real, a agricultura e comércio do Rio de Janeiro (...)*”, pois não apenas significaria uma perda estimada em mais de 6 contos anuais em impostos sobre escravos à fazenda do Rio de Janeiro, como também diminuiria os rendimentos da alfândega, casa de moeda e passagens para Minas; tudo num contexto em que as despesas continuavam superando a receita<sup>366</sup>.

Alguns dias mais tarde tornava a clamar contra o governador paulista que estava obrigando os negociantes dos portos menores de São Paulo a enviar suas cargas ao porto de Santos e “(...) *carregarem por sua conta para Lisboa (...)*”, deixando de vender suas cargas no porto do Rio de Janeiro como até então faziam. O problema é que os carregamentos trazidos pelos negociantes lisboetas chegavam muito baratos ao porto de Santos, assim os negociantes das praças menores da região “(...) *achando ali as fazendas muito baratas, fazem o seu negócio e voltam julgando-se independentes do Rio de Janeiro e por esta causa deixando de*

---

<sup>365</sup> AN, SEB, Cód. 104, vol. 10, Luiz de Vasconcelos, 22/01/1788.

<sup>366</sup> AN, NP, Cód. 68, vol. 09, conde de Rezende, 20/07/1791.

*satisfazer o que lhes estão a dever (...)*”. Os resultados eram mais uma vez prejuízos à alfândega e casa da moeda<sup>367</sup>.

As medidas do governador de São Paulo eram escandalosas para o conde de Rezende porque havia uma diferença fundamental entre o Rio de Janeiro e as regiões periféricas da colônia:

(...) [o] Rio de Janeiro é a Capital do Estado e pela sua situação a mais própria para nos casos ocorrentes acudir à pública e comum defesa (...) [/] que a mesma Senhora [a rainha] determine o que seja mais útil ao Seu Serviço e à opulência desta Capital, que pela sua situação requer forças bem superiores àquelas que possam pertencer os Generais de outras Capitânicas subalternas menos responsáveis e menos expostas<sup>368</sup>.

Em outros termos o vice-rei exigia privilégios à capital do Estado do Brasil pelas suas responsabilidades militares em defender não apenas o próprio território, mas acudir “à pública e comum defesa”. Seu raciocínio remetia a um princípio mercantilista adaptado às condições de centro e periferia na colônia: o compromisso da metrópole – no caso o Rio de Janeiro – em defender suas colônias tinha como contrapartida a concessão por parte destas de uma série de vantagens comerciais<sup>369</sup>.

Mais adiante, sucedendo as grandes secas no nordeste, o vice-rei comunicava ao governador do Rio Grande que, dada a importância das vendas de trigo à capital, tornava obrigatória a escala no porto do Rio de Janeiro das embarcações carregadas no sul, onde deveriam ser pagos os rendimentos da alfândega “(...) vindo desta forma a não ficar prejudicada [a alfândega], quando os fossem pagar a outra, ainda crescendo o direito que

---

<sup>367</sup> AN, NP, Cód. 68, vol. 09, conde de Rezende, 24/07/1791.

<sup>368</sup> AN, NP, Cód. 68, vol. 09, conde de Rezende, 20/07/1791.

<sup>369</sup> Cf. HECKSCHER, *La epoca mercantilista...*, op. cit., p. 485.

*esta tem aos mesmos direitos por ser esse Continente [o Rio Grande] pertencente a esta Capital.”*<sup>370</sup>.

A ordem do vice-rei, que na prática resultaria no pagamento de direitos dobrados pelos negociantes que carregassem para os portos do Nordeste, visava a atingir dois objetivos: o aumento nos rendimentos do Rio de Janeiro e a quase monopolização por parte da capital do mercado de trigos e carnes rio-grandenses. Em suma, tanto os projetos de Luiz de Vasconcelos como as medidas do conde de Rezende caracterizavam-se pela tentativa de proteger o mercado do Rio. Proteção que passava pela referida política de “fornecimento”, mas ainda pela política de “depósitos” que tentava concentrar através de medidas políticas as mercadorias na cidade, convertendo-se a capital em um depósito (*entrepôt*) e os seus moradores em intermediários do comércio da região<sup>371</sup>. Se a primeira política ocupava-se do abastecimento de víveres, a segunda possuía objetivos nomeadamente fiscais.

Naturalmente que estas idéias não eram aceitas no Reino; tendo recebido uma representação dos homens de negócio da Bahia contra o pagamento dos direitos, Martinho de Mello e Castro determinou o fim da obrigatoriedade da escala no Rio de Janeiro. Seu sucessor, Luis Pinto de Souza, pôs fim ao pagamento de direitos na alfândega do Rio sobre as mercadorias enviadas pelo Rio Grande aos portos do nordeste<sup>372</sup>.

---

<sup>370</sup> AHRS, AG, B01.02, conde de Rezende, 28/07/1793.

<sup>371</sup> HECKSCHER, *La época mercantilista...*, *op. cit.*, p. 507.

<sup>372</sup> AHU, ROR, RJ, Cód. 573, Martinho de Mello e Castro, 01/06/1794 e AN, SEB, Cód. 67, Vol. 20, Luis Pinto de Souza, 10/02/1795. Não encontramos a resposta às queixas do conde de Rezende quanto ao procedimento do governador de São Paulo, entretanto, é provável que tenha logrado obter o fim da obrigatoriedade das embarcações paulistas descarregarem nos portos de Santos, ao menos este é o sentido geral do ofício de 01/06/1794 de Martinho de Mello e Castro: “(...) *os gêneros e produções de qualquer das capitâneas do Brasil possam ser transportados de uma para outras sem o menor obstáculo (...)*”.

Com a morte de Martinho de Mello e Castro assumiu interinamente Luis Pinto de Souza, em março de 1795, o cargo de secretário de marinha e ultramar. Entre a ascensão do primeiro ao posto de secretário em 1770 e a sua morte em 1795, muito havia mudado na política européia e americana. Em 1783 os Estados Unidos alcançaram sua Independência, em 1789 com a Inconfidência Mineira os colonos brasileiros conspiraram pela primeira vez para lograr sua separação de Portugal, em 1792 era abolida a monarquia na França e no mesmo ano iniciava a Revolução de escravos em São Domingos que era seguida pela assim chamada “Revolução dos Alfaiates” na Bahia. Em Portugal ocorria uma verdadeira efervescência cultural, com a Academia de Ciências de Lisboa (1779) e o movimento memorialista traduzindo em termos ibéricos o melhor do pensamento Ilustrado europeu.

O fracasso da faceta revolucionária da Ilustração luso-brasileira e o problema da escravidão sugeriam aos colonos “(...) *uma solução de compromisso com a Metrópole*”<sup>373</sup>. Pelo Reino, o movimento memorialista e projetista inventariava e descrevia as condições econômicas portuguesas e sugeria reformas que, no conjunto, procuravam estabelecer uma nova relação entre o Estado e a sociedade na qual o indivíduo econômico fosse libertado de certos “arcaísmos” portugueses<sup>374</sup>.

---

<sup>373</sup> MAXWELL, Keneth. A geração de 1790 e a idéia de império luso-brasileiro. *In: Chocolate, Piratas e Outros Malandros*. Ensaios Tropicais. (157-208), São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 178. Cf. também NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, *op. cit.*, pp. 236-237. Como escrevia Donald Campbell: “(...) *o sistema moderno da França ainda que pode lisonjear às aspirantes vistas de alguns meio ensinados estudantes embriagados de amor próprio, nunca foi geralmente acolhido entre os homens de reflexão ou de fundo; e a emancipação da escravatura que os franceses no seu delírio estenderam às suas colônias, sempre tem imprimido um ódio geral no Brasil contra o seu sistema.*” (AHU, Avulsos, RJ, doc. 13889, Donald Campbell, 08/09/1801).

<sup>374</sup> Cf. CARDOSO, José L. **O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do século XVIII**. (1780-1808). Lisboa: Estampa, 1989, pp. 100 e 122. Ver também o estudo de Luis Agesta sobre os

A morte de Martinho de Mello e Castro facilitou essa repactuação com as elites coloniais. Como bem notou Keneth Maxwell, já Luis Pinto de Souza abriu espaço para a reforma do sistema colonial, pois, numa talvez inédita autocrítica metropolitana, reconheceu “*Alguns defeitos políticos e restrições fiscais se têm oposto até agora aos seus progressos [do Brasil]*”<sup>375</sup>. Mas sem dúvida alguma foi D. Rodrigo de Souza Coutinho que logrou reorganizar a relação entre Portugal e Brasil.

No momento em que assumiu a pasta de marinha e ultramar, o futuro conde de Linhares enviou uma circular ao vice-rei e aos governadores de todas as capitanias determinando que lhe fossem remetidas: uma descrição geográfica e física de cada capitania; o estado da povoação; os produtos, as exportações e as importações das capitanias; a relação dos tributos pagos; mapas e relações das despesas; o estado das tropas; as propostas de promoções militares anualmente; a cada ano uma relação das culturas e melhoramentos que se podiam introduzir. Terminava a correspondência com um aviso: “*Estas relações (...) poderão fazer julgar do merecimento, zelo e luzes de V. Exa. que assim merecerá que S. Maj. considere e atenda seus serviços.*”<sup>376</sup>.

De posse destas informações, D. Rodrigo passou a enviar às capitanias brasileiras centenas de impressos com informações agronômicas e técnicas para o melhoramento da agricultura e produção de novos gêneros. Para o Rio Grande foram enviados 50 volumes da *Memória da Cultura do Loureiro Cinamomo*, 50 da *Pipireira Negra*, 40 exemplares da

---

ilustrados espanhóis, AGESTA, Luis. **El Pensamiento Político del Despotismo Ilustrado**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.

<sup>375</sup> *apud*: MAXWELL, *A geração de 1790...*, *op. cit.*, p. 181.

<sup>376</sup> AHU, ROR, Cód. 573, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 14/09/1796. Retomava aqui uma idéia de Domingos Vandelli, expoente do movimento memorialista, que falava da necessidade de se reunir “mapas aritmético-políticos” para melhor administrar as províncias (ver a referência a Vandelli em CARDOSO, *O pensamento económico...*, *op. cit.*, p. 61).

*Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente, 25 da Memória sobre a caneleira, 10 da Memória sobre a plantação de algodão, 100 do Extrato sobre o método de se preparar a estopa, 50 do Extrato sobre o método de se fazer nitrato de potassa ou salitre de Chaptal, 50 da Instrução sobre a combustão dos vegetais, 100 impressos da Cultura do Cânhamo, 20 exemplares do Fazendeiro do Brasil em dois tomos*<sup>377</sup>.

Reunião de informações sobre as capitanias e envios de instruções agronômicas, assim como de sementes de plantas novas, não chegavam a ser inovações nas práticas administrativas coloniais; mas a intensidade destas experiências e o esforço em instruir um método unificado na administração devem ter chamado a atenção dos contemporâneos. Além disto, D. Rodrigo passou a incentivar que outros elementos, não necessariamente da estatura política de um governador sugerissem melhoramentos e até mesmo formulassem projetos para o sistema colonial português.

Foi o caso de uma troca de correspondência com o desembargador da relação do Rio de Janeiro que havia escrito diversas propostas para melhorar o combate aos descaminhos de escravos; o futuro conde Linhares lhe respondeu que estava tomando as medidas necessárias e avisando aos governadores da necessidade de combater este negócio. Alguns dias mais tarde escrevia ao vice-rei determinando o cumprimento de todas as sugestões do desembargador<sup>378</sup>.

Com o chanceler Luiz Beltrão de Govea d'Almeida – de quem tornaremos a falar – D. Rodrigo trocou diversas cartas em que comentava as memórias do primeiro; inclusive uma delas foi enviada ao vice-rei. Em um dos ofícios o secretário de marinha e ultramar concluía

---

<sup>377</sup> AHU, ROR, Cód. 574, D. Rodrigo de Souza, 07/02/1798. D. Rodrigo também enviara um folheto sobre o modo de faturar tabuletas de caldo de carne (AHRS, AG, B01.02, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 07/01/1798).

<sup>378</sup> AHU, ROR, Cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 27/09/1798 e 01/10/1798.

dizendo: “*Desejarei que V. Mcê. prossiga com o mesmo desvelo em me comunicar todas aquelas notícias e especulações que possam (...) aumentar o nosso comércio (...)*”<sup>379</sup>.

Assim, ia incentivando a formação de um movimento memorialista e projetista no Brasil ao mesmo tempo em que compromissava alguns setores das elites locais com o projeto de reforma do sistema colonial. Inovação política que levava o já citado Francisco Soares de Araújo e Silva a questionar contrariado: “*Se o sistema atual é facilitar tudo o que mais convém às colônias (...)*”<sup>380</sup>.

Mas afinal, qual era este “*sistema atual*” que D. Rodrigo pretendia criar? Sinais de uma certa abertura na ortodoxia oficial já haviam aparecido na obra do bispo Jose da Cunha Azeredo Coutinho, impressa com a autorização Real; enquanto que Martinho de Mello e Castro dizia ser necessário que a metrópole mantivesse uma balança comercial positiva sobre as suas colônias, “*(...) que é a maior e pode se dizer a única vantagem que as capitais tiram de suas colônias*”<sup>381</sup>, o bispo, em um trecho bastante conhecido de seu *Ensaio sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, escrevia que a metrópole poderia ser devedora as suas colônias e saldar seus débitos em metálico, pois com os gêneros coloniais era possível “*(...) ser em dobro credora aos estrangeiros (...)*”<sup>382</sup>. Afirmava ainda que a dívida do Reino com o

---

<sup>379</sup> AHU, ROR, Cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 23/10/1799 as referências às outras memórias estão nas correspondências de 21, 22 e 23/10/1799. Ver ainda MAXWELL, *A geração de 1790...*, op. cit., p. 184.

<sup>380</sup> SILVA, Francisco de Araujo. *Cópia de uma memória...*, op. cit. Em 1801 D. Rodrigo viria a substituir o marquês de Ponte de Lima na presidência do Erário Régio. Talvez um sinal da vitória política da ala reformista na Corte.

<sup>381</sup> AHU, ROR, Maranhão, Cód. 598, Martinho de Mello e Castro, 14/07/1792.

<sup>382</sup> COUTINHO, Joaquim da Cunha Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e Suas Colônias* (1794). In: **Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho**. (55-172) São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, p. 154. Noção muito parecida era defendida por D. Rodrigo: “*Pode contudo a exportação parcial deste sinal [moeda] ser útil enquanto nos trouxer gêneros que manufacturados possam trazer depois uma mais forte importação [de moeda] (...)*” (COUTINHO, D.

Brasil fortalecia os seus laços, concluindo que a pobreza era a origem da revolta enquanto que “(...) *quem mais tem que perder, mais teme; quem mais teme, mais obedece (...)*”<sup>383</sup>.

Seguramente a grande inovação teórica de Azeredo Coutinho não era afirmar que Portugal poderia enviar moeda para o Brasil - um mercantilista tão ortodoxo como Thomas Mun pensava nestes termos em 1664<sup>384</sup> - e sim o abandono completo da noção de desequilíbrio entre o Reino e as suas conquistas. Ao contrário do pensamento tradicional português que temia o enriquecimento relativo da colônia, o bispo defendia que a felicidade da união entre Portugal e Brasil estava na riqueza dos vassallos do Ultramar.

E é no sentido de estimular o desenvolvimento da colônia que algumas medidas de D. Rodrigo de Souza Coutinho apontam: a tentativa de criar uma caixa para o financiamento da agricultura na colônia, a supressão do contrato do sal em 1801, o incentivo fiscal para alguns produtos, etc. Mas vejamos isto melhor enfocando os projetos e as políticas formuladas para o Rio Grande.

Uma memória especificamente parece ter repercutido bastante no pensamento da época. Trata-se das *Observações Relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do*

---

Rodigo de Souza. Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal (1796). In: **Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)**. (301-318), Lisboa, 1988, p. 306).

<sup>383</sup> ID., p. 156. Por volta de 1791 Azeredo Coutinho já havia formulado estas idéias em uma representação à Rainha (AHU, Avulsos, doc. 11145, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, 1791. Para os comentários sobre Azeredo Coutinho e a sua obra ver especialmente NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 231-237. Também HOLANDA, Sérgio B. Apresentação. In: COUTINHO, *Obras econômicas...*, op. cit., pp. 13-53, SODRÊ, Nelson W. Azeredo Coutinho. Um economista colonial. in: **A Ideologia do Colonialismo**. 2ª ed. (19-37), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>384</sup> “(...) *debemos agregar nuestro dinero para (...) aumentar nuestro comercio permitiendonos traer más artículos extranjeros, los cuales siendo exportados nuevamente traerán, a su tiempo, un gran aumento de nuestra riqueza.*” Em todo o caso, Thomas Mun dizia que sua idéia era “(...) *tan contraria a la opinión común (...)*” (MUN, Thomas. **La Riqueza de Inglaterra por el Comercio Exterior**. (1664 da ed. inglesa). Mexico: FCE, 1996, pp. 68-69). Ver também a análise de Pierre Vilar do pensamento mercantilista espanhol, VILAR, Pierre. Os primitivos espanhóis do pensamento

*Continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil*, de autoria do militar Domingos Alves Branco Munis Barreto<sup>385</sup>. Logo no início do texto o autor sugere a sua filiação ao *sistema atual*, das reformas do secretário de marinha e ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho a quem dedicou suas *Observações*.

Serve a esta frouxidão de desculpa ao carunchoso sistema de muitos arbitristas da Nação. Eles dizem = *Que para segurar as mesmas conquistas convém ter bisonhos a maior parte ou quase todos os seus habitantes; que se lhes não deve abrir caminho algum a sua civilização; que se lhe devem ocultar as utilidades próprias do terreno; e finalmente que não devem ser ensinados a aperfeiçoar e dar a estima que merecem as artes*<sup>386</sup>.

Ao criticar os “*arbitristas da Nação*” que preferiam deixar “*bisonhos*” os habitantes das colônias para “*segurar as mesmas conquistas*”, Domingos Alves Barreto atacava o pensamento tradicional e a já referida tese que temia o desequilíbrio entre o Reino e o Brasil. Ataque, aliás, que seria mais duro se o autor tivesse “*(...) uma muito boa carta de seguro (...)*”<sup>387</sup>.

Seguindo uma estrutura bastante típica das obras do memorialismo, passava a uma descrição geográfica do Rio Grande, inventariando os recursos econômicos da Capitania para

---

económico: ‘quantitativismo’ e ‘bulionismo’. In: **Desenvolvimento Económico e Análise Histórica**. (227-253), Lisboa: Presença, 1982, esp. p. 247-253.

<sup>385</sup> BARRETO, Domingos Alves M. *Observações Relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do Continete do Rio Grande de São Pedro no Brasil* (aprox. 1796). BN (29,13,28). O autor ocupava o cargo de comandante da fortaleza de São Paulo, na Bahia; mais tarde, de acordo com Gilhermino Cesar, participou do movimento independentista alinhando-se aos liberais de linha maçônica (CESAR, *Primeiros cronistas...*, op. cit., p. 167).

<sup>386</sup> ID. (grifo no original).

<sup>387</sup> ID. A opinião de Francisco de Araújo e Silva era naturalmente a oposta: “*Debalde se pretenderiam persuadir estas verdades ao Povo, que não tem saber bastante para conhecer que o ofício do governo é manter o bem geral da Sociedade (...)*” (SILVA. *Cópia de uma memória..*, op. cit.).

em seguida introduzir as sugestões de reformas, as Providências Políticas e Econômicas necessárias para retirar o Continente da decadência<sup>388</sup>.

A primeira medida preconizada era a separação do Rio Grande em relação ao governo do Rio de Janeiro, alcançando o *status* de Capitania geral. A separação era completada por uma série de medidas econômicas: a criação de uma moeda provincial, de uso exclusivo no Rio Grande e em Santa Catarina; o pagamento das folhas civil, eclesiástica e militar “(...) *que nunca se fazem (...)*”; o estabelecimento de navegação direta com o Reino; o estímulo à povoação; o cultivo e a divisão mais racional das terras existentes na Capitania; a construção de pontes e barcas; o cuidado na arrecadação dos impostos. Terminava a memória como era a praxe, sugerindo uma série de cultivos para a Capitania.

Destaque-se no seu plano os três pontos mais relevantes. Em primeiro lugar, o propósito de iniciar a navegação direta entre o Rio Grande e a metrópole:

Que se cultive a navegação em direitura aos portos deste Reino sem que se possa servir obstáculo o não poderem navegar pela sua barra mais que pequenas embarcações (...) Para isso deve-se estabelecer um depósito ou Armazém Geral na Ilha de Santa Catarina, transportando-se as produções da principal Vila de São Pedro e das suas vizinhanças em embarcações pequenas para aquele dito Armazém, e as produções que ficarem no centro do Continente (...) uma boa parte podem [ser] conduzidas em embarcações adequadas àquela barra e outra parte, principalmente couros, por terra (...) sendo dirigidas à Vila de Laguna, donde em pequenas sumacas e lanchas podem ser conduzidos (...) pela barra do sul da Ilha de Santa Catarina, havendo um grande cuidado no regresso que fizerem as embarcações do Reino à mesma Ilha, que façam o seu lastro de sal de Setubal que de modo algum deve ser estancado (...)<sup>389</sup>

---

<sup>388</sup> BARRETO, *Observações Relativas à Agricultura...*, *op. cit.*,. O termo decadência, como bem nota José Luis Cardoso, servia aos memorialistas como um instrumento ideológico contra um estado de coisas: “(...) a ‘decadência’ era o ponto de partida para a apresentação de propostas de renovação do tecido econômico e social.” (CARDOSO, *O pensamento econômico...*, *op. cit.*, p. 108). Aliás, seria difícil crer numa verdadeira decadência econômica no Rio Grande da década de 1790.

<sup>389</sup> ID.

O complemento para a separação política do Rio Grande do governo da capital do Brasil era a sua conexão econômica com Lisboa. O problema da falta de fundo para grandes barcos na barra do rio Grande (Lagoa dos Patos) seria contornado pelo estabelecimento de um armazém geral na Ilha de Santa Catarina, para onde seriam remetidas as produções rio-grandenses; parte das cargas seria enviada através da barra até Santa Catarina, outra seguiria por terra até Laguna donde partiriam “*pequenas sumacas e lanchas*” até a Ilha. No armazém geral aguardariam as naus reinóis que estariam carregadas de sal, gênero de grande consumo na elaboração do charque, que não deveria sofrer com o estanco.

O incentivo à imigração para a Capitania também fazia parte de seu escopo. A este respeito propunha um plano bastante curioso: todos os habitantes que desejassem migrar para o Rio Grande receberiam o apoio da Fazenda Real para “*(...) poderem fazer as suas primeiras habitações (...)*”, os recursos seriam obtidos com um imposto em gêneros aos oleiros e fabricantes de cal para depois serem distribuídos aos povoadores.

No que se refere aos impostos, era da opinião que a metrópole deveria agir com prudência. Os rendimentos não poderiam ser arrematados de pronto “*(...) pois seria o meio de desanimar a agricultura vexada pelos arrematantes (...)*”, sugeria ainda a isenção de alguns direitos durante alguns anos para incentivar a produção.

Em todo o caso, as idéias formuladas por Domingos Barreto circularam muito entre os ilustrados portugueses<sup>390</sup>. Luis dos Santos Vilhena colou das *Observações* diversos parágrafos que foram utilizados em sua 17ª carta que tratava do Rio Grande e de Santa Catarina<sup>391</sup>. Em

---

<sup>390</sup> Sabemos que existe uma cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na coleção Linhares, que é parte do despojo da família de D. Rodrigo. Há também exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, Torre do Tombo e na Biblioteca de Évora.

<sup>391</sup> Luis dos Santos Vilhena era professor de grego na Bahia, seguramente foi ele que “plagiou” as informações de Domingos Barreto, e não o contrário; o comandante da fortaleza de São Paulo dizia

suma, repetia uma boa parte das idéias de Domingos Barreto, como a separação da Capitania do Rio Grande do governo do Rio, a cunhagem de uma moeda provincial, o estabelecimento da navegação direta com Portugal utilizando a ilha de Santa Catarina como entreposto, etc.

Sua inovação era a política de incentivo à população, pela qual o tesouro Real deveria bancar a transferência de famílias pobres para o extremo-sul, recebendo ainda a garantia de terras gratuitas, sementes, ferramentas e gado a serem pagos “(...) *em tendo com quê (...)*”. A sugestão mais importante, porém, era a migração forçada dos “(...) *milhares de indivíduos ociosos, e famílias (...) sem ocupação, nem ofício, e achando que unicamente servem de peso ao Estado (...) havendo contudo vigilância sobre eles, obrigando-os a trabalhar, visto que levam a preguiça inveterada*” das grandes cidades brasileiras. Mas mais surpreendente ainda era sua opinião a respeito do tráfico de escravos:

Não posso assentir ao parecer dos que aconselham se mandem para ali escravos vindo das costas da África, tendo por assentar que são, e podem vir a ser prejudicialíssimo a todo o Brasil, logo que o número dos brancos não for igual ao dos pretos, como por recear-lhe grande risco na passagem de uma região árida para um país muito frio, em comparação do que deixam, de forma que só poderão passar ali menos mal os pretos que se tiverem familiarizado já com outros climas temperados da África<sup>392</sup>.

O projeto de enviar os “*ociosos*” para o Rio Grande se completava pela recusa em concordar com o comércio de escravos africanos para aquelas bandas. Sua crítica era mais racial do que econômica, receava que os negros superassem numericamente a população branca no Brasil, o que seria “*prejudicialíssimo*”; o argumento climático, a “*passagem de uma*

---

que as suas idéias eram baseadas em observações feitas *in loco* durante a campanha de 1774-1778; já Vilhena afirmava escrever notícias baseadas nas observações de outros. Segundo consta, suas cartas teriam chegado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, a quem as últimas eram dedicadas. Para uma análise dos textos de Vilhena, cf. MOTA, *Idéia de Revolução...*, *op. cit.*, pp. 59-67.

<sup>392</sup> VILHENA, Luis dos S. Carta décima-sete (aprox. 1799) *In: A Bahia no século XVIII*. Vol. 3, (593-614), Salvador: Itapuã, 1969, p. 605.

*região árida para um país muito frio*”, é visivelmente secundário<sup>393</sup>. Há, portanto, uma espécie de “modernidade” no projeto de Vilhena para o incentivo ao crescimento populacional no Rio Grande, questão que será mais discutida logo adiante.

Separação do Rio de Janeiro, aumento da população, isenção de impostos e comércio com o Reino, também eram as receitas de Domingos José Marques Fernandes, que ocupara em 1798 o cargo de escrivão de sesmarias na Capitania do Rio Grande e que em 1804, data da sua *Descrição Corográfica da Capitania do Rio Grande São Pedro do Sul*, encontrava-se na Corte para representar a favor da criação de novas vilas no Rio Grande. Mais tarde, reproduzindo os termos de sua *Descrição*, requeria ao Conselho Ultramarino a isenção de meios direitos para a navegação entre o Rio Grande e a metrópole, “(...) a instâncias do povo da capitania (...)”<sup>394</sup>. Como os autores já citados, Domingos Fernandes propunha o estímulo a novos cultivos, que deveriam estar relacionados com o estabelecimento de famílias, fornecidas pelo Estado de um casal de escravos e ferramentas. Estas famílias plantariam algodão, “*Isto porém enquanto não tivesse forças para estabelecer engenho de açúcar, o que*

---

<sup>393</sup> O problema dos ociosos era constante no pensamento de Vilhena, em outro texto dizia ser necessário: “(...) fazer evacuar das cidades os preguiçosos vadios e povoar de agricultores as campanhas (...)” (VILHENA, Luis do Santos. **Pensamentos Políticos Sobre a Colônia**. (aprox. 1799) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987, p. 59).

<sup>394</sup> Cf. AHU, RS, Avulsos, doc. 689, (consulta ao Conselho Ultramarino), 18/02/1807. No parecer do procurador da fazenda, contrário ao privilégio de meios direitos, se observa a circulação das memórias sobre o Rio Grande entre os administradores Reais: “*Como, porém, a opinião de pessoas versadas e muito instruídas em conhecimentos topográficos daquela Costa, os quais por não terem interesse, nem pedirem prêmios pelos seus planos se faziam críveis, seguravam que na extremidade da Ilha de Santa Catarina (...) havia uma baía com fundo capaz para (...) navios da maior grandeza (...) e a situação muito cômoda para se[ povoar?] e conduzidos a este sítio os efeitos do Rio Grande em pequenas embarcações se podia estabelecer daí uma navegação direta para Lisboa (...)*”.

*depende de maiores despesas*”<sup>395</sup>. Algodão e açúcar, os dois principais produtos de exportação do Brasil colônia, seriam a chave para a riqueza da Capitania<sup>396</sup>.

Da mesma forma, Manoel Antonio Magalhães, administrador em Porto Alegre do contrato do quinto do couro, do dízimo e municio das tropas, desejava que o governo bancasse a fixação de casais povoadores fornecendo-lhes escravos e ferramentas. O pagamento, no entanto, seria em uma quantidade anual de cânhamo que estas famílias seriam obrigadas a colher; considerava acertado que os lavradores fossem obrigados a plantar o linho pelo qual se pagaria 1\$000 o quintal “(...) *como único meio de animar e estabelecer um ramo de comércio*”<sup>397</sup>.

A idéia de iniciar novos cultivos para exportação (cânhamo, algodão, anil, cochinhilha, lã, etc.) no Rio Grande é outra constante no movimento memorialista. E praticamente todos os autores apontavam para a importância de se produzir o linho cânhamo na Capitania; as tentativas de estabelecer esta cultura dariam um capítulo a parte: houve distribuição de sementes entre particulares, tentou-se garantir a compra do produto pela Fazenda Real e até uma empresa escravista foi criada (a Real Feitoria do Linho Cânhamo). A respeito deste produto, o já referido Luiz Beltrão de Govea d’Almeida fez considerações muito interessantes:

---

<sup>395</sup> FERNANDES, Domingos J. M. Descrição Corográfica da Capitania do Rio Grande São Pedro do Sul (1804) *In*: **Pesquisas**, 15, ano 5 (17-88), 1961, p. 84

<sup>396</sup> “*Em toda a América não há sítios mais próprios para fábricas de açúcar como nas mencionadas terras incultas daquela Capitania (...) porque quase todas têm águas altas, que podem fazer trabalhar os engenhos, o que lhes dá valor de mais uma quarta parte. Todos os alimentos e bestas necessárias se acham mais baratos na Capitania de que falamos, do que em qualquer outra; e o gasto de um engenho nela, ainda de menor labutação, será menor que em outras três ou quatro mil cruzados, pelas comodidades ponderadas*” (ID., p. 85).

<sup>397</sup> MAGALHÃES, Manoel A. *Memória s/título.., op. cit.*. A memória também está na coleção Linhares. Existe outra versão deste texto a que já fizemos menção na tese, datada de 1808, que foi publicada por Décio Freitas (MAGALHÃES, *Almanack...*, op. cit..

A cultura pela Fazenda Real é muito ruínoza, calcule-se a receita com a despesa conhecer-se-á que fica mais barato em Lisboa o mesmo linho [cânhamo] de Riga do que o do Rio Grande: pede a economia que finalize a tal administração; pede a política que se animem os plantadores do linho com algum privilégio e com a liberdade de fazerem a seu arbítrio cordoarias, serem de piassaba ou de linho, não lhe muda a condição de fábrica, com as desta natureza podem ficar no Reino e colônias mais de dois milhões que por este artigo correm para o Norte e é mais útil esta riqueza em nossos nacionais do que nos estrangeiros: absoluta proibição das fábricas nas colônias deve unicamente restringir-se aos gêneros de luxo e jamais aos de necessidade absoluta, como se entende da licença que S.A.R. foi servido conceder às fábricas grosseiras de tecido de algodão: esta inteligência deve-se extensiva às cordoarias em que é certamente maior o interesse público<sup>398</sup>.

A cultura do linho cânhamo no Rio Grande objetivava a produção de uma mercadoria estratégica, as cordas para os velames da Marinha Real. Pedia a “política” que se continuasse a incentivar sua produção entre os particulares, cessando as experiências da Real Fazenda que era “ruínoza”. Só assim se evitariam a compra no estrangeiro e os gastos de mais de 2 milhões que se fazia com o produto. Chame-se a atenção, entretanto, que há também uma certa “modernidade” na defesa da manufatura das cordas na própria colônia (voltaremos a discutir isto)<sup>399</sup>.

A influência dessas memórias sobre a administração portuguesa e os projetos oficiais que eram forjados para integrar o Rio Grande no sistema colonial é muito clara: a Coroa incentivava novos ramos de comércio – tabaco, caldo de carnes, cânhamo - e propunha reformar o fisco para estimular a produção, caso do fim do contrato do sal<sup>400</sup>. Já em dezembro

---

<sup>398</sup>. ALMEIDA, Luiz Beltrão de Govea. *Memoria sobre a Capitania...*, *op. cit.*.

<sup>399</sup> Luiz de Vasconcelos, no momento em que criou a Real Feitoria de Linho Cânhamo, deixou muito claro que não se deveriam fazer fábricas de cordoaria (cf. AHRS, RFC, *Cópias de ofícios do vice-rei*, Luiz de Vasconcelos e Souza, 27/07/1783).

<sup>400</sup> Para os incentivos a produção do linho cânhamo (cf. AHU, ROR, cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 16/02/1798, 23/04/1798). Sobre a produção de caldos de carnes e outros derivados bovinos (AHU, ROR, cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 23/04/1798, 10/05/1799). A respeito do tabaco (AHRS, AG, B-1.03, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 25/10/1800). A extinção do estanco do sal era uma das demandas de Azeredo Coutinho, que acreditava que o sal era a chave para o estabelecimento

de 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho determinava que o conde de Rezende e o governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral Camara, informassem “(...) *os meios que são necessários empregar para estabelecer uma capitania no Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina que seja separada dos outros (...) e que sistema se poderia seguir para segurar daquele lado com povoações os nossos limites da parte dos espanhóis*”. Ao formular a questão nestes termos, D. Rodrigo não apenas repetia o velho problema da competição intermetropolitana, como também “comprava” a idéia de Domingos Barreto de separar o governo do Rio Grande do Rio de Janeiro e de submeter a Ilha de Santa Catarina ao primeiro<sup>401</sup>.

A resposta do vice-rei retomava em grande parte os planos anteriores e acrescentava novas idéias. O conde de Rezende começava sua carta afirmando que separar a Capitania era um “(...) *acertado pensamento (...)*”, o que causa surpresa dadas suas atitudes anteriores e a opinião que seu sucessor teria a este respeito (ver pp. 218-219), previa ainda que a exportação “(...) *das superabundantes produções daquela capitania (...) por ora não avançará mais que dos portos do Brasil até aos d’África (...)*”, no entanto, “(...) *a facilidade e segurança do porto de Santa Catarina (...)*” naturalmente fariam que o tráfico “(...) *estender-se-á a Metrópole (...)*”. Portanto, a receita para o desenvolvimento deste comércio era o crescimento da população e da lavoura na região, a ponto de que “(...) *se achem consumo as fazendas de importação dos navios e que estes façam uma carga sortida de gêneros do mesmo país (...)*”.

Contudo, os gêneros do país não bastariam para atrair os navios europeus:

---

do comércio entre a metrópole e a colônia (cf. COUTINHO, *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...*, op. cit. pp. 78-79). No início de 1798 o provedor Simeão Estelita da Fonseca escrevia a D. Rodrigo que o Rio Grande era “(...) *digno do vigilante cuidado de V. Exa. e das necessárias providências contra o vexame que lhe fazem os contratadores do sal, monopolistas deste gênero (...)*”. (AHU, Avulsos, RJ, doc. 12218, Simeão Estelita da Fonseca, 22/01/1798).

(...) enquanto (...) se não for propagado uma lavoura mais ampla em diversas produções com estabelecimento de fábrica de açúcar ao menos no norte da Ilha pelo muito que este gênero concorre para o equilíbrio do comércio e sortimento da carga dos navios que navegam o Brasil<sup>402</sup>.

O conde de Rezende aceitava a idéia de usar Santa Catarina como praça intermediária no tráfico entre o Rio Grande e a metrópole. Só que na sua avaliação a produção “*superabundante*” dos gêneros do país limitar-se-ia ao comércio com os portos do Brasil e da África e, no máximo, serviriam como uma espécie de “acumulação prévia”. Faltava uma lavoura de natureza diversa: uma lavoura de exportação, no caso o açúcar, que faria atrair as embarcações reinóis. Havia um precedente nos planos de Domingos José Fernandes.

Mas o projeto do vice-rei era ainda mais audacioso:

(...) e já no mesmo porto [de Santa Catarina] se poderá esperar a escala dos navios d’Ásia, os quais mais comodamente acharão ali a provisão dos refrescos que por ora não será bastante enquanto este artigo estiver separado de uma praça sobre a qual se possam sacar letras para dinheiros que fazem o principal fundo das negociações d’Ásia e receber fazendas de importação ao dito fim; e por ser necessária a combinação destes três artigos se não faz esta escala, por ora, se não no Rio de Janeiro e Bahia (...)<sup>403</sup>

Santa Catarina tomaria o lugar do Rio de Janeiro na triangulação do comércio asiático português, porque ali as Naus da Índia conseguiriam mais facilmente os alimentos para seguir a monção. Contudo, necessitava de ter uma “*praça*” que trocasse as letras de Lisboa e Porto por prata e ouro, “*principal fundo das negociações d’Ásia*”, só que antes de mais nada era

---

<sup>401</sup> AHU, Cód. 573, ROR, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 09/12/1796.

<sup>402</sup> AN, SEB, Cód. 69, Vol. 8, conde de Rezende, 23/01/1798. Um pouco antes de escrever para D. Rodrigo, o conde de Rezende propunha ao governador do Rio Grande estabelecer fábricas Reais de carne na Ilha de Santa Catarina que seriam fornecidas pelo gado do Rio Grande. Seu objetivo era abastecer a esquadra e também facilitar sua exportação a Lisboa; o projeto não prosperou porque o gado chegaria muito magro em Santa Catarina (AHRs, AG, B 01.02, conde de Rezende, 12/12/1797 e 16/12/1797).

<sup>403</sup> ID.

preciso receber as fazendas européias para que a praça ficasse em débito com a metrópole e, portanto, sempre trocasse as letras emitidas pelos seus credores europeus.

O projeto previa ainda as fontes de renda para que a nova Capitania pudesse sustentar as “(...) *forças de segurança* (...)” necessárias para se defender dos vizinhos.

Se esta cidade do Rio havia de concorrer com algum contingente em dinheiro para a nova capitania, ceda já os direitos que por entrada cobra das carnes, sebo e couros vindos do Rio Grande e paguem-se estes mesmos direitos ali por saída nas alfândegas (...) e porque os direitos da saída vão recair sobre aquele povo para onde se exportam os gêneros, fica o povo da nova capitania sem aquele imposto e mais hábil a engrossar as produções do seu país, de maneira que em pouco tempo se habilite por este lado, e os mais que vem em conseqüência a receber imediatamente a importação da metrópole e concorrerá já com os direitos da entrada nas suas alfândegas sem que as fazendas importadas tenham entrado em outra alfândega da América (...) <sup>404</sup>

Novamente é de se estranhar que o conde de Rezende, tão cioso de sua arrecadação, estivesse agora sugerindo abrir mão dos direitos de entrada dos gêneros exportados do Rio Grande. Além disto, previa que o comércio direto com a metrópole seria outra fonte de arrecadação para uma alfândega a ser formada no Rio Grande. Com essa arrecadação a Capitania estava pronta a “(...) *habilitar-se para repelir qualquer repentina invasão do Império vizinho* (...)” <sup>405</sup>.

Finalizava o seu projeto com os planos previsíveis para o aumento de população. Aqui não apenas repetia o tradicional apelo aos casais das ilhas, mas ecoando as idéias de Vilhena, acreditava que seria de interesse enviar os ociosos que “(...) *superabundam* (...)” nas

---

<sup>404</sup> ID.

<sup>405</sup> ID. Antes da fundação da alfândega no Rio Grande (sobre a qual trataremos mais adiante) o consumidor da região só pagava impostos indiretamente através do direito de entrada que os produtos europeus pagavam nas alfândegas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (ver ainda o 2º capítulo).

capitanias marítimas. Incluía ainda, talvez num resquício pombalino, a organização de aldeias de índios<sup>406</sup>.

Decididamente os planos do vice-rei resumiam as principais linhas das memórias e projetos anteriores e ainda avançavam bastante nas questões práticas do problema. D. Rodrigo, bem impressionado, respondeu que “*Pareceu muito bem a Sua Maj. a excelente informação que V. Exa. principiou a dar no ofício 97 sobre a utilidade de fazer independente o Rio Grande (...)*”<sup>407</sup>.

Prosseguindo no projeto para formar uma Capitania geral, independente do Rio de Janeiro, em julho de 1800 D. Rodrigo, por meio de Carta Régia, ordenou que se informasse sobre o melhor modo de se criar uma alfândega no Rio Grande e em Santa Catarina<sup>408</sup>. Entre a emissão da Carta Régia e os informes do vice-rei, do chanceler da relação do Rio de Janeiro e do governador do Rio Grande houve mudanças profundas na administração das colônias: D. Rodrigo de Souza Coutinho foi para o Erário Régio, sendo substituído pelo visconde de Anadia (16/06/1801); pela mesma época D. Fernando José de Portugal tomou o lugar do conde de Rezende no governo do Brasil e o então governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara faleceu deixando vago o seu posto.

Sendo assim, a informação do recém nomeado vice-rei desanimava a constituição de uma alfândega no Continente. Seu parecer iniciava pela constatação de que praticamente não havia tráfico direto entre o Reino e o Rio Grande, apenas comércio de carnes e trigo com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco “*(...) sendo o das carnes bastantemente preciso para o sustento dos povos (...)*”; além disto, com gêneros perecíveis e embarcações de pequeno lote,

---

<sup>406</sup> ID.

<sup>407</sup> AHU, ROR, Cód. 574, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 24/09/1798.

era impossível se prever um comércio vantajoso para a metrópole. Na ausência de tráfico direto, carecia de sentido criar uma alfândega na região, já que a maior parte das importações rio-grandenses era de produtos europeus reexportados pelas praças centrais da colônia, que pagavam os direitos de entrada nas respectivas alfândegas. Também não considerava que os gêneros da terra que o Rio Grande importava deveriam ser carregados de impostos “(...) *animando assim melhor o comércio interno das capitânicas entre si (...)*”; ainda que o próprio reconhecesse a existência da cobrança de direitos de entrada sobre as mercadorias rio-grandenses na alfândega do Rio<sup>409</sup>.

O parecer de D. Fernando sugere um passo atrás em relação ao plano do conde de Rezende de 1798. Uma vez mais os interesses fiscalistas e protecionistas da capital se sobrepujam, pois estava contra a cobrança de impostos sobre os produtos da terra que o Rio de Janeiro enviava ao Rio Grande, sob a justificativa de animar o comércio, mesmo que os produtos rio-grandenses pagassem direitos quando entravam no Rio de Janeiro. E tampouco repetia o seu antecessor na oferta destes direitos à alfândega a ser criada no Rio Grande.

Opinião contrária tinha o chanceler Luiz Beltrão de Govea d’Almeida, de quem já citamos uma memória de toda favorável à independência do Rio Grande. Concentrava o seu parecer em mostrar que em todas as capitânicas se cobravam impostos sobre as mercadorias da terra, o direito de guarda costas, e que a sobrecobrança também era praticada; via o comércio do Rio Grande de maneira otimista que na sua opinião era sempre superavitário, também acreditava que o tráfico com Portugal só fazia aumentar, e, o mais importante, concluía seu parecer criticando os interesses dos vice-reis na questão da separação do Rio Grande:

---

<sup>408</sup> AHU, ROR, Cód. 575, Carta Régia, 15/07/1800.

<sup>409</sup> D. Fernando Jose de Portugal, 27/04/1802, inclusa em AHRS, AG, B 1.03, 26/07/1802.

(...) não pode ser já da aprovação dos vice-reis que propõem oficiais para os postos [1] tropas do Continente; que nomeiam os da fazenda, que dão grandes e ricas sesmarias, além de diversos objetos de importância, que tenta ainda aqueles que são excelentes governadores como foi o mesmo Luiz de Vasconcelos e o presente vice-rei; mas esses mesmos não podem se livrar da tentação inerente à natureza humana de governarem uma grande extensão de terreno (...)<sup>410</sup>

Em todo o caso, as alterações nas pessoas que cuidavam da administração das colônias, a resistência do novo vice-rei e as tradicionais delongas de uma burocracia colonial, atrasavam a criação da nova Capitania geral. Tomando posse o novo governador, Paulo José da Silva Gama (30/01/1803), estabeleceu uma Junta de Fazenda no lugar da antiga provedoria e passou a diligenciar na criação da alfândega, passos necessários para a elevação do Rio Grande à Capitania geral, ainda que isto provocasse conflitos de jurisdição com o vice-rei que protestava toda vez que sentia seus poderes ameaçados pelos atos do novo governador<sup>411</sup>.

Em março de 1805, Paulo José da Silva Gama escrevia para o visconde de Anadia formulando um interessante projeto pelo qual se deveriam resolver os problemas fiscais da Capitania e fomentar a cultura, o comércio e a população:

(...) seria ainda muito mais vantajoso se Sua Alteza Real, a semelhança do que acaba de conceder à capitania do Ceará (...) outorga-se uma igual graça para que os ditos gêneros que se importassem em direitura do Reino ou da Costa da África, por espaço de dez ou doze anos, só estivessem sujeitos à metade dos direitos que costumam pagar-se nas mais alfândegas do Brasil. Desta sorte, se fomentaria a navegação direta e conseqüentemente floresceria o comércio com maior vantagem e se proveria a cultura, objeto mais interessante a esta colônia<sup>412</sup>.

---

<sup>410</sup> Luiz Beltrão do Govea d'Almeida, 16/04/1802 inclusa em AHRS, AG, B 1.03, 26/07/1802.

<sup>411</sup> Cf. AAHRS, vol 12 (pp. 117-122). Paulo José da Silva Gama, 26/12/1802 e 18/02/1803. AN, SEB, Cód. 69, Vol. 12, D. Fernando José de Portugal, 17/02/1803 e 29/02/1804.

<sup>412</sup> AAHR, vol. 12 (p. 180-185). Paulo José da Silva Gama, 30/03/1805.

Retomava aqui os planos de Domingos José Marques Fernandes de estimular o comércio com a metrópole através da isenção dos “*meios direitos*”<sup>413</sup>, incluindo ainda a Costa da África. Também era do arbítrio que fosse criada uma moeda provincial:

Seria muito providente conceder-se uma moeda provincial que girasse unicamente dentro dos limites desta capitania (...) fica evidente que com o numerário privativo se fomentava a indústria e até principalmente a população (...) com numerário próprio, chamaria não só os casais agricultores mas artífices, de que tanto precisa esta capitania. E tanto mais se deve julgar necessária esta providência neste país, quanto ele se vê falto de dinheiro não só pelo motivo da falta geral, mas pela inferioridade do preço a que estão reduzidos os gêneros que exporta, que não compensam a importação. Com a providência da moeda privativa, ainda que o comércio externo fosse de pouco momento e que o contrabando de Montevideú [com as praças do Rio e da Bahia] não cessasse, nunca as forças da capitania diminuiriam de um modo tão rápido, porque não só restariam lavradores e criadores de gados, mas todas as classes de ocupações subsistiriam sempre<sup>414</sup>.

Paulo José da Silva Gama recuperava uma sugestão de Domingos Barreto, criar uma moeda provincial que só deveria girar no Rio Grande. A idéia voltava num momento extremamente delicado na economia rio-grandense: a retomada do comércio legal castelhano (1802-1805) impusera um ajuste nas contas externas rio-grandenses (ver capítulo 3, p. 137), provocando uma “*falta geral*” de moeda e diminuição “*de um modo tão rápido*” das forças da Capitania. Na análise do governador a moeda privativa chamaria agricultores e artífices para a

---

<sup>413</sup> “*Instam finalmente todas as razões (...) A animar o comércio com a isenção de meios direitos por dez anos, como se concedeu ao Ceará Grande (...) em todos os efeitos que se exportam e importam deste Reino em direitura àquela Capitania.*” (FERNANDES, *Descrição corográfica...*, op. cit., p. 87). É bem provável que Domingos Fernandes estivesse em conluio com o governador Paulo José da Silva Gama, já que o seu requerimento pela isenção de meios direitos é da mesma época que a correspondência supra citada. Antes disso, requereu a criação de seis vilas no Rio Grande, em sintonia com um ofício do governador sobre a mesma matéria (cf. AHU, Avulsos, Domingos José Marques Fernandes, RS, doc. 509, 1804 e AAHR, vol. 12, (pp. 148-150). Paulo José da Silva Gama, 04/12/1803).

<sup>414</sup> AAHR, vol. 12 (p. 180-185). Paulo José da Silva Gama, 30/03/1805.

região, incentivando a divisão do trabalho e segurando a riqueza no país “*porque não só restariam lavradores e criadores de gados*”.

Para a cunhagem da moeda provincial, a ser feita na fundição do Rio de Janeiro no valor de 150 ou 200 mil cruzados, se utilizariam algumas barras de ouro vindas de São Paulo e os pesos castelhanos que entrassem na tesouraria da Capitania do Rio Grande pela cobrança de impostos. As moedas teriam “*(...) cunho diverso do que gira nesta América e aumentar-se a cada moeda algum valor mais, ainda que pequeno (...)*”. Talvez pensasse o governador que moedas de valor intrínseco inferior ao seu cunho teriam mais dificuldade para girar fora do Continente<sup>415</sup>, mas o mais provável era que desejasse obter alguma renda com esta desvalorização. O direito de senhoriagem ficaria em proveito dos cofres do Rio Grande e “*(...) na tesouraria do Rio de Janeiro se cobrassem as despesas de fundição*”<sup>416</sup>.

Já observamos as diferenças que a administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho estabeleceu no relacionamento entre a metrópole e os colonos, assim como as formas pelas quais o “sistema atual” propunha para integrar o Rio Grande no Império colonial português. No entanto, fica a ser respondida a questão mais importante, qual é o sentido desse “sistema atual”?

Se excluirmos algumas idéias secundárias, como a crítica de Vilhena ao tráfico de escravos e a proposta de Govea d’Almeida de estabelecer fábricas de cordas na própria colônia, o que resta são os planos de estabelecer o comércio direto da Capitania do Rio

---

<sup>415</sup> O que é difícil acreditar já que os homens de negócio simplesmente descontariam a moeda pelo seu valor intrínseco. Aliás, sabe-se que a moeda provincial do Maranhão corria no Rio de Janeiro, e a moeda do Brasil acabava em Lisboa.

<sup>416</sup> AAHR, vol. 12 (p. 180-185). Paulo José da Silva Gama, 30/03/1805.

Grande com a metrópole e com a costa da África, de aumentar a povoação e de se iniciarem novos cultivos, incluindo o açúcar e o algodão produtos de exportação por excelência.

Mais que integrar o Rio Grande no Império “em geral”, *o que se buscava era a conexão ao sistema colonial*. Em outras palavras, a idéia era fundar o pacto colonial na região pelo estabelecimento da divisão colonial do trabalho. Até mesmo as isenções tributárias e os incentivos para a produção da carne salgada e cânhamo visavam a atingir os objetivos metropolitanos: não esperar grandes rendimentos de uma colônia no imediato de sua fundação era um axioma do mercantilismo; já a carne e o cânhamo deveriam preferencialmente servir à marinha Real, nervo do Império.

É que nem mesmo na geração reformista havia abertura no que diz respeito aos fundamentos econômicos do sistema colonial. Azeredo Coutinho continuava a defender a ortodoxia de que as colônias “(...) *só possam comerciar diretamente com a Metrópole (...)*” e que “(...) *não possam as colônias ter fábricas (...)*”<sup>417</sup>; enquanto que D. Rodrigo de Souza Coutinho em seu já citado *Discurso sobre o Melhoramento das Colônias* argumentava que a vocação natural das colônias para a produção de produtos primários se completava pelo princípio de que “(...) *as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca vantagem ser mais ativas e mais animadas com a metrópole do que entre si, pois só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge*”<sup>418</sup>. Por último, Luís dos Santos Vilhena era explícito no sentido: “*Há precisão de animar a cultura e comércio, vigorizar os*

---

<sup>417</sup> COUTINHO, *Ensaio Econômico...*, op. cit., p. 155.

<sup>418</sup> COUTINHO, *Discurso sobre o melhoramento...*, op. cit., p. 279. Ver ainda a Introdução da tese.

*colonos, protegê-los e dirigi-los para aquela cultura que mais vantajosa for à Metrópole (...)*<sup>419</sup>.

Tampouco os memorialistas que poderiam representar a elite rio-grandense, como foi o caso de Domingos José Marques Fernandes e Manoel Antonio de Magalhães, chegaram a propor um projeto alternativo. Aliás, era de se esperar que pensassem em sintonia com a metrópole, pois o comércio direto com o Reino poderia fazer chegar mercadorias européias mais baratas, base de todas as importações rio-grandenses (ver capítulo 2, pp. 111-113), romper com a dependência em relação à comunidade mercantil do Rio de Janeiro e assim alcançar um contrabando ainda mais vantajoso com os domínios espanhóis.

E o contrabando com os castelhanos era a questão mais sensível à comunidade mercantil do Rio Grande. No 3º capítulo mostramos que em grande parte suas queixas, repetidas em diversos requerimentos, contra os negócios que Rio, Bahia e Pernambuco faziam com Montevidéu e Buenos Aires ocorriam em razão da concorrência pelo fornecimento de mercadorias aos espanhóis (pp. 149-150). E, em última análise, o comércio ilegal era a “agenda oculta” da elite rio-grandense pois Domingos José Marques Fernandes e Manoel Antonio Magalhães, assim como o governador Paulo José da Silva Gama, também reclamavam da concorrência das praças do norte do Brasil.

É verdade que tentavam esconder o interesse da Capitania no contrabando argumentando que o problema era o comércio de escravos por carne platina que faziam as praças do Rio e da Bahia <sup>420</sup>. Centravam suas queixas nos descaminhos de escravos por “(...)

---

<sup>419</sup> VILHENA, *Pensamentos políticos...*, op. cit., p. 74.

<sup>420</sup> “(...) a providência que mais que tôdas é necessária, é proibir a entrada da carne salgada dos Espanhóis nos nossos portos de América, e a exportação dos escravos para as terras de Espanha.” (FERNANDES, *Descrição corográfica...*, p. 88). “Todos os anos perde esta capitania de 200 a 300\$

*danificarem os direitos da Coroa (...), diminuir as forças dos nacionais e aumentar a dos inimigos (...)*". Entretanto, como já mostramos no capítulo 3, o vice-rei D. Fernando José de Portugal teve a oportunidade de revelar a origem das queixas dos homens de negócio e do governo do Rio Grande. Neste caso, só restou à Junta de Fazenda local perder o escrúpulo e enunciar sua "agenda oculta" ao concluir um longo arrazoado a respeito dos inconvenientes do negócio ilícito de suas rivais:

E quando por motivos que não cheguem à compreensão desta Junta pareça a Vossa Alteza Real que se não deve vedar absolutamente aquele comércio, ao menos parece justo que este seja feito pelas Fronteiras desta capitania e nunca por nenhuma das capitanias ao norte do Brasil <sup>421</sup>

Pedia a Junta de Fazenda o privilégio de comerciar com os espanhóis e que fossem completamente vedadas as negociações das capitanias do norte do Brasil. Ressaltava que assim só entrariam no Brasil as moedas de prata e alguns couros por ser "*(...) os transportes por terra mais custosos que os que fazem por água (...)*". Os benefícios para o Rio Grande seriam muitos: aumento das importações e exportações; crescimento da população; maior quantidade de moeda a girar na Capitania, favorecendo também as suas credoras ao norte; mais rendas na alfândega local; maior arrecadação no quinto do couro; fortalecimento da navegação entre o Rio Grande e o Reino, já que o couro seria exportado para Lisboa. O privilégio se justificava, pois os negócios entre o Rio da Prata e as praças do Rio, Bahia e Pernambuco sacrificavam uma "*(...) colônia que é e será sempre de Vossa Alteza (...)*" para

---

[mil] *cruzados em carnes, o que era impossível acontecer se de uma vez se proíba aos espanhóis a venda deste gênero nos nossos portos*" (MAGALHÃES, *Memória s/título...*, *op. cit.*).

<sup>421</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 578, Junta de Fazenda do Rio Grande, 22/02/1805, anexa na de 28/05/1805. Ver também, AHTC, Cód., 4082, Contadoria geral do Rio de Janeiro 13/04/1806.

enriquecer uma colônia estrangeira “(...) *limítrofe e rival* (...)”, chegando ao ponto de haver “(...) *falta de meios para a sua defesa* (...)”<sup>422</sup>.

Em suma, o que desejava a Junta de Fazenda do Rio Grande era um monopólio em termos que remetem às tentativas dos vice-reis para enquadrar suas periferias. O privilégio mercantil se justificava pelas responsabilidades de defesa do patrimônio Real. Tal raciocínio, ainda que muito distante da dissidência, denota a já referida “torção” colonial do ideário mercantilista.

#### ***4.2. Uma perspectiva americana***

Ainda que o pensamento “eurocêntrico” e de inspiração mercantilista continuasse hegemônico até 1808, houve ao menos uma voz dissonante. Trata-se do já bastante citado Donald Campbell, comandante da esquadra portuguesa na América que propôs em cartas ao secretário de marinha e ultramar um projeto alternativo para integrar o Rio Grande ao Império.

Suas considerações a respeito do Rio Grande se desenvolviam em torno de um debate mais amplo, o já referido problema do contrabando de escravos para as colônias espanholas, daí o título de sua memória: *Reflexões imparciais sobre o tráfico de Escravatura entre as Colônias de Portugal e Hespanha*. Suas *Reflexões* começavam por recuperar velhos argumentos a respeito da inconveniência deste tráfico: aumento do preço dos cativos nas colônias portuguesas, maior lucratividade no negócio do “(...) *produto do trabalho de escravos* (...)” do que na venda da mão-de-obra e, por último, o temor do fortalecimento da posição espanhola no Rio da Prata. Aliás, este último argumento era o mais importante no

---

<sup>422</sup> ID.

discurso de Donald Campbell, já que previa consideráveis embaraços para os espanhóis “(...) *elevant as suas colônias no Rio da Prata a um adequado grau de população e segurança sem ter meios de vender as produções naturais daquele País (...)*” por causa dos bloqueios ingleses; a única saída para o impasse era venderem suas produções nos portos do Brasil, comércio que deveria ser impedido pelo governo português. Neste contexto político se inseria o Rio Grande, Capitania produtora de alimentos similares aos platinos que os inimigos teriam todo o interesse em conquistar para pôr as outras capitanias “(...) *em uma quase total dependência deles para o mais essencial artigo da vida, comer*”<sup>423</sup>. Assim:

Eu tenho encontrado uma inexpressiva atração à capitania do Rio Grande todas às vezes que me ocupa a contemplação do atual Estado do Brasil, de a considerar como a mais importante capitania que nós temos. Esta capitania pode existir independentemente das outras quando as outras dependem dela como é já demonstrado: porém, para elevar esta Capitania ao ponto de melhoramento e de utilidade nacional de que é bem suscetível, ela depende de outras Capitanias para o consumo de seus gêneros e conseqüentemente para o valor de sua indústria. É então visível a íntima conexão e inseparável influência que a felicidade desta Capitania tem sobre as outras (...)<sup>424</sup>.

Ao comandante da esquadra parecia que o Rio Grande era “*a mais importante capitania que nós temos*” por causa da “*dependência*” em que as outras capitanias estavam dos alimentos produzidos ali. Em todo o caso, as regiões ao norte eram o mercado por excelência destas produções, portanto, também o Rio Grande dependia das outras capitanias “*para o valor da sua indústria*”. Daí a “*íntima conexão e inseparável influência*” que se formava entre o extremo-sul e o resto do Brasil.

Sua idéia de *conexão* entre uma região produtora de alimentos e o resto do Brasil, produtor de mercadorias de exportações, ficava reforçada pelo seu plano de incentivar a

---

<sup>423</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 14142, Donald Campbell, 30/04/1802.

<sup>424</sup> ID.

imigração de europeus para o Rio Grande, “(...) *os quais progressivamente aumentarão em um relativo grau de extensão de agricultura e o conseqüente aumento da negraria indispensável à mesma cultura das capitânicas do norte.*” O crescimento da “negraria” para a agricultura de exportação provocaria maior demanda de alimentos, que, por conseqüência, estimularia os cultivos para abastecimento. Mas a importação de mão-de-obra branca transcendia os aspectos econômicos, pois estes habitantes eram “(...) *mui próprios para recrutar às Armadas e Exércitos de Sua Alteza Real (...)*” e com estes regimentos “(...) *conter nos limites da subordinação (...)*” os escravos das outras capitânicas. Sugeria que os emigrados fossem buscados em outras nações, fossem eles holandeses, escoceses ou irlandeses<sup>425</sup>.

Suas reflexões repetiam ainda algumas sugestões típicas dos memorialistas supracitados, como por exemplo o plantio do linho cânhamo, o fabrico do queijo, melhoramentos técnicos dos mais variados e a ligação entre o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina. No entanto, o comércio com o Reino ocupava aqui um lugar secundário; desejava antes o patrocínio para um plano mais mirabolante, construir um canal entre a Lagoa dos Patos e Laguna. Por este canal navegaria o comércio rio-grandense “(...) *livre de todo o risco do inimigo (...)*”, carregando trigo até a Ilha onde então seria transformado em farinha para ser vendida no norte do Brasil<sup>426</sup>.

Ainda que a memória de Donald Campbell contenha algumas proposições tradicionais - assim como a repetição dos alertas sobre o “perigo castelhano” - trazia algumas questões novas. A mais importante era a idéia de uma interdependência entre o extremo-sul e o resto do Brasil; enquanto que o pensamento oficial reiterava a importância do comércio direto com a

---

<sup>425</sup> ID.

Europa, reforçando a divisão colonial do trabalho, o comandante da esquadra ressaltava a existência de uma “*íntima conexão*” entre duas regiões coloniais, numa espécie de divisão imperial do trabalho<sup>427</sup>.

Uma primeira explicação para esta diferença quanto ao discurso oficial seria a própria nacionalidade de Donald Campbell, oficial inglês, talvez com formação “smithiana”, não possuía maiores compromissos políticos e ideológicos com o mercantilismo português. Em todo o caso, é insuficiente reforçar a diferença de nacionalidade já que não apenas ele se mostrava conhecedor dos projetos anteriores e também era adepto de algumas opiniões de inspiração mercantilista, como no que diz respeito à questão da venda de escravos para as colônias espanholas.

Ao que tudo indica, a origem de sua idéia estava na crônica dificuldade que a capital do Brasil encontrava para se abastecer na passagem de século, muito em consequência das crises alimentares nordestinas (ver capítulo 3, pp. 143-144). Estava, portanto, chamando a atenção para uma situação nova: no início do século XIX se articulava no Brasil uma economia marcada por essa divisão imperial do trabalho, em que as *plantations* e os centros urbanos do norte da colônia cada vez mais se abasteciam de alimentos no extremo-sul. Acrescentava-se ainda um fenômeno novo, o crescimento dos centros urbanos fazia surgir

---

<sup>426</sup> ID. Ver também AHU, Avulsos, RJ, doc. 13757, Donald Campbell, 01/04/1801 e doc. 14018, Donald Campbell, 25/12/1801.

<sup>427</sup> Azeredo Coutinho começava um de seus parágrafos formulando um raciocínio parecido: “*Nenhuma nação tem um terreno tão criador como a América portuguesa; ela compreende nos dois melhores climas das zonas tórridas e temperada; e o que falta num, sobeja noutra (...)*” Em seguida, porém, a “ideologia do colonialismo” intervém: “*O Rio Grande, principalmente, produz todos os frutos da Europa (...) só ele é capaz de dar trigos a todo Portugal e a muita parte da Europa; da mesma sorte, o linho-cânhamo para a sua marinha e outros gêneros de primeira necessidade*”. Ao invés de realçar a interdependência entre as duas zonas climáticas, acaba propondo que se exporte trigo para a Metrópole (COUTINHO, *Ensaio econômico...*, op. cit., pp. 140-141).

uma inédita massa plebéia, fermento das inovações políticas; eram os ociosos de quem se queixava Vilhena.

E Donald Campbell constatou os inconvenientes da “dependência” no momento da guerra de 1801, quando os corsários espanhóis fizeram diversas apreensões de barcos rio-grandenses que iam carregados para o Rio de Janeiro, dificultando o abastecimento da capital. Uma vez que era o responsável pela segurança das costas do Brasil, o oficial inglês procurou organizar um comboio para acompanhar as embarcações que deveriam carregar no Rio Grande; é justamente na correspondência em que trocou a este respeito com o vice-rei que cunhou o termo “dependência”<sup>428</sup>. Por isto no já citado plano teceu importantes considerações a respeito do comércio de gêneros alimentícios que os espanhóis faziam nas capitâneas do norte, sublinhando que o “(...) *o verdadeiro e substancial socorro com que devem contar [as capitâneas do Norte] é o do Rio Grande (...)*” pois “(...) *o fornecimento de víveres é inseparavelmente influído tanto pela circunstância de guerra, como de paz e em tempo de guerra não só perderão as colônias o socorro extraído do Rio da Prata, mas até o do Rio Grande (...)*”<sup>429</sup>

Donald Campbell também inovava quando discutia a necessidade de povoar a Capitania. Afinal, não apenas sugeria a criação de colônias com populações européias das mais variadas, como também considerava que esta população branca deveria produzir alimentos para as *plantations* e servir para contrabalançar as grandes importações de escravos

---

<sup>428</sup> corresp. ao vice-rei de 12/08/1801 e 14/08/1801, anexa em AHU, Avulsos, RJ, doc. 13889 Donald Campbell, 08/09/1801.

<sup>429</sup> AHU, Avulsos, RJ, doc. 14142, Donald Campbell, 30/04/1802. Donald Campbell temia o desabastecimento da Capital num momento político extremamente delicado. Não parece casual que as duas maiores preocupações do comandante da esquadra, no início das escaramuças de 1801 fosse o abastecimento da capital e a murmuração provocada entre os homens de negócio do Rio por causa da captura do navio *Espick* (ver 1º capítulo).

feitas pelas capitanias do Norte. Assim como Vilhena, suas considerações não faziam nenhum tipo de crítica ao sistema escravista, apenas manifestavam o receio das autoridades coloniais com o crescimento da população cativa no Brasil; reflexos de São Domingos<sup>430</sup>.

O seu projeto antecipava idéias que se tornariam lugares comuns na política imperial traçada a partir de 1808. Já se nota o deslocamento de perspectiva com as primeiras notícias da chegada da família Real ao Brasil, como se vê pela mudança de atitude do governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, com relação aos campos ao sul do rio Ibicuí (ver capítulo 1, p. 61):

O Exmo. Snr. Gov. julgando muito interessante ao Real Serviço tolerar o desfrute dos Campos avançados entre o rio Santa Maria e a nossa guarda da Conceição nos quais até aqui proibiu toda a qualidade de introdução por circunstâncias particulares tendentes ao mesmo Real Serviço e atendendo a que a conjuntura presente é a mais favorável para o dito fim, por haver passado a América S.A.R. com inumeráveis vassallos, cuja subsistência dependerá em grande parte desta Capitania donde se não deve deixar inculto ou despovoado um só palmo de terra com prejuízo e atraso da agricultura e da produção de gados em que consiste a principal riqueza da mesma e o único meio de fertilizar as capitanias do norte, tem resolvido fazer assentir na mencionada tolerância, isto é, em que a título de invernadas se povoem os citados campos até para fazer prevalecer o direito de conquista (...)<sup>431</sup>

O governador que havia se esforçado para desenvolver o comércio direto entre o Rio Grande e a metrópole, agora dizia que a agricultura e a produção de gado eram “*a principal riqueza*” da Capitania e o “*único meio de fertilizar as capitanias do norte*”; no fundo, era o reconhecimento oficial da divisão imperial do trabalho. Também é de notar que se antes ele tentava evitar a ocupação daqueles campos para não embaraçar a diplomacia portuguesa na

---

<sup>430</sup> Donald Campbell afirmava que os princípios franceses chegavam até os escravos “(...) *a sua mutilada inteligência destas matérias foi-lhes comunicada pelos corruptos canais de criados belicosos e outros indivíduos que tiveram a oportunidade de extrair algumas idéias de conversações dos seus meio-ensinados amos, cujas mentes eram já envenenadas lendo as obras de Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Abé Raynal e ultimamente Thomas Pene [sic]*” (ID.).

Europa, com a chegada da Corte queria fazer “*prevalecer o direito de conquista*”, numa alusão muito clara aos planos imperiais de D. Rodrigo para a Banda Oriental.

É que a ocupação napoleônica da Península Ibérica prometia um longo exílio no Brasil aos Bragança, restando à Corte rearticular seu Império, cada vez mais americano, em torno do Rio de Janeiro. Assim, o mesmo D. Rodrigo, que também fizera tanto para desenvolver um tráfico entre o extremo-sul e Portugal, agora determinava aos “(...) *negociantes que se abstenham de correspondências com Portugal sem que participem a V. Exa. e que de modo algum remetam coisa alguma para Portugal, enquanto estiver ocupado por Franceses* (...)”<sup>432</sup>.

José da Silva Lisboa, o futuro visconde do Cairu, talvez tenha sido um dos autores da época que mais bem soube expressar o deslocamento de perspectiva que a transferência da Corte provocou. No século anterior, a relação entre Portugal e Brasil era regulada pelo “sistema mercantil”, consagrado entre as potências européias, e pelo qual “(...) *mantinham [nas colônias] uma forçada divisão do trabalho, obrigando o principal corpo do povo a ser lavrador, ou mineiro*”. O estabelecimento de D. João VI no Brasil e a posterior elevação deste a Reino Unido com Portugal “(...) *deu o padrão de uma economia Imperial, não menos política, que filantrópica*”<sup>433</sup>.

Também soube expressar uma das principais preocupações que ocupavam as mentes das elites dirigentes luso-brasileiras, como formar um Império em que a base da população era escrava? Ou, nos termos do autor, “*Convém, ou não, que a melhor da região da América se*

---

<sup>431</sup> AHRS, CG, A 1.07, Paulo José da Silva Gama, 20/03/1808.

<sup>432</sup> AHRS, AG, B-1.05, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 27/06/1808.

<sup>433</sup> LISBOA, José da S. **Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, pp. 104 e 121-122. Para um estudo mais amplo da

*converta em Negrícia, e que a Terra de Santa Cruz passe à metamorfose de Guiné Ocidental (...)?*<sup>434</sup>. Na sua memória o Rio Grande, numa expressão que vai ganhar história, era o “(...) *baluarte e celeiro do Brasil (...)*”, exemplo bem sucedido da colonização com europeus, onde prevalecia “(...) *a raça portuguesa (...)*”<sup>435</sup>.

Seguramente apreensivo com este problema, D. Rodrigo de Souza Coutinho, elevado neste momento ao título de conde de Linhares, resolveu-se por acatar as sugestões de Donald Campbell e criar uma colônia de irlandeses no Rio Grande. O estabelecimento, patrocinado pelo irlandês Thomas Quan, deveria se organizar em torno de uma fazenda e curtume que só poderiam contratar mão-de-obra livre. Junto com o administrador da fazenda, João Henn, vinham inicialmente um salgador, dois refinadores de sebo, três tanoeiros, quatro curtidores de couro, cinco marceneiros, seis agricultores e dez ou doze mancebos<sup>436</sup>.

Vale ressaltar, porém, que as críticas à importação de escravos de Vilhena e Donald Campbell eram restritas ao Rio Grande, refletindo pois o receio do crescimento desmedido da população cativa no Brasil; ao cabo, o extremo-sul deveria funcionar como uma retaguarda política e econômica da *plantation* do norte do Brasil. As tentativas de D. Rodrigo de criar colônias de mão-de-obra livre na região devem ser entendidas com este sentido. Afinal, o tráfico negreiro ainda ocupava um importante papel na economia brasileira e a Corte resistiria muito aos planos ingleses de acabar com o comércio humano<sup>437</sup>.

---

obra de José da Silva Lisboa ver: ROCHA, Antonio Penalves da. **A Economia Política na Sociedades Escravista**. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>434</sup> ID., p. 161 (grifo no original).

<sup>435</sup> ID. pp. 170-171.

<sup>436</sup> AHRs, AG, B-1.06, conde de Linhares, 15/03/1809.

<sup>437</sup> Para a posição diplomática da Corte em relação às gestões inglesas, cf. ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, *op. cit.*, pp. 269-285. Ver ainda BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002 pp. 338-344.

Foi no rescaldo do tratado de 1817, por onde se acertou o fim deste tráfico ao norte do Equador, que José da Silva Lisboa formulou seus ataques que atingiam a escravidão enquanto instituição<sup>438</sup>. Também foi neste contexto que José Gonçalves Chaves, homem de negócios e charqueador rio-grandense, redigiu sua *Memória sobre a escravatura* que, entre 1821 e 1823 foi impressa junto com outros textos que compunham suas *Memórias Econômico-Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil*.

Os argumentos de José Gonçalves Chaves seguiam a crítica que a economia política clássica fazia ao trabalho cativo. O escravo rendia menos que o trabalhador livre e a presença da instituição desvalorizava simbolicamente a mão-de-obra assalariada. Acrescentava os conhecidos inconvenientes políticos do Brasil possuir uma imensa população no cativeiro: qual poderia ser o futuro de um Estado onde três quartos de seus habitantes eram seus inimigos?<sup>439</sup> Para resolver a questão, propunha não apenas o fim do tráfico de escravos com um prazo de carência de 18 meses para os interessados liquidarem seus negócios, mas a libertação de todos os filhos de cativos no momento em que chegassem aos 25 anos.

Para os propósitos desta tese o debate sobre o futuro da escravidão no Brasil é secundário. O que se pretende realçar aqui é que José Gonçalves Chaves, ao contrário de seus predecessores, não se limitava a propor melhoramentos para o Rio Grande, apesar de uma de suas memórias tratar da Província do Rio Grande *em particular*. Seu projeto era sobre a

---

<sup>438</sup> Considerava o futuro visconde de Cairu que o tratado de 1817 era um dos benefícios políticos do reinado de D. João VI.

<sup>439</sup> Previa quatro futuros possíveis para o Brasil escravista: “(...) [se] escaparemos ao iminente risco da desastrosa e tremenda catástrofe dos franceses na Ilha de São Domingos, [se] as nossas estreitas ligações com Portugal, interesses das diversas grande nações da Europa e finalmente as dissensões de nosso vizinho espanhol nos continuarem a permissão de nossa existência política, não seremos mais civilizados que esses bárbaros monstruosos da Barbaria e duros maometanos: os negros serão nossos escravos, nós escravos de qualquer governo.” (CHAVES, *Memórias econômico-políticas...*, op. cit., p. 66).

administração do Brasil como um todo e incluía, além da extinção gradual do sistema escravista, a abolição dos capitães generais governadores, a reforma nas municipalidades e a consolidação da propriedade privada por um novo sistema na distribuição de terras. Abandonando o viés “paroquial” que se observava nos memorialistas coloniais, acabava por pensar praticamente em termos nacionais.

A visão imperial do Brasil se manifestava por uma crítica da divisão colonial do trabalho em termos muito similares aos do futuro visconde de Cairu:

Quando estas colônias eram situadas em países semelhantes e produziam frutos idênticos aos dessa mãe pátria, foi regulada a agricultura em maneira que, ainda com todo o desfavor do solo, se operassem produtos dessemelhantes, para sempre aumentar a dependência; e quando a indústria do colono encaminhava a produções semelhantes às da querida mãe-pátria, se lhe destruíam suas máquinas e mesmo as mãos industriosas, se tanto fosse preciso<sup>440</sup>.

A crítica se completava pelo ataque ao sistema político colonial, ao qual “(...) *pouco importava que suas capitânicas fossem isoladas entre si, para a conservação do todo (...)*”, pois fazia “(...) *apoucar o povo e mantê-lo sujeito (...)*”. Desta forma, o “(...) *objeto primário (...)*” da política da época da Independência era a “(...) *união do Brasil entre si (...)*”<sup>441</sup>. Tendo a unificação do Brasil como centro do discurso, era natural que Gonçalves Chaves considerasse o comércio interior, praticado pela praça de Porto Alegre, como “(...) *o mais útil ao país*”<sup>442</sup>.

Sobre a então província do Rio Grande de São Pedro, repetia algumas sentenças do movimento memorialista, como a necessidade de uma distribuição mais eqüitativa das terras, a promoção do povoamento e do plantio de diferentes cultivos, cochonilha, gado lanar e o

---

<sup>440</sup> ID., p. 85.

<sup>441</sup> ID., p. 33.

cânhamo. No entanto, não acreditava muito nas iniciativas do Estado para incentivar a agricultura; sua sugestão era que fosse formada uma Sociedade de Animação da Agricultura que articulasse a correspondência de diversos sócios por toda a província para organizar a cultura das terras e estimular as artes e os ofícios. O plano remetia às sociedades espanholas do final do século XVIII e a outras congêneres, como as sociedades econômicas que antecederam a formação da Real Academia de Ciências de Lisboa, o que denota uma vez mais a sua ligação com o movimento memorialista colonial.<sup>443</sup>

Também atualizava algumas demandas dos seus predecessores rio-grandenses, Manoel Magalhães e Domingos Fernandes, em favor dos interesses dos produtores de charque. No seu caso, reclamava das restrições à compra de gado na recém anexada Província Cisplatina e da cobrança de impostos em relação à concorrência de Buenos Aires, sugerindo que “(...) *não [se] pague mais impostos nas saídas dos gêneros semelhantes aos daquele Estado dos que ali se pagarem.*”<sup>444</sup> Por último, se manifestava radicalmente contrário à sobretaxa da carne salgada comprada por estrangeiros. Dessa forma antecipava alguns dos debates que marcariam a História do Rio Grande no Império do Brasil.

Mas sua visão da economia rio-grandense fica mais explícita num fragmento sobre as minas de ouro que supostamente existiam na província, aludindo a um projeto de José Bonifácio de franquear a exploração das minas de Caçapava no Rio Grande<sup>445</sup>.

(...) tal projeto [é] por inteiramente ruinoso à nossa economia política no Brasil e particularmente nesta província, aonde só a criação dos gados e

---

<sup>442</sup> ID., p. 114.

<sup>443</sup> “*Há entre os povos cultos tão belos modelos que temos por desnecessário dar aqui plano para essas sociedades.*” (ID., p. 94, ver também p. 112 e *passim*). Sobre as sociedades em Portugal, Cf. CARDOSO, *O pensamento económico...*, op. cit., p. 49.

<sup>444</sup> CHAVES, *Memórias Ecônomo-políticas...*, op. cit., p. 211.

<sup>445</sup> Talvez José Gonçalves Chaves estivesse confundindo o objeto do plano de José Bonifácio: de Caçapava em São Paulo, com Caçapava, distrito de Rio Pardo, atualmente Caçapava do Sul.

agricultura (...) é que são nossas minas, sobre que devemos basear nossa prosperidade pública: reservemo-nos à exploração das minas de ouro para quando nosso comércio interior e indústria nos ofereçam um sustentáculo e emprego ao nosso numerário<sup>446</sup>.

O que deve ser destacado aqui não é o antimetalismo manifestado em sua oposição à exploração de ouro; os autores do fim do século XVIII, como por exemplo Azeredo Coutinho, já mostravam um certo preconceito com relação às minas de preciosos. O mais importante era a sua declaração que a agricultura e a criação de gados eram as “*nossas minas*”. É verdade que a lamentação tradicional sobre os efeitos deletérios da produção aurífera geralmente vinham acompanhadas de elogios sobre a agricultura; no texto de Gonçalves Chaves, porém, a apologia da produção agrícola é relacionada com o “*comércio interior e indústria*”<sup>447</sup>. Fica muito claro, portanto, que no Império de José Gonçalves Chaves, uma constituição política liberal, teria seu eixo econômico no comércio interno, onde o Rio Grande já ocupava um importante papel.

Em suma, a visão de Império na perspectiva “americanista” era totalmente oposta ao mercantilismo e esboçava uma crítica à escravidão. O Rio Grande já não era mais pensado em sua potencial relação com a metrópole, mas no profícuo comércio estabelecido com as outras partes do Brasil. Idéias geradas pela crise do sistema colonial e por um mercado nacional em formação.

---

<sup>446</sup> CHAVES, *Memórias Econômico-políticas...*, *op. cit.*, p. 123.

<sup>447</sup> Por sua vez Azeredo Coutinho relacionava a crítica à mineração ao desenvolvimento da agricultura de exportação. O *sentido* de sua defesa da agricultura fica muito claro quando argumenta que “(...) é necessário promover-se um gênero de comércio e de agricultura [na região mineira] que seja de pouco peso e de muito valor, de sorte que este possa bem compensar as grandes despesas dos transportes daqueles sertões para os portos de mar” (COUTINHO, Joaquim da Cunha Azeredo. Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil (1804). In: **Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho**. (187-229) São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, pp. 223-224).

### **4.3. O comércio direto com o Reino: resultados práticos**

Até aqui procurou-se demonstrar como, ao menos até 1808, a idéia de desenvolver um comércio direto entre o Rio Grande e a metrópole era ponto comum entre a maior parte dos memorialistas e das autoridades coloniais. No entanto, com exceção de algumas indicações no capítulo 2, pouco foi dito sobre os resultados práticos da política de incentivo ao tráfico direto, de sorte que será este o último objeto da tese.

Como já é sabido, a primeira tentativa de iniciar este comércio direto ocorreu sob o patrocínio de Martinho de Mello e Castro, que prometeu o envio de duas embarcações para o Rio Grande no final de 1787. No entanto, apenas uma partiu de Lisboa, o bergantim “Nossa Senhora Mãe dos Homens” que no caminho tocou na Ilha de Tenerife, arribou na Bahia para se abastecer de água e de outros gêneros e parou em Santa Catarina onde fez algumas vendas, para enfim dar entrada na barra de Rio Grande em 27 de abril de 1788. Uma vez no local, Joaquim Manoel da Costa Lobo, representante do negociante lisboeta Manoel Pinto da Silva, procurou os principais comerciantes, primeiramente Manoel Bento da Rocha e depois Francisco Correa Pinto, propondo-lhes uma sociedade em igual parte para fazer a carreira Lisboa – Rio Grande, na qual o representante local deveria entrar com outra embarcação “(...) e assim ficarem navegando duas embarcações (...)”<sup>448</sup>.

Na Vila de Rio Grande apenas vendeu parte do sal de sua carga, não logrando fechar a sociedade e a compra de trigo e farinha por preços razoáveis; o ano fora de má colheita e os comerciantes locais e do Rio de Janeiro compravam o trigo com “(...) *impaciência* (...)”<sup>449</sup>. Resolveu-se então ir para Porto Alegre para negociar o resto de sua carga e tentar carregar

---

<sup>448</sup> AN, SEB, Cód. 104, vol. 10, Joaquim José Ribeiro da Costa, 20/05/1788.

<sup>449</sup> ID.

alguns produtos para o Reino. Uma vez na capital do Rio Grande, pôde vender todo o sal que trazia a preços avultados, aproveitando-se que os estancieiros e negociantes “(...) *tendo a notícia de que vinham de Lisboa duas embarcações em direitura a este porto com carga de sal, se esperançasavam de o comprar por um preço muito módico [sic]*”. Com alguma carga que conseguiu em Porto Alegre (618 alqueires de trigo, 878 arrobas de charque e 724 couros) e mais alguns gêneros fretados por terceiros, partiu para o Rio de Janeiro, donde pretendia retornar ao Rio Grande em janeiro para completar a sua carga e depois seguir a Lisboa <sup>450</sup>.

Junto com o contrato de sociedade o comerciante lisboeta Manoel Pinto da Silva enviava um papel para Manoel Bento da Rocha em que lhe sugeria “(...) *como um dos principais Senhores do Rio Grande (...)*” escrever a Martinho de Mello e Castro e a Diogo Ignacio da Pina Manique uma informação para incentivar a povoação e o comércio do Continente. No escrito, além de diversas sugestões de retórica, Manoel Pinto da Silva dizia que “(...) *teve do Rio de Janeiro muita correspondência para esse Continente, sabe por experiência de 35 anos para cá, como tem sido os aumentos e atrasos dessa terra (...)*”.

Terminava dizendo:

Eu desejarei muito que V.M. me queira mandar dizer o que é preciso tocar aos ditos Snrs. Ministros, para ir de conformidade com V.M., porque assim como eles agora me perguntam muita coisa, a que eu não sei responder com acerto, por menos inteirado, depois será na volta muito provável que me chamem, e eu desejo de uma vez responder-lhes informado também por V.M.<sup>451</sup>.

---

<sup>450</sup> AN, SEB, Cód. 104, vol. 10, Joaquim José Ribeiro da Costa, 08/11/1788.

<sup>451</sup> Anexo na corresp. de Joaquim Ribeiro da Costa, AN, SEB, Cód. 104, vol. 10, Joaquim José Ribeiro da Costa, 20/05/1788. Por esta carta é visível o papel de Pina Manique no acerto entre o secretário de marinha e ultramar e o comerciante Manoel Pinto da Silva. Como escrevia o último: “*Os casais [de povoadores] são um dos principais objectos, eu tenho dito ao Snr. Intendente [Pina Manique] quanto eles se precisam, ele me perguntou depois algumas circunstâncias, pelas quais infiro que [é] uma das cousas em que mais se interessam (...)*”.

Em todo o caso, o governador interino do Rio Grande, Joaquim José Ribeiro da Costa, não estava muito otimista: “*Por agora, Exmo. Snr., parece que esta negociação não promete vantagens a este Continente (...)*” já que o sal trazido de Lisboa havia sido vendido a preços exorbitantes e o resto da carga “*(...) não foi objecto interessante (...)*” por sua pequena quantidade e qualidade inferior<sup>452</sup>.

Também para o proprietário do bergantim a negociação foi cheia de contratemplos. No Rio de Janeiro, o vice-rei, que sempre se mostrou contrário ao projeto de Martinho de Mello e Castro, impôs o pagamento dos direitos e o administrador do contrato do sal embargou a carga, sob a acusação de contrabandista e desencaminhador<sup>453</sup>. Obtendo do secretário de marinha e ultramar a confirmação de suas isenções, pôde enfim completar o seu giro, aportando em Lisboa com uma carga de 541 toneladas em 30/10/1790<sup>454</sup>.

No entanto, se do ponto de vista da economia rio-grandense esta primeira aventura não foi muito interessante - a carga desembarcada em Lisboa equivalia a pouco mais de 3,2% do volume do charque exportado pelo Rio Grande em 1787 - para Manoel Pinto da Silva o negócio pareceu promissor<sup>455</sup>. E, mesmo com todos estes percalços de uma jornada que durou aproximadamente 2 anos e meio, o bergantim Nossa Senhora Mãe dos Homens voltou para o Rio Grande pelos idos de 1791. Todo o sucesso da negociação deveu-se aos altos preços do sal que obteve na região; afinal não apenas o estanco já mantinha o Brasil todo em uma

---

<sup>452</sup> AN, SEB, Cód. 104, vol. 10, Joaquim José Ribeiro da Costa, 08/11/1788. A carga do bergantim era de 2.800 alqueires de sal, 2 barricas de vinagre, 1 caixão com chapéus finos, 3 balas de papel, alguns pacotes com tecidos, 2 barris com facas, algumas miudezas e 14 jogos de pedras para moinhos.

<sup>453</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 240, Manoel Pinto da Silva, (final de 1789).

<sup>454</sup> BN, 4,4,12, Martinho de Mello e Castro, 14/04/1789. O registro da entrada no porto de Lisboa está em FRUTUOSO, E., GUINOTE, P., LOPES, A. **O Movimento do Porto de Lisboa e o Comércio Luso-Brasileiro (1769-1836)**. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 402.

<sup>455</sup> É provável que a carga de 541 toneladas, sugerida pelos autores supracitados, fosse bem menor, já que um bergantim raramente poderia carregar mais de 200 toneladas.

situação crônica de desabastecimento e de valores exagerados, como a própria expectativa da carga do Reino havia elevado ainda mais os preços no extremo-sul. E foi com a perspectiva de lucrar muito com o sal que Manoel Pinto da Silva e alguns concorrentes seus, Matheus Vaz Curvelo, Bento José Marques, Simões Lopes e Irmão, requereram arrematar o contrato do sal para o Rio Grande e Santa Catarina<sup>456</sup>. Também é possível que a passagem no Rio de Janeiro tenha servido para fazer algumas negociações triangulares: o charque comprado no Rio Grande pela primeira viagem pode ter sido vendido na capital do Brasil; desta forma a carga seria completada com produtos mais rendosos, como o açúcar.

O problema da escassez de sal continuava, até que no início de 1798 os próprios moradores do Rio Grande requereram à Rainha a faculdade de poder importar anualmente de Portugal 600 moios de sal, livres de estanco<sup>457</sup>. Alguns meses mais tarde foi a vez de Diogo Ignacio da Pina Manique escrever para o secretário de marinha e ultramar comentando que o mestre de uma embarcação recém chegada do Rio Grande não havia encontrado lá o salitre para beneficiar as carnes, e completava “*Deixo a penetração de V. Exa. (...) o quanto seria útil se aproveitasse e lhe beneficiasse [a carne] para vir para Europa*”<sup>458</sup>.

Por essas é que vagarosamente o tráfico direto entre o Rio Grande e Portugal ia aumentando, como mostra a tabela I, baseada principalmente nas listas de entradas do porto de Lisboa:

---

<sup>456</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 240, Manoel Pinto da Silva, (final de 1789) e doc. 238, Matheus Vaz Curvelo, Bento Jose Marques e Simão Lopes e irmão (final de 1789).

<sup>457</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 334, 1798.

<sup>458</sup> AHU, Avulsos, RS, doc. 336, Diogo Ignacio da Pina Manique, 13/09/1798.

**Tabela I: Entrada de embarcações vindas do Rio Grande no porto de Lisboa<sup>459</sup>:**

<b>Data</b>	<b>classe</b>	<b>nome</b>	<b>Senhorio</b>	<b>ton.</b>
30/10/1790	bergantim	Nsa. Sra. Mãe dos Homens	Manoel Pinto da Silva	541
15/06/1792	?	Nsa. Sra. Livramento	?	175
28/07/1792	bergantim	Nsa. Sra. Mãe dos Homens	Manoel Pinto da Silva	85
08/06/1794	?	Nsa. Sra. Conceição e Sta. Ana	?	195
10/09/1798	bergantim	Nsa. Sra. da Conceição	Thomas Ribeiro de Faria	101
27/09/1799	bergantim	Nsa. Sra. Conceição	Thomas Ribeiro de Faria	94
26/05/1804	galera	Providência	Joaquim Pereira de Almeida, cia.	252
29/12/1804	bergantim	Ânimo grande	José Rodrigues Pereira de Almeida	183
06/02/1805	pataxo/bergantim	Rio Mondêgo	Manoel João da Silva e cia.	104
13/02/1806	bergantim	Aurora	Antonio Esteves Costa e cia.	100
28/06/1806	bergantim	Triunfo	Francisco Martins Pessoa e cia.	139
30/07/1806	pataxo/bergantim	Rio Mondêgo	Manoel João da Silva e cia.	127
24/09/1806	galera	Providência	Joaquim Pereira de Almeida e cia.	193
14/03/1807	?	Vencedor	?	-

O número de viagens entre o Rio Grande e a metrópole foi certamente maior do que apresenta a tabela, a grande distância obrigava a escala em outros portos do Brasil que poderiam ser registrados na entrada de Lisboa como os portos de origem de alguns barcos que, na verdade, teriam partido do extremo-sul; esta imprecisão na fonte pode ter se agravado com a obrigatoriedade dos comboios (ver 1º capítulo, p. 56)<sup>460</sup>. Haveria de se contar ainda os navios que eram vinculados à praça da cidade do Porto que não foram considerados aqui<sup>461</sup>. De sorte que, segundo um observador da época, em 1799 seis embarcações teriam feito o

---

<sup>459</sup> **Fonte:** FRUTUOSO, GUINOTE, LOPES, *O movimento do porto de Lisboa...*, op. cit. As classes e os senhorios das embarcações foram retirados de outros documentos coevos.

<sup>460</sup> As embarcações “Flor de Una” e “Santo André Diligente” tiraram passaporte em Lisboa para ir ao Rio Grande, entretanto não existe um registro exato do seu retorno (AHU, Avulsos, RS, doc. 549, 29/11/1804 e doc. 596, 04/10/1805).

<sup>461</sup> AHU, ROR, Cód. 575, R – 75, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 16/07/1800. Avisa que está partindo da barra do Douro para o Rio Grande o bergantim “Expedição” “(...) armado em guerra (...)”. Em

tráfico direto e em 1800 quatro já haviam partido de Lisboa para o Rio Grande<sup>462</sup>. É muito provável, portanto, que cargas metropolitanas tenham chegado à região numa média ligeiramente superior a uma por ano entre 1789 e 1807; e tudo indica que no início do século XIX o tráfico tenha aumentado um pouco, para aproximadamente duas embarcações por ano.

A tabela registra ainda uma certa transitoriedade entre os interessados nesse tráfico. Pelos dados reunidos observa-se que quatro homens de negócio patrocinaram 2 viagens e três investiram em 1 viagem. É provável que cada embarcação tivesse um proprietário diferente, inclusive aquelas sobre as quais não foram encontradas mais informações (“Nsa. Sra. Livramento, “Nsa. Sra. Conceição e Santa Ana”, “Vencedor” e as que não foram registradas na entrada do porto de Lisboa, “Flor da Una”, “Santo André Diligente” e “Expedição”). Por este modo, pode-se caracterizar o comércio direto como uma atividade extremamente especulativa e pulverizada, o que nos leva a acreditar que não existia correspondência direta entre os comerciantes locais e os homens de negócio de Lisboa e, por conseguinte, a maior parte dos negócios seria feita à vista.

É possível ainda reconstituir a derrota do bergantim “Rio Mondêgo” sobre a qual existem mais documentos. A data de seu primeiro passaporte em Lisboa é 07/05/1803, o que indica que ele deve ter partido mais ou menos até junho de 1803; em dezembro do mesmo ano era anunciada sua entrada pela barra do Rio Grande, chegando do Rio de Janeiro e Santa Catarina onde fez escala; em fevereiro de 1805 foi registrada sua chegada em Lisboa, com uma passagem pela Bahia. Mal havia descarregado, partiu outra vez para o Rio Grande – seu

---

1803 a balança de comércio do Rio Grande registra uma importação de mais de 16 contos da cidade do Porto.

<sup>462</sup> Luiz Beltrão de Govea de Almeida, 16/04/1802, anexo em AHRS, AG, B 1.03, D. Rodrigo de Souza Coutinho, 26/07/1802.

passaporte é datado de 22/03/1805; quase um ano depois foi notado na região fazendo vela para Lisboa, onde enfim chegou em julho de 1806. A primeira viagem levou mais ou menos um ano e oito meses e a segunda foi um pouco mais curta, um ano e três meses<sup>463</sup>. O tempo de rotação do capital necessário para o giro completo do negócio era ordinariamente alto, o que induz a pensar que os lucros eram pingues. Além disto, como já foi dito quando se tratou do bergantim “Nossa Senhora Mãe dos Homens”, os períodos relativamente longos em outras praças do Brasil indicam que os navios engajados nesse tráfico mascateavam as carregações de porto a porto.

Nesse sentido, as balanças de comércio de 1802, 1803 e 1805, já analisadas exhaustivamente nos capítulos 2 e 3, podem ser ilustrativas:

**Tabela II: balança de comércio do Rio Grande com Portugal**

<b>Lisboa</b>	<b>exportações</b>	<b>importações</b>	<b>saldo</b>
1802	0	19.642.560	-19.642.560
1803	12.002.000	5.778.990	6.223.010
1805	7.034.000	16.161.430	-9.127.430
<b>total</b>	<b>19.036.000</b>	<b>41.582.980</b>	<b>-22.546.980</b>
Porto			
1803	3.356.400	16.200.990	-12.844.590
<b>total</b>	<b>22.392.400</b>	<b>57.783.970</b>	<b>-35.391.570</b>

Pela tabela II chega-se à conclusão que os comerciantes reinóis estavam mais interessados no Rio Grande como mercado consumidor. É que mesmo com o fim do contrato do sal, as embarcações portuguesas alcançavam grandes interesses com a venda de produtos

---

<sup>463</sup> FRUTUOSO, GUINOTE, LOPES, *O movimento do porto de Lisboa...*, op. cit. AHU, Avulsos, RS docs. 453 e 562, AHRS, Marinha, Praticagem da Barra, M-22.

européus por conta dos altos preços que atingiam as reexportações do Rio de Janeiro<sup>464</sup>. Não obstante, fica a dúvida: se os negócios eram à vista e o Rio Grande comprava muito mais do que vendia para as embarcações portuguesas, como eram saldadas estas contas?

Certamente não era com moeda. Como demonstram as balanças de 1802 e 1803 – onde consta o movimento do metálico – o ouro e a prata eram destinados ao comércio mais estabelecido da capital do Brasil. Ocorre que nas balanças não estão declaradas as cargas por embarcação, mas por destino; assim, é fácil imaginar que os comerciantes reinóis carregavam, além do couro que seria levado para o Reino, trigo e charque para serem vendidos nas praças brasileiras a caminho para Lisboa. Ao declarar a sua carga diziam também onde pretendiam vender cada produto, que era então registrado como importação dessa ou daquela praça. Outra forma de saldar as importações seria por meio de letras a serem sacadas em Pernambuco e Bahia que normalmente estavam em débito com o extremo-sul. Nos registros de entrada de Lisboa, consta que no mínimo três embarcações fizeram escala em Pernambuco ou na Bahia antes de retornar para Lisboa.

Sendo assim, os planos para integrar o Rio Grande ao sistema colonial português não chegaram a ser um sucesso. Como os grandes homens de negócio da praça de Lisboa preferiam guardar seus capitais para os lucros certos do comércio colonial tradicional, restou aos pequenos capitais reinóis se aventurarem neste tráfico, não chegando a formar circuitos de correspondência e dívidas que, enfim, estruturavam a dependência colonial. Há que se levar em conta também o peso dos circuitos imperiais: os aventureiros que conseguiam atravessá-los alcançavam grandes taxas de lucros, mas a massa do lucro era muito pequena porque a

---

<sup>464</sup> Na carga do bergantim “Nossa Senhora Mãe dos Homens” em 1789 o sal era a mercadoria mais importante; nos anos de 1802 e 1803, porém, as cargas de sal lisboetas foram secundárias frente

parcela do mercado que conseguiam abocanhar sempre era restrita. Como já havia escrito o conde de Rezende (ver supra), era necessária uma carregação para levar de retorno a Lisboa, do contrário só restava mendigar cargas de porto em porto. Por outro lado, é visível que o tráfico direto estava em crescimento nos anos que imediatamente precederam a fuga da família Real, o que permite questionar se a conexão do extremo-sul à metrópole poderia estar entre as possibilidades conjunturais da crise do Antigo Sistema Colonial.

A análise dos diferentes projetos para integrar o Rio Grande no Império colonial português mostrou que até o início do século XIX, quem pensava em Império estava pensando no Antigo Sistema Colonial. A vertente colonial do movimento memorialista, ao menos no que se refere aos planos para o Rio Grande, por defender a divisão colonial do trabalho, acabava por desenvolver formas de pensamento ajustadas ao sistema<sup>465</sup>, e assim se entendem as emulações para estabelecer o comércio direto entre o extremo-sul e o Reino e, por extensão, a África. É correto que existiram algumas “aberturas” neste modelo, como no caso da crítica de Vilhena a exportação de africanos para o Rio Grande e na sugestão de Govea de Almeida de se fazer cordoarias de cânhamo no Rio Grande; foram, contudo, muito isoladas e não chegaram a se transmitir entre um e outro memorialista. Há que se destacar ainda as “torções” no pensamento mercantilista dos vice-reis e da Junta de Fazenda do Rio Grande que se originaram de interesses particulares de uma ou outra região colonial sobre certos ramos de comércio e por isto não chegaram a se firmar como uma alternativa à ortodoxia oficial. Aliás,

---

ao valor de tecidos e outras fazendas.

<sup>465</sup> Cf. MOTA, *Idéia de Revolução...*, op. cit., pp. 68-69.

na cultura política do sistema colonial a doutrina mercantilista era o pensamento “natural”, e as “torções” apenas repercutiam a competição entre as diferentes capitanias para obter privilégios, para ascender na “hierarquia territorial” do Império.

Com Donald Campbell surge pela primeira vez um modelo alternativo pelo qual o comércio exportador e escravista das capitanias do norte seria sustentado por uma divisão imperial do trabalho em que a economia do Rio Grande, organizada sobre um regime de mão-de-obra livre, funcionaria como abastecedora de gêneros alimentícios. O projeto alternativo só se consolidou com a vinda da família Real e o fim do sistema colonial; a partir daí a divisão imperial do trabalho será vista como oposta à divisão colonial do trabalho.

A consolidação da perspectiva “americanista” denota já o aparecimento de uma tomada de consciência da questão nacional no Brasil. A unificação dos mercados coloniais e a divisão imperial do trabalho eram a face brasileira da crise do Antigo Sistema Colonial.

Mas, por ironia, as duas perspectivas, a mercantilista e “eurocêntrica” e a Imperial e “americanista”, enfermavam de visões excessivamente otimistas em relação aos aspectos práticos de seus projetos. Já se observou como o tráfico entre o Rio Grande e Portugal teve alcances limitados, especialmente se comparado com o comércio interior que ia se desenvolvendo no mesmo período. Por outro lado, os sonhos de estabelecer um Rio Grande, e por extensão um Brasil, de mão-de-obra livre, se manifestavam em um momento em que a manufatura do charque tornava o extremo-sul cada vez mais escravista (ver apêndice). Mesmo assim, observando a história à “contra-encosta”, os projetos de integração estudados neste

capítulo não deixam de representar algumas das possibilidades conjunturais que se abriam com a crise do Antigo Sistema Colonial<sup>466</sup>.

---

<sup>466</sup> “(...) aos historiadores é necessário ir pela contra-encosta, reagir contra as facilidades de seu mister, não estudar apenas o progresso, o movimento vencedor, mas também o seu oposto (...)” (BRAUDEL, Fernand. Para uma economia histórica. *In: Escritos Sobre a História*. (115-124). São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 117).

## CONCLUSÃO

No desenrolar da tese, a formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial foi abordada através de seus aspectos políticos e econômicos. Todavia, o modo analítico e diacrônico de encarar os problemas tem o inconveniente de partilhar um processo histórico demasiado complexo. Esta conclusão objetiva a reconstituir nossas principais conclusões de maneira sincrônica, estabelecendo cronologicamente a escala dos eventos. Além disto, o fecho do trabalho servirá para sugerir novos problemas de pesquisa e também para um “acerto de contas” com as tradições historiográficas.

A delimitação de um espaço político no extremo-sul da América confunde-se com a própria história da concorrência entre as metrópoles Ibéricas após 1640. Foi pela sucessão de conflitos e acertos diplomáticos entre Portugal e Espanha, especialmente depois de 1763, que se inventou um *corpus* político no atual território do Rio Grande do Sul. E foi somente depois de 1777 que a conquista do Rio Grande se consolidou politicamente.

A conquista, no entanto, só poderia ser definitiva com a integração do território ao sistema colonial português. Pelo desenvolvimento do comércio direto entre o Rio Grande e

Portugal se viabilizaria a exploração colonial - a passagem do excedente da colônia para a metrópole - mas também a vinculação política da conquista com o seu monarca. Afinal, o comércio em direitura conectava as elites periféricas às elites econômicas centrais, assim como permitia a correspondência direta entre o governo local e os secretários do Rei, estruturando o Estado colonial na periferia do Império. O Império – a dominação política – se estruturava pelo sistema, a exploração colonial.

Daí os projetos – que começaram a aparecer na década de 1780 - para integrar economicamente o recém conquistado território ao sistema colonial. Projetos concebidos numa perspectiva mercantilista que ordinariamente propunham que se desenvolvessem no Rio Grande a produção de mercadorias demandadas na Europa e, por extensão, o comércio direto com a metrópole. Antes do século XIX surgiram apenas “torções” deste ideário, planos de estabelecer relações de privilégios, quase “coloniais”, entre uma e outra região da colônia.

Em paralelo, a expansão econômica do final do século XVIII aliada ao secular desenvolvimento das colônias do Brasil acabaram por atrair o Rio Grande à órbita econômica de “centros alternativos”; o Rio de Janeiro em primeiro lugar e o nordeste do Brasil secundariamente; assim se entende a proposta de Luiz de Vasconcelos de, desde o Rio de Janeiro, monopolizar o mercado rio-grandense. O modo como o extremo-sul tradicionalmente se vinculava ao Império - pelo comércio de prata e de couros - deu lugar a uma economia especializada na produção de alimentos para as regiões coloniais . Esboçava-se uma divisão imperial do trabalho no interior do próprio sistema colonial português. Assim, é correto afirmar que a formação econômica do Rio Grande e a formação de uma divisão imperial do trabalho não foram apenas processos simultâneos, mas também convergentes.

Tudo isso ocorria num contexto extremamente complexo, em que a Era das Revoluções aumentava consideravelmente os conflitos entre as Metrôpoles. Pelos lados do Rio da Prata, as seguidas rupturas no tráfico legal espanhol aumentavam as oportunidades de negociações rendosas para o Império português. No entanto, contraditoriamente, a crise do sistema colonial espanhol contagiava o sistema colonial português, seja pela influência das idéias de inovação política, seja pelo crescimento do contrabando de mercadorias européias.

Sendo assim, na primeira década do século XIX a unificação dos mercados coloniais, o colapso do sistema colonial espanhol e o crescimento do contrabando tensionavam cada vez mais os laços que prendiam a colônia à metrópole. Paradoxalmente, o Rio Grande estava se formando num momento em que o Império era cada vez menos português. De certo modo, o projeto de Donald Campbell para o Rio Grande, que pretendia reforçar a interdependência entre os domínios portugueses na América através do incentivo à produção de alimentos e do uso de mão-de-obra branca e livre na Capitania, reflete o paradoxo; afinal, na sua visão, a divisão imperial do trabalho deveria reforçar os laços coloniais.

A vinda da família Real para o Brasil solucionou provisoriamente as tensões. A unificação dos mercados coloniais americanos ganhou *status* político e um Império brasileiro, de inspiração napoleônica, passou a ser pensado na Corte. A perspectiva mercantilista desapareceu completamente e a divisão imperial do trabalho começou a ser interpretada como totalmente oposta ao sistema colonial; desde então a produção de alimentos para outras regiões do Brasil foi considerada como a “vocaçãõ natural” do Rio Grande e a colonização do extremo-sul com homens brancos se tornou uma idéia comum entre os memorialistas da época.

À idéia de Império agregava-se o sentimento expansionista frente à região do Prata; a política joanina no Brasil, ainda que com algumas hesitações, perseguiu a conquista da Banda Oriental, atual República do Uruguai, chamando o Brasil a ocupar suas “fronteiras naturais”. O interesse com relação à margem norte do rio da Prata não estava mais voltado apenas à prata ou às riquezas naturais da região, mas a formar, junto com o Rio Grande, uma “barreira política” às inovações que se irradiavam desde os antigos domínios castelhanos e, por conseguinte, estabelecer um Império que não deveria temer em nada os seus vizinhos.

As aventuras portuguesas no Prata permitiram que o mercado rio-grandense capturasse parte do espaço econômico Oriental, reforçando as exportações de alimentos – especialmente de carne salgada - e invertendo, desde 1814, a tendência negativa da balança comercial marítima do Rio Grande. Em contrapartida, é muito provável que o comércio de argênteo tenha se afastado das convulsões platinas. A febre saladeiril foi parte de uma euforia econômica que atingiu especialmente as atividades de abastecimento e que logrou ultrapassar a crise econômica que afetou Portugal desde 1815. Aliás, o próprio processo de descolonização, iniciado em 1808, explica em parte a descolagem da conjuntura brasileira em relação à européia.

No que diz respeito ao processo de descolonização – e aqui já estamos apontando para questões a serem exploradas em outras pesquisas - é preciso chamar a atenção para dois momentos chaves: 1802-1803, quando houve uma sensível redução nos preços das mercadorias coloniais, um crescimento formidável do contrabando de mercadorias européias e um novo colapso do comércio hispano americano; e 1817, momento em que os produtos de

abastecimento (farinha de mandioca e carne) alcançaram preços altíssimos, afetando a lucratividade do setor exportador que enfrentava a recessão na Europa. O modo contraditório pelo qual estas crises comerciais afetaram a economia colonial em seus diferentes setores, atingindo de modo distinto as diversas frações de classe, pode iluminar certos projetos políticos que surgiram na época: os planos imperiais de Donald Campbell são datados justamente de 1802; já em 1817 tivemos o levante pernambucano, que propunha a saída revolucionária à crise do Antigo Sistema Colonial.

Somos remetidos, portanto, a uma outra questão: dos projetos de integração do Rio Grande nas suas duas perspectivas hegemônicas, a mercantilista/eurocêntrica e a imperial/americanista, desdobra-se uma perspectiva revolucionária, a ser estudada em outro lugar. Seguramente a influência das Revoluções platinas e das conspirações e levantes em outras capitanias se fizeram sentir no Rio Grande; como já foi dito, em 1817 surgiram panfletos na vila de Rio Grande, simultâneos à revolta pernambucana, em 1820 houve a tentativa de levantar a vila de Cachoeira, em nome de Artigas, dos negros e dos índios. Certamente no interior destas “idéias de Revolução” haviam também projetos e planos que pensavam a relação entre o Rio Grande e o Império.

Além disso, relacionar a conjuntura e as flutuações econômicas com os projetos políticos mostrou ser uma via de análise fecunda. A expansão do final do século XVIII permitiu explicar o processo de integração dos mercados brasileiros e a opção por uma divisão imperial do trabalho depois de 1808; a conjuntura recessiva, que iniciou depois de 1822 e se projetou até a década de 1840 talvez ilumine a tendência centrífuga que se observa na política regencial. Também uma inversão estrutural no comércio do Rio Grande com o Prata possivelmente esclarecerá o afastamento político da província mais meridional do

Império na década de 1830. Afinal, as Independências uruguaia e Argentina puseram fim às dificuldades de abastecimento de mercadorias européias na região e existem indícios que o Rio Grande passou a depender dos mercados platinos para obter os manufaturados.

A maneira pela qual se abordou a formação do Rio Grande já sugere qual a nossa posição no debate historiográfico gaúcho: se estamos corretos em dizer que o Rio Grande só pode ser considerado uma entidade política e econômica no final do século XVIII, a interpretação que mais se aproximou da “verdade do período” foi a matriz lusa. Finalmente, e em tom de deboche, pode-se dizer que, na época estudada, o Rio Grande foi a “mais brasileira” de todas as capitanias, já que a sua formação econômica coincidiu com a formação de uma economia imperial “brasileira”.

Isto não quer dizer, naturalmente, que esta idéia possa ser remetida aos tempos de Tordesilhas ou atualizada para os períodos mais recentes. A situação de fronteira e o jogo das “fidelidades alternativas” foram por muitas vezes mobilizados pelas frações de classes dominantes locais em conjunturas políticas e/ou econômicas adversas. Mesmo no período estudado existe um conjunto de tensões que sugere alternativas políticas e econômicas, pois através do comércio de alimentos, do contrabando e das políticas mercantilistas surgiam outros caminhos políticos. Ainda que a integração com os mercados brasileiros seja cada vez mais forte e que, depois de 1808, a perspectiva “americanista” aponte para uma “alternativa brasileira”, no imenso campo de possibilidades políticas aberto pela Era das Revoluções e pela crise do sistema colonial, as alternativas platina e portuguesa estavam na ordem do dia.

Outrossim, depois de 1808 parece ser cada vez mais correto raciocinar em termos de “opções” políticas. Curiosamente o tema tradicional da historiografia gaúcha – a relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil – ganha validade a partir desta data. É que com a vinda da família Real se tratará de consolidar politicamente o Império do Brasil, e não o Rio Grande. De modo que a formação de uma divisão imperial do trabalho em grande parte explica o projeto hegemônico, mas seguramente não esgota as realidades políticas da época.

Quanto às tradições historiográficas dos atuais centros culturais do país, criticou-se principalmente a postura teórica que procura demonstrar o caráter estrutural do “mercado interno colonial”. Na nossa análise, a unificação dos mercados coloniais ocorreu numa conjuntura positiva determinada – a passagem do final do século XVIII para o XIX – quando, pela crise do sistema colonial e decorrente processo de descolonização, consolidou-se uma divisão imperial do trabalho e se encaminhou a formação de uma economia nacional. Da mesma forma foi esta “novidade econômica” da década de 1810 que permitiu a descolagem momentânea da economia colonial frente ao *Kondratieff* europeu.

O que não quer dizer que, em conjunturas anteriores, processos similares e uma certa solidificação dos circuitos mercantis intercoloniais não tenham ocorrido. Contudo, dado o caráter *colonial* da economia em análise – e nunca é exagerado realçar este aspecto – parece-nos que estes fenômenos foram mais ou menos passageiros, relacionados a fases positivas na economia mundial. Isto ficou muito claro no capítulo 2, quando se mostrou que originariamente o extremo-sul se integrou aos circuitos mercantis coloniais pelo comércio de prata, couros e animais em pé e que só na conjuntura do final do século XVIII houve uma especialização em alimentos.

Entre as razões podem ser elencadas para explicar a fragilidade do comércio interior está a dependência do tráfico de mercadorias européias para o fechamento dos circuitos. Assim, era a maior ou menor capacidade de importar este tipo de produto da Metrópole que habilitava as regiões centrais da colônia a comprar alimentos nas regiões periféricas. Desta forma, estamos convictos de que a capacidade do “mercado interno colonial” para resistir, para manter uma tendência positiva frente às conjunturas externas negativas, era pequena; e esperamos ter demonstrado isto, no capítulo 2, com a crítica que fizemos a algumas idéias de João Fragoso.

Outro aspecto que ajuda a explicar a relativa dispersão do comércio interior é o próprio compromisso que as elites políticas e financeiras da colônia tinham com o mercantilismo. No capítulo 4 ficou muito claro que mesmo para uma região totalmente voltada para o abastecimento, como era o Rio Grande na década de 1790, procurava-se estabelecer ligações mercantis com a metrópole havendo, inclusive, uma solidariedade entre as elites metropolitanas e regionais em relação ao projeto. É muito provável que a normalidade no sistema colonial português, antes de 1808, fosse a rivalidade entre as diversas elites coloniais em torno de privilégios, e a solidariedade de cada uma delas com o centro.

Não é demasiado repetir, portanto, que somente com a crise do sistema colonial foi possível se consolidar uma divisão imperial do trabalho. E a “novidade econômica” acabou por ser oficializada politicamente com o surgimento de uma perspectiva “americanista” que iria criticar violentamente o estatuto econômico da colônia como visto no capítulo 4.

Na mesma linha foi o nosso uso da idéia de Império que se tem popularizado na historiografia mais recente, normalmente em oposição ao conceito de sistema colonial. Como mostrou nossa análise da geopolítica colonial e dos projetos de integração do Rio Grande,

antes do início do século XIX as noções de domínio político e de totalidade das possessões coloniais devem ser pensadas em sua relação com o sistema colonial, e seguramente era assim que pensavam as personagens políticas da época. Por outro lado, o Império que se forjou depois de 1808 foi de natureza muito distinta; este é o sentido do título da tese, pois o Rio Grande se formou na passagem de um Império a outro.

Ao final das contas, se o “sentido da colonização” não chega para explicar a totalidade dos fenômenos da colônia, a supressão pura e simples desta idéia coloca a historiografia brasileira diante da incapacidade de esclarecer a especificidade histórica da questão colonial e, por conseqüência, torna-se ininteligível o processo de descolonização.

Atibaia, 05/01/2006

## APÊNDICE

### *Balança de comércio.*

Ao utilizarmos os dados das balanças de comércio do Rio Grande deparamo-nos com muitos problemas metodológicos, pois os responsáveis da época não possuíam um único método na elaboração e organização das cifras. E o mais grave é que, ao contrário das balanças feitas no Reino, que contavam com extensas e detalhadas introduções onde eram explicitados os métodos, nas balanças do Rio Grande não existem maiores informações a este respeito.

Hoje em dia, a praxe seguida na elaboração de balanças de comércio é calcular as exportações a preços FOB (*free on board*: preços locais, sem contar fretes e seguros) menos as importações a preços CIF (preços + fretes + seguros); daí a necessidade de formalizar balanças de pagamento que incluem estas e outras frações e por onde se obtém o “deve e o há de haver” de uma economia nacional. Naturalmente que no atual estágio de pesquisa é impossível elaborar uma contabilidade tão complexa, restando ao autor o trabalho de retificar as distorções provocadas pela ausência de método nos números originais<sup>467</sup>.

---

<sup>467</sup> Para uma discussão nos termos da *New Economic History* a respeito de balança de pagamentos, cf. CUENCA ESTEBAN. *The United States balance of payments...*, *op. cit.*

Nas balanças entre Portugal, os domínios ultramarinos e as nações estrangeiras, tanto as exportações como as importações, eram calculadas sobre preços CIF<sup>468</sup>. Este parece ter sido o procedimento para o Rio Grande nos anos de 1802, 1803, 1805, 1811 e 1812, pois há variação de preços de exportação de cada produto entre uma e outra praça, o que se deve, principalmente, pela diferença nos fretes. Para os outros anos foi fixado um preço único para todas as praças que parece ser uma projeção do valor CIF da praça do Rio de Janeiro. O dilema era manter os preços como estavam e deixar que esta imperfeição na fonte distorcesse a série ou assumir o risco de retocar os anos que tivessem problemas. Como a série de exportações e importações tem um papel importante na nossa análise, optou-se pela correção dos anos de 1808, 1809, 1810, 1814-1821.

Existem poucas informações a respeito dos fretes e seguros de uma a outra praça. Na nossa pesquisa encontramos apenas algumas correspondências mercantis que sugerem que o frete para o Rio de Janeiro girava em torno dos 10% sobre o valor da mercadoria. Além disso, sabe-se que as diferenças entre os preços de exportação das praças do nordeste e do Rio de Janeiro eram pequenos como sugere a comparação entre os anos de 1802 e 1803:

#### **Preços de alguns produtos exportados (por praça)**

ano	1802					1803				
produto	charque	couro	Sebo	graxa	queijo	charque	couro	sebo	graxa	Queijo
Rio	533	800	1.000	1.000	320	553	1.009	830	918	320
Bahia	532	818	1.072	1.000	320	607	900	832	-	580
Pernambuco	555	974	1.685	1.000	-	561	946	898	800	-

Com essas poucas informações o procedimento foi aumentar em 5% o valor das exportações para as praças do nordeste e para os portos classificados como “outros”; nos anos

<sup>468</sup> Cf. ARRUDA, *O Brasil no comércio...*, op. cit., pp. 348-349.

de 1816 e 1817, sobre os quais não temos informações quanto aos destinos, somou-se 5% sobre a participação média que as praças da Bahia, Pernambuco e “outros” possuíam em todo o intervalo. Nos anos de 1804, 1806, 1807 e 1813 não se fez correção nenhuma porque entendemos que o procedimento adotado deve ter sido o mesmo de 1802, 1803, 1805, 1811 e 1812. Por último, não acrescentamos o valor dos fretes nas exportações para o estrangeiro porque certamente este não era feito por embarcações rio-grandenses.

A correção proposta possui inconvenientes, já que o uso de preços CIF para as exportações e importações *supõe* que o mercado de fretes *das importações era dominado pelas outras praças*, enquanto que o mercado de fretes *das exportações era dominado pelo Rio Grande*, o que seguramente não ocorria (ver capítulo 2). Por outro lado, como o que importa aqui é a série, a pequena correção que estamos propondo permite estabelecer um único critério para todos os anos do intervalo, sem “mutilar” demasiadamente as cifras originais.

Ademais, temos a convicção de que o estudo da balança de comércio rio-grandense está apenas começando. Novos cálculos, assim como novas fontes, serão bem-vindos para entendermos melhor as relações da economia local com o Império português. Neste sentido, publicamos aqui os números originais:

## Exportações, Importações e saldos da Capitania do Rio Grande

Ano	Exportações	importações	saldo	acumulado
1802	800.288.340	889.574.910	-89.286.570	-89.286.570
1803	965.016.620	730.404.165	234.612.455	145.325.885
1804	1.022.120.000	911.400.000	110.720.000	256.045.885
1805	1.062.186.080	1.058.605.170	3.580.910	259.626.795
1806	972.440.000	1.139.740.000	-167.300.000	92.326.795
1807	1.020.280.000	1.192.660.000	-172.380.000	-80.053.205
1808	968.939.634	1.116.939.540	-147.999.906	-228.053.111
1809	716.773.080	1.123.999.940	-407.226.860	-635.279.971
1810	970.895.560	1.013.472.770	-42.577.210	-677.857.181
1811	1.251.986.230	1.259.341.150	-7.354.920	-685.212.101
1812	1.330.871.790	1.575.043.390	-244.171.600	-929.383.701
1813	1.533.706.080	1.843.541.292	-309.835.212	-1.239.218.913
1814	1.775.613.690	1.778.212.500	-2.598.810	-1.241.817.723
1815	1.579.304.470	1.730.354.040	-151.049.570	-1.392.867.293
1816	1.842.609.751	1.818.984.327	23.625.424	-1.369.241.869
1817	1.764.986.718	1.509.816.581	255.170.137	-1.114.071.732
1818	2.298.050.626	2.154.826.170	143.224.456	-970.847.276
1819	1.831.376.704	1.905.188.820	-73.812.116	-1.044.659.392
1820	2.018.851.576	1.933.054.280	85.797.296	-958.862.096
1821	2.049.251.690	1.781.232.731	268.018.959	-690.843.137

**Fontes e cálculos estimativos:** Para os anos de 1802, 1803, 1805 AHU (Avulsos, RS, docs. 465, 528 e 668). Os anos de 1804, 1806, 1807 foram retirados de Manoel Antonio de Magalhães. A validade dos dados fornecidos por este cronista foi discutida por Helen Osório, não obstante a autora não descontou as exportações de metais preciosos que seguramente estão incluídos nos números originais<sup>469</sup>. A inclusão dos valores exportados em moeda provoca distorções na série, especialmente em razão da sua ausência nas fontes dos anos seguintes (1808-1821), daí a necessidade de alguns cálculos que permitam retificar os originais. As remessas de metais entre o final do século XVIII e início do XIX giravam entre

<sup>469</sup> MAGALHÃES, *Almanack...*, p. 101. OSÓRIO, *Estanciero, lavradores...*, *op. cit.*, p. 165.

4,6 e 16,5% do total, incluindo os próprios metais, das exportações (ver capítulo 2, tabela II). Deste modo, pareceu-nos correto descontar 8% do total das exportações fornecidos por Manoel Antonio de Malhães; abatemos ainda 2% das importações tendo em vista que Bahia e Pernambuco remetiam alguma moeda para o Rio Grande que provavelmente foi contabilizada como importação<sup>470</sup>. Para os anos seguintes utilizaram-se as fontes do AN (RJC, cx. 448, pct. 1). No ano de 1813, no entanto, só está discriminado o comércio com o Rio de Janeiro, com as outras praças todas agrupadas. Os anos de 1816 e 1817 não constam nesta documentação, daí termos utilizado os dados de José Gonçalves Chaves<sup>471</sup>, onde estão discriminados os volumes das principais exportações que foram multiplicados pelos preços fornecidos para a praça de Rio Grande. Para estimar as importações foram reunidos os números da alfândega de Rio Grande de 1816 e 1817 que constam no mesmo memorialista e comparados com os dados da alfândega de Porto Alegre existentes na documentação do AN para os anos seguintes (1818-1821). Viu-se por aí que neste período as importações da capital do Rio Grande do Sul equivaliam a 45% do total; pela mesma porcentagem, portanto, pode-se estimar as importações totais nos anos de 1816 e 1817 (praça de Rio Grande + praça de Porto Alegre).

Também pode ser interessante ao leitor conhecer os saldos do Rio Grande por praça, nos anos em que foi possível fazer este cálculo. Note-se que os números apresentados aqui são os recopilados nas balanças e não constam as correções de 5% já referidas.

---

<sup>470</sup> Aproximadamente 2% do total é a participação das moedas nas importações riograndenses nos anos de 1802-1803.

<sup>471</sup> CHAVES, *Memórias Econômo-Políticas...*, pp. 118, 134-135 e 141

### Exportações, Importações e Saldos (por praça)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1802			
rio	477.071.380	666.566.370	-189.494.990
bahia	208.294.000	172.216.530	36.077.470
pernambucco	112.672.960	22.591.650	90.081.310
portugal	0	19.642.560	-19.642.560
estrangeiros	0	0	0
outros	2.250.000	8.557.800	-6.307.800
	800.288.340	889.574.910	-89.286.570
1803			
rio	592.275.370	536.577.085	55.698.285
bahia	244.147.610	123.403.500	120.744.110
pernambuco	103.363.340	35.063.305	68.300.035
portugal	15.358.400	21.979.980	-6.621.580
estrangeiros	0	0	0
outros	9.871.900	13.380.295	-3.508.395
	965.016.620	730.404.165	234.612.455
1805			
rio	683.156.020	754.711.650	-71.555.630
bahia	226.244.260	187.567.110	38.677.150
pernambuco	100.922.000	36.177.120	64.744.880
portugal	7.034.000	16.161.430	-9.127.430
estrangeiros	0	0	0
outros	44.829.800	63.987.860	-19.158.060
	1.062.186.080	1.058.605.170	3.580.910
1808			
rio	550.288.920	790.931.415	-240.642.495
bahia	235.672.750	244.581.195	-8.908.445
pernambuco	111.957.064	20.709.300	91.247.764
portugal	0	0	0
estrangeiros	0	0	0
outros	71.020.900	60.717.630	10.303.270
	968.939.634	1.116.939.540	-147.999.906
1809			
rio	355.219.280	761.989.560	-406.770.280
bahia	234.532.720	266.734.900	-32.202.180
pernambuco	83.081.960	19.031.870	64.050.090
portugal	0	850.000	-850.000
estrangeiros	5.166.400	10.947.000	-5.780.600
outros	38.772.720	64.446.610	-25.673.890
	716.773.080	1.123.999.940	-407.226.860
1810			
rio	520.619.140	686.355.440	-165.736.300
bahia	309.622.720	217.570.590	92.052.130
pernambuco	66.375.800	33.022.200	33.353.600
portugal	0	0	0
estrangeiros	8.087.500	16.013.620	-7.926.120

outros	66.190.400	60.510.920	5.679.480
	970.895.560	1.013.472.770	-42.577.210
1811			
rio	724.455.580	887.866.140	-163.410.560
bahia	319.350.480	242.970.200	76.380.280
pernambucco	130.263.650	37.729.700	92.533.950
portugal	0	5.461.600	-5.461.600
estrangeiros	42.059.760	19.593.400	22.466.360
outros	35.856.760	65.720.110	-29.863.350
	1.251.986.230	1.259.341.150	-7.354.920
1812			
rio	786.983.970	1.204.899.360	-417.915.390
bahia	341.863.450	235.456.770	106.406.680
pernambuco	122.902.600	43.763.200	79.139.400
portugal	0	1.520.000	-1.520.000
estrangeiros	18.545.000	3.924.740	14.620.260
outros	60.576.770	85.479.320	-24.902.550
	1.330.871.790	1.575.043.390	-244.171.600
<sup>472</sup> 1813			
rio	1.023.410.520	1.324.645.732	-301.235.212
bahia	-	-	-
pernambuco	-	-	-
portugal	-	-	-
estrangeiros	17.580.500	84.348.780	-66.768.280
outros	492.715.060	434.546.780	58.168.280
	1.533.706.080	1.843.541.292	-309.835.212
1814			
rio	1.055.608.320	1.232.347.240	-176.738.920
bahia	467.020.530	338.295.260	128.725.270
pernambuco	109.560.840	53.139.500	56.421.340
portugal	0	0	0
estrangeiros	119.277.640	6.596.000	112.681.640
outros	24.146.360	147.834.500	-123.688.140
	1.775.613.690	1.778.212.500	-2.598.810
1815			
rio	993.801.400	1.343.847.720	-350.046.320
bahia	452.681.430	195.740.720	256.940.710
pernambuco	95.943.560	49.204.400	46.739.160
portugal	0	0	0
estrangeiros	18.860.800	1.762.500	17.098.300
outros	18.017.280	139.798.700	-121.781.420
	1.579.304.470	1.730.354.040	-151.049.570
1818			
rio	1.252.673.746	1.690.312.300	-437.638.554
bahia	653.724.800	374.540.300	279.184.500
pernambuco	148.733.040	17.909.800	130.823.240

<sup>472</sup> Em 1813 só consta o movimento mais geral, Bahia e Pernambucos estão classificados como “outros”.

portugal	0	0	0
estrangeiros	224.588.640	36.008.200	188.580.440
outros	18.330.400	36.055.570	-17.725.170
	2.298.050.626	2.154.826.170	143.224.456
1819			
rio	909.946.564	1.462.658.760	-552.712.196
bahia	519.046.760	267.556.540	251.490.220
pernambuco	282.895.320	20.956.900	261.938.420
portugal	0	1.943.600	-1.943.600
estrangeiros	87.263.140	29.996.860	57.266.280
outros	32.224.920	122.076.160	-89.851.240
	1.831.376.704	1.905.188.820	-73.812.116
1820			
rio	1.172.369.476	1.409.759.780	-237.390.304
bahia	571.173.160	425.614.940	145.558.220
pernambuco	157.915.940	11.824.400	146.091.540
portugal	0	11.200.000	-11.200.000
estrangeiros	94.503.200	21.496.630	73.006.570
outros	22.889.800	53.158.530	-30.268.730
	2.018.851.576	1.933.054.280	85.797.296
1821			
rio	1.180.844.130	1.212.376.030	-31.531.900
bahia	492.245.200	415.641.940	76.603.260
pernambuco	179.810.400	23.081	179.787.319
portugal	0	0	0
estrangeiros	137.884.760	44.329.900	93.554.860
outros	58.467.200	108.861.780	-50.394.580
	2.049.251.690	1.781.232.731	268.018.959

### ***Preços e emissões monetárias***

Como já dissemos no capítulo 3, a fonte para a formação da série de preços foram os dados das balanças de comércio do Rio Grande e de José Gonçalves Chaves que têm origem na alfândega local. Foram completados com os números de João Fragoso e Corcino Santos, que se basearam nas Listas de Entradas das Embarcações do porto do Rio. A série elaborada é uma média simples destas três fontes e por isso podem ainda ser corrigidas e completadas em pesquisas futuras. Incluímos neste apêndice os números elaborados por Harold Johnson que dão uma idéia dos preços ao consumidor no Rio de Janeiro, tendo em vista que a sua série tem origem nas contas da Casa de Misericórdia daquela cidade.

### Preços do Charque (arroba):

ano	Harold Johnson	João Fragoso	Alfândega e Chaves	Corcino Santos	ano	Harold Johnson	João Fragoso	Alfândega e Chaves	Corcino Santos
1780	811				1802		559	533	507
1781					1803		544	553	569
1782					1804		511		494
1783	904				1805		495	500	520
1784					1806	640	488		518
1785	926				1807	720	527		503
1786					1808		574	500	550
1787	666				1809		517	500	
1788					1810		526	500	
1789					1811		568	566	
1790	578		320		1812		583	500	
1791			400		1813		533	500	
1792	1.005				1814	850	584	540	
1793					1815	600	591	560	
1794	983				1816		751	700	
1795	889		600		1817	1.650	1.609	1.360	
1796	800			565	1818	1.678		1.600	
1797					1819	2.000		1.600	
1798	900			700	1820		1.531	1.400	
1799		616		640	1821		1.343	1.400	
1800		485		500	1822		1.201	1.120	
1801		612		587					

Para os preços do trigo foi necessário ainda converter as medidas de João Fragoso, já que o autor apresenta seus preços em arrobas, enquanto que as fontes da alfândega e de C. Santos estão classificadas por alqueire. Seguindo Stuart Schwartz, que expressa no início do seu texto que um alqueire pesava 36,3 kg, fizemos o seguinte cálculo:  $x = 36,3y/14,7$ ; sendo x o preço do alqueire e y o preço da arroba<sup>473</sup>.

---

<sup>473</sup> *Segredos internos..., op. cit., p. 16*

### Preço do Trigo (alqueire)

ano	João Fragoso	alfândega e Chaves	Corcino Santos	ano	João Fragoso	Alfândega e Chaves	Corcino Santos
<b>1790</b>		600		<b>1807</b>	1.371		1.432
<b>1791</b>		800		<b>1808</b>		1.000	950
<b>1792</b>				<b>1809</b>	978	700	
<b>1793</b>				<b>1810</b>	904	800	
<b>1794</b>				<b>1811</b>	1.659	1.300	
<b>1795</b>		1.500		<b>1812</b>	1.808	1.600	
<b>1796</b>			1.150	<b>1813</b>	1.546	1.500	
<b>1797</b>				<b>1814</b>	2.173	1.600	
<b>1798</b>			1.000	<b>1815</b>	1.309	1.120	
<b>1799</b>	914		1.300	<b>1816</b>	1.647	1.600	
<b>1800</b>	1.153		1.060	<b>1817</b>	1.714	2.000	
<b>1801</b>	956		1.422	<b>1818</b>		2.720	
<b>1802</b>	1.291	1.288	1.244	<b>1819</b>		1.280	
<b>1803</b>	973	854	860	<b>1820</b>	1.524	1.280	
<b>1804</b>	1.309		1.530	<b>1821</b>	1.536	1.280	
<b>1805</b>	1.240	1.600		<b>1822</b>	3.247	2.000	
<b>1806</b>	2.082		2.230				

Incluimos ainda os preços do couro e do sebo, utilizando aqui os dados da alfândega de Rio Grande:

### Couros e sebo (arrobas)

ano	couro	sebo	ano	couro	sebo
<b>1790</b>	1.000	600	<b>1807</b>		
<b>1791</b>	1.000	500	<b>1808</b>	800	1.000
<b>1792</b>			<b>1809</b>	640	1.100
<b>1793</b>			<b>1810</b>	800	1.000
<b>1794</b>			<b>1811</b>	726	919
<b>1795</b>	1.000	850	<b>1812</b>	700	900
<b>1796</b>			<b>1813</b>	700	1.000
<b>1797</b>	950	820	<b>1814</b>	960	1.000
<b>1798</b>			<b>1815</b>	1.000	1.100
<b>1799</b>			<b>1816</b>	1.200	1.200
<b>1800</b>			<b>1817</b>	1.440	1.920
<b>1801</b>			<b>1818</b>	1.440	2.000
<b>1802</b>	800	1.000	<b>1819</b>	1.500	2.000
<b>1803</b>	1.009	830	<b>1820</b>	1.500	2.000
<b>1804</b>			<b>1821</b>	1.800	2.000
<b>1805</b>	1.000	1.500	<b>1822</b>	2.240	1.600
<b>1806</b>					

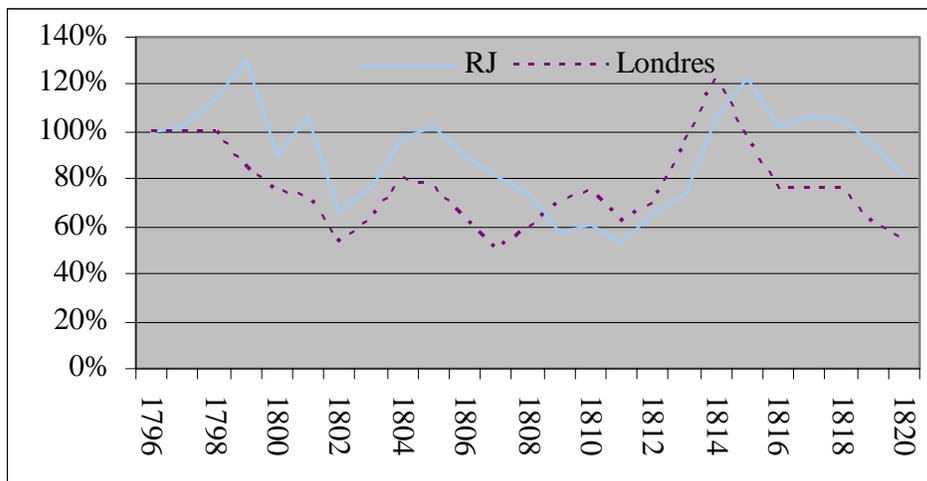
Por último, como nos referimos por diversas vezes ao preço do açúcar no capítulo 3, insere-se aqui os preços deste produto no mercado inglês e no porto de Santos que podem servir para comparar com os preços no Rio, já apresentados. A série dos preços ingleses – uma média dos diferentes tipos de açúcares - nos foram gentilmente cedidos pelo professor Dr. Javier Cuenca-Esteban que a elaborou com base nos *London Current Prices*. A série de Santos, muito incompleta é verdade, tem a mesma origem que as balanças de Rio Grande depois de 1808:

### Preços do açúcar:

ano	Londres (shillings/cwt)	Santos (réis/arroba)	ano	Londres (shillings/cwt)	Santos (réis/arroba)
1796	63,3		1809	44,4	
1797	63,4		1810	47,3	2.100
1798	63		1811	39,1	1.600
1799	53,3		1812	44,1	1.200
1800	47,6		1813	60,6	
1801	45,9		1814	77,3	2.400
1802	33,4		1815	61,2	2.560
1803	40,2		1816	48,2	2.400
1804	50,9		1817	47,8	2.200
1805	49		1818	48,3	2.300
1806	39,8		1819	38,7	
1807	31,4		1820	34,2	
1808	37,8		1821	30,8	

Com o índice dos preços do açúcar no Rio de Janeiro, apresentado no capítulo 3, e elaborando um índice do mesmo tipo para os preços ingleses é possível comparar suas flutuações e assim dizer mais algumas palavras a respeito da suposta resistência da economia colonial às flutuações externas:

**Gráfico 1: Índice de preços do açúcar no Rio de Janeiro e em Londres (sobre o valor de 1796).**



O que se observa no gráfico é que os preços no Rio de Janeiro costumam acompanhar os preços de Londres. No entanto, o mercado carioca flutua mais – especialmente antes de 1808 – o que seguramente se deve à dinâmica das reexportações portuguesas. Há que se chamar a atenção ainda para o comportamento desconexo que se verifica entre 1808-1809, fruto da ruptura do comércio entre Portugal e Brasil. Finalmente, depois de 1815, os preços cariocas parecem resistir mais à queda dos valores internacionais o que se explica, na nossa análise, mais pela inflação monetária do período do que pelo aumento do consumo interno de açúcar.

Afinal, entre 1810 e 1822 pôs-se em circulação mais de 9.000 contos de réis em papel moeda. É provável que o aumento do papel moeda em circulação tenha provocado a sua desvalorização frente à moeda metálica, o que com o tempo reduzia o efeito inflacionário das emissões. No entanto, os testemunhos de outros autores sugerem uma sensível queda do mil-réis frente à libra esterlina (ver capítulo 3).

### Papel Moeda em circulação no Brasil

ano	contos de réis
1810	160
1811	104
1812	60
1813	130
1814	1.043
1815	1.200
1816	1.862
1817	2.600
1818	3.632
1819	6.518
1820	8.566
1821	8.071
1822	9.171

**Fonte:** Pandiá Calógeras que é citado por Johnson Jr. (*A Preliminary inquiry...*, *op. cit.*, p. 244, table 2).

### *População*

As cifras de população utilizadas na tese provêm de diferentes fontes que, ao que tudo indica, se originam em registros paroquiais. Para o ano de 1780 consta apenas a população negra e mestiça, não diferenciando cativos e libertos; sabe-se contudo, que em 1791 os libertos eram 7,1% da população afro-brasileira e em 1798 eram 12,5%. Como em 1780 *o percentual de libertos deveria ser menor* que nos anos seguintes, já que o sistema escravista recém estava se reorganizando, estimamos em 5% esta população e os outros 95% foram contabilizados como escravos. Enquanto que até 1809 não era incluído nas contagens de população o território das Missões, conquistado em 1801 para o ano de 1819 existe apenas uma estimativa geral da população do Rio Grande, incluindo os habitantes da Província de Missões. Afortunadamente, para o ano de 1814 tem-se a população total e são discriminados os moradores das Missões; portanto, o gráfico 3 do capítulo calcula a taxa de crescimento

entre 1809 e 1814 sem a inclusão das Missões, e entre 1814 e 1819 a população deste território é incluída. Duas últimas ressalvas precisam ser feitas: em 1819 não está discriminada a população livre por índios, brancos e libertos, apenas os escravos e o total. Por último, nossos números para 1814 corrigem os totais apresentados por Fernando H. Cardoso através da soma das parciais por freguesia (as referências documentais estão no capítulo 3).

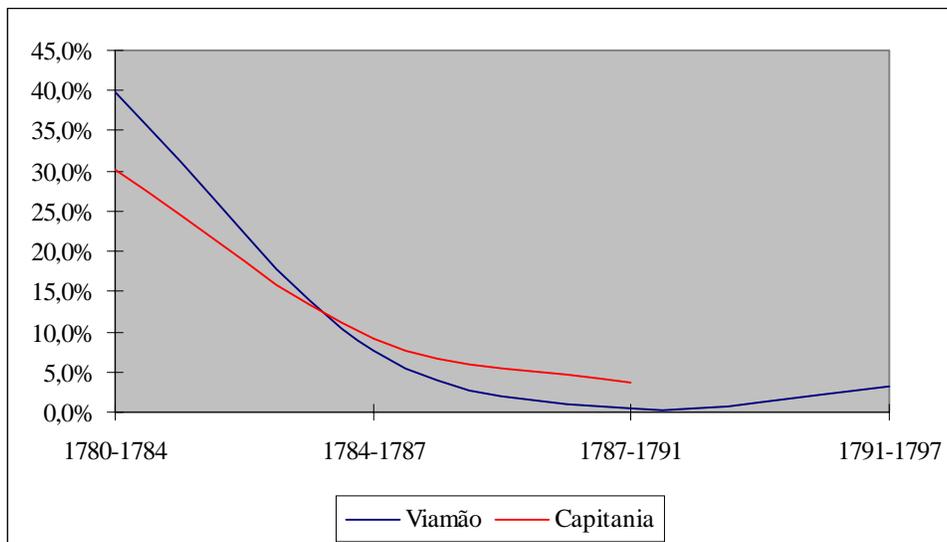
### População do Rio Grande

<b>Ano</b>	<b>1780</b>	<b>1791</b>	<b>1798</b>	<b>1802</b>	<b>1805</b>	<b>1807</b>	<b>1809</b>	<b>1814 sem Missões</b>	<b>1814 com Missões</b>	<b>1819</b>
brancos	9.433	14.257	17.593	20.254	23.520	27.108	30.662	27.539	28.183	
escravos	4.847	8097	11.740	12.970	13.799	13.469	14.629	17.061	17.313	28.253
libertos	255	620	1.659	2.233	2.502	2.758	3.106	4.054	4.131	
Índios	3.388	797	718	1.264	1.202	1.008	1.193	2.025	8.420	
<b>TOTAL</b>	<b>17.923</b>	<b>23.771</b>	<b>31.710</b>	<b>36.721</b>	<b>41.023</b>	<b>44.343</b>	<b>49.590</b>	<b>50.679</b>	<b>58.047</b>	<b>92.180</b>
total sem escravos	13.076	15.674	19.970	23.751	27.224	30.874	34.961	33.618	40.734	63.927

### *Rebanhos*

No capítulo 3 mostrou-se a evolução nas taxas de crescimento dos rebanhos na capitania do Rio Grande entre 1741 e 1791. Entre 1780 e 1797 é possível comparar a evolução dos rebanhos da capitania, com um dos seus distritos, Viamão. Como se vê pelo gráfico, o distrito de Viamão acompanha o movimento geral em todos os intervalos entre 1780-1791. De uma taxa anual de 0,4% no período de 1787-1791, passa a 3,1% no período de 1791-1797. O distrito do Cahy também tem uma evolução positiva: entre 1787 e 1791 a taxa anual de crescimento é negativa (-0,4%), enquanto que entre 1791 e 1797 a taxa de crescimento é de 5%.

## Taxas de crescimento do rebanho bovino da capitania do Rio Grande e do distrito de Viamão



Se a tendência entre 1791 e 1797 também foi positiva para a capitania, fica reforçada a nossa idéia de que as curvas das exportações de derivados bovinos do Rio Grande têm pouco a ver com as condições criatórias locais. Afinal as grandes exportações de derivados bovinos na década de 1790 deveriam ter provocado *uma redução* na taxa de crescimento dos rebanhos. Os dados de 1797 dos distritos do Cahy e Viamão estão em AHRS, Fazenda, F-1198A, e 1198B, 1797.

### *Secretários de marinha e ultramar, vice-reis e governadores.*

#### **Secretários de marinha e ultramar (1770 – 1808).**

Janeiro de 1770 – Martinho de Mello e Castro.

Março de 1795 – Luis Pinto de Souza.

Setembro de 1796 – D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Junho de 1801 – visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior).

**Vice-reis do Brasil (1769-1808)<sup>474</sup>:**

1769 – marquês do Lavradio (D. Luis de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva).

1779 – Luis de Vasconcelos e Souza.

1790 – conde de Rezende (D. José Luiz de Castro).

1801 – D. Fernando José de Portugal e Castro.

1806 – conde de Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito).

**Governadores do Rio Grande<sup>475</sup>:**

1769 – José Marcelino Figueiredo (Manoel Jorge Gomes Sepúlveda).

1780 - Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara.

1784 – Rafael Pinto Bandeira (interino).

1786 - Joaquim José Ribeiro da Costa (interino).

1790 – Rafael Pinto Bandeira (interino).

1793 – Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara.

1801 – Francisco João Roscio (interino).

1803 – Paulo José da Silva Gama.

1809 – Diogo de Souza.

1814 – marquês de Alegrete (Luis Teles da Silva Caminha e Meneses).

1818 – conde da Figueira (José Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha Vasconcelos e Souza).

1820 – Governo Interino do Triunvirato.

1821 – João Carlos Saldanha Oliveira Daun.

---

<sup>474</sup> Retirado de MACHADO, Lourival. Política e Administração sob os últimos vice-reis. *in*: HOLANDA, Sérgio B. **História Geral da Civilização Brasileira**. T – I, Vol. 2. São Paulo: Difel, 1960, pp. 367-376.

<sup>475</sup> Retirado de OSÓRIO, BERWANGER, SOUZA, *Catálogo de documentos...*, *op. cit.*, pp. 235-236.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGESTA, Luis. **El Pensamiento Político del Despotismo Ilustrado**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. *In*: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. II (527-592), São Paulo: Edusp, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz F. A Economia Política dos Descobrimentos. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. (193-207). São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. A Pena e o Pincel. *In*: STRAUMANN, Patrick (org.). **Rio de Janeiro, Cidade Mestiça**. (133-162) São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. Resposta à segunda nota crítica: Lains no País das Adivinhas. *In*: **Penélope**, nº 5, (165-178), Lisboa, 1991.
- ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALEXANDRE, Valentim. Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro. *In*: **Ler História**, n 7 (3-45), 1986.
- ALEXANDRE, Valentim. Um passo a frente, vários à retaguarda – resposta à nota crítica de Pedro Lains. *In*: **Penélope**, nº 3, (103-110), Lisboa, 1991.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense,

1995.

ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José J. A circulação, as finanças e as flutuações económicas. *In*: SERRÃO, J. e MARQUES, A (orgs.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. Vol. VIII [O império luso-brasileiro] (155-214). Lisboa: Estampa, 1986.

ARRUDA, José J. Decadence or crisis in the Luso-brazilian Empire: A new model of colonization in the eighteenth Century. *In*: **HHR**, (80:4), (865-878), November, 2000.

ARRUDA, José J. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). *In*: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. (176-185). São Paulo: UNESP/EDUSC, 2000..

ASDRÚBAL SILVA, Hernan. **El Comercio entre España y el Río de la Plata** (1778-1810). s/l: Banco de España, 1993.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Agricultura, ganadería y diezmos en el obispado de Buenos Aires, 1782-1802: una comparación infructuosa. *In*: **La Otra Historia**. Economía, Estado y sociedad en Río de la Plata Colonial (253-292), Buenos Aires: Imago Mundi, 2002.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Comercio exterior y comercio de cueros en el virreinato del Río de la Plata. *in*: **La Otra Historia**: economía, Estado y sociedad en el Río de la Plata colonial. (17-81), Buenos Aires: Imago Mundi, 2002.

BARAN, Paul. O conceito de excedente econômico. *In*: **A Economia Política do Desenvolvimento**. 3ª ed. (79-99). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

BARICKMAN, Bert J. **Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BENTO, Cláudio Moreira. 190º aniversário da campanha do Exército de D. Diogo de Souza pacificador da Banda Oriental 1811/1812. *In*: **O Guararapes** (5-7) 32, jan/mar 2002.

BICALHO, Maria F. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BLACKBURN, Robin. **The Making of New World Slavery**. London/New York: Verso, 1997.
- BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLOCH, Marc. **Introducción a la Historia**. 2ª ed. México: FCE, 1957.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material Economia e Capitalismo: (3 vols.)**. São Paulo: Martins Fontes, 1997-1998.
- BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. *In: Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II**. (2 vols.) 4ª reimpr. Mexico: FCE, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. Para uma economia histórica. *In: Escritos Sobre a História*. (115-124). São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BROWN, Jonathan. Dynamics and autonomy of a traditional marketing system: Buenos Aires, 1810-1860. **HAHR**, Vol. 56, no. 4 (605-629), 1976.
- BROWM, Jonathan. **Historia Socioeconómica de la Argentina. 1776-1860**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- BUSHNELL, David. A Independência da América do Sul Espanhola. *In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina*. Da Independência até 1870. Vol. III, (119-186). São Paulo: Edusp, 2001.
- CARDOSO, Ciro F. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará 1750-1817**, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, José L. **O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do século**

**XVIII.** (1780-1808). Lisboa: Estampa, 1988.

CARVALHO, Delgado de. **História Diplomática do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul.** Período Colonial. São Paulo: Editora do Brasil, 1980.

CHRISTELOW, Allan. Great Britain and the Trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-1783. *In: HAHR.* (2-29), n° 27, 1947.

COATSWORTH, John. American trade with European Colonies in the Caribbean and South America, 1790-1812. *In: The William and Mary Quarterly*, 3ª. serie, Vol. 24, no. 2, 243-266, 1967.

CUENCA ESTEBAN, Javier. Comercio y hacienda en la caída del Imperio Español, 1778-1826. *In: FONTANA, Josep (org.). La Economía Española al Final del Antiguo Régimen.* II Comercio y Colonias. (389-453) Madrid: Alianza Editorial, 1982.

CUENCA-ESTEBAN, Javier. The markets of Latin American exports, 1790-1820. A comparative analysis of international prices. *In: JOHNSON, Lyman L. e TANDETER, Enrique. Essays on the Price History of Eighteenth-Century Latin-America.* (373-399). Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.

CUENCA ESTEBAN, Javier. Statistics of Spain's Colonial Trade 1792-1820: Consular duties, cargo inventories, and balances of trade. *In: HAHR* 61(3) (381-428), 1981.

CUENCA ESTEBAN, Javier. The United States balance of payments with Spanish America and the Philippine Islands, 1790-1819: estimates and analysis of principal components. *In: BARBIER, Jacques and KUETHE, Allan. (ed.) The North American Role in the Spanish Imperial Economy.* (28-70). Manchester: Manchester University Press, 1984.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais:** Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DAVIS, Ralph. **The Rise of the Atlantic Economies.** New York: Cornell University Press, 1973.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

- DIAS, Maria O. S. A interiorização da Metrópole. *In*: MOTA, Carlos. G. (org.) **1822 Dimensões**. (160-186). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DINIZ, Adalton. **Centralização Política e Apropriação de Riqueza**. Análise das finanças do Império Brasileiro (1821-1889). São Paulo: FFLCH/USP [tese de doutorado], 2002.
- FARINATTI, Luis A. **Trajetórias Familiares, Estratégias Sociais e Produção Agrária na Campanha Rio-Grandense**. (1830-1870). Relatório de qualificação de doutorado, inédito, UFRJ, 2005.
- FERLINI, Vera L. A. **Terra, Trabalho e Poder**. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FINLEY, Moses I., **A Economia Antiga**. 2ª ed., Porto: Ed. Afrontamento, 1986.
- FISCHER, **The Great Wave: Price revolutions and the rythm of History**. New York: Oxford University Press, 1996.
- FISHER, H. E. S. **De Methuen a Pombal**. O comércio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Gradiva, 1984.
- FISHER, John. **Commercial Relations Between Spain and Spanish America in the Era of the Free Trade, 1778-1796**. London: Centre of Latin American Studies, University of Liverpool, 1985.
- FISHER, John. Commerce and Imperial Decline: Spanish trade with Spanish America, 1797-1820. *in*: **Journal of Latin American Studies**, vol. 30, no. 3, (459-479), 1998.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negas: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de F., BICALHO, Maria F. Introdução. *In*: **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). (21-25) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, José A. Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal. *In*: SANTOS, Maria H. C. **Pombal Revisitado**. Vol. I, (19-33). Lisboa: Estampa, 1984.
- FRUTUOSO, E., GUINOTE, P., LOPES, A. **O Movimento do Porto de Lisboa e o Comércio Luso-Brasileiro (1769-1836)**. Lisboa: CNCDP, 2001
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GELMAN, Jorge. **Campeños y Estancieros**. Una región del Río de la Plata Colonial. Buenos Aires: Editorial de los libros de Riel, 1998.
- GENOVESE, Eugene e FOX-GENOVESE, Elizabeth. **Fruits of Merchant Capital**. Slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism. New York: Oxford University Press, 1983.
- GIL, Tiago. **Infiéis Transgressores: Os contrabandistas da fronteira (1760-1810)**. [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- GODECHOT, Jacques. **Europa e América no Tempo de Napoleão**. (1800-1815). São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1984.
- GODECHOT, Jacques. **As Revoluções**. (1770-1799). São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Finanças pública e estrutura de Estado. *in*: **Estudos**. Sobre a História de Portugal II (25-63), Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968.
- GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf/Editora da UFRGS, 1999.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1980.
- GRESPLAN, Jorge. O estruturalismo da Cepal na obra de Raúl Prebisch. *In*: **História**

UNISINOS, 3(5) (105-125). São Leopoldo, 2001.

GRESPLAN, Jorge. **O Negativo do Capital**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRESPLAN, Jorge. Urbanização e economia mineradora na América: O caso de Potosí. *In: AZEVEDO, Francisca L. N. e MONTEIRO, John. (orgs.). Raízes da América Latina*. (303-316) São Paulo: Edusp, 1996.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

GUTFREIND, Ieda. **A Construção de uma Identidade: A historiografia sul-rio-grandense de 1925-1975**. São Paulo: FFLCH/USP, [tese de doutorado], 1989.

HAMILTON, Earl J. Guerra e Inflacion en España (1700-1800). *In: El Florecimiento del Capitalismo: y Otros Ensayos de Historia Económica*. (137-184). Madrid: Revista de Occidente, 1948.

HAMILTON, Earl. **El Tesoro Americano y La Revolución de los Precios en España**. Barcelona: Ariel, (1ª ed. inglesa de 1934), 2000.

HAMILTON, Earl. La inflación de beneficios y la Revolución Industrial. *In: El Florecimiento del Capitalismo: Y otros ensayos de Historia Económica*. (27-48) Madrid: Revista de Occidente, 1948.

HECKSCHER, Eli F. **La Epoca Mercantilista**. Historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de edad media hasta la sociedad liberal. Mexico: FCE, 1983.

HERRERO, Pedro P. **Comercio y Mercados en América Latina Colonial**. Madrid: Mapfre, 1992.

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. *In: Sobre a História*. (83-105), São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio B. A Colônia de Sacramento e a expansão no extremo sul. *In: História da Civilização Brasileira*. Tomo I, 1º vol., Do descobrimento à expansão territorial. (322-363), 5ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1976.

- IZARD, Miguel. Comercio libre, guerras coloniales y mercado americano. *In*: NADAL, Jordi e TORTELLA, Gabriel. **Agricultura, Comercio Colonial y Crecimiento Económico en la España Contemporánea.** (295-321) Barcelona: Ariel, 1974.
- JANCSÓ, István. **Na Bahia Contra o Império.** História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1995.
- JOHNSON Jr., Harold B. A preliminary Inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. *In*: DAURIL, Alden. **Colonial Roots of Modern Brazil.** (231-283). Berkeley: University of California Press, 1973.
- KONDRATIEFF, Nikolai. Las ondas largas de la conyuntura. *In*: KONDRATIEFF, N. D. e GARVI, G. **Las Ondas Largas de la Economía.** (1-61). Madrid: Revista de Occidente, 1946.
- KUETHE, Allan e BLAISDELL, Lowell. French influence and the origins of the Bourbon Colonial Reorganization. *In*: **HAHR** 71(30), (579-607), 1991.
- KULA, Witold. Las investigaciones históricas sobre los precios. *In*: **Problemas y Métodos de la Historia Económica.** 3ª ed. (403-480). Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.
- LAINS, Pedro. Foi a perda do Império Brasileiro um momento crucial do subdesenvolvimento português. *In*: **Penélope**, nº 3, (92-102), Lisboa, 1989.
- LAINS, Pedro. Foi a perda do Império Brasileiro um momento crucial do subdesenvolvimento português - II. *In*: **Penélope**, nº 5, (151-163), Lisboa, 1991.
- LISS, Peggy K. **Los Imperios Trasatlánticos:** Las redes del comercio y de las Revoluciones de Independência. 2ª ed. México: FCE, 1995.
- LYNCH, John. As origens da Independência da América espanhola. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina.** Da Independência até 1870. Vol. III, (19-72). São Paulo: Edusp, 2001.
- MACHADO, Lourival. Política e Administração sob os últimos vice-reis. *in*: HOLANDA, Sérgio B. **História Geral da Civilização Brasileira.** T – I, Vol. 2. São Paulo: Difel, 1960.
- MADUREIRA, Nuno L. **Mercados e Privilégios.** A indústria portuguesa entre 1750-1834. Lisboa: Estampa, 1997.

- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973
- MARCÍLIO, Maria L. A população do Brasil Colonial. *In*: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. II (311-338), São Paulo: Edusp, 1999.
- MARIUTTI, Eduardo B. **Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu**. Campinas: IE/Unicamp, [tese de doutorado], 2003.
- MAURO, Frédéric. A conjuntura atlântica e a Independência do Brasil. *In*: MOTTA, Carlos G. **1822: Dimensões**. (38-47). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670**. (2 Vols.). Lisboa: Estampa, 1997.
- MATTOSO, Kátia. **Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no século XIX**. Itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.
- MAXWELL, Keneth. **A Devassa da Devassa**. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MAXWELL, Keneth. A geração de 1790 e a idéia de império luso-brasileiro. *In*: **Chocolate, Piratas e Outros Malandros**. Ensaios Tropicais. (157-208), São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. *In*: **Chocolate, Piratas e Outros Malandros**. Ensaios Tropicais. (125-156). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MELO, Evaldo C. **O Nome e o Sangue**. Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MENZ, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *In*: **Afro-Ásia**, 32, (139-158), Salvador, 2005.
- MENZ, Maximiliano M. Producción ganadera y formas de propiedad: Río Grande do Sul a comienzos del siglo XIX. *In*: **Razón y Revolución**. (93-106). nr. 12, Verano de 2004.

- MENZ, Maximiliano M.. A Revolta dos Dragões em Rio Grande: uma nova abordagem sobre um velho tema. *In: História UNISINOS*. 3(5), (217-244). São Leopoldo, 2001.
- MONTEIRO, Jonathas da C. R. **A Campanha de 1801**. Tomada dos Sete Povos Missionários. Separata dos “Anais” do Terceiro Congresso de História Nacional (IV Volume). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- MONTEIRO, Jônathas da C. R. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. *In: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1763-1777)*. Vol. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- MORAES, José G. V. e REGO, José M. **Conversa com Historiadores Brasileiros**. (119-144). São Paulo: editora 34, 2002.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**. Complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Vols. (1 e 2-3). São Paulo: Hucitec, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MOTA, Carlos G. **Nordeste 1817**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NEUMANN, Eduardo. **O Trabalho Guarani Missionário no Rio da Prata Colonial 1640-1750**. Porto Alegre: 1996.
- NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. *In: História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e privacidade na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- NOVAIS, Fernando. A Descolonização da História. Entrevista com Fernando Novais por Sylvia Colombo. *In: Mais! Folha de São Paulo*. 20/11/2005.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Extremadura Portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: Tese de doutorado, UFF, 1999.
- OSÓRIO, Helen. BERWANGER, Ana R. SOUZA, Susana B. **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio Grande do**

**Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.** Porto Alegre: Corag, 2001.

PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores Libres, Estado y Crisis de la Esclavitud en Brasil en la Época de la Revolución Industrial.** Ciudad de Mexico: FCE, 1998.

PEDREIRA, Jorge. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830).** Lisboa: Difel, 1994.

PEDREIRA, Jorge. From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760-1830). *In: HAHR*, 80:4, (839-864), 2000.

PEDREIRA, Jorge. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822).** Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PEREZ, Osvaldo. Tipos de producción ganadera en el Rio de la Plata Colonial. La estancia de alzados. *in: AZCUY AMEGHINO*, Eduardo (org.). **Poder Terrateniente, relaciones de producción y orden colonial.** (151-184). Buenos Aires: García Gambeiro, 1992.

PICCOLO, Helga. O processo de Independência no Rio Grande do Sul. *In: MOTA*, Carlos G (org.). **1822: Dimensões.** (355-376), São Paulo: Perspectiva, 1972.

PIMENTA, João Paulo. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata.** São Paulo: Hucitec, 2002.

PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil.** 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO Jr., Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

POLANYI, Karl. La economía como actividad institucionalizada. *In: POLANYI*, Karl. **Comercio y Mercado en Los Imperios Antiguos.** (289-316) Barcelona: Labor Universitaria, 1974.

- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais**. Vol. II, 2ª ed., Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.
- QUINN, William H. A study of Southern Oscillation – related climatic activity for A.D. 622-1900 incorporating Nile River Flood data. *In*: DIAZ, Henry F. MARKGRAF, Vera. **El Niño Historical and Paleoclimatic Aspects of the Southern Oscillation**. (119-149). Londres: Cambridge University Press, 1993.
- REICHEL, Heloísa. **Os Caminhos do contrabando entre a Província de Rio Grande de São Pedro e o Vice-reinado do Prata no tardio colonial (1776-1801)**. [artigo inédito], 2001.
- REICHEL, Heloísa, GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul**. A Região Platina Colonial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.
- REICHEL, Heloísa J. e SILVA, Julio C.D. O Cabildo de Buenos Aires e as Práticas de Cidadania. *In*: **Estudos Leopoldenses**, Série História (5-23), 1(2), 1997.
- RIBEIRO Jr., José. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ROBERTO SCHMIT, Miguel. Del reformismo colonial borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de la Plata (1768-1854). *In*: **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana** no. 20 (69-103), 1999.
- ROCHA, Antonio Penalves da. **A Economia Política na Sociedades Escravista**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ROCHA, Maria M. e SOUSA, Rita M. Moeda e Crédito. *In*: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro F. (org.). **História Económica de Portugal**. Vol I. [o século XVIII]. Lisboa: ICS, 2005.
- ROMANO, Ruggiero. **Conyunturas Opuestas: La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica**. Mexico: FCE, 1993.
- ROMANO, Ruggiero. **Mecanismo y Elementos del Sistema Económico Colonial Americano**. Siglos XVI-XVIII. México: FCE, 2004.

- SAMPAIO, Antonio C. **Na Encruzilhada do Império.** Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- SAMPAIO, Antonio C. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil. *In: Estudos Históricos.* 29, (29-49), Rio de Janeiro, 2002.
- SANTO, Miguel F. do Espírito. **O Rio Grande de São Pedro Entre a Fé e a Razão.** Introdução à História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1984.
- SANTOS, Corcino. O comércio hispano-lusitano do Rio da Prata, na crise do sistema colonial. *In: Estudos Ibero-Americanos.* (327-346), Porto Alegre, XV(2), 1989.
- SANTOS, Eugénio. A administração portuguesa no sul do Brasil durante o período pombalino: denúncias ao abuso do poder. A questão indígena. *In: Revista da Faculdade de Letras.* Historia II série, vol. XIII (387-402). Porto, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial. *In: Escravos Roceiros e Rebeldes.* (123-170). Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial.** 2ª reimpr., São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas.** Lisboa/Santos: Edições Cosmos/Martins Fontes, 1978.
- SILVA, André M.D. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. *In: BETHELL, Leslie. História da América Latina.* América Latina Colonial. Vol. I, (477-518). São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Francisco C. T. As crises de subsistência no Brasil colônia. *In: Morfologia da Escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790).* (178-276). Niterói, UFF [tese de doutorado], 1990.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil.** 3ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

- SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- SODRÈ, Nelson W. Azeredo Coutinho. Um economista colonial. *in: A Ideologia do Colonialismo*. 2ª ed. (19-37), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TEJERINA, Marcela. La lucha entre España y Portugal por la ocupación del espacio: una valoración alternativa del Tratado de San Ildefonso de 1777. *In: Revista de História*, 136 (31-40), São Paulo, 1996.
- TEJERINA, Marcela. Perspectivas de frontera: los lusitanos en el espacio portuario rioplatense a fines del Antiguo Régimen. *In: História Unisinos*. V(3), (11-42), São Leopoldo, 2001.
- TOMAZ, Fernando. As Finanças do Estado Pombalino 1762 – 1776. *In: VVAA. Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. (351-388). Lisboa: Livraria Sá e Costa, 1988.
- TOURON, Lucía Sala de, TORRE, Nelson de la, RODRÌGUEZ, Julio C. **Artigas y Su Revolución Agrária 1811-1820**. 2ª. ed., México: Siglo XXI, 1987.
- VELLINHO, Moyses. **Capitania d’El-Rei**: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.
- VILAR, Pierre. Conyunturas. Motín de Esquilache y crisis de antiguo régimen. *In: Hidalgos, Amotinados y Guerrilleros: Pueblo y poderes en la historia de España* (63-92), Barcelona: Grijalbo, 1982.
- VILAR, Pierre. Os primitivos espanhóis do pensamento económico: ‘quantitativismo’ e ‘bulionismo’. *In: Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. (227-253), Lisboa: Presença, 1982.
- VILAR, Pierre Reflexiones sobre la “crisis de tipo antiguo”, “desigualdad de las cosechas” y subdesarrollo. *In: Economía, Derecho, Historia*. (13-42) Barcelona: Ariel, 1983.
- VILLALOBOS, Sergio R. **Comercio y Coontrabando en el Rio de la Plata y Chile**. Buenos Aires: EUDEBA, 1965.
- VIVES, Vicens. La industrialización y el desarrollo económico de España de 1800 a 1936. *In: Conyuntura Económica y Reformismo Burgués: Y otros estudios de Historia de España*. (145-156). Barcelona: Ariel, 1969.

WADDEL, D.A.G. A política internacional e a Independência da América Latina. *In*:  
BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Da Independência até  
1870. Vol. III, (231-265). São Paulo: Edusp, 2001.

## FONTES DOCUMENTAIS

### *Textos de época*

*Almanach da Cidade do Rio de Janeiro*. 1792, 1794. (BNL, Cód. 1691 e 1692).

ALMEIDA, Gouveia de. *Memória Sobre a Capitania do Rio Grande. Ou influência da conquista de Buenos Aires pelos Ingleses em toda a América e meios de promover seus efeitos*. RACL, Ms. 648, 1806.

ANÔNIMO. *Notícia Geral do Comércio*. (prov. 1793). Lição 9 (BNL, Cód. 11.260).

ANÔNIMO. *Reflexões sobre dois decretos de 8 e 29 de janeiro de 1789*. (IHGB, Lat.-44, doc. 18).

AZARA, Felix. *Memoria rural del Río de la Plata* (1801). In: CORTESÃO, Jaime. **Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos** (1750-1822). (445-457). Manuscritos da Coleção de Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

BACON, Francis. **Ensaio sobre Moral e Política**. (3ª ed. no original de 1623). Bauru: Edipro, 2001.

BARRETO, Domingos Alves M. *Observações Relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil* (1796?). BN (29,13,28).

BETTAMIO, Sebastião Francisco. *Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul* (1780). In: **RIGHB**, T-XXI. (239-299). Rio de Janeiro, 1858.

BRITO, J. Rodrigues *Resposta aos oficiais da câmara* (1807). In: CALMON, F. M. A **Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX**. (51-146) Salvador: Livraria Progresso, s/d.

CHAVES, Antonio José Gonçalves. **Memórias Econômicas Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil**. [1822] Porto Alegre: Erus, 1978.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal (1796). In: RACL. **Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)**. (301-318), Lisboa, 1988.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios da América. (1798) in: MENDONÇA, Marcos C. **O Intendente Câmara**. Manuel Ferreira da Câmara Bethencurt e Sá, intendente geral das Minas e dos diamantes (277-299). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958.

COUTINHO, Joaquim da Cunha Azeredo. Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil (1804). In: **Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho**. (187-229) São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

COUTINHO, Joaquim da Cunha Azeredo. Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e Suas Colônias (1794). In: **Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho**. (55-172) São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

FERNANDES, Domingos J. M. Descrição Corográfica da Capitania do Rio Grande São Pedro do Sul (1804) In: **Pesquisas**, 15, ano 5 (17-88), 1961.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul** (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LAVRADIO, Marquês. Relatório do Márquez de Lavradio vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza que o sucedeu no vice-reinado (1779). **RIHGB** (409-486), T-4, 1842.

LAVRADIO, Marquês do. **Cartas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978.

LINIERS, Conde de. *Memoria sobre o Porto do Rio Grande do Sul*. AN, Cód. 807, vol. 10.

LISBOA, José da S. **Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Almanack da Vila de Porto Alegre (1808). *In:* FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril.** (76-102). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Memória S/Título. (1805) BN, Col. Linhares, 29, 15, 41.

MUN, Thomas. **La Riqueza de Inglaterra por el Comercio Exterior.** (1664 da ed. inglesa). Mexico: FCE, 1996.

ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso (1781). *In:* FREITAS, Décio, **O Capitalismo Pastoril.** (105-140) Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

SILVA, Francisco de Araujo e. *Cópia de uma memória apresentada em junho de noventa e nove ao Exmo. Marquês Mordomo mor [Marquês de Ponte de Lima] que disse havê-la proposta ao Príncipe Nosso Senhor.* (IHGB, Lat.-19, doc. 5).

SOUZA, Luiz de Vasconcelos. Relatório do vice-rei do Estado do Brasil Luiz de Vasconcelos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende (1789). *In:* **RIHGB**, (143-239), T-23, 1860.

VASCONCELOS, Antonio L. de Brito. *Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano.*(1811?) *In:* **Anais da Biblioteca Nacional.** (3-48) Vols. 43-44, Rio de Janeiro, 1920-1921.

VILHENA, Luis dos S. Carta décima-sete (aprox. 1799) *In:* **A Bahia no século XVIII.** Vol. 3, (593-614), Salvador: Itapuã, 1969.

VILHENA, Luis do Santos. **Pensamentos Políticos Sobre a Colônia.** (aprox. 1799) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

#### *Coleções de documentos e cartografia.*

AHRS. Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama com o Ministério (1802-1809). *In:* **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** (114-347) Vol. 12, 1998.

Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio Grande do Sul. *CDS do Projeto "Resgate Barão do Rio Branco*.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1981.

FURLONG, Guillermo. **Cartografia Jesuítica del Rio de la Plata**. Buenos Aires, 1936.

HESPANHA, Antonio M. (int.). **Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa: CNCDP, 1997.

INEL, *Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações estrangeiras* (1812-1820).

IBGE, **Estatísticas Históricas do Brasil**. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 2ª ed. revista (vol. 3). Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IHGRS. Memorial da câmara da Vila de Porto Alegre (1803). *In: RIHGRS*, 128, Porto Alegre, 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **Las Relaciones Luso Españolas en Brasil durante los siglos XVI al XVIII**. Madrid: Ministerio de educación cultura y deporte/Secretaria de estado de cultura, s/d.

RADAELLI, S. **Memorias de los Virreys del Rio de la Plata**. (25-197) Buenos Aires, 1945.

## **ABREVIATURAS**

AAHRS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

AG – Avisos de Governo.

CG. – Correspondência dos governadores.

CS – Colônia de Sacramento.

Cód. – Códice.

Cx. – caixa.

doc. – documento.

FCE – Fondo de Cultura Económica

L – livro.

Lat. - Lata.

Vol. – volume.

HAHR – Hispanic American History Review.

INEL – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

RACL – Real Academia de Ciências de Lisboa.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

RJ – Rio de Janeiro.

RJC – Real Junta de Comércio.

RS – Rio Grande.